

Hugo Rogelio Suppo - Ana Paula Tostes



Suppo, Hugo Rogelio; Tostes, Ana Paula

Populismos em debate / Hugo Rogelio Suppo ; Ana Paula Tostes; Compilación de Hugo Rogelio Suppo; Ana Paula Tostes. - 1a ed - Rosario: UNR Editora, 2025.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-702-700-6

1. Populismo. I. Tostes, Ana Paula II. Suppo, Hugo Rogelio, comp. III. Tostes, Ana Paula, comp. IV. Título.

CDD 320

Diseño editorial e ilustraciones:

Federica Gonzalez Uriarte

ISBN 978-987-702-700-6



9 789877 027006

SUMÁRIO

13

PRIMEIRA PARTE

O aparecimento de novos populismos, abordagens teóricas e suas novas roupagens na ordem internacional

14

CAPÍTULO 1 - JUSTICIALISME PUNITIF ET AUTOCEASURE

Renée Fregosi

37

CAPÍTULO 2 - THE CULTURE WAR IN 21ST CENTURY EUROPE AND POPULISM

Hugo Rogelio Suppo - Leandro Gavião

76

CAPÍTULO 3 - RADIOGRAFIA DOS MANIFESTOS: «PROMESSAS SINCERAS» OU «POPULISMO VAZIO» DE PARTIDOS POLÍTICOS DA EXTREMA DIREITA EUROPEIA?

Ana Paula Tostes - Frederico Esperon Carvalho

108

CAPÍTULO 4 - POPULISMO Y RELACIONES INTERNACIONALES: LA PIEZA QUE FALTABA PARA COMPRENDER UNA RELACIÓN COMPLEJA

Rodolfo E. Colalongo

134

CAPÍTULO 5 - EL POPULISMO Y SU RELACIÓN CON EL NATIONALISMO Y EL CONCEPTO RUSO DEL ESTADO EM EL RÉGIMEN DE PUTIN

Ricardo Torres

156

CAPÍTULO 6 - O VENENO OU O ANTÍDOTO ? DEMOCRACIA LIBERAL, POPULISMO E A AMEAÇA SO SISTEMA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Gustavo Santana

178

CAPÍTULO 7 - REGIME REPRESENTATIVO, QUALIDADE DA LIDERANÇA E TEORIA ELITISTA: TESTANDO OS LIMITES DO CONCEITO RIKERIANO DA HERESTESE E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA DEMOCRÁTICA

Carlos F. Domínguez Avila - Aldira Guimarães Duarte Domínguez

195

SEGUNDA PARTE

América Latina e o fenômeno dos populismos do século XXI

196

CAPÍTULO 8 - ¿POR UNA DEMOCRACIA POPULISTA? EL CASO DEL (RE)SURGIMIENTO DE LAS DERECHAS RADICALES EN AMÉRICA LATINA
Agustina Martiarena

225

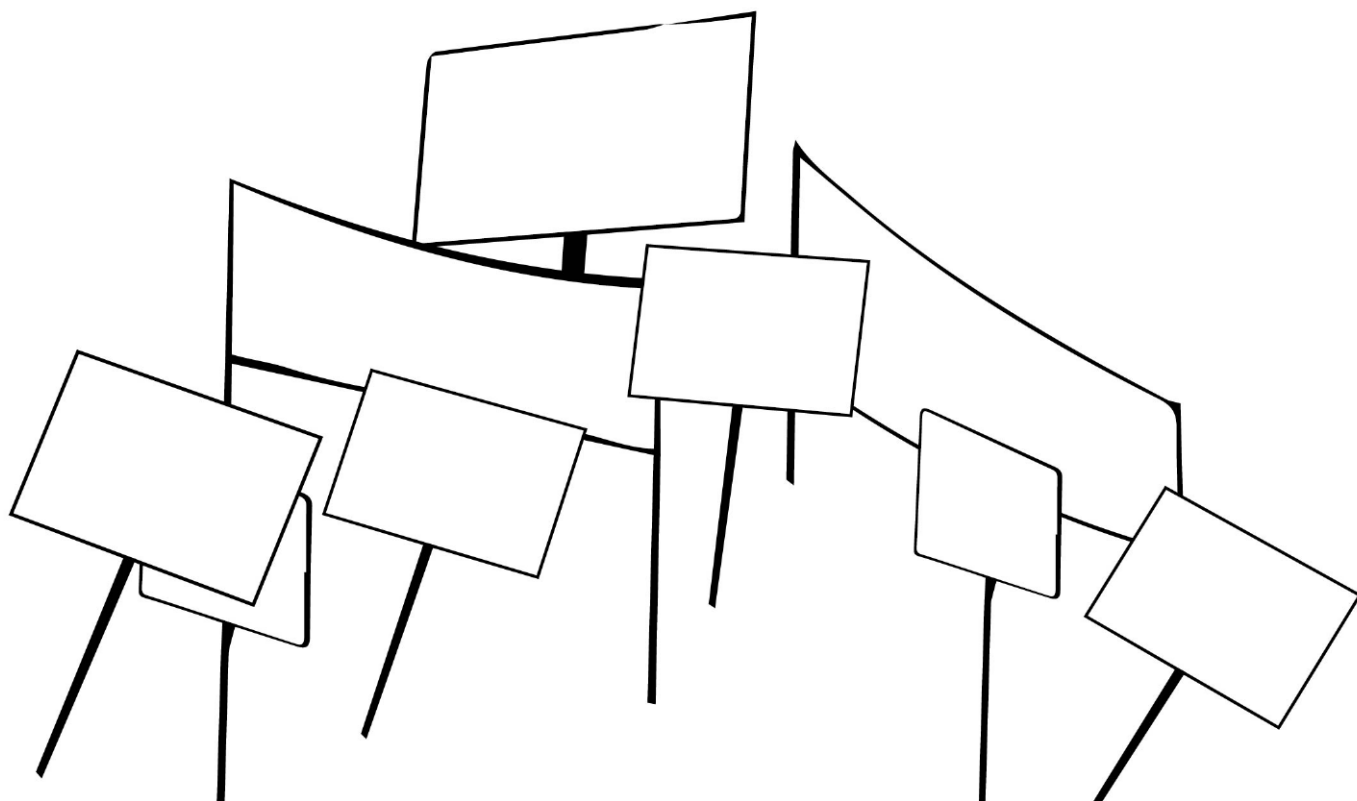
CAPÍTULO 9 - OBRADORISMO, EROSIÓN DEMOCRÁTICA Y AUTOCRATIZACIÓN EN MÉXICO (2018-2024)
Oscar Flores Jáuregui - Gabriel Pérez Pérez

252

CAPÍTULO 10 - O FRACASSO DA POLÍTICA EXTERNA POPULISTA: UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)
Miriam Gomes Saraiva - Beatriz Bandeira de Mello

279

CAPÍTULO 11 - É TUDO POPULISMO? UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE OS GOVERNOS LULA E BOLSONARO NO BRASIL
Mayra Goulart - Theófilo Rodrigues



A black and white graphic of a sign. The sign consists of a rectangular board with a thick black border, tilted slightly to the right. A thick black vertical line extends downwards from the bottom center of the board, representing a post. The word "APRESENTAÇÃO" is written in a bold, black, sans-serif font across the center of the board. The letters are slightly slanted to match the board's angle.

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto de diálogos interinstitucionais, intergeracionais e internacionais sobre o novo grande tema do populismo, que consideramos não ser restrito a debates especializados, mas transversais a especialidades de pesquisadores de relações internacionais. A proposta deste livro é fruto da interação dos autores no curso de graduação em Relações Internacionais no Departamento de Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Hugo Rogelio Suppo e Ana Paula Tostes. Mais especificamente, esta publicação é fruto da consolidação de debates, pesquisas e encontros dos autores, com interação e a participação da maioria dos colaboradores do livro em eventos e conferências acadêmicas. Em particular, foram organizados pelo professor Hugo Suppo no 27th World Congress of International Political Science Association (IPSA) de 2023 (em Buenos Aires), quatro painéis com a participação de alguns dos colaboradores do presente projeto de livro. A partir dos debates nos painéis e de outras colaborações para o debate sobre populismo no século XXI, contamos com colaborações de autores de diferentes Universidades no Brasil, além de acadêmicos de Universidades da Argentina, Colômbia, México, Espanha e França.

Esta publicação funcionou como um veículo para a interação de acadêmicos de instituições nacionais e internacionais que pesquisam o fenômeno do populismo no século XXI, sob perspectivas e referências do campo das relações internacionais. Foram reunidos autores de Universidades de diferentes países da América Latina e europeus para produzirem capítulos autorais na constituição de uma coletânea que se caracteriza por ser multilínguas. O livro reúne capítulos escritos em português, espanhol, inglês e francês.

Assim, tendo sido o projeto deste livro a consideração da relevância de uma publicação acadêmica com colaboração de diferentes perspectivas e países, o dividimos em duas partes. A primeira possui sete capítulos que privilegiam abordagens teóricas e conceituais e o populismo emergente na ordem internacional, considerando-se o aparecimento precoce, no âmbito da década de 1990, e na passagem para o século XXI, quando novos populismos de extrema direita na Europa integrada surgiram, assim como na Rússia. Precocidade que levou ao aumento de pesquisas sobre o tema entre acadêmicos europeus e não europeus. Isto nos leva à segunda parte do livro que traz mais quatro capítulos com autores que debatem o populismo com roupagens do século XXI em países da América Latina.

Aguardamos pela apreciação desta leitura e que seja proveitosa para a visão de um problema que não tem se revelado próximo do fim.

Hugo Suppo e Ana Paula Tostes

A hand-drawn sign with a thick black border. The sign is rectangular with slightly irregular edges, suggesting it was drawn by hand. It is attached to a thick black vertical line that tapers slightly towards the bottom, resembling a signpost or a pointer. The word "BIOGRAFIA" is written in the center of the sign in a bold, black, sans-serif font.

BIOGRAFIA

Biografia dos Organizadores

Hugo Rogelio Suppo é professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). É doutor em História das Relações Internacionais pela Université Sorbonne Nouvelle (Paris - 3) e em 2010 ocupou a Cátedra Simon Bolívar (IHEAL) na mesma universidade. Autor de várias publicações com ênfase nos seguintes temas: diplomacia cultural, nacionalismo e relações internacionais, esporte e relações internacionais, mídia e relações internacionais. É membro da equipe de pesquisa do Programa de Estudos de Relações e Cooperação Sul-Sul (PRECSUR) do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nacional de Rosário. Desde 2010, é coordenador do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA) e editor de três publicações do núcleo: Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil e InfoNeiba. Também é editor da revista do PPGRI, Mural Internacional, desde 2019.

Ana Paula Tostes é titular da Cátedra Jean Monnet, da Comissão Europeia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ) e da graduação do Departamento de Relações Internacionais (DRI/UERJ). É Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Possui doutorado em Ciência Política (IUPERJ/IESP) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Foi pesquisadora visitante (2016-2017) na Universidade Livre de Berlim (ULB) e professora associada em Michigan State University (MSU). Atualmente é coordenadora do Projeto de Cooperação Internacional (PROBRAL CAPES/DAAD, 2024-2027), entre o OIMC-IESP/UERJ e o Instituto Alemão de Estudos Globais e de Área (GIGA), Hamburgo, Alemanha. Resultados de pesquisas apoiadas pela União Europeia (Projeto JMC EUgac n. 101127443), Bolsas de Produtividade da FAPERJ (Prociência/UERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (PQ).

Biografia dos Autores

Agustina Martiarena es doctoranda en Ciencia Política en la Universidad Federal de São Carlos (UFSCAR) con estancia doctoral en el Instituto Iberoamérica de la Universidad de Salamanca (USAL), Magíster en Ciencia Política por la Universidad Federal de Pelotas (UFPEL), con licenciatura en Ciencia Política y Sociología por la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana con movilidad internacional en la Universidad Autónoma de México (UNAM). Interesada en estudios sobre crisis y rupturas de la democracia, así como aspectos de la cultura política de la población, especialmente en el continente latinoamericano. Actualmente estudia la demanda por populismos de derechas radicales de forma comparada en América Latina implementando métodos mixtos. Forma parte de los grupos de investigación y estudio: Centro de Estudios Sociopolíticos e Internacionales de América del Sur (CESPI-América del Sur), el Núcleo de Estudios de los Partidos Políticos Latinoamericanos (NEPPLA) y del Observatorio Internacional Democracia, Desigualdades y Ruralidades (OIDDER).

Aldira Guimarães Duarte Domínguez é doutora em Ciências da Saúde. Pós-doutorado em Integração Contemporânea da América Latina. Mestre em Estudos Sociais e Políticos Latino-americanos. Docente da Universidade de Brasília, campus da Ceilândia.

Beatriz Bandeira de Mello é doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ). Graduada e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre Regionalismo e Política Externa (LeRPE-UERJ) e no Observatório Político Sul-Americano (OPSA-IESP).

Carlos F. Domínguez Avila é doutor em História pela Universidade de Brasília. Pós-doutor em Ciência Política e Mestre em Estudos Sociais e Políticos Latino-americanos. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria-UniAlfa. Pesquisador colaborador da Universidade de Brasília. Produtor do programa de divulgação científica #criticarepublicana.

Frederico Caldas Esperon Carvalho é mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), com foco na linha de pesquisa Política, Cultura e Instituições. É graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, atua no setor privado como Analista de Inteligência de Mercado na área de consultoria em Relações Internacionais.

Gabriel Pérez Pérez es Profesor-Investigador de Tiempo Completo en la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Cuajimalpa, Departamento de Ciencias Sociales. Doctor en Filosofía, por el Departamento de Filosofía del Derecho, Moral y Política de la Universidad Complutense de Madrid, España, Doctor en Ciencias Sociales en el Área de Relaciones de Poder y Cultura Política por la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, Licenciado en Ciencias Políticas y Administración Pública por la UNAM, actualmente es Director de la División de Ciencias Sociales y Humanidades de la UAM-Cuajimalpa. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel 1. Realizo una estancia de investigación como Profesor Invitado en la (LUISS) Libera Università Internazionale degli Studi Sociali Guido Carli di Roma, Italia, en el Departamento de Ciencia Política, es autor y coautor de distintos libros y artículos tanto nacionales como internacionales sobre temas relacionados con la Democracia y la Ciudadanía.

Gustavo Alves Santana é doutorando em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde desenvolve pesquisa sobre genocídio, cultura e nacionalismo. Foi pesquisador visitante no Institut Barcelona d'Estudis Internacionals e é pesquisador associado do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA). Sua área de pesquisa é focada em temas como “perseguição cultural”, direitos humanos e autodeterminação e, em especial, estuda a situação do povo curdo no Iraque. É mestre em Relações Internacionais pela UERJ e graduação também em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Petrópolis. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Leandro Gavião é professor adjunto na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e docente da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ). É doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle (Paris - 3). Possui pós-doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Escreve para o Le Monde Diplomatique Brasil desde 2015. É coordenador do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA) e faz parte do Comitê Editorial da Revista Neiba: Cadernos Argentina Brasil (PPGRI-UERJ - Qualis Capes B1) e da 1991 - Revista de Estudios Internacionales (Universidad Nacional de Córdoba - Argentina).

Mayra Goulart Professora do Departamento de Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS).

Coordenadora do Laboratório de Partidos Eleições e Política Comparada (LAPPCOM) <https://www.instagram.com/lappcom.ufrj/>

Doutora em Ciência Política (2013) pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Pós-doutorado no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE) do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Pesquisadora visitante no ISCTE. Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE), FAPERJ

Miriam Gomes Saraiva é formada em História e mestre em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutora em Ciência Política pela Universidad Complutense de Madrid, fez pós-doutorado no Instituto Universitário Europeu. Foi visiting fellow na Universidad de Oxford e pesquisadora visitante na Universidade de Lisboa. É professora titular em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, e coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Regionalismo e Política Externa. É pesquisadora de produtividade do CNPq e membro de comitê de assessoramento do órgão.

Renée Fregosi est deux fois docteur, en philosophie et en science politique. Elle préside une petite ONG avec laquelle elle a organisé et participé à des observations et des contrôles électoraux dans plusieurs pays. Après avoir acquis une solide expérience des relations internationales « sur le terrain », elle a été directrice de recherche à l'université Paris Sorbonne-Nouvelle jusqu'en 2020. Spécialiste de théorie politique, elle a travaillé sur les passages entre dictature et démocratie, les différentes formes d'autoritarisme, le populisme et l'antisémitisme ou les évolutions des partis de gauche. Ses ouvrages les plus récents sont : Cinquante nuances de dictatures. Tentations et emprises autoritaires en France et ailleurs. (Éditions de l'Aube 2023), Comment je n'ai pas fait carrière au PS. La social-démocratie empêchée (Éditions Balland 2021), Français encore un effort... pour rester laïques ! (Éditions L'Harmattan 2019).

Ricardo Torres es Licenciado en Economía y Administración de Empresas por la Universidad Católica Argentina (UCA), Buenos Aires, Argentina; Master of International Management por Thunderbird (ahora parte de Arizona State University), Phoenix, Arizona, USA; MBA por Tuck – Dartmouth College, Hanover, NH, USA y Doctor en Relaciones Internacionales por la Universidad Nacional de Rosario (UNR), Rosario, Argentina, con tesis sobre el conflicto de Nagorno Karabagh. Investigador del Centro de Estudios en Relaciones Internacionales de Rosario (CERIR)/ UNR, áreas de especialidad: nacionalismo, secesionismo, espacio post soviético especialmente el Cáucaso. Miembro Consejero del Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) – Comité de Estudios Euroasiáticos.

Rodolfo E. Colalongo é docente de la facultad de finanzas, gobierno y relaciones internacionales de la Universidad Externado de Colombia en las áreas de Política Internacional y Metodología de la Investigación. Investigador sobre temas como populismo, relaciones internacionales, políticas exteriores latinoamericanas y democracia.

Theófilo Codeço Machado Rodrigues é professor do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política do IUPERJ-UCAM. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2019. Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio (2017), Mestre em Ciência Política (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Ciência da Sustentabilidade pela PUC-Rio (2023). Graduado em Ciências Sociais pela PUC-Rio (2009). Foi professor substituto do Departamento de Ciência Política da UFRJ (2017-2018) e professor visitante na FGV Rio.

Oscar Flores Jáuregui es Profesor Titular Nivel C de Tiempo Completo adscrito al Departamento de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Cuajimalpa donde desarrolla líneas de investigación sobre la Calidad de la Democracia y el desempeño de las instituciones de Rendición de Cuentas en México y América Latina, Formulación de Políticas Públicas y los componentes de la Participación Ciudadana en el ámbito local. Doctor en Ciencias Sociales y Humanidades por la Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) Unidad Cuajimalpa, Maestro en Administración Pública por la Universidad Anáhuac México, Campus Norte; y Licenciado en Ciencias Políticas y Administración Pública por la Universidad Iberoamericana, Plantel Santa Fe. Pertenece al Sistema Nacional de Investigadores de México en el Nivel I. Es miembro de la Red de Derechos Humanos y Planeación de la UAM e integrante de la Red de Educación Superior, Sociedad y Tecnología de la UAM.

PRIMEIRA PARTE

**O aparecimento de novos populismos,
abordagens teóricas e suas novas
roupagens na ordem internacional**

CAPÍTULO 1

JUSTICIALISME PUNITIF ET AUTOCEASURE

Renée Fregosi

Introduction

Certains partis européens qu'on appelle communément partis « d'extrême droite » sont en fait le plus souvent aujourd'hui des mouvements populistes. Issus de partis historiquement d'extrême droite c'est-à-dire antiparlementaristes, antidémocratiques voire putschistes, leur changement de nom s'est accompagné d'une véritable mutation politique. Ainsi, le parti de Giorgia Meloni, *Fratelli d'Italia*, qui provient d'une scission du parti d'inspiration fasciste *Alleanza nazionale* a effectué un virage démocratique et a modifié son projet européen, comme le Rassemblement national de Marine Le Pen, qui sans renier une certaine filiation avec le Front national, a exclu ses éléments les plus radicaux et a réalisé un véritable aggiornamento.

Partis de gouvernement dans le respect du cadre démocratique, ou aspirant à l'être, ces forces politiques présentent désormais bien davantage les caractéristiques du populisme que du fascisme ou du pétinisme. S'affirmant « ni de droite ni de gauche » mais « national », ce type de mouvements politiques tire parti des échecs de la social-démocratie à maîtriser la mondialisation capitaliste et du penchant anti-démocratique de la technocratie tant au niveau national que dans le cadre de l'Union Européenne.

Mais il est un autre type de populisme, lui aussi rarement défini comme tel et qui pourtant constitue une menace pour la démocratie d'autant plus inquiétante qu'elle est plus informelle et influence les sociétés de façon insidieuse. Prospérant également sur le reflux de la gauche réformatrice, une nouvelle forme de mouvement révolutionnaire a émergé depuis les années 2000 avec notamment les Indignés que l'on a retrouvé de Madrid à Paris ou de New-York à Tel-Aviv. Mais aussi des mobilisations comme celle des *Gilets jaunes* en France ou des groupes *Black Blocs* en Allemagne, en Italie ou en France, tendent à promouvoir la violence comme forme politique légitime. Empruntant également au répertoire argentin des *Piqueteros* et des escraches et au « name and shame » à l'anglosaxonne, mais usant aussi bien sûr abon-

damment des réseaux sociaux, ces contestataires imposent leurs thèmes et leur agenda aux opinions publiques et aux responsables politiques.

Partageant cette idéologie radicale, des partis politiques comme *LFI (La France Insoumise)* en France ou *Syriza* en Grèce ont pris le leadership à gauche. Se revendiquant du peuple contre les puissants mais surtout des dominés, des colonisés, des méprisés contre les dominants, ils se mettent dans les pas du vieux tiers-mondisme et se veulent les nouveaux partisans résistant à l'Occident prétendument judéo-chrétien patriarcal, raciste systémique, islamophobe et colonialiste impénitent. Ce populisme à la fois politique et social, non plus nationaliste mais résolument transnational se revendique alors du « Sud global », dont il endosse tous les populithèmes, du propalestinisme à la victimisation indigéniste, et aussi toutes les contradictions.

Le populisme, côté obscur de la démocratie

De l'Europe à l'Amérique latine, de la fin du 19^{ème} siècle à la première moitié du 20^{ème} siècle, les populistes ont dessiné un archétype historique de gouvernement clientéliste et étato-centré:¹ un mouvement composite de contestation de l'ordre établi, un leader qui en prend la tête en se revendiquant du peuple, un type de pouvoir autoritaire, plus ou moins répressif pouvant conserver des éléments formels de démocratie politique. Mais à partir des années 1990 et jusqu'à nos jours, le populisme présente une grande diversité et l'on en vient à considérer qu'il ne consiste pas dans la proposition d'un projet politique précis mais dans une façon de faire de la politique, un style², davantage une forme qu'un contenu. c'est avant tout un discours mobilisateur, une rhétorique dramaturgique, une exacerbation du conflit, une exaspération des désespérances.

En France, la première forme du populisme met fin à la deuxième république par un coup d'État mais sous couvert de deux référendums : Napoléon III, d'abord le « prince-président » inaugure la démocratie plébiscitaire et cultive sa proximité avec le peuple. Puis, du boulangisme (le général Boulanger est ministre de la guerre, élu député à plusieurs reprises, il veut réformer la république mais renonce au coup d'État), au poujadisme (phénomène politique par son succès électoral inattendu), en passant bien sûr par le gaullisme (le général de Gaulle arrivé au pouvoir grâce à la mise en scène d'une menace de coup d'État et instaure un régime à dérives présidentielles), le populisme naît ou/et se poursuit dans le cadre républicain. Ainsi, le populisme s'inaugure en France comme le lien direct entre le peuple et le pouvoir politique avec Louis Napoléon contre la république des nota-

¹ Ce concept d'étato-centrisme est développé par Marcello Cavarozzi. Voir notamment : « Grandeur et décadence du modèle étato-centrique en Amérique latine », Revue Cahiers des Amériques latines, N°26, Paris 1997.

² Voir Pierre-André Taguieff, *L'illusion populiste*, Éditions Berg International, Paris 2002.

bles, avec Boulanger, contre « la dictature du Parlement », avec De Gaulle enfin contre la politique des politiciens.

En Amérique latine (que l'on peut considérer comme la seconde patrie du populisme avec la France), après les premières avancées démocratiques (suffrage universel secret, élargissement du corps électoral, lois garantissant les libertés publiques, notamment) le populisme apparaît dans les années 30, en s'affirmant à la fois comme luttant contre la résistance oligarchique au changement et comme l'alternative à la mobilisation de classe de type bolchevique. Mais contrairement au fascisme qui est cependant ici sa principale source d'inspiration, le populisme ne sera pas une alternative radicalement autoritaire et composera toujours avec la démocratie à partir de 1945. Ainsi, Perón se fait élire à deux reprises après sa participation à la dictature de Pedro Ramirez puis d'Edelmiro Farrell; Vargas revient par les élections en 1950 après sa dictature de 15 ans; Juan José Arevalo au Guatemala et Omar Torrijos au Panama, arrivés par des *golpes* respectivement en 45 et 68 vont progressivement introduire la démocratie politique associée à plus de justice sociale ; Carlos Ibañez del Campo est élu démocratiquement en 1952 au Chili après ses présidences autoritaires dans les années 20-30.

Hier comme aujourd'hui, les populistes peuvent être des civils ou des militaires, de droite ou de gauche, d'Orient, d'Occident ou du « Sud global ». Mais ce qu'ils ont en commun à travers le temps et l'espace, c'est cette disposition à faire clivage, à simplifier et hystériser les antagonismes et ce, quel que soit la situation politique et le régime politique en vigueur, démocratique ou autoritaire. Tirant partie des libertés démocratiques, le populiste aiguise les antagonismes pour arriver au pouvoir par les élections libres, mais une fois arrivé au pouvoir, il entretient un haut degré de conflictualité et de paranoïa pour s'y maintenir, à travers menaces et postures victimaires plutôt que de rechercher des compromis et de favoriser des consensus assurant une vie démocratique apaisée.

On pourrait alors définir le populisme comme l'ombre portée ou la réverbération de la démocratie sur une réalité sociale contrastée, sur une société atomisée d'individus aux demandes disparates. Loin d'être une forme politique pré-moderne ou pré-démocratique (comme le pense David Apter) (Taguieff, 2002), le populisme est bien plutôt une forme, voire la forme de la modernité politique par excellence. Aujourd'hui, parole contre-performative, l'appel populiste à la démocratie défait le consensus démocratique du gouvernement représentatif en provoquant polarisation et tension, et tend à l'action violente légitimée, représentant comme le côté obscur de la démocratie.

Le Populisme « démocratomorphe », rival de la social-démocratie

Tandis que par le passé, la critique populiste de la démocratie existante insistait sur ses défauts du point de vue économique et social, défauts que « la révolution nationale » promettait de corriger, la démocratie politique est valorisée dans les discours populistes d'aujourd'hui. Le populisme contemporain en appelle à la « vraie » démocratie contre son simulacre mis en œuvre

à travers un parlementarisme où droite et gauche se ressemblent et organisent une complicité délétère.

La dénonciation de la connivence des politiques institutionnels est, comme par le passé, un cheval de bataille bien connu de la droite populiste européenne, mais aujourd'hui, cette ligne d'attaque lui permet de se présenter comme le meilleur défenseur de la démocratie. La dénonciation de la connivence des politiques institutionnels et l'antiparlementarisme sont un cheval de bataille bien connu de l'extrême droite européenne dans le passé. Mais aujourd'hui, cette ligne d'attaque permet aux populistes de tout poil de se présenter comme les meilleurs défenseurs la souveraineté du peuple, à travers une « démocratie référendaire » et un justicialisme tous azimuts. La démocratie devient donc dans le discours populiste, vecteur d'affect. C'est pourquoi avec Pierre André Taguieff, on peut qualifier ces populismes de « démocratomorphes » (Taguieff, 2002).

Or cette défense prétendue de la démocratie par les populistes est d'autant plus efficace qu'elle s'inscrit dans un contexte politique souvent consensuel il est vrai, où les confrontations gauche/droite se font feutrées, voire mondaines. Dans des situations politiques où l'alternance est devenue une chose normale, les partis ont eu tendance à rapprocher globalement leurs positions. En Amérique latine, les transitions à la démocratie ont été assises sur un double *aggiornamento* (à droite et à gauche) posant la démocratie représentative et la lutte contre les inégalités comme les valeurs cardinales partagées. En Europe après l'application du modèle de l'État providence tant par la droite que par la gauche pendant les Trente glorieuses, les contraintes de la mondialisation et l'insistance de la notion de gouvernance n'ont fait que renforcer cette impression qu'il n'existe plus de véritable choix politique et que par conséquent, les élections dominées par les grands partis sont des faux-semblants. Le vote en faveur de formations populistes est alors souvent vécu comme une récupération de la liberté de choisir politiquement, une réappropriation de la décision politique par ceux qui ne sentent plus représentés par les grands partis.

Les populistes se révèlent en effet lorsque le champ des possibles peut s'ouvrir : en périodes électorales, consistant dans l'institutionnalisation du libre choix, et en périodes de crise quel que soit le contexte (électoral ou pas, démocratique ou autoritaire). A cet égard, la démocratie porte en elle comme son revers indissociable, le populisme, puisque périodiquement, elle se réduit, à travers l'élection, à un choix binaire. Mais la grande différence entre un populiste et un acteur politique démocratique en campagne électorale, c'est que même au pouvoir, le populiste maintient sa stratégie clivante tandis que le démocrate gouvernera et reformera à travers la construction de compromis et de consensus larges dépassant même certaines oppositions politiques.

C'est pourquoi, dès leurs origines communes, la social-démocratie a été l'ennemi principal du populisme, son rival en quelque sorte dans la proposition d'une troisième voie. Car la social-démocratie se donne les moyens de transformer réellement les rapports sociaux en partageant progressivement au plus grand nombre possible les richesses matérielles et culturelles par l'ins-

tauration de la démocratie politique c'est-à-dire l'extension à tous du libre choix. Dans leurs discours propagandistes, les populistes ciblent alors en priorité la gauche démocratique et les projets réformistes (« complices des élites », comploteurs « judéo-bolcheviques », agents de « la finance internationale », « profiteurs de la mondialisation », etc...) et lorsqu'ils sont au pouvoir, ils répriment en priorité les démocrates porteurs du changement social et d'une véritable alternative. De même que les premières victimes du bolchevisme furent les socialistes révolutionnaires, les sociaux-démocrates et les mencheviks et que les attaques les plus virulentes des communistes étaient destinées aux socialistes et sociaux-démocrates (traités de « sociaux-traîtres » et de « sociaux-fascistes ») Perón réprima violemment les syndicats ouvriers concurrents du mouvement péroniste, et le chavisme emprisonne et pousse à l'exil en priorité les leaders démocratiques de la gauche.

Pendant tout le 20^{ème} siècle, les pays qui, ont résisté le mieux aux sirènes populistes ont d'ailleurs été ceux qui, gouvernés par des partis sociaux-démocrates conséquents ont su apporter les bienfaits d'une gestion pacifique des conflits comme en Suède ou en Finlande. Mais, née dans un cadre démocratique national, la social-démocratie a du mal à s'adapter au nouveau stade de la mondialisation où le capitalisme s'est émancipé de ce cadre étatico-national. Cédant le pouvoir à une droite ultra-libérale qui accompagne l'accroissement des inégalités et des frustrations, ou s'alliant sans principe réformateur avec leur droite nationale, et surtout en abandonnant les questions sociales au profit des « questions de société » revisitées dans une perspective wokiste³ (néo-féminisme, droits communautaristes des LGBTQ+, antiracisme conçu comme une idéologie diversitaire, propalestinisme antisémite (Fregosi, 2021, écologie punitive, etc...) les sociaux-démocrates ont souvent trahi leur projet et ouvert la voie au populisme triomphant.

Car le virage wokiste ne profite pas électoralement à la gauche socialiste et social-démocrate. Cette nouvelle « culture woke » relevant bien davantage de la passion que de la raison, vient apporter de l'eau au moulin populiste qui écrase la gauche réformatrice. Aujourd'hui, la seule social-démocratie européenne qui tire son épingle du jeu en parvenant à réduire le parti populiste (le Parti du peuple danois), est au pouvoir au Danemark (Hivert, 2022). Depuis 2019, les gouvernements successifs de Mette Frederiksen retrouve son assise populaire en revenant à des politiques économiques et sociales favorables aux couches populaires et aux classes moyennes et en affrontant courageusement la question de l'immigration. Ignorant les critiques sur sa gauche, le parti social-démocrate a réduit le nombre d'immigrants et pris des mesures contre les ghettos extra-européens néfaste à l'intégration tant économique que culturelle

³ Sur l'idéologie woke, voir notamment Braunstein, 2022; Heinich, 2023; Valentin, 2023 ou Salvador, 2022.

des étrangers. Mais ce choix rationnel progressiste demeure très minoritaire à gauche, laissant le champ libre à toutes les formes de populisme.

Un justicialisme victimaire et vengeur

Le justicialisme, cette posture qui réclame la justice tous azimuts pour « les petits, les dominés, les discriminés, les exclus » considérés comme systématiquement « stigmatisés » et injustement persécutés par les puissants, est une composante commune aux idéologies populistes quelles que soient leurs spécificités. « Le peuple » quelle que soit sa définition particulière (ethnique, religieuse, communautaire, classiste, nationale, transnationale...) y est présenté comme étant victime des « dominants ». Le peuple serait injustement traité et cette « injustice » resterait impunie. Le peuple devrait par conséquent être vengé et « l'anti-peuple » a priori coupable, coupable par nature en quelque sorte, devrait être démasqué et poursuivi dans ses paroles et ses actes.

La notion « d'impunité » érigée en concept vide (pouvant être rempli de différents contenus en fonction de ses différents utilisateurs) chargé d'affect revanchard, s'est ainsi largement diffusée à travers le monde. Populithème⁴ puissant, la lutte contre l'impunité promeut la « justice populaire » et incite à l'émergence de justiciers, dans un contexte de démocratie dégradée que les populistes promettent de restaurer alors qu'ils contribuent eux-mêmes à sa dégradation.

Il est significatif que le terme de « justicialiste » ait été adopté par l'un des archétypes historiques du populisme : le péronisme argentin. Si le parti péroniste porte en effet aujourd'hui le nom de « Parti justicialiste⁵ », c'est que le péronisme est davantage un « mouvement » qu'un parti : association mouvante, polymorphe, relevant tout autant de la mobilisation syndicale que politique mais surtout de « la protestation populaire ». Parallèlement aux meutes virtuelles d'aujourd'hui, l'escrache, reste alors le mode privilégié de la manifestation justicialiste : on appelle ainsi depuis les années 90, ces scandales organisés devant les domiciles ou les lieux de réunion de certains personnages publics désignés par « la justice populaire » comme coupables de crime contre le peuple.

A l'origine, les *escraches* étaient dirigés contre des responsables de la terrible dictature de Videla et consorts (qui sévit entre 1976 et 1982) qui avaient été

⁴ Élément du discours populiste (dans le sens que Lévi-Strauss donne à « mythème » pour parler de bout de mythe repérable et circulant dans diverses paroles mythiques).

⁵ Le Partido Justicialista, nom actuel du parti péroniste, est issu du Fronte Justicialista fondé en 1972 par Héctor Campora en vue des élections de 1973 après la proscription depuis 1955 du Partido Peronista fondé en 1947 par Juan Domingo Perón.

graciés par le président Carlos Menem en 1989 (alors qu'ils avaient été condamnés par la justice en 1985 et en 1986 sous la présidence de Raúl Alfonsín) ou qui n'avaient jamais été inquiétés. Cette expression de la « justice populaire » comme légitimation de la violence « révolutionnaire » physique et symbolique s'est aujourd'hui répandu en Uruguay, au Chili où elle est connue sous le nom *funa* et au Pérou où on l'appelle *roche*; elle se retrouve également en Espagne (Chientaroli, 2013). Mais parties d'Argentine dans les années 90, les croisades contre l'impunité ne sont évidemment pas propres au monde hispanique. Devenu un signifiant vide susceptible de se gonfler de toutes les peines et de tous les ressentiments possibles, le thème de l'impunité anime également de nombreux autres mouvements depuis les années 2000.

Comme les *Mères de la Place de Mai* argentines (tendance Hebe de Bonafini)⁶, les *Indignés* du monde (des États-Unis à l'Espagne, à la France et jusqu'en Israël) ont conspiré tous les puissants, leur malignité, leur immoralité, leur impudicité. Ils réclamaient justice donc, une justice qui condamne a priori et sans autre forme de procès que la rumeur et l'opprobre médiatique, les ennemis du peuple par définition corrompus, pervers et licencieux. En France, à la suite du mouvement des Indignés, galvanisé par l'opuscule de Stéphane Hessel *Indignez-vous!* (Hessel, 2011), des rassemblements « Nuits Debout » du printemps 2016 aux manifestations-occupations des « Gilets Jaunes » entre 2018 et 2020, des *Femens* assaillant la voiture de Dominique Strauss-Kahn en 2015⁷ aux manifestantes enjoignant Roman Polanski de « boire leurs règles » (Prokhoris, 2021) lors de la sortie de son film *J'accuse* en 2019, les redresseurs de torts organisent scandales de rue et blocages de route et allument des bûchers dans les villes et les campagnes. Et depuis 2017, la déferlante *#MeToo*, notamment dans le milieu du cinéma, multiplie les mises au pilori et les mises à mort médiatiques.

S'est alors banalisé la censure par l'intimidation, la pression, la menace, la violence verbale et jusqu'à l'agression physique. Les nouveaux autoritaires

⁶ Le mouvement originel, né sous la dictature, a connu une scission en 1986 à la suite des grands procès à l'encontre des hiérarques de la dictature. Une tendance de tonalité péroniste qui s'appelle « Association Mères de la Place de Mai », a refusé les conclusions de la CONADEP (Commission nationale sur la Disparition des personnes) et les indemnités aux proches des disparus, réclamant ne varietur qu'on leur rende leurs enfants vivants, proclamant leur adhésion à la leur lutte passée et s'investissant dans tous les mouvements revendicatifs comme ceux des *Piqueteros* ; autour de la figure de Hebe de Bonafini, c'est le mouvement le plus médiatique surtout depuis les gouvernements Kirchner qui l'a beaucoup soutenues. L'autre courant qui s'appelle « Mères de la Place de Mai-Ligne fondatrice » entend poursuivre la lutte pour la mémoire des disparus en reconnaissant toutes les avancées qui ont été réalisées par les différents gouvernements quelle que soit leur couleur politique. (Voir Fregosi, 2011).

⁷ « Procès du Carlton: trois Femens sur la voiture de DSK à son arrivée » : L'Express, 10 février 2015.

se multiplient au sein de nos sociétés. Inquisiteurs du quotidien et justiciers obsessionnels, ils induisent l'autocensure et sapent la démocratie qu'ils réclament à grands cris, aussi sûrement que les autocrates instaurant des démocraties, ces dictatures déguisées en démocratie par la tenue d'élections simulacres.

Censure horizontale

Même si les États démocratiques y ont parfois recours pour la protection des mineurs ou exceptionnellement en temps de guerre, la censure d'État relève foncièrement de l'autoritarisme. En tant que régimes politiques procédant sur le principe de l'imposition versus le principe démocratique du libre choix, les régimes autoritaires mettent en effet en place un contrôle sur les populations et interdisent pratiques et propos contraires à leur idéologie et à leur mode de fonctionnement. Selon le type d'institutionnalisation du régime dictatorial, la censure est soit légale et exercée par des institutions spécifiques, ou de fait, mais elle est inhérente à toutes les dictatures.

Dans un cas comme dans l'autre, on est dans le schéma classique de la censure exercée par un pouvoir politique autoritaire sur la société, et c'est celui qui vient le premier à l'esprit lorsqu'on parle de « censure ». On pense à la censure royale et à celle de l'Église sous l'Ancien régime, ou encore à la censure des régimes autoritaires modernes comme celle qui s'exerça dans la presse sous Pétain par exemple, ou à travers des interdits culturels : le jazz sous le nazisme, le rock sous Videla en Argentine, la musique andine sous Pinochet, ou encore « l'art dégénéré » sous Hitler comme sous Staline, ainsi que des modes vestimentaires comme le style zazou en Allemagne nazie, le port de la barbe sous Pinochet, etc.

Et bien sûr, les polices des mœurs dans les théocraties islamistes sont des institutionnalisations de la censure d'État. On connaît la « police de la vertu » en Iran et le « Département de la Promotion de la Vertu et de la Prévention du Vice » des Talibans en Afghanistan. Traque du moindre propos « blasphématoire » et d'écrits clandestins, mais aussi des femmes mal voilées ou maquillées dans les rues, d'alcool, de vidéos et de musique « impie » dans les domiciles privés. Les contrevenants risquant les flagellations mortelles ou presque, et les exécutions spectaculaires: lapidations, pendaisons, décapitations. Tous les pays régis par la Charia ont leur police des mœurs, de la Malaisie à l'Arabie Saoudite (les *Muttawa*, forces de la police religieuse saoudienne comptant des informateurs à travers tout le royaume).

Mais il existe aujourd'hui une autre forme de censure qu'étatique, toujours en vigueur au demeurant dans les dictatures de tout type (qui sont légion de nos jours encore, de la Russie à l'Iran, de la Chine à l'Algérie en passant par Cuba, la Corée du nord ou le Zimbabwe). Cette autre censure qui n'est plus institutionnelle vient du cœur de la société elle-même, les pressions se faisant de plus en plus nombreuses et violentes de la part de certains groupes minoritaires très mobilisés. La morale se substitue alors au droit. Une légitimité auto-proclamée prétend se substituer à la légalité. Qu'importe qu'il y

ait prescription ou que la justice soit déjà passée, la réprobation morale s'érige en norme supérieure à la loi ; et a fortiori si la justice a statué mais trop mollement de l'avis de certains, la condamnation populaire n'en sera que plus vengeresse. Se répand ainsi la pratique du « *name and shame* », consistant à dénoncer publiquement une personne, un groupe ou une entreprise qui agirait de manière fautive moralement même si elle n'est pas forcément condamnable juridiquement.

Dans nos pays démocratiques occidentaux, la mise au pas, la « mise en conformité » (*Gleichschaltung* disait-on sous le nazisme) est à nouveau partout à l'ordre du jour, mais pas du fait de l'État. Ce sont des groupes militants qui instaurent la censure, et comble de cynisme, c'est le plus souvent au nom du « droit à la différence », au nom des particularismes contre l'universalisme prétendument instrument de domination, que se met en place le système d'intimidation. L'autocensure fait alors fonctionner la machine plus sûrement que ne le ferait une censure officielle. Car la montée aux extrêmes par la banalisation de la violence en parole et en acte va de pair avec la généralisation des attitudes « profil bas » et l'obsession de « ne pas faire de vagues ». Radicalité et conformisme vont de pair dans tous les autoritarismes. Bernardo Bertolucci⁸ avait pointé cette caractéristique des fascismes.

Conformisme

Ne pas rester seul, faire groupe, appartenir à un clan, à une communauté, se sentir protégé et conforté dans un choix qui consiste à ne plus choisir par soi-même, voilà le confort recherché par le conformiste. Car l'individualisme, que l'on confond trop souvent avec l'égoïsme et le consumérisme de nos sociétés occidentales, est difficile à assumer. Il faut bien des ressources psychologiques, intellectuelles, voire matérielles, pour s'affirmer comme un individu libre et assumer ses choix. Le besoin de se conformer pour soi-même se retourne en volonté d'imposer à tous la parole d'orthodoxie que l'on vient de découvrir ou de redécouvrir. Et les nouveaux conformés deviennent de farouches policiers des mœurs.

De nos jours comme depuis toujours dans les époques de crises, le plus grand nombre est en perte de repères et de sens, et en demande de paroles rassurantes qui retissent des liens. L'adhésion à des communautés particulières, construites en sécession d'avec la collectivité nationale, induisent des attitudes sectaires et séparatistes et versent dans l'autoritarisme. Comme hier le fascisme, l'islamo-fascisme mais également des groupes autoréférencés sur des bases raciales, sexuelles ou genrées, physiques (comme le surpoids) ou alimentaires (comme les véganes), proposent des cadres simplistes et accueillent dans des communautés séparées des personnes désorientées et décervelées. C'est alors au minimum le règne d'un terrorisme du politiquement correct et de l'autocritique permanente, et au pire, des violences physiques allant jusqu'aux assassinats. Tous les rétifs et bien sûr les gouvernants et ceux que l'on peut accuser de profiter de la crise et des mutations en cours sont alors pêle-mêle considérés comme des coupables à châtier.

Comme sous tous les totalitarismes, une minorité d'activistes confortés par le silence lâche et/ou complice d'une large majorité, terrorise les opposants potentiels, les dissidents et les réfractaires passifs. Le conformisme choisi des uns alimente celui subi des autres, et réciproquement. Quant aux contrevenants téméraires, insouciantes ou inattentifs, ils seront sévèrement réprimés. Il devient alors quasiment héroïque de défendre les « valeurs révolutionnaires qui, depuis le 18^{ème} siècle, font la grandeur de la culture européenne » et « la discipline que requiert la construction d'un homme libre, capable de soutenir les exigences du débat démocratique et du vivre-ensemble, l'autonomie n'étant pas simplement une idée abstraite, mais une manière d'être » (Laignel-Lavastine, 2015).

On note en effet parallèlement, une montée des injonctions à la conformité et de l'autocensure, du refus du débat contradictoire et du conformisme. Tandis que l'intensité de la violence de certains augmente, d'autres cherchent à éviter le conflit en évitant de provoquer par leurs mots et leurs attitudes. Or, cette lâche posture face aux extrémismes qui se renforcent, vient finalement alimenter elle aussi la spirale de la violence. Le conformisme en se généralisant, conforte le repli communautaire fondé lui-même sur des processus de mise en conformité des membres de chaque communauté. Le discours lénifiant sur le « vivre ensemble » et la tolérance soutient in fine les revendications particularistes tous azimuts et acquiesce tacitement à la censure des minorités.

L'obsession de la transparence, le lynchage médiatique, l'instauration d'une justice populaire, la sanctuarisation de la figure de victime, sont des phénomènes qui se sont installés progressivement, insidieusement, le droit suivant le courant de l'opinion. Le processus de victimisation au sein de la société réclame sans cesse en effet un élargissement des « dispositions permettant d'assurer le respect des droits des personnes victimes, notamment, d'infractions pénales et en particulier d'actes de terrorisme, d'accidents collectifs, de sinistres sanitaires, industriels, alimentaires ou de santé publique, d'accidents écologiques, industriels, de catastrophes naturelles ou encore de discriminations et d'atteintes aux droits fondamentaux⁹ ». Mais au-delà des politiques publiques, ce sont des dispositifs à la fois psychologiques et sociaux qui se déploient pour sacraliser la victime.

La systématisation des « cellules psychologiques » après un événement traumatique quel qu'il soit, mises à la disposition des collectivités que l'on considère concernées bien au-delà du cercle des victimes directes et de leurs proches, est significative de cette nouvelle mentalité qui s'est constituée à partir des années 90 et n'a cessé depuis de se renforcer. La multiplication des « marches blanches » en toute occasion, qu'il s'agisse pêle-mêle d'un at-

⁸ Voir (et revoir) *Il Conformista*, film du réalisateur italien sorti en 1970.

⁹ Décret français n° 2017-1072 du 24 mai 2017.

tentat meurtrier de masse ou non (terroriste islamiste le plus souvent), d'un assassinat brutal pour un motif futile, d'une catastrophe (naturelle ou accidentelle), d'une disparition non élucidée, d'un infanticide au sein d'une famille ou de viols d'enfants avérés ou supposés, est également symptomatique de cette propension à « faire victime » et de la compassion conformiste généralisée (feinte ou sincère) à l'égard des victimes réelles ou fantasmatiques.

La société toute entière va alors se configurer en deux groupes antagonistes : d'un côté les victimes notamment d'abus sexuels et de discriminations racistes et leurs défenseurs inconditionnels, de l'autre côté les supposés coupables et leurs -prétendus- soutiens actifs ou passifs. Car qui ne défend pas assez fort les victimes déclarées est taxé au mieux de complicité, au pire de crime et tous sont condamnés a priori, la justice étant interpellée pour venir confirmer la sentence populaire.

L'accusation « d'abus sexuel »

Les possédées et leurs exorcistes, les sorcières et leurs inquisiteurs, les flagellants et les croisés des temps obscurs font ainsi retour, enténébrant un peu plus encore notre époque déjà bien inquiétante. Parmi les cortèges « intersectionnels¹⁰ » de repentis et de pénitents, l'accusation d'abus sexuel est une arme majeure de la dénonciation de l'Occident honni, en l'occurrence dit « hétéronormé », « patriarcal » et « viriliste ». Du compliment badin et du regard admiratif ou lubrique au viol meurtrier, en passant par la remarque salace, le geste déplacé et le harcèlement, il y aurait un « continuum » « systémique ».

La nature foncièrement violeuse des hommes relèverait du déni et d'une révoltante impunité judiciaire. Des justiciers auto-proclamés se sentent donc le devoir sacré de se lever. On amalgame alors pêle-mêle les enfants réellement victimes d'inceste et les femmes battues ou brutalement violées, aux adolescentes « sous emprise » de Pygmalions quadragénaires, aux victimes supposées « en sidération » et à toutes celles qui en séries effarantes se souviennent soudainement d'un traumatisme vieux de plusieurs décennies.

Toute mobilisation populiste reposant sur le principe de la légitimité absolue de la volonté du « peuple », et du caractère incontestable de sa parole, le mouvement néo-féministe de type féminiciste (essentialisant les femmes comme des victimes actuelles ou potentielles (Fregosi, 2019), proclame donc « Femmes on vous croit !¹¹ ».

¹⁰ Pour Marie Eaton, « l'intersectionnel se définit comme une oppression « issue de la combinaison de diverses oppressions qui, ensemble, produisent quelque chose d'unique et de différent de toute forme de discrimination individuelle » : « Patently Confused, Complex Inequality and Canada v. Mossop », Edmonton, Revue d'études constitutionnelles, vol. 1, 1994 (pp. 203-229). Pour une analyse critique du concept, voir notamment Szlamowicz, 2022.

Certes, les violences faites aux femmes comme celles ressortant d'idéologies racistes ou antisémites sont intolérables et doivent être réprimées et sanctionnées sévèrement selon les lois en vigueur. Les victimes de ces violences doivent être entendues, défendues, reconnues voire indemnisées. L'arsenal juridique a déjà évolué en ce sens et peut être encore amélioré. Par ailleurs, une réflexion approfondie doit être menée pour analyser les ressorts de ces violences. Or, il est loin d'être assuré que la catégorie générale de « victime » soit l'alpha et l'oméga de l'analyse. D'une part parce que les auteurs de ces violences relèvent de logiques et de dynamiques sociales différentes. D'autre part, parce que les agresseurs peuvent être eux-mêmes des victimes par ailleurs, et vice-versa. Enfin parce que l'endossement du rôle de victime ne favorise pas forcément la résilience.

Pour une femme, vouloir « être reconnue comme victime » ou vouloir « faire reconnaître son violeur comme agresseur [,] la nuance est de taille. (...) Le but du féminisme n'est pas de présenter des femmes une image de victimes ». Ainsi s'achevait en 1977 l'ouvrage de deux fondatrices du MLF (Pisan; Tristan, 1977). L'époque a manifestement changé. Néo-féminisme et antiracisme identitaire saturent aujourd'hui les médias de leurs revendications victimaires. Et les réseaux sociaux sont devenus les chambres d'écho et d'enregistrement de ces plaintes en cascade.

Le MLF dès le début des années 70 était divisé entre deux grands courants principaux (avec des variantes et des croisements multiples au demeurant). D'un côté, les « Féministes révolutionnaires » se revendiquaient à la fois héritières des suffragettes et porteuses du courant libertaire anarchisant à travers des actions symboliques comme la cérémonie de la femme du soldat inconnu à l'Arc de Triomphe ou le *Manifeste des 343 salopes* en faveur de l'avortement. Et d'un autre côté, le groupe « Psychanalyse et Politique » qui s'enfermait dans un cénacle féminin, rejetait le terme même de « féministe » et développait l'idée d'une nature féminine irréductible centrée sur la maternité et un type de sexualité caractérisé par la douceur. Son chef de file Antoinette Fouque affirmait ainsi l'existence d'une libido spécifiquement féminine « située à un stade génital post-phallique », de type oral-vaginal, opposée à la sexualité masculine génitale phallique-anale (Fouque, 1995). C'est dans cette logique que s'inscrivent les différentes luttes contemporaines contre « le mâle blanc dominant » a priori potentiellement violeur, harceleur, usager violent de prostituées.

¹¹ Voir par exemple « Femmes, on vous croit ! », <https://www.youtube.com/playlist?list=PLs-VuNa-HOPbGngz9mb76qEoqXdEJ4bz3M>.

Le droit à la différence met l'accent non plus sur le principe d'égalité hommes/femmes mais sur la spécificité physique –en l'occurrence l'infériorité supposée- des femmes et leur position de victime potentielle systématique car systémique (relevant de la nature –essentielle ou conjoncturelle- des rapports homme/femme). Refusant de prendre en compte la réduction certes trop lente mais inconstatable des inégalités de sexes en Occident depuis plusieurs décennies les néo-féministes renoncent à l'égalité des droits au profit du droit à la différence. Plutôt que de revendiquer et de pratiquer l'égalité hommes/femmes dans l'excellence, la bravoure ou l'intelligence comme dans la bêtise, la médiocrité et la méchanceté, ces étranges féministes vantent une féminité de la douceur, de la maternité allaitante et de la faiblesse physique, qui irait de pair avec une prétendue supériorité de l'âme des femmes et une nature de victime.

Point de femmes dominantes, dominatrices voire prédatrice et agressive (comme en témoigne cependant par exemple le nombre non négligeable d'hommes battus estimé en France à 27 % des cas de violence conjugales et 17 % des cas mortels) (Marchand, 2015), point de femmes à l'activité sexuelle affirmée, aux désirs revendiqués (comme en témoigne par exemple l'augmentation de la consommation de sexe commercial par des femmes) (Kingston et al., 2020), point non plus d'admiration pour les splendides combattantes kurdes engagées contre Daech et les brillantes militaires françaises de plus en plus nombreuses dans toutes les armes.

Ce courant que l'on pourrait qualifier de féminiciste plus que féministe, en faisant paradoxalement glisser le concept de genre (construit) sur la différenciation radicale des sexes (nature essentialisée), a insidieusement contribué à la promotion d'une nouvelle forme d'infantilisation des femmes qui seraient a priori des proies pour les hommes, dans les rues et au travail comme dans l'espace domestique.

En « naturalisant » LA femme et les relations homme/femme, les néo-féministes en arrivent à nier la dimension culturelle de l'oppression des femmes et partant, toute différence entre les situations des femmes à travers le monde et les sociétés. Elles soutiennent ainsi une position relativisante à l'égard des atteintes aux droits des femmes que sont le voilement partiel ou total du corps des femmes par l'islamisme, la réclusion domestique, la réduction du rôle des femmes à la reproduction, et même l'excision. Mais la complaisance se fait complicité lorsque certaines les néo-féministes acceptent comme des leurs les « féministes islamiques » et considèrent que le voile est bien une protection des femmes contre la concupiscence des hommes.

Zahra Ali, sociologue française, qui travaille sur les questions de genre et de racisme en relation avec l'Islam et auteur notamment de l'ouvrage *Féminismes islamique* (Ali, 2012) s'affirme en effet « féministe islamique ». Elle rejette à ce titre l'universalisme et le féminisme humaniste au motif qu'il serait « occidental » et « donc » oppressif. Elle écrit ainsi: « pour ce qui est d'Élisabeth Badinter, je dirais qu'elle est la représentante du féminisme hégémonique

qui n'existe que par la désignation de l'Autre : musulman, arabe, femme voilée et jeune de banlieue...» (Ali, 2013). Il existerait donc un féminisme non-occidental qui en serait même comme le double inversé. Le voilement du corps des femmes, en dépit de la symbolique de soumission des femmes commune aux trois religions monothéistes comme à toute société traditionnelle, et en contradiction avec toute sa profondeur historique, serait au contraire le signe de l'émancipation des femmes musulmanes. Mais il ne s'agirait pas tant d'émancipation par rapport à la domination des hommes, que d'une libération de la prétendue domination de l'Occident, le terme de féminisme se trouvant de fait perverti.

Le qualificatif de « néo-féministe » est alors justifié pour caractériser ce courant différencialiste, dans la mesure où tout phénomène « néo » réalise à la fois une filiation et une trahison du passé. Le courant féministe auquel se rattachent les néo-féministes existe en effet au sein de la nébuleuse féministe depuis la naissance du MLF, mais il en côtoyait d'autres et formait avec eux des alliances ou des alliages complexes contribuant à la flamboyance provocatrice du mouvement. Mais ce féminisme vengeur occupe aujourd'hui une position hégémonique et tend à réduire au silence d'autres conceptions de la libération des femmes.

La « victimisation » compulsive dans laquelle s'enferme notre époque ne favorise pas la résilience des victimes, et tend à séparer la société en deux classes distinctes : victimes d'un côté, coupables de l'autre. Au risque de simplifier la réalité à l'extrême. L'extrémisme refuse en effet la complexité (ne pouvant concevoir qu'une victime puisse être également coupable) et va jusqu'à inverser les rôles pour faire correspondre le réel à sa vision du monde. Le retournement-détournement de sens étant à la fois le symptôme et l'arme du justicialisme, la notion de « politiquement correct » se trouve-t-elle aussi instrumentalisée par le populisme pour stigmatiser ses adversaires alors même que la violence populiste (symbolique et réelle) en conçoit un répertoire rigoureux censé réorganiser la société et le monde.

L'antisémitisme reste le meilleur coagulateur populiste

Dans la mouvance Woke, la question féministe est une thématique majeure de mobilisation anti-occidentale, faisant jeu égal avec un néo-antiracisme renvoyant de façon obsessionnelle et paradoxalement, chacun à sa couleur de peau tout en affirmant que la race est une construction sociale qui relèverait de la domination blanche (Voir notamment Tarik Yildiz, 2010). « Pour déconstruire le racisme, il faut commencer par reconnaître l'étendue du privilège blanc » considèrent donc les antiracistes wokes. (Eddo-Lodge, 2021). Or, ce prétendu « privilège blanc » a donné naissance à un autre avatar: à la mi-juillet 2020, un nouvel hashtag #JewishPrivilege (« privilège juif »), est apparu sur Twitter, repris par plus de 122 000 messages antisémites en 24 heures. Cette thématique des Juifs qui seraient des privilégiés, des profiteurs, des exploités, des suppôts du capitalisme, n'est pas nouvelle. Elle est la matrice de l'antisémitisme « de gauche », ce qu'August Bebel appelait « le socialisme des imbéciles », mais on la retrouve aussi dans une partie de l'extrême droite,

celle que l'on qualifie parfois de fascisme social-révolutionnaire (présente notamment au sein des SA en Allemagne dans les années 20-30-40).

L'hostilité envers les Juifs peut apparaître sous différentes formes à toutes les époques et en tout lieu, de la plus haute antiquité à nos jours, de l'Orient à l'Occident, et de gauche à droite dans le spectre politique. A son origine, l'antisémitisme est à la fois religieux, antijudaïsme chrétien puis musulman, et « national », c'est-à-dire antagoniste à la nation juive enracinée dans sa terre. La pax romana a ainsi effacé le nom du territoire des vaincus, la Judée.

Plus tard face à la permanence du *Yichouv* (persistance et retours récurrents des Juifs sur leur terre), les empires musulmans (califal et ottoman), ont réinvesti, par l'instauration de la *dhimma*, l'interdiction faite aux Juifs d'avoir un territoire national.

D'autres formes d'antisémitisme viendront ensuite s'ajouter à ces deux versions originelles, en fonction des époques et des groupes qui s'en nourrissent et le diffusent. L'antisémitisme raciste apparaît ainsi avec la *ley de pureza de sangre* espagnole (« loi de la pureté du sang ») dès 1449 pour interdire l'accès à certaines fonctions rémunératrices et postes de prestige aux « nouveaux chrétiens » (les Juifs convertis sincèrement au catholicisme, contrairement aux « marranes », terme péjoratif désignant les Juifs formellement convertis mais qui judaïsent en secret). Cet antisémitisme prendra bien sûr toute son ampleur avec les théories racistes du 19^{ème} siècle, et sa forme la plus terrible avec la doctrine nazie et son passage à l'acte génocidaire. À la même époque prend corps également un autre type d'antisémitisme: anticapitaliste, dans ses versions marxistes et proudhoniennes.

Aujourd'hui, c'est essentiellement l'articulation entre un antisémitisme anticapitaliste et plus largement anti-élites, et un antisémitisme de la nation, dit « antisionisme » (de fait opposé à l'existence de l'État d'Israël) qui est le plus répandu et le plus pernicieux. La diffusion du slogan « privilège Juif » sous la forme moderne du tweet, syncrétise cette détestation des Juifs comme groupe privilégié à tous les sens du terme. La thématique du Juif et de l'argent y est en bonne place, mais un nouvel élément vient s'y ajouter sur le mode du favoritisme : les Juifs bénéficieraient d'un traitement de faveur dans la concurrence victimaire. Les Juifs sont en effet accusés de « profiter » de la Shoah pour se faire plaindre au-delà du raisonnable et tirer des avantages de tous ordres y compris financiers évidemment.

Plus récemment, cet antisémitisme anti-israélien articule antisémitisme et racisme anti-blanc, le Juif étant considéré comme un agent de l'impérialisme américain, un colonialiste, ancien supplétif des colons français, nouveau « colon » des « territoires occupés », capitaliste, mondialiste. Les Juifs sont alors définis en quelque sorte comme des « super-blancs ». Les « métèques », les « sangs mêlés » de l'antisémitisme raciste des 19^{ème} et 20^{ème} siècles, sont devenus les « Blancs » les plus honnis dans la vision « racisée » d'un monde où s'affrontent à nouveau radicalement les races.

L'antisionisme antisémite entre ainsi en congruence particulière avec le populisme justicialiste de droite et de gauche, croisant les deux formes de populisme: le socio-populisme (« contre les riches ») et le national-populisme (contre les étrangers et/ou l'impérialisme et/ou le mondialisme). La victimisation du peuple est en effet consubstantielle à l'affirmation de l'impunité des puissants et au prétendu « deux poids deux mesures » qui les favoriserait toujours. Parmi ces favorisés, les Juifs accusés de « profiter » de tout y compris de la Shoah, occupent une place privilégiée en quelque sorte.

C'est dans cette logique que les attentats du 11 septembre 2001 ont pu donner lieu à des expressions de joie et à leur « compréhension » eu égard à l'humiliation prétendument subie par les populations musulmanes à travers le monde et tout particulièrement en Israël. On se souvient de Jean Baudrillard qui s'exaltait à « la jubilation prodigieuse de voir détruire cette superpuissance mondiale²⁹ » ou Jacques Derrida qui sous-entendait que les États-Unis avaient en quelque sorte provoqué les attentats par leur politique agressive à travers le monde et marquait une certaine admiration pour le choix hautement symbolique des cibles visées le 11 septembre (Borradori, 2003, pp. 95-96).

Argumentation de l'excuse qui s'est poursuivie de l'attentat contre Charlie en 2015 jusqu'à aujourd'hui. Sur les traces d'Edward Saïd qui estimait que les Palestiniens constituent « peut-être un peuple exceptionnel » (ce qui était involontairement ironique pour un peuple inventé sur le mythe de la nakba, et retournant sournoisement la notion de peuple élu) (Saïd, 1979), Noam Chomsky comparait les réactions occidentales à l'attentat contre Charlie, à celles de « l'assaut vicieux d'Israël contre Gaza en 2014 » (Chomsky, 2015). Et après l'attaque terroriste du Hamas le 7 octobre 2023, le communiqué de LFI à l'Assemblée nationale excusait le raid assassin du Hamas sur le territoire israélien en affirmant que « L'offensive armée de forces palestiniennes menée par le Hamas intervient dans un contexte d'intensification de la politique d'occupation israélienne à Gaza, en Cisjordanie et à Jérusalem Est ».

L'antisionisme : antisémitisme contemporain

Dans la logique imbécile selon laquelle une victime ne peut être un bourreau (et réciproquement), si Israël est puissant et que les Palestiniens en sont les victimes, toute la faute de l'antagonisme ne peut reposer que sur Israël. En 1968 (un an après la Guerre des Six jours gagnée par Israël), Jacques Vichniac écrivait déjà:

Les néo-antisémites ne veulent reconnaître Israël que s'il conserve en tant qu'État les constantes spécifiques négatives qui furent les siennes en tant que peuple : précarité, vulnérabilité, minorité, aliénation. Si Israël acceptait ces constantes, endossait les malheurs et la malédiction du Juif errant, ils iraient jusqu'à le plaindre, puisque aussi bien, en leur qualité d'hommes de gauche, ils ne marchandieraient pas leur pitié aux Juifs persécu-

tés. Du moment qu'Israël ne joue pas le jeu, c'est qu'il triche. Qu'il ait vaincu leur paraît proprement inconcevable.¹²

Ce « nouvel antisémitisme » qu'est l'antisionisme, est donc devenu l'un des piliers idéologiques non seulement des islamistes à l'offensive, mais aussi de la gauche radicale : des propalestiniens maoïstes arborant le keffieh dès les années 70 aux justiciers de *Nuit debout* faisant une large place au stand anti-Israël BDS (« Boycott, Désinvestissement, Sanctions ») et aux élus de *LFI* s'assurant une base électorale « musulmane ». Au demeurant, cette gauche « radicale » se trouve en phase avec le nationalisme « palestinien » également parce qu'il fait écho à d'autres nationalismes désormais réinvestis par elle : auto-défense du peuple contre les forces multinationales, l'Europe, le FMI, la Banque Mondiale, « la Finance ».

La « question juive » formulée aujourd'hui autour de l'existence de l'État d'Israël fait en effet partie intégrante du discours contre l'impérialisme américain, le néocolonialisme occidental et les élites mondialisées, qui est au cœur de la mobilisation populiste. La revendication justicialiste vécue sur le mode de la revanche, de la vengeance populaire, de la libération de la domination qu'exercent les élites, est alors fantasmée comme une décolonisation et le racisme antiblanc est ainsi justifié sur le même mode que l'antisémitisme antisioniste. Cette mouvance contestataire de l'ordre républicain et éminemment conflictuelle, a ainsi mis au centre de son indignation la question palestinienne, comme l'a exposé Stéphane Hessel : « aujourd'hui, ma principale indignation concerne la Palestine, la bande de Gaza, la Cisjordanie. Le conflit est la source même d'une indignation ». (Hessel, 2011, p. 17).

Au-delà d'une familiarité structurelle (polarisation, désignation de l'ennemi anti-peuple, logique du complot), l'antisémitisme et le populisme participent d'une dynamique mobilisatrice commune : l'appel au peuple des populismes apportant sa caution à l'antisionisme, la détestation anti-juive consolidant en retour la convergence d'éléments épars, venus de la droite et de la gauche, de traditions religieuses, de nationalismes divers et de révoltes spontanées. Une nouvelle fois, l'antisémitisme, ici sous sa forme antisioniste, participe de l'attaque contre la démocratie, en promouvant le racisme anti-blanc, en réarticulant religion et politique, en subvertissant l'idée de justice, en valorisant la violence révolutionnaire.

Le propre de l'action populiste est en effet sans doute son caractère non-institutionnel: le peuple se réalise, prend forme et réalité dans l'action spontanée

¹² Voir Givet, 1968 (pseudonyme littéraire de Jacques Vichniac).

qui en un instant fait unité d'une pluralité éparse. Pas de véritable mouvement populiste sans mouvement de foule c'est-à-dire sans « débordements »; débordement de l'affect et de l'action, car « la formation d'une foule exige l'exaltation et l'intensification des émotions » comme le dit Ernesto Laclau reprenant presque mot pour mot une phrase de Freud¹³.

Certes il ne s'agit pas d'une communauté planétaire formant une unité solide et ponctuellement, des éléments du réseau ont également recours à des leaders populistes plus classiques qui bien que n'étant plus aujourd'hui l'alpha et l'oméga du mouvement populiste, en permettent des cristallisations nationales assez fortes et durables pour alimenter la dynamique. Largement diffusée la mentalité justicialiste agrège donc et coagule au gré des événements et des manipulations politiques. De tonalité rouge-brune, la nouvelle rhétorique démocratomorphe oscille ainsi entre spontanéisme des masses, mobilisation autour de divers leaders et coup de force de commandos néo-bolcheviks.

Décus, se sentant trompés, floués par la droite comme par la gauche, ces nouveaux Indignés opposent leur radicalité contre toutes les façons institutionnalisées de faire de la politique y compris celles qui se prétendent antisystèmes. Cette « démocratie à la base » met en scène un peuple qui s'affranchit de la parole prépondérante du leader pour se l'approprier et en donner des variations infinies. Ce peuple prétend à l'égalité avec les puissants, et produit une sorte de populisme sans leader. Une rumeur, un mot d'ordre lancé sur les réseaux sociaux, et les chahuts ou les *escraches* prennent forme, les *Black-blocs* se constituent, les actions terroristes se décentralisent comme des bombes à fragmentation.

Émergence d'un « Sud global »

Après le pogrom génocidaire mené par le Hamas en territoire israélien le 7 octobre 2023, comme par un effet paradoxal aigu, les prises de position contre Israël se sont déchaînées aussitôt tous azimuts à travers la planète et dans différents secteurs des sociétés occidentales. Au-delà de la résolution implacable des islamistes à anéantir Israël dans le sang et l'horreur, c'est en somme l'installation de l'antisémitisme à l'horizon d'un « Sud global » en gestation depuis au moins deux décennies, qui s'est manifestée.

¹³ Laclau, 2008 et Freud, 1968 : « Le phénomène le plus remarquable et, en même temps, le plus important d'une formation collective consiste dans l'exaltation et l'intensification de l'émotivité chez les individus dont elle se compose ».

Ni « bloc », ni « axe », ni alliance, ni « Internationale », le « Sud global » se caractérise plutôt comme une dynamique, portée par un conglomérat d'acteurs aux contours mouvants. Or dans la vindicte du Sud global contre un Occident en grande partie fantasmé, l'antisémitisme est systématiquement mis à l'ordre du jour. La lutte contre la « domination » mondiale de ces « super-blancs » que seraient devenus les Juifs depuis qu'ils sont détenteurs d'un territoire national, permet en effet d'agrèger des ressentiments divers et d'articuler des objectifs multiples. La stratégie victimaire de l'offensive islamiste croise la volonté de puissance de l'Iran et de la Turquie mais aussi de la Russie et même de la Chine, l'esprit de revanche des économies émergentes, émergées ou immergées, converge avec la rancœur à l'égard des anciens colonisateurs (entretenu par des gouvernants corrompus et/ou incapables en Afrique, au Maghreb, et jusqu'en Amérique latine et en Asie), et des préoccupations de politique intérieure s'allient aux mouvements décoloniaux et « intersectionnels » à l'échelle internationale.

Avant même la riposte israélienne sur la bande de Gaza, « la rue arabe » mais également les grandes villes occidentales et tout particulièrement les campus universitaires, se mobilisaient. Les manifestations se répétant au rythme des images et des chiffres fournis en majeure partie par le Hamas lui-même, on pointait « l'inhumanité des bombardements massifs » de Tshal sur « la population civile de Gaza ». De Beyrouth au Caire, de Téhéran à Jakarta en passant par Tunis, Damas ou Istanbul, mais aussi de New-York à Londres, et dans les grandes villes de France, des rassemblements en soutien au « peuple palestinien » se tenaient aux cris de « Israël assassin » et du sinistre « Allahu akbar ».

Par ailleurs, les actes antisémites augmentaient de façon exponentielle en Occident, notamment en France et en Allemagne comme aux États-Unis, alors que la mobilisation politique et citoyenne contre l'antisémitisme, en faveur de la libération des otages par le Hamas ou en soutien au droit à l'existence d'Israël, peinait quant à elle, à se pérenniser. Le Hamas, branche palestinienne des Frères musulmans, par l'instrumentalisation qu'en a faite l'Iran, devenait désormais le porte-drapeau de la lutte mondiale contre Israël, le héros de ladite « résistance palestinienne », emblème de toutes les luttes contre « la domination » de par le monde.

La dimension internationale tant des réactions anti-Israël plus ou moins virulentes, que de la multiplication des actes antisémites, a cependant rarement fait l'objet de véritables réflexions articulées. Ponctuellement, on signalait que Erdogan glorifiait l'organisation frériste palestinienne comme « un groupe de libérateurs », que Moscou avait accueilli une délégation du Hamas, ou qu'en Tunisie le parlement débattait d'un projet de loi visant à condamner pour haute trahison tout Tunisien qui communiquerait ou coopérerait avec « l'entité sioniste ». Mais la similitude des manifestations pro-palestiniennes dans la plupart des pays européens et aux États-Unis, pas plus que la virulence des réactions gouvernementales hostiles à Israël jusqu'en Amérique latine, n'ont guère étonné.

La mobilisation tiers-mondiste était déjà foncièrement populiste : elle se vi-

vait comme une autodéfense, comme une réponse à une violence à l'encontre du peuple et des peuples opprimés, pour la plupart anciennement colonisés. Mobilisations pacifiques, réunions internationales, actions de solidarité, mais également soutien à des actes terroristes comme ceux du groupe palestinien *Septembre Noir*, ont été ainsi intégrés dans une même chaîne de solidarités. Si le tiers-mondisme, caractérise le gauchisme des années 60-70, son esprit de vindicte revancharde perdure, réinvestissant de nouvelles vagues de mobilisation. La sensibilité tiers-mondiste s'est ainsi adaptée à la nouvelle donne des années 2000, en corrélation avec la montée de l'islamisme, des nouvelles « religions séculières » en gestation, et les offensives des trois proto-totalitarismes (démocraties à visée totalitaire) russe, iranien et turc.

Les attentats du 11 septembre 2001 ont donné lieu à des sentiments de revanche, voire à des expressions de joie dont les plus douces se présentaient comme de la « compréhension » à l'égard de l'humiliation prétendument subie par les populations musulmanes. Dans ces premières années du troisième millénaire, s'est formé un vaste réseau informel entre eux ceux qui se retrouvent au moins sur une des thématiques suivantes formant une « chaîne d'équivalences » : l'anti-élitisme, l'anti-impérialisme, l'anti-occidentalisme, l'antisionisme. Les « Indignés » du monde entier conspuent à nouveau tous les puissants, leur immoralité, leur impunité, leur impudicité ; ils réclament justice, une justice populaire qui condamne a priori et sans jugement les ennemis du peuple puisqu'ils sont par principe corrompus, pervers et licencieux.

Lorsque *Daesh* prit le relais en 2014, déclarant instaurer le califat, la dimension mondiale de l'offensive islamiste ne pouvait plus être ignorée, d'autant que les attentats djihadistes se multipliaient dans toutes les régions du monde. Par ailleurs, la Russie de Vladimir Poutine se révélait expansionniste en agressant la Géorgie en 2008 et l'Ukraine une première fois en 2014, tandis que l'Iran travaillait résolument à devenir une puissance nucléaire tout en entretenant ses « proxys », que la Turquie d'Erdogan élargissait son domaine en territoire kurde, et que la Chine augmentait sa pression sur Taïwan après avoir mis au pas Macao et Hong Kong. Des conflits armés d'une grande cruauté s'éternisaient comme au Congo ou, au Yémen, les coups d'États se multipliaient en Afrique, la violence du narcotraffic et des gangs explosait au Mexique et en Amérique centrale, tandis que des dictatures poursuivaient imperturbablement leur répression du Venezuela à la Birmanie en passant par l'Afghanistan avec le retour des Talibans.

Manifestement, le monde ne suivait pas la voie irénique dont on avait pu rêver après la chute de l'URSS. Mais ce « désordre mondial » n'est entropie qu'en apparence, une nouvelle ligne de clivage se dessine, envisagée de façon prémonitoire par Samuel Huntington dès 1997 et trop hâtivement rejetée comme une ineptie par le politiquement correct : une lutte des sociétés non-occidentales (islamiques et asiatiques tout particulièrement) contre l'Occident.

Or Huntington faisait une analyse bien plus subtile que la critique hâtive ne le laissait croire. Dans cette offensive de ce que l'on qualifierait aujourd'hui

du Sud global, il pointait « le déclin moral, le suicide culturel et la désunion politique » de l'Occident. La détresse psychologique vécue par l'Occident face à la remise en cause de sa suprématie historique, induit en effet des attitudes de résignation fataliste et de soumission, de dhimmitude volontaire pourrait-on dire. Et l'apathie occidentale largement partagée face aux massacres du Hamas du 7 octobre 2023, aux réactions hostiles à Israël, et plus généralement aux manifestations de l'antisémitisme d'origine islamiste, est alors comme la parabole de la montée en puissance de cet acteur d'un nouveau type qu'est le Sud global.

Conclusions

À l'ère de l'internet, la mobilisation populiste s'organise et s'entretient de façon autonome et autoréférencée à travers les blogs et les réseaux sociaux. Les leaders n'en sont que des porte-paroles occasionnels et éphémères, qu'ils appartiennent au monde politique, à ceux des médias ou du spectacle. Le temps que dure une campagne de promotion personnelle autour d'un livre, d'une série télévisée ou d'une nomination. Au demeurant, la lame de fond du ressentiment continue d'agiter la population, faisant vaciller les fondements de l'État de droit, de la libre pensée et de la concorde nationale. Mais le business justicier n'en a que faire. Et le populisme est sans doute la forme politique la plus répandue aujourd'hui dans le monde, que ce soit dans les systèmes démocratiques ou au sein des régimes autoritaires.

Références

BRAUNSTEIN, Jean-François, *La religion woke*, Paris: Editions Grasset, 2022.

CAVARROZZI, Marcello. "Grandeur et décadence du modèle étato-centrique en Amérique latine", *Revue Cahiers des Amériques latines*, 26, Paris 1997.

CHOMSKY, Noam. "Paris attacks show hypocrisy of West's outrage", *CNN*, 20 janvier 2015, <https://edition.cnn.com/2015/01/19/opinion/charlie-hebdo-noam-chomsky/index.html>. accessed on 07/12/2024.

FREGOSI, Renée. "La dérive propalestinienne de la gauche socialiste", *Commentaire* n° 176, Paris, décembre 2021, pp. 747-755.

_____. *Français encore un effort... pour rester laïques !* Paris: Éditions L'Harmattan, 2019.

_____. *Parcours transnationaux de la démocratie. Transition, consolidation, déstabilisation.* Bruxelles: Éditions Peter Lang, 2011.

FREUD, Sigmund. *Psychologie collective et analyse du moi*. Paris: Editions Payot, 1968.

GIVET, Jacques, *La gauche contre Israël? Essai sur le néo-antisémitisme*, Paris: Éditions Jean-Jacques Pauvert, 1968.

HIVERT, Anne-Françoise. "Au Danemark, le bloc de gauche de la première ministre Mette Frederiksen remporte les élections législatives", *Le Monde*, 2 novembre 2022.

HEINICH, Nathalie, *Le Wokisme serait-il un totalitarisme?* Paris: Éditions Albin Michel, 2023.

HESSEL, Stéphane. *Indignez-vous!* Paris: Editions Indigène, 2011.

LACLAU, Ernesto. *La Raison populiste*. Paris: Editions du Seuil, 2008.

LAIGNEL-LAVASTINE, Alexandra. *La pensée égarée*. Paris: Éditions Grasset, 2015.

PISAN Annie de; TRISTAN, Anne. *Histoires du M.L.F.* Paris: Editions Calmann-Lévi, 1977.

PROKHORIS, Sabine, *Le mirage #MeToo*, Paris: Éditions du Cherche Midi, 2021.

SALVADOR, Xavier-Laurent. *Petit manuel à l'usage des parents d'un enfant woke*. Paris: Editions du Cerf, 2022.

SZLAMOWICZ, Jean, *Les moutons de la pensée*, Paris: Éditions Le Cerf, 2022.

TAGUIEFF, Pierre-André, *L'illusion populiste*, Paris: Éditions Berg International, 2002.

VALENTIN, Pierre, *Comprendre la révolution woke*, Paris: Editions Gallimard 2023.

YILDIZ, Tarik, *Le Racisme anti-blanc. Ne pas en parler, un déni de réalité*, Nîmes: Éditions du Puits de Roulle, 2010.

CAPÍTULO 2

THE CULTURE WAR IN 21ST CENTURY EUROPE AND POPULISM

Hugo Rogelio Suppo - Leandro Gavião

Introduction

In 2017, the *Cambridge Dictionary* declared populism the word of the year, describing it succinctly as a set of "political ideas and activities that are intended to get the support of ordinary people by giving them what they want". A quick search for the same word in Google Scholar in February 2023 came up with impressive results: over 485,000 references. The term has also gained prominence in mainstream media as the focus of major news reports or debates on television, in podcasts, or other media. In bookstores, numerous books on the topic have made the best-seller list. Therefore, populism has clearly become one of the most talked-about issues among a wide range of audiences, in both the academic world and other dimensions of civil society.

This means that there is obviously a variety of perspectives on this subject, ranging from a handful of optimistic authors who see populism as a "natural" phase of democracy (Anselmi, 2018) to a vast majority of scholars who view populism as a symptom of the crisis of democracy (Albertazzi, McDonnell, 2008; Mény, Surel, 2002; Panizza, 2005; Urbinati, 2014; Mounk, 2016). Authors such as Pierre Rosanvallon (2020), professor at the *Collège de France*, prefer to talk about populist movements and regimes, since the relations between populists and democracy vary considerably: they "can oscillate between a tenuous maintenance of the rule of law (thanks to the constitutional checks and balances that still work) and an all-out demagoguery" (2020, p. 83, our translation)¹⁴. It would thus be more accurate to say that populist regimes are often hybrids. To paraphrase Peter Mair (2015), the era of party democracy is over, which allowed the challenge of "governing the void" to emerge.

¹⁴ The original quote in French is: "peuvent osciller entre un maintien ténu de l'État de droit (en fonction des freins constitutionnels encore actifs) et une franche démocratie".

It was in the context of the emergence of populism and the transformation of democracy that the Alternative Right (abbreviated as Alt-Right) arose. Originally from the United States (US), this term is used to describe political parties that are even further to the right on the political spectrum than the democratic right. The term does not, therefore, designate a specific political party or movement, but rather a phenomenon where a large number of individuals express their dissatisfaction with traditional conservatism (Waring, 2018).

Contemporary democracies now face a major dilemma, as these political movements come to power through the ballot box, and not through coups d'état (Levitsky; Ziblatt, 2018). These actors tend to defend a distorted understanding of democracy, described in majoritarian and illiberal terms, thus generating contempt for many of liberal democracy's basic norms and institutions (Zacaria, 1997). In other words, populism presents itself as a threat not to democracy in itself, but to its dominant liberal variant, which according to its adversaries' discourse has become obsolete. In practice, populism is a kind of illiberal democratic response to non-democratic liberalism, or an answer to a supposed democratic deficit.

As autocratization spreads around the world, the issue of the political and social extreme right continues to gain importance, thus further contributing to the conceptual confusion in this era of the crisis of liberal democracy. In European politics, it is increasingly clear that the days of the supremacy of the three main traditional party families – Christian democrats, social democrats, and liberals – have come to an end. Beatriz Acha Ugarte (2018), who studies the political and electoral evolution of the far right in Europe, claims that it is now time to consider the extreme right as part of the mainstream, and not a pathological abnormality.

In recent decades, many of these parties have obtained impressive electoral results (in terms of both votes and number of seats). Indeed, radical right-wing populist parties such as Giorgia Meloni's *Fratelli d'Italia FdI*, *Partij voor de Vrijheid* (PVV) led by Geert Wilders, *Le Pen's Rassemblement National*, the UK Independence Party (UKIP) of Nigel Farage, and Santiago Abascal's *Vox* are becoming more and more influential in European democracies. When one considers the mobilizations of their activists, the number of seats they have won in national parliaments, their presence on social media, and the upward trend in voter support, it is hard to ignore the fact that these groups – after adopting a few programmatic and behavioral changes – already appear to be insiders.

However, as mentioned earlier, "right-wing extremism" is not an objective term; it is often used for political reasons to attack those who do not share "democratic" or "progressive" beliefs. Cas Mudde (2000), for example, found 26 definitions of right-wing extremism in the literature on the topic, in which 58 different characteristics are cited at least once. Only five characteristics are mentioned by half of the authors, which are: nationalism, racism, xenophobia, anti-democracy, and a strong state.

Far right populist parties in Europe share a common logic: they denounce

both internal enemies (“corrupt elites”) and foreign enemies (immigrants, Islam, and the European Union). The divide between Eastern European countries, which are more inclined to tolerate strong, nationalist leaders, and Western Europe, more loyal to the heritage of political liberalism and the rule of law, now appears to be disappearing.

There are also left-wing populist parties and movements, but they have far less power and influence. Markus Wagner and Thomas Meyer (2017) analyzed over 500 party manifestos of 68 political parties from 17 European countries between 1980 and 2014. Their findings show that hegemonic parties on both the right and the left have mainstreamed more and more demands from the radical right, particularly those related to immigration, minorities, and law and order.

Alberto Martinelli (2018: 18-19) contends that populism’s orientation to the left or the right depends on its definition of the concept of “the people” (people-mass or people-nation with its ethnic roots) and of who should be included or excluded from the collective represented by the “people”. Martinelli believes that despite these differences, left- and right-wing populism have several ideological elements in common: (i) the mistrust of the elite; (ii) the emphasis on the people as the legitimate actor of public decision-making; (iii) the rejection of pluralism; (iv) localism versus cosmopolitan culture; (v) simplistic solutions to complex problems; (vi) rejection of modernity, and (vii) lack of ethics of responsibility (in Max Weber’s sense of the term). Jean L. Cohen (2016) adds that both left and right-wing populists in power tend to lean towards authoritarianism and have little commitment to democratic norms. In terms of their differences, John B. Judis (2016) adds that right-wing populist movements tend to be more exclusionary.

Based on the assumption that populism can be used to further any political project, regardless of the ideological outlook, Michael Oswald, Mario Schäfer, and Elena Broda define the concept as follows:

Populism is a mode of political identification which gives rise to negative attitudes towards the country’s stewardship, claiming a neglect of the ‘common people’ by ‘distant elites’. This resulting dualism is mostly a symptom of a deeper dissonance within political systems, championing simple – often curtailed – solutions with a preference for direct democratic elements over political mediation. Populist protests or politics are often illiberal based on a majoritarian claim, an anti-pluralist outlook and a problem attribution to out-groups. Still, populism is not necessarily anti-democratic and it can give voice to those who feel unrepresented or affected by (relative) deprivation. (Oswald, Schafer, Broda, 2022, pp. 22-23).

To contribute to the terminological chaos even further, a wide variety of new terms – most of which are variations or derivatives of the term “populism” – have appeared to define these parties. Mudde (2007, pp. 11-12) analyzed

the titles of books and articles on the subject in several languages and found a plethora of denominations: extreme right, far right, radical right, right, radical right-wing populism, right-wing populism, national populism, new populism, neopopulism, exclusionary populism, xenophobic populism, populist nationalism, ethno-nationalism, anti-immigrant, nativism, racism, racist extremism, fascism, neofascism, post-fascism, reactionary tribalism, integralism, and antipartyism.

The commonality harbored by all these terms is that they describe a specific style or way of doing politics, and not the parties' ideologies. Adding to this dilemma are the opportunistic parties that are constantly reinventing themselves by using catch-all strategies. In view of this, Mudde proposes the use of the term "populist radical right", because it would simplify things by focusing on the fact that all parties in this category defend at least one form of nationalism.

Although it may seem redundant at this point to say this, it is important to note that "populism" is a polysemic word and unlike other "isms" such as socialism, conservatism, or liberalism, populists rarely identify themselves as such (Canovan, 1981).

The global proliferation of the phenomenon in recent years has led some scholars to call the current era the "age of populism" (Krastev, 2011; Nandy, 2019; Ricci, 2020). Other authors, such as Daniele Albertazzi and Duncan McDonnell (2008), refer to contemporary populism as "21st-century populism", while others simply use "neo-populism". Sergiu Miscoiu (2017) prefers to use "populismes avancés" or "advanced populism". The table below presents Miscoiu's summary of the characteristics of "advanced populism" and "historical populism".

Figure 1. Summary of the characteristics of populism

	<i>Critere de la comparaison</i>	Traits du « populisme historique »	Traits du « populisme avancé »
1	<i>Identité populaire</i>	Constitution du peuple	Bricolage identitaire
2	<i>Rapport du populisme au passé</i>	Sacralisation du passé glorieux	Récupération du passé mais « cap sur l'avenir »
3	<i>Mission</i>	Rédemption des masses, transcendantalisme	Accommodation, banalité réformiste
4	<i>Cohérence</i>	Essentialisme, ancrage doctrinaire	Hétérogénéité, interthematisme
5	<i>Rapport du peuple au leader</i>	Admiration, fidélité	« Copinage », loyauté conditionnée
6	<i>Dominante communicationnelle</i>	Rapports directs, mais à sens unique	Rapports indirects, mais à double sens
7	<i>Logique du populisme au pouvoir</i>	Consensualisme	« Polémisme »
8	<i>Durée des effets</i>	Persistance temporelle	Précarité temporelle

Source: Miscoiu, 2017, p. 106.

Michael Oswald, Mario Schäfer, and Elena Broda (2022, pp.6-9) identified nine different theoretical perspectives in the research on populism, which view it as: (i) a strategy of mobilization or mode of organization; (ii) a practice of discourse; (iii) a socio-cultural approach; (iv) a political style (mostly of communication); (v) political opportunism; (vi) an anti-establishment attitude; (vii) a set of ideas; (viii) an attempt of persuasion, and (ix) "Logic (Logic is often seen as a part of the category 'discourse'. But not all approaches do not strictly fit in that category).

In this paper, our approach coincides with number 3 above, which sees populism as a sociocultural phenomenon. In other words, we argue that populist discourse tends to be well received among social segments that are sensitive to the issues and agendas defended by populists.

The cultural causes of populism

Rogers Brubaker (2001) believes that populism today is in the midst of a "perfect storm" generated by the convergence of several crises: economic, political, migration, demographic, terrorist, media, and cultural. Regarding the latter, the author argues that since the 1960s, waves of emancipatory liberalism "have created opportunities for populists to attack political correctness and speak in the name of an aggrieved, symbolically neglected or devalued majority against the alleged privileging of minorities." (Brubaker 2001, our translation).

Brubaker (2017) views populism as a discursive and stylistic repertoire that claims to speak on behalf of the people. It must resonate culturally with people to gain support. Thus, right-wing populism is more likely to promote the idea of cultural distancing from the elite, especially when the latter welcomes immigrants, supports multiculturalist discourse, and condemns ordinary people for being prejudiced and Islamophobic.

Also according to the author, five other elements of this repertoire are key for securing support: antagonistic re-politicization, majoritarianism (rejection of multicultural discourses and practices, diversity, and minority rights), anti-institutionalism, protectionism (economic, security, and cultural), and "rhetorical, self-rhetorical, self-presentational, and body-behavioral style" (that not only criticizes the rules of politically correct discourse, but also takes pleasure in breaking them).

Roger Eatwell and Matthew Goodwin (2018) affirm that what essentially caused "national populist" parties to emerge was the 4Ds: distrust, destruction, deprivation, and dealignment. Distrust of politicians; destruction of national identity and jobs; the feeling of being deprived of one's place in society and fear for the future, and gradual dealignment from traditional parties.

According to Cas Mudde (2022, p. 111), one of the leading experts on the subject, there are four major debates about the causes of the far right's success: "protest versus support; economic distress versus cultural reactions; global versus local, and leader versus organization." As for the consequences, Mudde explains that they depend not only on whether or not the populist party participates in the government, but also on the political context in which it operates. On the domestic level, it has an important impact on public opinion, though usually an indirect one, through its ability to set the agenda.

In sum, the main causes of the nativist, nationalist, and populist reaction are the increase in immigration, the weakening of traditional values, the decline of European culture and identity, and the mobilization of minority groups. Some authors question these assumptions. Roger Eatwell and Matthew Goodwin (2018) argue that focusing only one factor – economic or cultural – creates a pointless debate about populism that pits causes against one another as if they were mutually exclusive. However, these analyses of cultural backlash do not take into account the impact of the so-called "woke religion".

**Culture wars in Europe in the age of mass communication:
nativism versus cosmopolitanism**

The expression "culture war" comes from the German term *Kulturkampf* ("culture struggle"), which describes the conflict led by Chancellor Otto von Bismarck, head of the German Empire, to defend his plans for a secular state against the influence of the Roman Catholic Church. James Davison Hunter introduced the expression into the US vocabulary in 1991 in his book entitled *Culture Wars: The Struggle to Define America*. The focus of the US culture war and its definition have since changed. Currently, the "war" is marked by a polarization of the American public between practically immutable positions based on conflicting moral and cultural conceptions.

The explanation with the strongest empirical backing for the success of these groups focuses on three issues that nourish these parties' narratives: corruption and political failure (populism); crime and terrorism (authoritarianism), and multicultural society and immigration (nativism/nationalism) (Mudde, 2007, p. 300). Other factors that should be added to this framework are: (i) the decline of the dominant ideologies after the fall of communism in the Soviet Union; (ii) social democracy's lack of clarity on how to address growing inequality, and (iii) the reduction of the liberal doctrine to the self-regulating market.

In addition, Bernard Manin (1997) identified a change in the way party democracy functions, which he rightly calls "audience democracy", whereby the media has enabled politicians to communicate directly with voters, without the mediation of the party platform. The result of this, however, is that

mainstream media and journalists end up giving populists even more visibility, especially by ironically presenting their criticisms using the same emotional “us versus them” style (Rožukalne, 2017).

Since the 1980s, numerous academic publications and news articles have attempted to examine the rise of the parties of the extreme right by focusing essentially on their history, leaders, and electoral success. However, the study of these parties’ ideological positions has been limited by most author’s insistence on merely identifying their similarities with the fascist movements of the interwar period. Even when these similarities are less obvious, they are considered proof that these parties hide their true ideology to gain legitimacy under the aegis of democracy (Mulle, 2018).

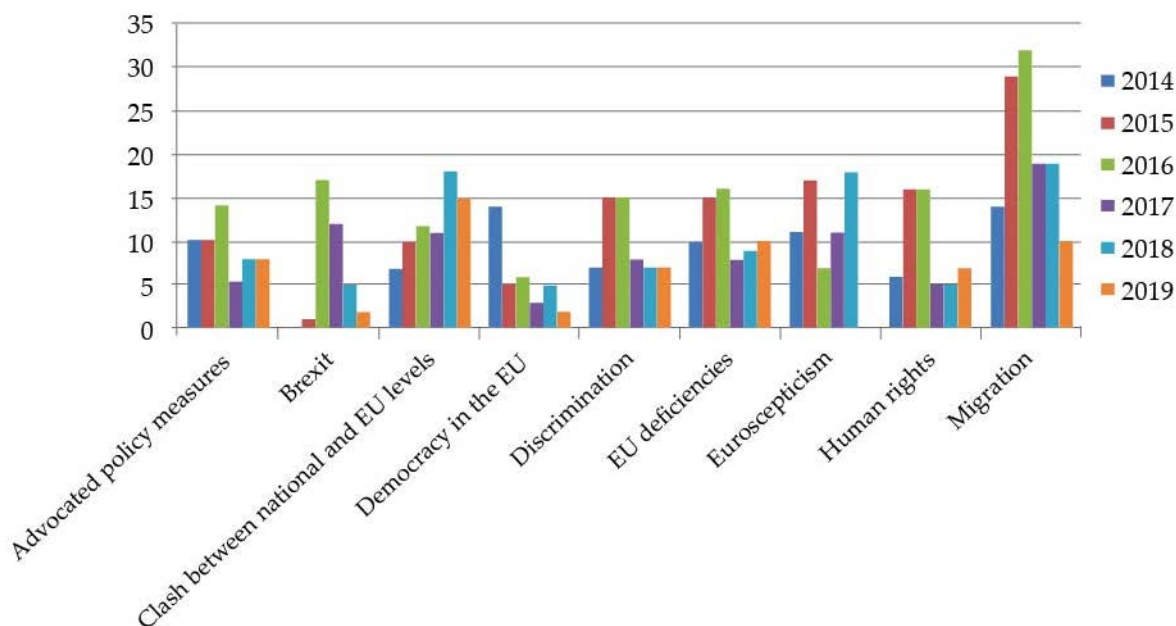
A brief review of the literature confirms these observations: most studies on radical right-wing parties focus on their historical origins, political programs, manifestos, and voter profiles. A series of issues that have potential foreign policy repercussions are found in all of them: anti-immigration, nativism, anti-globalization, anti-Americanism, anti-Semitism, and anti-Islamism.

According to Rovira Kaltwasser and Taggart (2016), the primary responses to populism come from four domestic actors: 1) mainstream political parties; 2) civil society organizations and social movements; 3) constitutional courts/independent institutions, and 4) the media. They also argue, however, that foreign responses also exist, though less present than domestic ones, and they are important for two reasons: populism uses “foreign enemies” in its mobilization strategies, and populists’ success at home is perceived as having an impact on international organizations in which other governments have an interest. The four types of foreign actors that they identify are: 1) transnational civil society actors; 2) international federations of political parties; 3) foreign governments, and 4) supranational institutions.

Indeed, many populist parties were created to specifically address international issues. They redefined global matters such as international migration, organized crime, and terrorism as national or local problems (Higgott and Proud, 2017). Thus, “there is no Populist International; no canon of key populist texts or calendar of significant moments; and the icons of populism are of local rather than universal appeal.” (Stanley, 2008, p. 100)

Only recently has the existing gap in research on the impacts of populism on European institutions begun to be filled (for example, Ruzza, Berti, Cosarin, 2021). The influence of the populist agenda on the European Parliament’s debates (2014-2019) confirm these impacts, as shown in the figure below.

Figure 2. Influence of the populist agenda on the EP debates (2014-2019)



Source: Ruzza, Berti, Cossarin, 2021

The theme of Euroscepticism, which is not restricted to populism, stands out in these debates. Article 50 of the Lisbon Treaty (2007) explicitly addresses the issue of the secession of an EU member state: “Any Member State may decide to withdraw from the Union in accordance with its own constitutional requirements.” But what stance should the EU take on the independence of a region of a member state? When Scotland, Catalonia, and Veneto officially claimed independence, they soon committed to join the European Union. The EU did not, however, officially support these attempts at secession. Contradictorily, the EU has turned its regional diversities into important actors, especially with the creation of the European Committee of the Regions, an advisory body composed of representatives of member states’ local and regional authorities. Article 128 of the Maastricht Treaty (1992) underscores the importance of the diversity of European cultures. Furthermore, the EU also pursues a multicultural policy in its relations with its members when it defends multilingualism and regionalism, for example.

In May 2008, the Foreign Affairs Ministers of the Council of Europe approved *the White Paper on Intercultural Dialogue*, which declares that interculturalism is the basis for the construction of a supposedly European identity policy. This sentiment is reflected in the official slogan “unity in diversity”. The EU is thus envisioned as a transnational space where nationals, minorities, and majorities interact.

In his latest book, *La France en miettes*, Benjamin Morel (2023) highlights the manipulation of local cultures for political purposes. The goal of the militant reconstruction of history and regional cultures – a true “*Disneyland identitaire*” (identity Disneyland) – is to make them antagonistic to the nation. In

his view, this postmodern ethno-regionalism contributes to the deconstruction of the nation-state, as it treats the French identity as something bad and completely unacceptable. The EU is said to have its share of responsibility in these national breakdowns:

Home to 6% of the population, the Old Continent has 40% of ethno-regionalist movements in the world. The European Union and the Council of Europe played a deleterious role by adopting norms and policies that nurtured this phenomenon. Today, in the wake of the Scottish and Catalan crises, which put Brussels at odds with certain member states, the Union is, for its part, more timid. Nonetheless, the largest French regionalist parties are members of a group called “Régions et peuples solidaires” (Regions and Peoples with Solidarity), which advocates a Europe of the regions. The European group linked to them, the European Free Alliance, has even proposed redrawing European borders along ethnolinguistic lines and doing away with states. In their wondrous dreams, France would be reduced to the former langues d’oïl countries within a federation of the peoples of Europe. (Devecchio, 2023, our translation)¹⁵.

Regional languages such as Catalan and Welsh, for example, were given the status of co-official languages. According to Cristina Fasone (2017), the regions ended up creating a new “loyalty” to the EU that competes with that of the member state and increases the appeal of an ‘option to exit’ from the existing state authority. To put it differently, by promoting sub-state nationalisms, a situation that benefits populist Eurosceptic parties, this EU measure could seriously undermine the peaceful and harmonious development of European integration.

However, according to Mudde (2022, p. 54), few parties of the radical populist right currently want to abandon the EU, even if they are Eurosceptic. They do not necessarily agree on the nature of the Europe that they want in the future, but they share the desire to reform the EU to make it less bureaucratic and more democratic and to restore member countries’ sovereignty.

¹⁵ The original citation in French is: « Le Vieux Continent, avec 6% de la population, comprend 40% des mouvements ethno-régionalistes dans le monde. L’Union européenne et le Conseil de l’Europe ont joué un rôle délétère par des normes et des politiques qui ont encouragé ce phénomène. Aujourd’hui, après les crises écossaise et catalane, qui ont mis Bruxelles en porte-à-faux avec certains États membres, l’Union est pour sa part plus timorée. Toutefois, les plus importants partis régionalistes français sont membres d’un regroupement nommé “Régions et peuples solidaires” qui prône l’Europe des régions. Le groupe européen qui y est lié, l’Alliance libre européenne, a même proposé un redécoupage ethnolinguistique de l’Europe faisant disparaître les États. Dans leurs rêves merveilleux, la France serait donc réduite aux anciens pays de langues d’oïl dans une fédération des peuples d’Europe. »

In the EU, there has slowly been a shift from the “nation-state” to “member state”, with all the implications that this has for democratic sovereignty (BICKERTON, 2012). Some authors affirm that “social Europe” was replaced with “market Europe” (Streek, 2017) and, along the same pessimist lines, others argue that the cause of the EU’s problems was not only nationalism, but also its enlargement to include Central and Eastern Europe in the 2000s. This is said to have caused “neomedieval” politics to emerge based on a polycentric system with multiple loyalties (Zielonka, 2013, p. 12). It is difficult to develop loyalties and identities in this complex system of open arrangements.

This raises the following question: will the EU integration process continue, or is there a risk of it stagnating and even moving backwards? According to some experts (Chopin, 2015, p.1), European public opinion on integration has gone through three stages: (i) “permissive consensus” from the early 1990s until the ratification of the Maastricht treaty; (ii) “constraining dissensus”, marked by the French and Dutch’s “no” to the Constitutional Treaty, and later, the Irish’s “no” to the Lisbon

Treaty in 2008, and (iii) the current crisis of confidence. Only one third of Europeans say that they trust the community’s institutions.

One of the leading specialists on European disintegration, Douglas Webber (2014), argues that the lack of German leadership and the weakening of support for pro-EU parties across Europe are the main causes. After Brexit, the topic of disintegration has gained in importance, drawing the attention of the press and the academic world (Webber, 2017, 2019a, 2019b; Bickerton, 2019; Closa, Margiotta, Martinico, 2020; Closa, 2017). For William Outhwaite (2017, p. VIII), the United Kingdom’s exit opened up an area of uncertainty that is likely to last 20 years and has three plausible explanations: it is (i) a warning to the EU that it needs to reform itself one way or another; (ii) a “virus that threatens to weaken the Union’s viability and perhaps to be the first domino to fall in its dissolution”, or (iii) a possible source of reinforcement of attachment to the EU.

A few years later, Ivan Kraster (2020) is still concerned about a lack of future for the EU, especially after the rise of extreme right nationalist parties across the continent and Brexit. Other key factors are the political destabilization caused by the arrival of over 1.3 million migrants and the thorny issues that member states located along the EU’s eastern flank face, including the threat posed by Vladimir Putin’s Russia.

Multiculturalism and the right to be different: limits and consequences

Canadian political philosopher Will Kymlicka (1995) developed a liberal theory of minority rights that proposes a multicultural citizenship model with a set of “group-differentiated rights” for members of cultural minorities. This theory emerged at a time when states were adopting cultural recognition policies that acknowledge the unique identities and differentiated

rights (cultural citizenship) of minorities in order to integrate them into society on equal, but non-homogenizing terms.

Liberal democracies have reinterpreted some of their most important premises, such as, for example, homogeneity, equality, and universal citizenship. Based on liberal democracy's normative principles (individual autonomy, social equality, and democracy), Kymlicka's proposal seeks to repair and put an end to the historical injustices committed in processes of homogenization and exclusion of differences carried out during the construction of the nation-state. His diversity management model aims to prevent these multicultural demands from leading to the fragmentation and tribalization of society.

In the field of international relations, the emergence of discussions on ethnically-motivated or nationalist conflicts in the post-Cold War period has prompted many specialists to produce works on the national question. Growing concern about cultural homogenization, driven by globalization, has sparked debate about how particular identities are dealing with these challenges. As stated above, research on the nature of far right populist parties reveals that there is a connection between xenophobia and Euroscepticism.

For some authors, this situation reflects the impacts of Islamic fundamentalism on the European integration process and the cultural identity of EU member countries, which has turned national identity into a matter of security. It is important to remember that the attacks on the Twin Towers in New York in September 2001 and the events that followed not only unleashed a "war on terror", but also marked a radical change in policies for the integration of migrants of Islamic origin in Europe. This securitization process has been called "the domestication of Islam".

Note that while manipulating feelings of "identity panic", "cultural insecurity", and "cultural anxiety" (Fieschi, 2012), national populist leaders argue that anti-immigration policies are the best way to combat European radicalization and economic problems. They also manipulate the public by evoking Europhobia and anti-European sentiment, as mentioned earlier, which are spreading to large sectors of national populations who are victims of globalization and the post-industrial revolution. In other words, they use fear to mobilize against fear (Wodak, 2015). Triggered by "cultural insecurity", fear is a state of concern in individual and collective representations resulting from social changes caused by globalization, as well as multiculturalism, which bases its demands not on equality, but on the right to difference. It is worth recalling the famous case of Anders Behring Breivik, who justified his terrorist attack on the youth movement of Norway's Labor Party in July 2011, killing 77 of its members, by blaming them and their multicultural social-democrat beliefs for ruining his country.

David Goodhart (2017) identifies an ideological divide between the majority of citizens who belong to "a place" – the *somewheres* – and a small globalist elite who belong to "any place" and can use their professions or skills in many places – the *anywheres*. The former feel threatened by technological

changes and value stability and homogeneity, whereas the latter benefit from these changes and therefore, celebrate dynamism and diversity. The elites prefer open societies and are opposed to demands for economic, cultural, and political closure. This tension can also be read as a cultural confrontation between the people and the elite, which Galston summarizes as follows: "Real people' eat hamburgers, listen to country and western music, and watch Duck Dynasty; globalist snobs do whatever PBS, NPR, and the New York Times deem refined." (Galston, 2018, p. 40).

According to Andreas Reckwitz (2021), in the last thirty years, societies have been undergoing a profound structural change that he refers to as "late modernity". Contrary to the society of equals of industrial modernity, late modernity is a society of singularities. The author refers to this process as "singularization", which affects the political sphere and is the cause of populism:

Since the 1980s, the dominant form of politics has been a new type of liberalism that is radically based on competition and difference, dynamism, and the removal of social, economic, and cultural boundaries on a global scale. What has recently emerged as a reaction to this liberalism is an aggressive form of populism that propagates the social isolation of nation states. It is supported above all by those segments of the population that were either ignored or threatened by the liberal program of modernization. Populism is thus an articulation of the disgruntled reverse side of the society of singularities. (Reckwitz, 2021, p. 11).

In the same order of ideas, and as a reaction to multiculturalism, the populist far right has developed a sense of ethnic-cultural nationalism that overlaps with the idea of civic nationalism, which is rooted in universal values found primarily in liberal democracies. The civic version refers to the existence of a political identity and does not take certain cultural elements into account, such as religion, nationality, or ethnicity.

Inspired by the work of Peter Geschiere, Nira Yuval-Davis (2019) uses the concept of autochthony to define this new phase of ethnicity. Autochthonous politics of belonging can assume very different forms in different countries – and are constantly reconfigured there. According to Yuval-Davis, the combination of these populist autochthonous politics with everyday border politics – which she defines as borders that exist everywhere and not only along territorial lines – triggers racialization processes involving discourses and practices that build immutable borders between homogenized and reified collectivities. This leads to the construction of an image of immigrants as being outside the imagined national community and the naturalized boundaries of governance and belonging.

Aurelien Mondon (2015), a specialist on the extreme right in French, affirms that under the influence of pioneering thinkers of the *Nouvelle Droite* (New Right), Marine Le Pen's party elaborated and popularized a new kind of ra-

cism in France that is not based on “biological heredity”, but rather on the “irreducibility of cultural differences”. In the case of France, to the older enemies of globalism and the French political establishment they have now added Islam. There has thus been a return to a “racism without racial support” based in the culture and “culturalism”.

Cultural insecurity – to which economic uncertainty, and political alienation in the globalized world is often added – exposes the doubts and mistrust surrounding the political, intellectual, and economic elite. Therefore, in addition to the horizontal identity relationship between the “other”, foreigners, and the “us”, autochthones, there is a vertical relationship between the bottom and the top layers of society (Bouvet, 2015, p. 9). The term “cultural insecurity” was introduced in France by geographer Christophe Guilluy and political scientist Laurent Bouvet. It first appeared in the Anglo-Saxon press in the 1980s (Ahearne, 2017).

Mathieu Bock-Côté (2019) explains that by cultivating self-hatred and endlessly deconstructing its main institutions, Western society suffers from existential angst and morbid self-flagellation.

The fear of becoming a stranger in one’s own land is surely the deepest political concern – one that redefines political life. It would be wrong to see it as an irrational fear fed by unscrupulous demagogues. Massive immigration, combined with the deconstruction of all of Western nations’ anthropological and identity references generates an existential anxiety that is converted into political fuel. (...) ‘The ability of a people to plan for the future depends on the extent to which it assumes its historical condition. If it starts to doubt its own existence, it will inevitably collapse.’ (Bock-Côté, 2019, pp. 205-207, our translation)¹⁶.

The perception of the other or the global context as a threat to identity leads to “identity panic”, which fuels the growth of the extreme right. According to William Galston, “by offering itself as the guardian of the nation, populism has emerged as an alternative to liberal democratic internationalism.” (Galston, 2018, p. 58).

¹⁶ The original quote in French is: « La peur de devenir étranger chez soi est certainement l'inquiétude politique la plus profonde, celle à travers laquelle se redéploie la vie politique. On aurait tort d'y voir une peur irrationnelle alimentée par des démagogues sans scrupule. L'immigration massive, conjuguée à la déconstruction de tous les repères anthropologiques et identitaires des nations occidentales, suscite une angoisse existentielle qui se transforme en carburant politique (...) “C'est dans la mesure où un peuple assume sa condition historique qu'il peut se projeter dans l'avenir. S'il en vient à douter de sa propre existence, il s'affaîssera inévitablement. »

Harris Mylonas and Scott Radnitz (2022) contend that there has been a “return of the fifth column” – that is, of the growing obsession with finding real or imaginary internal enemies who promote foreign interests in order to undermine national interest. The increase in political rhetoric about the “fifth column” can be attributed to several converging factors: greater geopolitical instability; the spread of nationalism; the electoral success of populist and ethnonationalist movements, and social media.

In contrast, it is important to add that the left, in general, has not found an effective way to deal with this. According to Laurent Bouvet (2015), the “colonial complex” has led the European left to adhere to the so-called post-colonialism that triumphed in the 1970s in a context marked by profound social change and a major economic crisis. The post-colonial narrative replaces the classic narrative of workers’ emancipation and the class struggle. As a result, the left defines its struggle based on the different, the “damned of the earth” (Fanon, 2022), immigrants. In other words, from now on, who is to be emancipated and “compensated” is defined by their skin color, ethnic origin, or even religion, and no longer by social class.

For the left, being on the “right side” of history – that is, on the side of the oppressed – has always been a source of comfort. In fact, this position is practically an obligation for the left, who blames the “West” for all the ills of humanity. Anyone who questions the European left’s *pensée unique* – which the Greek called *doxa* (a set of widespread ideas and judgements considered natural by the majority), or what some call today “political correctness” – risks being accused of racism, Islamophobia, Eurocentrism, or any other negative term capable of destroying their image (Bock-Côté, 2016). According to Mathieu Bock-Côté (2019), in the early 1990s, we entered the “age of globalized and diversified civilization” in which the terms of democracy are reinterpreted so that people are treated therapeutically to reeducate them to live in a heterogenous world. The “diversified regime” demands explicit signs of adhesion and is imposed through “political correctness”, which seeks to avoid all challenges to the regime. It is understood as:

a restraining mechanism designed to stifle, suppress, or demonize criticism of the diversified regime and the legacy of the Radical Sixties and, more broadly, exclude all those who violate this prohibition from public space. It generates a media narrative that satisfies the demands of the diversified regime, obscuring parts of reality that tend to contradict its promises and disqualifying political and intellectual actors who implicitly or explicitly voice their disagreement. Not only does it demand a monopoly over all that is good, but also takes things further by claiming a monopoly over mental health by assimilating resistance to it into the universe of phobias. From xenophobia to Islamophobia, to homophobia,

to transphobia – and we could add other phobias to the list – it is clear that any kind of strong attachment to things from the world of the past shall be considered from now on a psychological disorder. (Bock-Côté, 2019; p. 32, our translation)¹⁷.

However, for the left, anti-Semitism, sexism, and homophobia are only condemned when associated with Western societies. When they appear in a non-Western environment, they are relativized and interpreted as a valid cultural expression, even if it violates human rights. There is a revolt against “white” Western civilization, which is guilty of having systematically built a discriminatory and racist planetary order. Decolonization is, then, only the first stage of this struggle, and “the extinction of Western civilization would be a necessary condition for the emergence of a diversified humanity.” (Bock-Côté, 2019, p. 171, our translation)¹⁸.

According to Francis Fukuyama (2018), a mutation in the ideological left of the West began to occur in the 1960s, which led to its failure to capitalize on the growing social inequality and caused the nationalist right to grow in its place. For Fukuyama,

The problem with the contemporary left is the particular forms of identity that it has increasingly chosen to celebrate. Rather than building solidarity around large collectivities such as the working class or the economically exploited, it has focused on ever smaller groups being marginalized in specific ways. This is part of a larger story about the fate of modern liberalism, in which the principle of universal and equal recognition has mutated into the special recognition of particular groups. (Fukuyama, 2018, p. 89)

In the early 21st century, the left “focused on the politics of recognition and prioritised the demands of a cultural and identitarian nature as opposed to those of a social and political nature.” (Charalambous; Ioannou, 2020, p. 5)

¹⁷ The original quote in French is: « un dispositif inhibiteur ayant pour vocation d'étouffer, de refouler ou de diaboliser les critiques du régime diversitaire et de l'héritage des Radical Sixties, et plus largement, d'exclure de l'espace public tous ceux qui transgresseraient cette interdiction. Il assure un récit médiatique conforme aux exigences du régime diversitaire, qui permet d'occulter les pans du réel qui tendent à désavouer ses promesses, et à disqualifier les acteurs politiques et intellectuels qui affichent implicitement ou explicitement leur désaccord avec lui. Il revendique non seulement le monopole du bien, mais pousse la chose plus loin en revendiquant aussi le monopole de la santé mentale, en assimilant les résistances qu'il suscite à l'univers de la phobie. De la xénophobie à l'islamophobie à l'homophobie à la transphobie, et on pourrait ajouter d'autres phobies à la liste, on comprend que toute forme d'attachement marqué à ce qui passe pour le monde d'hier relève désormais du désordre psychique. »

¹⁸ The original quote in French is: « L'extinction de la civilisation occidentale serait la condition du surgissement d'une humanité diversitaire. »

Thus, by way of example, for much of the left, Islam is a religion of the oppressed, and even terrorists are viewed as victims who legitimately react to a supposedly decadent West. This topic has sparked heated debates about the role of Islamism in Western countries. Some authors (Fregosi, 2023; Hubert et al., 2021; Meddeb, 2017) argue that Islamic fundamentalists manipulate public opinion by using a narrative of victimization, joining institutions, and through political parties and social media. Defending similar views, Christopher Caldwell (2009, pp. 19-23) affirms that the Muslim population is growing more rapidly than the rest of the European population, and that Muslims are not willing to integrate because it is impossible to assimilate Islam into French culture and because immigrants want to impose their values. The principle of Umma, the worldwide community of believers as a horizontal platform for communication and affiliation, is being materialized through the emergence of politicized global Islamism. According to Johan R. Bowen (2004), this may produce a specific type of transnational consciousness among Muslims who are not always able to coexist with the active and committed citizenry of a particular nation-state.

“Transnational Islam” constitutes an “imagined transnational community” that revolves around pan-Islamism, seen as a unifying, de-territorialized identity, materialized through discourses, symbols, imagines, and objects.

These communities are guided by a de-territorialised “imagined geography”, in which the rhetoric of the umma, or global Muslim community, nourishes and gives rise to a form of transnational nationalism, or a type of nationalism without territory that should be conceived as a new historical stage in nationalism, by developing, in particular, a unifying narrative around current issues (Kastoryano, 2018, p. 70).

Religious transnationalism is said to have intensified thanks to the communication revolution. The creation of transnational networks can strengthen individual religiousness, but it can also generate tensions between religious hierarchies and popular religious activities supported by believers. The second and third generation of Muslim migrants in the diaspora have several trajectories of identity and tradition to choose from:

(1) the secular option – discarding Muslim identity altogether; (2) the cooperative option – playing on Muslim identity in the process of pursuing common goals with other groups; (3) the cultural option – maintaining particular social and cultural practices without much religious sentiment; (4) the religious option – emphasizing wholly scriptural modes of religious affiliation at the expense of cultural aspects (an option described by some as ‘fundamentalist’); (5) the ethnic-religious option – perpetuating a specific national or regional form of Islam (e.g. Moroccan); (6) the behavioural option – expressing Islamic tenets through moral or ritual behaviour only; and (7) the ideological option – identifying with or opposing the ‘official’ Islam of a particular home country (Vertovec, 2009, pp. 154-155).

One can thus say that there is a “reimagined” worldwide Muslim community in which national, religious, and earthly ties are mixed together in a globalized world. Regular social contact has increased people’s loyalty and emotional and family ties with their countries of origin. Real-time communication and cheap transportation sustain all of this and have also contributed to the exponential increase in remittances to countries of origin. Political engagement with home countries is also more and more intense and institutionalized through transnational social movements and business networks, as well as cyber-communities and migrant groups. In her book *Weapons of mass migration*, Kelly Greenhill (2010, pp. 75-130) shows how liberal democracies are particularly vulnerable to what is known as “coercive diplomacy” involving international migrants. *The book Le Frérisme et ses réseaux* (The Brotherhood and its networks), by anthropologist Florence Bergeaud-Blackler (2023), analyzes the incessant Islamic activism, particularly on the part of the Muslim Brotherhood organization in France and Europe.

On the opposite side, some allege that secularism is the problem, not Islamism. For instance, French sociologist Raphaël Liogier (2012) criticizes “combative secularism”, which populists use to promote the myth of the Islamization of France to justify cultural homogenization – a situation reminiscent of France under Dreyfus in the late 19th century. According to Liogier, in the US, Islamophobia is clearly associated with the right: fundamentalist protestants, Fox News, and the Tea Party. In Europe, on the other hand, Islamophobia has penetrated the entire political class. Liogier (2012, p. 53) argues that the Islamization myth is based on fallacies, such as, for instance, the Muslim “demographic time bomb”, which is supposedly caused by high birth rates, migration flows, and conversions, when in reality, Muslims only represent 4% of the European population. Another myth used to manipulate public opinion is the conspiracy theory defended by Oriana Fallaci from Italy and especially David Horowitz, Christopher Caldwell, Bruce Bawer, and Mark Steyn from the US, among others, which claims that there is a plan to take over Europe, in decline, to turn it into “Eurabia” (Liogier, 2012, p. 104). Liogier explains, however, that in the suburbs where most immigrants are concentrated, the role of Islam is essentially to regulate and pacify social relations.

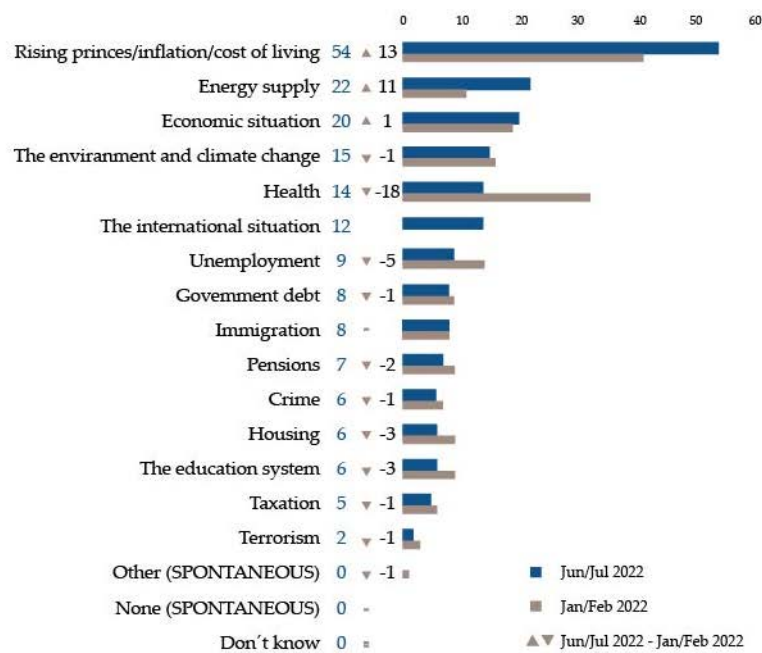
In sum, as Yascha Mounk (2019) explains, not only is immigration currently one of the leading concerns of European voters, but there is also a clear link between fear of immigration and the success of populists who orchestrate the revolt against a multiethnic society. Mounk points to the fact that paradoxically, populist parties do better in regions with few immigrants. Support for populists is particularly strong in countries of Central Europe, such as Poland and Hungary, where immigration levels have been very low in recent decades. The explanation lies in people’s perceptions, as they are influenced by populists’ efforts to mobilize resentment and fear.

It is important to note that the absolute number of migrants and refugees who have relocated to Europe in recent years has certainly been high. Yet, in relative terms, these numbers are low, as “one million refugees represent a little over 0.2% of the EU’s population.” (Kenan, 2017).

In any case, as Giovanna Campani (2019) points out, in Europe, the migration issue goes way beyond the populist/anti-populist dichotomy, since mainstream conservative forces have incorporated national-populist narratives and proposals on migration and abandoned the consensus on the liberal values on which the EU was founded. In the eyes of disadvantaged social classes in Europe, both the conservatives and social-democrats are responsible for deindustrialization, unemployment, and the economic crisis. They are also to blame for the austerity policies that their governments and the EU adopted, which gradually led to the dismantling of the welfare state and the growing insecurity and inequality.

According to the European Border and Coast Guard Agency (Frontex), in 2022, the number of irregular entries of foreigners in the European Union rose by 64% from the previous year, reaching the highest level since 2016. The agency also reported that 330,000 irregular border crossings were registered in 2022, of which 45% were along the Balkans route (Le Figaro, 2023). The June/July 2022 Eurobarometer Survey shows that Europeans' main domestic concerns were as follows:

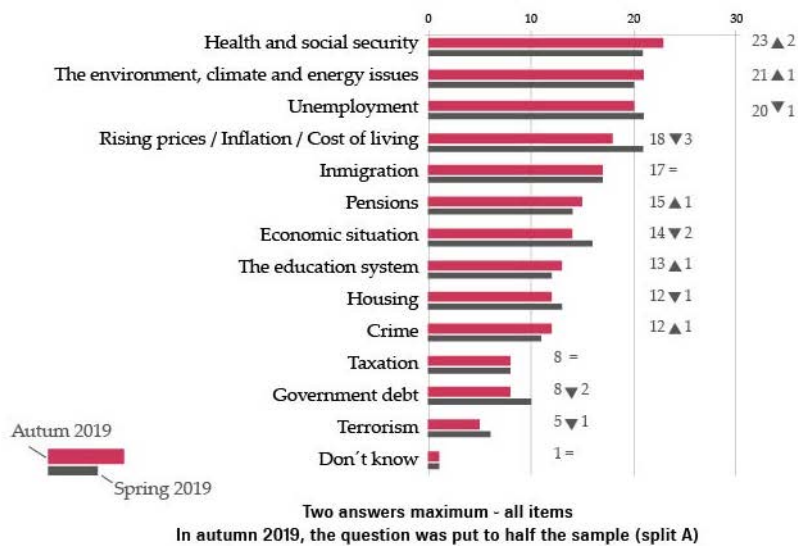
QA3 What do you think are the most important issues facing (OUR COUNTRY) at the moment? (MAX. 2 ANSWERS)
(% - EU)



Source: Standard Eurobarometer 97, Autumn 2022

However, when we compare the evolution of these issues over time, we find that though still a problem, concern about immigration has diminished considerably in recent years:

QA3a What do you think are the two most important issues facing (OUR COUNTRY) at the moment? (MAX. 2 ANSWERS) (% - EU)



Source: Standard Eurobarometer 92, Autumn 2019

Finally, recent studies have focused on yet another dimension of populism and on the following three characteristics in particular: identity politics, emotionalism, and the centrality of nostalgia. For example, Cristóbal Rovira Kaltwasser and Paul Taggart (2016) claim that emotions are central in populism:

This draws on the idea that there is something almost “primal” in the appeal of populism that makes it concerned with what is close at hand and with what is strongly felt. This is why populist concerns are usually national rather than international and also goes some way to accounting for why populists are normally very limited with their attempts at international cooperation as a rule. (Kaltwasser; Taggart, 201, p. 6)

Pierre Rosanvallon identifies three types of emotions that populists appeal to, which each have specific political consequences:¹⁹

¹⁹ The original quote in French is: émotions de position (le sentiment d’abandon, d’être méprisé), les émotions d’intellection (la restauration d’une lisibilité du monde avec par exemple le développement d’une vision complotiste et le recours aux fake news) et les émotions d’action (le démagisme). (2020, p. 66, em itálico no original)

emotions of position (feelings of abandonment and resentment); *emotions of intellection* (restoring some coherence to the world by developing, for instance, a conspiratory vision and resorting to fake news), and *emotions of action* (dégagisme, or getting rid of the elite). (Rosanvallon, 2020, p. 66, our translation, italics in the original).

In 2009, Jeffrey T. Checkel and Peter J. Katzenstein (2009, p. 11) affirmed that there were two antagonistic European identity projects. The first was an “outward-looking and cosmopolitan European identity project captured by the spirit and text of the EU’s then constitutional treaty”. The second was “an inward-looking, national-populist European identity project that focused on the economic and cultural threats posed by the infamous Polish plumbers and Islamic headscarves.”

In his book with the provocative title *War in Europe? From Impossible War to Improbable Peace*, Thibault Muzergues (2022) wonders if Europe, after so many years of seemingly perpetual peace, is about to become a battlefield once again. He contends that the region’s strategic and geopolitical weaknesses make it vulnerable to new types of hybrid warfare and domination strategies.

From postmodernism to the woke phenomenon

In the early 2000s, a term appeared in the African American community, which they adopted for self-designation: “being woke” / “stay woke”. It rapidly gained notoriety. The *Oxford English Dictionary* incorporated the term in 2017, defining it as: “woke, adjective: Originally: well-informed, up-to-date. Now chiefly: alert to racial or social discrimination and injustice; frequently in stay woke.”

The woke phenomenon can be interpreted as a development of postmodern thought, as Helen Pluckrose and James Lindsay (2020) do in the book *Cynical theories: how activist scholarship made everything about race, gender, and identity and why this harms everybody*. *Encyclopedia Britannica* online defines postmodernism as:

a late 20th-century movement characterized by broad skepticism, subjectivism, or relativism; a general suspicion of reason; and an acute sensitivity to the role of ideology in asserting and maintaining political and economic power.

In other words, this “postmodern turn” rejects the values of Enlightenment, advocates radical skepticism about whether objective truth is obtainable, and portrays knowledge as inexorably intertwined with the perpetuation of power through self-legitimizing and inherently political discourses. Furthermore, society is said to be organized into categories and hierarchies that serve to perpetuate the structures of power. Postmodern theory seeks less

to be factually true and more to be strategically useful. It espouses widespread skepticism about the objective nature of the truth and knowledge.

According to Pluckrose and Lindsay (2020), postmodernism has four main themes related to its task of deconstructing, problematizing, challenging, and resisting all forms of power by prioritizing the narratives, systems, and knowledge of marginalized groups. They are: (i) the blurring of boundaries; (ii) the power of language; (iii) cultural relativism, and (iv) the loss of the individual and the universal.

In Western societies in the 1960s, there was a real “cultural turn”, in which struggles for the recognition of gender differences led by “new subjects” began to take center stage. There was a shift from the “redistribution paradigm” – which characterized the construction of the welfare state – to the “recognition paradigm”, a kind of “return of the subjective”. These struggles for emancipation and self-determination were accompanied by attempts by ethnic communities in Western cities to negotiate spaces of autonomy and recognition, on one hand, and, on the other, the eruption of tribalisms, neo-nationalisms, and religious fundamentalisms (especially after 9/11).

According to Pluckrose and Lindsay (2022), cosmopolitan and progressive sectors of the left who were skeptical of human progress based on science, reason, and liberal principles ended up adhering to applied postmodernism through a movement that has been labeled as “social justice”, the “social justice movement” or, more specifically, “critical social justice”. This movement turns everything into a political struggle that revolves around identity markers such as race, sex, gender, etc. The authors consider that this new radical, indiscriminate, and deconstructive skeptical outlook emerged around 2010 and co-opted the social justice concept of the civil rights movement and other liberal and progressive theories. These applied postmodern ideas have escaped the confines of universities and gained the force of doxa in society, especially among sectors of the left. Finally, the authors conclude that “critical social justice” has become fuel for right-wing identity politics.

As early as 1996, Marxist historian Eric Hobsbawm (1996) warned that both the left and the right were “saddled with identity politics”. The left had essentially turned into a coalition of minority groups and interests based on race, gender, sexual, or other cultural preferences and lifestyles. In his view, this was a dangerous trend, since “winning majorities is not the same as adding up minorities”. In other words, identity groups are not committed to the struggles of the left, but rather only to obtaining support for their specific goals, without mobilizing the majority.

The “woke-industrial complex”

Conservative British author Douglas Murray (2019) founded the Centre for Social Cohesion in 2007, which brings together specialists who study extremism and terrorism in the United Kingdom. Murray asserts that the pos-

modern era is dominated by a new ideology based on the “religion of social justice”, “group identity politics”, and “intersectionality”. Identity politics pursued by what he calls “vengeful liberalism” – in which society is in an interminable zero-sum game between different groups organized around references to oppressed identities – are leading to the atomization of society, which may even bring the whole liberal age to an end.

The foundations are that anyone might become gay, women might be better than men, people can become white but not black and anyone can change sex. That anyone who doesn't fit into this is an oppressor. And that absolutely everything should be made political. (Murray, 2019, p. 335)

Murray believes that one of the main problems of the religion of social justice is the idea that the oppressed are somehow better than others and that there is some decency, purity or goodness in them. “Victimhood rather than stoicism or heroism has become something eagerly publicized, even sought after, in our culture.” (Murray, 2019, p. 362)

In his latest book, *The War on the West* (2022), Murray analyzes anti-Westernism in the West, which he says is different from the one professed in China and the Arab world. This kind of sentiment treats Western cultural as an act of theft, the “cultural appropriation” of other peoples' culture, and therefore, all “indigenous cultures” should be put on a pedestal. Slavery, colonialism, and racism are said to be the synthesis of the history of “white” domination. In fact, critics of racism and sexism only put the West in the dock, while sparing other countries where human rights violations are even worse.

For Murray, then, it is clear that they do not seek the betterment of the West, but rather its destruction. In this culture war, they talk about justice, but want revenge due to resentment, and they push to reopen scars healed a long time ago so they can cry and release their pain. This leads societies to become societies of resentment.

According Joshua Mitchell (2020), identitarian groups are organized based on their supposed innocence or collective guilt. Furthermore, the groups that are deemed innocent are morally defined by their distance from their main oppressor, which are currently white, heterosexual men. As such,

(...) identity politics has compelled the state, economy, and society to be more “inclusive,” to give voice to “the marginalized.” It has seldom focused on the tangible struggle of the lower and middle classes, however, since people in these classes are not sufficiently “woke” to be recognized. (Mitchell, 2020, pp. 68-69)

In the specific case of Europe, Murray (2017: 6) feels that it has “lost faith in its beliefs, traditions and legitimacy” and is filled with guilt about the past. Jean-François Braunstein (2022) also believes that a woke religion exists, which was born in universities and is extremely intolerant.

The woke doctrine is based on gender theory, critical race theory, and intersectionality. Ironically, most woke activists are white members of privileged classes, often with degrees in “gender studies”, “racial studies”, and “post-colonial” or “decolonial” studies. The media, cultural industries, and companies are the ones that disseminate this religion most fervently. Joel Kotkin (2020) writes about the existence of a new oligarchy formed by a technological aristocracy that controls and legitimizes the news and entertainment that most people receive.

Today’s mass media already tend to favor the oligarchy’s progressive views—on gender, race, and environmental issues, for example, but with reservations about the concentration of power. Financial dependency is likely to encourage more support for the interests of the tech industry. (Kotkin, 2020, p. 45)

Even the CEOs (chief executive officers) of major corporations have been indoctrinated into the woke religion. They have become activists of this new corporate plutocracy and pursue the dual goal of influencing public opinion and improving consumers’ attitudes towards the company to increase their profits. They do not question capitalism as a dominant neoliberal world order or system that exacerbated inequalities (Soukup, 2020; Rhodes, 2022).

Moreover, the woke religion has its own rituals, with collective confessions and forgiveness sessions. Normally, there is no forgiveness for the so-called “white privilege”, a sort of original sin that serves to divide the world between the pure and impure. This religion claims to purify evil and rewrite history to make all “problematic” aspects disappear. However,

Unlike medieval millenarian doctrines or the socialist utopias of the 19th century, which aimed to build an ideal city on Earth, the woke do not promise a bright future. The only possible world is the one we live in. The woke seek to make this world as equal as possible. We must control the present instead of hoping for a better future” (Braunstein, 2022, p. 74, our translation).²⁰

²⁰ The original quote in French is: « À la différence des doctrines millénaristes médiévales ou des utopies socialistes du XIX siècle, qui avaient pour objectif de construire une cité idéale sur terre, les wokes ne promettent nul avenir radieux. Aucun autre monde n’est possible que le monde dans lequel nous vivons. Les wokes veillent seulement à faire en sorte que ce monde soit le moins inéquitable possible. Il faut contrôler le présent plutôt qu’espérer un avenir meilleur. »

The penetration of identitarianism in the corporate world, along with its dogmas of diversity and inclusion, is so intense that some authors talk about a “woke industrial complex”. In the book *Woke, Inc. Inside corporate America’s social justice scam* (2021), Vivek Ramaswamy reveals how a worldview with progressive social values prevails in the corporate world. He argues, though, that the woke-industrial complex is threatening US institutions and democracy by abusing its market power to obtain more social, cultural, and political power. These corporations associate themselves with politically-correct causes in an attempt to win customer support and, ultimately, obtain greater economic returns.

Carl Rhodes (2022) points out that woke capitalism does not support or even mention broader social issues, such as income inequality, labor rights, or corporate tax evasion. On the contrary, it prefers to support safe political causes that do not threaten companies’ business interests or the personal financial interests of their executives.

The political causes such corporations have backed include marriage equality, addressing domestic violence, combating sexual harassment, fighting racism, ensuring rights for LGBTQI+ people, promoting equality for people with disabilities, raising awareness about mental illness, and of course action against climate change. (Rhodes, 2022, p. 19)

The three “D’s” of the new dogma of “cancel culture” are: diversity, discrimination, and deconstruction. Large capitalist corporations are adopting the cancel culture, but in an opportunistic way (Lewis, 2020). For example, Penguin Book’s youth department, Puffin, removed from the reprinted works of the famous writer Roald Dahl, called “inclusive readers”, all elements considered “discriminatory” towards minorities. This means that all words related to weight, mental health, violence, gender, and race were summarily eliminated through a kind of “censorship of the good” (Vinçotte, 2023). According to the American Library Association, over 2,500 books have been banned from schools and public libraries in many US states because of the ideological war between the more radical wings of the Republican and Democrat parties. They both claim to be fighting against the indoctrination and corruption of children (Cohen, 2023).

By way of conclusion: who will win the culture war?

Specialists on this subject have begun to conduct empirical research on the positive and negative impacts of populism on democracy only recently (Houle, Kenny, 2018; Huber, Schimpf, 2016; Mudde et al., 2012; Kaltwasser, 2012). These studies are even being carried out in countries that used to be considered international models of tolerant multiculturalism and ethnic-national diversity, such as Sweden, for example (Alund; Schierup; Neergaard, 2017).

Political fragmentation, volatility, and disruption suggest that national po-

pulist movements will win the culture war. According to Francis Fukuyama (2018), “national identity” is still essential to the stability and success of a political order. In democracy, it is necessary to clearly define who is part of the people; otherwise, democratic choices cannot be made. The author concludes that the rise of identity politics in modern liberal democracies is one of the “chief threats that they face, and unless we can work our way back to more universal understandings of human dignity, we will doom ourselves to continuing conflict.” (Fukuyama, 2018, p. 12)

It is important to note that nationalist ideologies combine and interact with populist ideologies in relation to two key issues: inclusion in/exclusion from the community and the reassertion of national sovereignty against the EU “superstate”. Populists and nationalists both demonize their opponents, have a conspiratorial mentality, look for “scapegoats”, are fascinated by charismatic leaders, and are Eurosceptics. However, while they share these common traits, strategic and ideological divergences also exist between them.

In relation to the EU in particular, the subject that interests us here, Stefan Auer (2010) warns that more attention should be paid to the role of nationalism in European disintegration politics. He also exposes the limitations of the dominant discourses of the post-1989 European unity project formulated in the West:

the attempts to move towards a more federalist Europe – whether ‘The United States of Europe’, or a ‘cosmopolitan Europe’, both underpinned by the ideal of ‘post-national citizenship’ – are both unrealistic and undesirable. National electorates resist this move whenever they can. Whether we like it or not, ‘nations matter’ in Europe. (2010, p. 1164)

According to Auer, ethnocentric populism and nationalism emerged in Europe largely in response to the elites’ cosmopolitan agendas. The time of “constraining dissensus” among European publics has come to an end, and it is now time for the elite to endorse a more realistic vision of European politics. Brexit can be considered the most obvious case of the connection between nationalism and European disintegration. The author demonstrates that the EU now faces disintegration trends, which, according to Christian Lequesne (2018), opened an “epistemological breach” in the theorizing of European integration and disintegration and:

Brexit shows forcefully that there is no other choice for EU scholars than going back to a detailed study of national politics and politics if they have the ambition to renew EU theories. (Lequesne, 2018, p. 290)

Similarly, Ettore Recchi and Adrian Favell (2019) believe that the region is going through a moment of *Eurogloom*. As a political construct, Europe is considered reversible, despite being the most successful regional integration process to date. The explanation is that nation-states continue to play a dominant role in the main agencies of socialization. More importantly, the increase in

structural inequality between societies has driven the interests of their nationals apart, thus discouraging mutual trust and solidarity, at the expense of integration.

In sum, the explanations of authors such as Anthony Giddens (1991), Manuel Castells (1996), John Urry (2000), and Ulrich Beck (2000), who asserted that developed Western societies were heading towards late modernity or reflexive modernization, proved unfounded. The globalist social theories of the 1990s considered cosmopolitanism and social transnationalism as the unavoidable path for Europe. However, it has been shown that in all social classes, the rise of cosmopolitanism does not undermine local identities. In other words, being or feeling “cosmopolitan” does not necessarily entail a loss of national identity (Roudometof, 2005; Gustafson, 2009). Identities do not cancel each other out, but overlap instead (Díez Medrano; Gutiérrez, 2001; Risse, 2010).

In an interview with *Le Figaro*, the executive director of the liberal think tank *Fondation pour l'innovation politique* (Fondapol, Foundation for Political Innovation), Dominique Reynié, affirmed that the rise of the right in Europe is primarily due to demographic factors. He points to the rapid aging of the population in combination with the arrival of migrants of Muslim origin, against the backdrop of the multiplication of intercultural conflicts exacerbated by Islamic activism, especially that of the Muslim Brotherhood.

Our societies are fearful of a kind of multicultural coexistence that leads to segregated communitarianism. This phenomenon is, in fact, fueled by the countries of origin, especially Turkey, which uses it as a weapon of interference. (Reynié, 2023, our translation)

Liav Orgad (2015), for his part, has boldly shifted the focus of the debate on minority rights by directly addressing cultural majority rights for the first time. The author argues that population movements, “one of the greatest challenges of the 21st century”, are having enormous impacts on three levels: (i) on the cultural composition and self-image of Western democracies – their national identities; (ii) the growing backlash against multiculturalism in immigrations policies, for example, by implementing a variety of coercive “cultural defense” measures to get immigrants to embrace the values and customs of the dominant group, and (iii) the rise of majoritarian nationalism.

“Demographobia” and the retreat from multiculturalism do not mean a return to forced cultural assimilation policies. However, to protect liberalism, some states violate the very values they seek to protect, thus creating a paradox. Orgad argues that the liberal state should restrict immigration to protect the culture of majority groups, though without lapsing into illiberal policies through what he calls “national constitutionalism”. The truth is that liberal states are trying to defend freedom by resorting to illiberal means, thus falling into the following contradiction: liberals must either tolerate illiberal practices, since dominant discourse asserts that immigration poses a danger to majority culture, or they must turn to illiberal means to “liberate” the illiberal. In the meantime, though, populists continue to enjoy ongoing support due

to growing political and economic inequality, the impacts of immigration and hyper ethnic change, and the sense of relative deprivation among certain social sectors.

Yascha Mounk (2022, pp. 9-10) argues that the rise of authoritarian populism is due to three reasons: (i) economic stagnation; (ii) social media, and (iii) the recent arrival of refugees from Africa and the Middle East. The latter issue is key in what he calls the “historically unique experiment— that of turning a monoethnic and monocultural democracy into a multiethnic one”. In the past, the “experiment”, with its unforeseen and unintended consequences, has often gone terribly wrong when diversity has led to ethnic and religious conflict.

Most democracies have little experience in managing the diversity of identity groups. Also according to Mounk:

Only in the past five or six decades have most democracies embraced erstwhile outsiders as compatriots on a significant scale. At the end of World War II, fewer than one in twenty-five people living in the United Kingdom had been born abroad. Today, it is one in seven. Until a few decades ago, Sweden was one of the most homogeneous countries in the world. Now one in five Swedish residents have foreign roots. Countries from Austria to Australia have undergone similarly rapid changes. (Mounk, 2022, p. 17)

In other words, the risk of cultural fragmentation is now real. Societies generally fail for three reasons: anarchy, domination, and fragmentation. Mounk argues that European democracies will face three major threats in the coming decades: (i) failure to overcome the burden of its past of domination of immigrants and ethnic minorities; (ii) growing diversity may hinder its ability to offer essential public goods or a sense of a common fate to its citizens, or (iii) fragmentation into increasingly rigid and hostile groups. For Mounk, creating a genuine sense of solidarity is essential to maintain social cohesion, which can be achieved in three ways: ethnic nationalism, civic patriotism, and cultural patriotism. He argues that ethnic nationalism would create more problems by fostering resentment and resistance in resentful groups. Mounk feels that civic patriotism has important advantages, as it is capable of welcoming newcomers and sustaining meaningful international cooperation efforts. However, it alone is not a sufficient response to the issue of how democracies can maintain a common national identity.

Three “schools of thought” have proposals for addressing the challenge of diversity: (i) “Turn back the clock” (return to a mythical past of a homogenous nation); (ii) “Refuse to change” (accommodate newcomers without making any serious adjustments to society’s rules), and (iii) “double down on identity” (abandon liberal principals and individualist assumptions by totally reorganizing society so it focuses on the rights of oppressed groups).

Mounk considers the last proposal problematic, as it essentializes the identity

of minority groups in a way that could be detrimental to the pursuit of true equality.

Variouly identified as “woke,” as an applied form of “critical race theory,” or as a likely “successor ideology” to liberalism, this movement vows to remake society in a radical manner. To do so, many of its most vocal advocates are willing to rethink fundamental principles, like the focus on individuals over groups, on which liberal democracies have traditionally been built. (Mounk, 2022, p. 174)

In recent decades, the left has incorporated race-based identitarian essentialism: “Whereas leftist politicians once preferred to cast their goals in class terms, they now tend to emphasize the need for racial equity.” (Mounk, 2022, p. 176). While the humanist left used to celebrate the idea of different cultures mingling and influencing one another, it is now more concerned with how mutual cultural influence can lead to all kinds of injustice. As a result, Mounk argues that the only viable solution is a new conception of patriotism: cultural patriotism.

Historically, it has played a significant role in extending the circle of our sympathy beyond our own family, our own village, and our own tribe. Today, it can be the glue that binds the citizens of hugely diverse nations to one another. (...) “For diverse democracies to thrive, their citizens need to share a common identity. Without some sense of inclusive patriotism, they are condemned forever to regard one another as strangers or adversaries. (Mounk, 2022, p. 144)

This option would resolve the shortcomings of the two models defined by the metaphors “melting pot” and “salad bowl”: the first, for its tendency to homogenize, and the second, for promoting cultural separatism. Neither of the two are effective for building diversified and prosperous democracies.

(...) to encourage members of diverse democracies to think of themselves *primarily** as members of their ethnic or religious groups is just as naive. Entitlement programs that are explicitly targeted at members of particular ethnic groups, for example, provide a strong incentive for members of all ethnicities, including whites, to identify with their racial groups and organize along sectarian lines—thus deepening the kind of racial consciousness that has historically underwritten serious forms of injustice and discrimination.” (Mounk, 2022, p. 181.* italics in the original).

Juha Herkman (2022) has developed a very interesting analysis. He points out that postmodern theories flourished just as the new wave of European populism started to gain popularity in the 1980s and 1990s. Populism’s success is thus linked to the fact that it is a postmodern way of resisting postmodernism. Therefore, the new populism – from the left or the right – is Western

liberal democracies' reaction to three challenges: (i) the welfare state; (ii) globalization, and (iii) postmodernism. The last dimension refers to the current period, centered on the importance of individuals and their choices, consumer culture, the mobilization of social structures, and the emphasis on the emotional. As such, the postmodern environment provides fertile ground for populism, which is considered postmodern for three reasons:

1. "The loosening of traditional structures, the emphasis on individuality and the growing importance of affective identity politics erode the appeal of political parties based on traditional class structures and make populist movements relying on momentary political articulations attractive for identification. Populist movements can be seen as a kind of party politics that succeeds in appealing to people's emotional longing for group identity, often more effectively than traditional parties."
2. "Populism presents clarity and simple truths at a time when uncertainty is overwhelming and clear answers to political questions are difficult to find."
3. "Populism thus forms a kind of postmodern collage in the field of politics, a patchwork which differs from the monochromatic ideology of the traditional left-right division." (Herkman, 2022, pp. 99-100)

Mark Lilla (2018), who refers to himself a "frustrated American liberal", affirms that American liberalism of the 21st century is in crisis due to identity politics. He observed, for instance, that the US Democratic Party website lists seventeen identity groups as part of the "people" it serves (*women, Hispanics, "ethnic Americans", the LGBT community, Native Americans, African Americans, Asian Americans and Pacific Islanders, etc.*). Lilla argues that they should focus less on differences and more on common projects to eliminate class inequalities. Minority issues are magnified by left modernists, whereas the concerns of the majority are stigmatized. Similarly, minority identities are praised, while those of the white majority are scorned. Identity liberalism has thus become a proselytizing project:

That one now hears the word *woke** everywhere is a giveaway that spiritual conversion, not political agreement, is the demand. Relentless speech surveillance, the protection of virgin ears, the inflation of venial sins into mortal ones, the banning of preachers of unclean ideas—all these campus identity follies have their precedents in American revivalist religion. Mr. Twain might have found it amusing but every opinion poll shows that the vast majority of Americans do not. (Lilla, 2018, pp. 114-115, * original emphasis)

In the late 1980s, Jürgen Habermas popularized the term "constitutional patriotism" as a normatively attractive form of non-national (or even post-national) civic attachment for increasingly multicultural societies (Müller, 2007). However, in light of the growing wave of conservatism and protectionism, this idea proved to be naive and idealist.

Siniša Malešević (2019) criticizes the term “new nationalist ideology”, currently used by many analysts, for being confusing and vague. New nationalism is characterized as anti-antiglobalization, anti-migration, in favor of identity politics, supporting populist leaders and nativist politics, and hostility towards cultural and religious differences. According to the author, using the term “new” may erroneously imply that nationalism did not exist prior to the recent political developments and that what is happening now is completely different from what used to happen before. In fact, nationalism is ingrained in mentalities, and cosmopolitanism is a worldview of a small minority made up mostly of intellectuals.

(...) while cosmopolitanism can be a choice for an elite minority, most ordinary individuals have little real opportunity to develop such a worldview or pursue such a lifestyle. (...) Since nationalism is sustained by the organisational, ideological and micro-interactional infrastructures of nation states, it remains the dominant operative ideology and the principal mode of political legitimisation of rule in modernity. As cosmopolitanism largely lacks such an organisational and ideological base, it is bound to persist as a minority, elite, project. (Malesević, 2019, pp. 248-249)

Finally, one can say that nation-states are not an obstacle to globalization. On the contrary, globalization is only possible with the support of powerful states that implement assimilationist policies: “there is no successful globalisation without nationalism” (Malesevic, 2019, p. 252).

In closing, it is fitting to pause here to draw a parallel between a tale of Greek mythology and the theme discussed in this paper. There once was a bandit called Procrustes who lived in a forest and had a huge bed. He abducted anyone who came through the region and put them in his bed. Those who were too tall, Procrustes cut off their feet. Those who were too small, he stretched them. The size of the bed was the standard that Procrustes used. With a bit of poetic license, we can compare the nation-building process to Procrustes’ bed. To become a full citizen, one must show a significant level of cultural uniformity. Even when diversity is tolerated to a certain extent, no nation-state can simply desist from the push for social standardization.

Nationalism has proven to be much more resilient than its detractors imagined. It is still the dominant form of human subjectivity in the contemporary world and the only legitimate and efficient form of state organization – or at least until now.

With no intention of exhaustively exploring this topic, this paper sought to launch the debate around the dilemma of the identitarian-nationalism dyad. In view of the growth of the phenomenon of global populism and the far right, it is very easy to guess which force will triumph in the clash between cosmopolitan woke ideology and nationalist ideology. With their mighty ability to mobilize, cause excitement, and legitimize, the populists and the far right have a clear advantage in the disputes between “us *versus* them”.

References

ACHA UGARTE, Beatriz, 'The Far Right in Western Europe: 'From the Margins to the Mainstream' And Back?', *Cuadernos Europeos de Deusto*, 59, 2018, p. 75-97.

AHEARNE, Jeremy. "Cultural insecurity and its discursive crystallisation in contemporary France", *Modern & Contemporary France*, 25/3, 2017, p. 265-280.

ALBERTAZZI, Daniele; MCDONNELL, Duncan. *Twenty-First century populism. The spectre of western European democracy*. New York: Palgrave, 2008.

ÅLUND, Aleksandra; SCHIERUP, Carl-Ulrik; NEERGAARD, Anders. *Reimagining the nation. Essays on twenty-first-century Sweden*. Frankfurt am Main; New York: Peter Lang, 2017.

ANSELMINI, Manuel. *Populism. An Introduction*, London and New York: Routledge, 2018.

AUER, Stefan. "'New Europe': Between cosmopolitan dreams and nationalist nightmares", *Journal of Common Market Studies*, 48(5), 2010, p. 1163–1184.

BECK, Ulrich. *What is Globalization?* Oxford: Polity, 2000.

BERGEAUD-BLACKLER, Florence. *Le Frérisme et ses réseaux. L'enquête*, Paris: Odile Jacob, 2023.

BICKERTON, Christopher J. "'Parliamentary, 'popular' and 'pooled': Conflicts of sovereignty in the United Kingdom's exit from the European Union", *Journal of European Integration*, 41(7), 2019, 887–902.

_____. *European Integration: From Nation-State to Member-State*, Oxford: Oxford University Press, 2012.

BOCK-COTE, Mathieu, *Le multiculturalisme comme religion politique*, Paris: Les Éditions du Cerf, 2016.

_____. *L'empire du politiquement correct*, Paris: Les Éditions du Cerf, 2019.

BOUVET, Laurent. *L'insécurité culturelle*. Paris: Fayard, 2015.

BOWEN, John R, "Beyond migration- Islam as a transnational public space", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30 (5), 2004, pp. 879-94.

BRAUNSTEIN, Jean-François. *La religion woke*, Grasset, Paris: Bernard Grasset, 2022.

BRUBAKER, Roger. "Why populism?", *Theory and Society*, 46(5), 2017, pp. 357–385.

_____. "The return of assimilation? Changing perspectives on immigration and its sequels in France, Germany, and the United States", *Ethnic and Racial Studies*, 24(4), 2001, p. 531–548

CAMPANI, Giovanna, "The migration crisis between populism and post-democracy", In: FITZI, Gregor, MACKERT, Jürgen, TURNER, Bryan S. *Populism and the Crisis of Democracy*, 3 (Migration, Gender and Religion), London and New York: Routledge, 2019, pp. 29-47.

CANOVAN, Margaret. *Populism*. London: Junction Books, 1981.

CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell, 1996.

CHARALAMBOUS, Giorgos, IOANNOU, Gregoris. *Left Radicalism and Populism In Europe*, London and New York: Routledge, 2020.

CHECKEL, Jeffrey T., KATZENSTEIN, Peter J. *European Identity*, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. The Politicization of European Identities in: J. CHECKEL; KATZENSTEIN, R. (eds) *European Identity*, Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 1-25.

CHIENAROLI, Natalia. "El escrache, de Argentina al mundo". *ElDiario.es*. 6 mars 2013.
https://www.eldiario.es/sociedad/escrache-escrachar-argentina-hijos-repression_1_5601866.html accessed on 07/12/2024.

CHOPIN, Thierry, "Eurosepticismes et europhobie : l'Europe à l'épreuve des populismes", *Fondation Robert Schuman*, Question d'Europe n° 375, 14 December 2015.
<https://server.www.robert-schuman.eu/storage/fr/doc/questions-d-europe/qe-375-fr.pdf> accessed on 07/12/2024.

CLOSA, Carlos, MARGIOTTA, Costanza, MARTINICO, Giuseppe. *Between Democracy and Law. The Amoralty of Secession*, London and New York: Routledge, 2020.

_____. *Secession from a member state and withdrawal from the European Union. Troubled membership*, Cambridge University Press, 201.

COHEN, Claudia. "Aux États-Unis, la censure littéraire fer de lance de la guerre idéologique". *Le Figaro*, 28 décembre, 2022. <https://www.lefigaro.fr/medias/aux-etats-unis-la-censure-litteraire-fer-de-lance-de-la-guerre-ideologique-20221227>

DALLE MULLE, E. *The nationalism of the rich: discourses and strategies of separatist parties in Catalonia, Flanders, Northern Italy and Scotland*. Abingdon: Oxon, e Nova York: Routledge, 2018.

DEVECCHIO, Alexandre. "Benjamin Morel: L'identité française a été présentée comme mauvaise, impossible à assumer". *Le Figaro*, 3 février, 2023. <https://www.lefigaro.fr/vox/societe/benjamin-morel-l-identite-francaise-a-ete-presentee-comme-mauvaise-impossible-a-assumer-20230203>

DÍEZ MEDRANO, J., GUTIÉRREZ, P. (2001) "Nested identities: national and European identity in Spain". *Ethnic and Racial Studies* 24, 753–778.

EATWELL, Roger, GOODWIN, Matthew. *National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy*, London: Pelican Books, 2018.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FASONE, Cristina. "Secession and the Ambiguous Place of Regions Under EU Law", In: CLOSA, Carlos. *Secession from a member state and withdrawal from the European Union. Troubled membership*, Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 48-68.

FIESCHI, C. "Cultural anxiety, class and populism", *Policy Network, Opinion*, 2012.

FREGOSI, Renée. *Cinquante nuances de dictature. Tentations et emprises autoritaires en France et ailleurs*, Paris: Éditions de l'Aube, 2023.

FUKUYAMA, Francis. *Identity. The demand for dignity and the politics of resentment*, New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

GALSTON, William A. *Anti-Pluralism. The Populist Threat To Liberal Democracy*, New Haven and London: Yale University Press, 2018.

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Oxford: Polity, 1990.

GREENHILL, Kelly M. *Weapons of Mass Migration. Forced Displacement, Coercion, and Foreign Policy*, Ithaca, NY: Cornell University Press, 2010.

GUSTAFSON, Per, "More cosmopolitan, no less local – the orientations of international travellers" *European Societies* 11(1), 2009, p. 25–47.

HERKMAN, Juha. *A Cultural Approach to Populism*, London and New York/ Routledge, 2022.

HIGGOTT, Richard, PROUD, Virginia. *Populist-Nationalism and Foreign Policy: Cultural Diplomacy, International Interaction and Resilience*, Stuttgart: Ifa, 2017.

HOBBSAWM, Eric. "Identity Politics and the Left", *New Left Review*, 217 (40), 1996, pp. 38-47.

HOULE, Christian, KENNY, Paul D. "The political and economic consequences of populist rule in Latin America", *Government & Opposition*, 53(2), 2018, pp. 256-287.

HUBER, Robert A., SCHIMPF, Christian H. "Friend or foe? Testing the influence of populism on democratic quality in Latin America", *Political Studies*, 64(4), 2016, pp. 872–889.

_____. "On the Distinct Effects of Left-Wing and Right-Wing Populism on Democratic Quality", *Politics and Governance*, 5 (4), 2017, pp. 146–165.

HUBERT, Pascal, BERGEAUD-BLACKLER, Florence. *Cachez cet Islamisme. Voile et Laïcité à l'épreuve de la cancel culture*, Paris: La Boite à Pandore, 2021.

JUDIS, John B. *The populist explosion: How the great recession transformed American politics*, New York: Columbia Global Reports, 2016.

KASTORYANO, Riva. "Transnational Politics of Integration and an "Imagined Global Diaspora", In: FOSSUM, John Erik, KASTORYANO, Riva, SIIM, Birte. *Diversity and Contestations over Nationalism in Europe and Canada*, London: Palgrave Macmillan, 2018, pp. 63-87.

KENAN, Malik. "Populism and migration", *Pandemonium*, 2017, Retrieved from <https://kenanmalik.wordpress.com/2017/10/05/populism-and-immigration/>.

KOTKIN, Joel, *The coming of neo-feudalism : a warning to the global middle class*, New York: Encounter Books, 2020.

KRASTEV, Ivan. "The age of populism: reflections on the self-enmity of democracy", *European View* 10(1), 2011, pp. 11-16.

KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship. A liberal theory of minority rights*, Oxford: Clarendon Press, 1995.

LE FIGARO, "Immigration: les entrées irrégulières dans l'UE en 2022 au plus haut depuis 2016, selon Frontex", 13 janvier, 2023. <https://www.lefigaro.fr/international/immigration-les-entrees-irregulieres-dans-l-ue-en-2022-au-plus-haut-depuis-2016-selon-frontex-20230113>

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies die*, New York: Broadway Books, 2018.

LEWIS, Helen. "How capitalism drives cancel culture, How Capitalism Drives Cancel Culture. Beware splashy corporate gestures when they leave existing power structures intact", *The Atlantic*, 14 July 2020. <https://www.theatlantic.com/international/archive/2020/07/cancel-culture- and-problem-woke-capitalism/614086/>

- LILLA, Mark. *The Once and Future Liberal. After Identity Politics*, London: Hurst & Company, 2018.
- LIOGIER, R. *Le Mythe de l'islamisation. Essai sur une obsession collective*. Paris: Seuil, 2012.
- MAIR, Peter. *Gobernando el vacío. La banalización de la democracia occidental*, Madrid: Alianza Editorial, 2015.
- MALESEVIC, Siniša. *Grounded Nationalisms. A Sociological Analysis*. New York: Cambridge University Press, 2019.
- MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*, New York: Cambridge University Press, 1997.
- MARTINELLI, Alberto. *Populism & Nationalism. The (peculiar) case of Italy in: A. Martinelli. When Populism Meets Nationalism. Reflections on Parties in Power*. Milano: Ledizioni LediPublishing, 2018, pp. 13-45.
- MCDONNELL, Duncan; WERNER, Annika. *International Populism: The Radical Right in the European Parliament*. London: C. Hurst & Co, 2019.
- MEDDEB, Abdelwahab. *Le Temps des inconciliables. Contre-prêches 2*, Paris: Éditions du Seuil, 2017.
- MÉNY, Yves, SUREL, Yves. *Democracies and the Populist Challenge*, New York/ Palgrave, 2002.
- MISCOIU, Sergiu, "Qu'est-ce que le néo-populisme? Quelques explications factuelles pour un éclaircissement théorique", *Studia universitatis babeş-bolyai studia europaea* 3, September 2017, pp. 105-120.
- MITCHELL, Joshua. *American Awakening. Identity politics and other afflictions of our time*, New York and London: Encounter Books, 2020.
- MONDON, Aurelien. "The French Secular Hypocrisy- The Extreme Right, the Republic and the Battle for Hegemony", *Patterns of Prejudice* (49) 4, 2015, p. 402.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia. Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- _____. *The great experiment : why diverse democracies fall apart and how they can endure*, New York: Penguin Press, 2022.
- MUDDE, Cas, KALTWASSER, Cristóbal R., *Populism in Europe and the Americas: Threat or corrective for democracy?.* Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

_____. *Populist radical right parties in Europe*. Manchester: Manchester University Press, 2007.

MÜLLER, Jan-Werner. *Constitutional Patriotism*, Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

_____. *What Is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

MURRAY, Douglas. *The Madness of Crowds. Gender, race and identity*, London: Bloomsbury Publishing Plc, 2019.

_____. *The Strange Death of Europe. Immigration, Identity, Islam*, Bloomsbury Continuum, 2017.

_____. *The War on the West*, New York: Broadside Books, 2022.

MUZERGUES, Thibault. *War in Europe? From Impossible War to Improbable Peace*, London and New York: Routledge, 2022.

MYLONAS, Harris, RADNITZ, Scott. "The Disturbing Return of the Fifth Column. How Enemies Within—Real and Imagined—Are Influencing Geopolitics", *Foreign Affairs*, August 26, 2022.

NANDY, Lisa. "What the age of populism means for our liberal democracy", *Political Quarterly* 90, 2019, pp. 462-69.

ORGAD, Liav. *The cultural defense of nations*, New York: Oxford University Press, 2015.

OSWALD, Michael, SCHAFFER, Mario, BRODA, Elena Broda. "The New Age of Populism: Reapproaching a Diffuse Concept" in: OSWALD, Michael. *The Palgrave Handbook of Populism*, Cham: Palgrave Macmillan, 2022, pp. 3-27.

OUTHWAITE, William. *Brexit. Sociological Responses*, London: Anthem Press, 2017.

PANIZZA, Francisco. *Populism and the Mirror of Democracy*, London and New York: Verso, 2005.

PLUCKROSE, Helen, LINDSAY, James. *Cynical Theories. How Activist Scholarship Made Everything about Race, Gender, and Identity – and Why This Harms Everybody*, North Carolina: Pitchstone Publishing, 2020.

_____. *Social (In)justice. Why Many Popular Answers to Important Questions of Race, Gender, and Identity Are Wrong - and How to Know What's Right*, Durham, North Carolina: Pitchstone Publishing, 2022.

RAMASWAMY, Vivek. *Woke, Inc. Inside corporate America's social justicescam*, New York: Center Street, 2021.

- RECCHI, Ettore, FAVELL, Adrian. *Everyday Europe. Social Transnationalism in an Unsettled Continent*, Bristol: Policy Press, 2019.
- RECKWITZ, Andreas. *The End of Illusions. Politics, Economy, and Culture in Late Modernity*, Cambridge, UK ; Medford, MA : Polity Press, 2021
- REYNIÉ, Dominique “La situation en Europe est plus favorable à la droite que jamais”, *Le Figaro*, 06/06/2023, <https://www.lefigaro.fr/vox/societe/dominique-reynie-la-situation-en-europe-est-plus-favorable-a-la-droite-que-jamais-20230606>.
- RHODES, Carl. *Woke Capitalism. How Corporate Morality is Sabotaging Democracy*, Bristol: Bristol University Press, 2022.
- RICCI, David M. *A political science manifesto for the age of populism: challenging growth, markets, inequality and resentment*, New York: Cambridge University Press, 2020.
- RISSE, Thomas. *A community of Europeans. Transnational identities and public spheres*, Ithaca and London: Cornell University Press, 2010.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le Siècle du populisme. Histoire, théorie, critique*, Paris: Éditions du Seuil, 2020.
- ROUDOMETOF, Victor, "Transnationalism, cosmopolitanism and glocalization", *Current Sociology* 53(1), 2005, pp. 113–135.
- KALTWASSER, Cristóbal R, TAGGART, Paul, “Dealing with populists in government: A framework for analysis”, *Democratization*, 23(2), 2016, pp. 201-220.
- _____. “The ambivalence of populism: Threat and corrective for democracy”, *Democratization*, 19(2), 2012, p. 184–208.
- ROZUKALNE, Anda. “Is Populism Related Content the New Guilty Pleasure for Media and its Audiences?” In: KUDORS, Andis; PABRIKS, Artis, *The Rise of Populism: Lessons for the European Union and the United States of America*. Riga: University of Latvia Press, 2017, pp. 37-56.
- RUZZA, Carlo, BERTI, Carlo, COSSARINI, Paolo. *The Impact of Populism on European Institutions and Civil Society. Discourses, Practices, and Policies*, London: Palgrave, 2021.
- SOUKUP, Stephen R. *The Dictatorship of Woke Capital*, New York and London: Encounter Books, 2020.
- STANDARD EUROBAROMETER 92, EB92. Autumn 2019. <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2255>

STANDARD EUROBAROMETER 97, EB97. Autumn 2022.
<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2693>

STREEK, Wolfgang. "Return of the repressed", *New Left Review*, 105, 2017, pp. 5–18.

MÉNY, Y.; SUREL, Yves "The Constitutive Ambiguity of Populism". In: MÉNY, Y.; SUREL, Yves. (eds.), *Democracies and the Populist Challenge*. Palgrave, 2002.

URBINATI, Nadia. *Democracy disfigured: Opinion, truth, and the people*, Cambridge: Harvard University Press, 2014.

URRY, John. *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty First Century*. London: Routledge, 2000.

VERTOVEC, Steven. *Transnationalism*, London and New York: Routledge, 2009.

WAGNER, Markus; MEYER, Thomas. "The Radical Right as Niche Parties? The Ideological Landscape of Party Systems in Western Europe, 1980–2014", *Political Studies*, 65(1), 2017, pp. 84–107.

WARING, A. *The New Authoritarianism. A Risk Analysis of the US Alt-Right Phenomenon*. Vol. 1, Stuttgart: ibidem-Verlag Stuttgart, 2018.

WEBBER, Douglas. "How likely is it that the European Union will disintegrate? A critical analysis of competing theoretical perspectives", *European Journal of International Relations*, 20(2), 2014, pp. 341–365.

_____. "Trends in European political (dis)integration. An analysis of postfunctionalist and other explanations, *Journal of European Public Policy*, 26(8), 2019a, pp. 1134–1152.

_____. "Can the EU survive?" In: DINAN, D.; NUGENT, N.; PATERSON, W. (Eds.), *The European Union in Crisis*. Palgrave Macmillan, 2017.

_____. *European Disintegration? The Politics of Crisis in the European Union*, Macmillan Red Globe Press, 2019b.

WODAK, Ruth. *Politics of fear: What right-wing populist discourses mean*, London: Sage, 2015.

YUVAL-DAVIS, Nira. "Autochthonic populism, everyday bordering and the construction of 'the migrant'" In: FITZI, Gregor; MACKERT, Jürgen; TURNER, Bryan S. *Populism and the Crisis of Democracy. Migration, Gender and Religion*, London and New York: Routledge, 2019, pp. 69-77.

ZIELONKA, Jan. "'The international system in Europe: Westphalian anarchy or Medieval chaos?'", *Journal of European Integration*, 35 (1), 2013, pp. 1–18.

_____. *Disintegrazione. Come salvare l'Europa dall'Unione Europea*, Roma: Laterza, 2015.

VINÇOTTE, Aliénor, "La culture dans le viseur des nouveaux censeurs". *Le Figaro*, 2 mars, 2023. <https://www.lefigaro.fr/culture/la-culture-dans-le-viseur-des-nouveaux-censeurs-20230301>

CAPÍTULO 3

RADIOGRAFIA DOS MANIFESTOS: «PROMESSAS SINCERAS» OU «POPULISMO VAZIO» DE PARTIDOS POLÍTICOS DA EXTREMA DIREITA EUROPEIA?

Ana Paula Tostes - Frederico Esperon Carvalho

Introdução

Uma nova direita emergiu na Europa na década de 1980 e a institucionalização de partidos radicais, seja pela reforma de partidos extremistas já existentes ou criação de novos, se identifica mais amplamente ao longo da década de 1990 (Ignazi, 1996; 2003; Kitschelt, 1988; 1994; 1995; Mudde, 1995; 2019; Taggart, 1998). A literatura identifica essa renovação da direita europeia como fruto da emergência de uma “nova clivagem política,” que teria sido decorrente da transformação do capitalismo industrial em capitalismo pós-industrial (Betz, 1994; Ignazi, 1996; Marks, Wilson; Ray, 2002). Para além dos debates sobre o impacto do aparecimento desta nova clivagem, vimos uma reformulação nas estratégias de articulação de ideias conservadoras e narrativas sobre visões extremistas e ideologia radical de direita que acompanham debates teóricos sobre o tema. O contexto da integração europeia, certamente, é a conjuntura crítica que impulsiona rearranjos de posições conservadoras, uma vez que a livre circulação de bens, capitais, pessoas e serviços, trouxe impactos no modelo econômico e social dos países do bloco e reações sociais na região.

Dentre as etapas da integração europeia, o lançamento do mercado único em 1986 (com o lançamento do Ato Único Europeu), e sua consolidação a partir de 1993 (com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht), é aqui considerada como uma variável relevante nos determinantes da emergência da nova extrema direita europeia, que reivindica ideais identitários, nacionalistas e soberanistas, e promove xenofobia e intolerância a imigrantes

(mesmo imigrantes europeus, internos à região da União).²¹ Tal processo econômico, social e político no nível regional impacta a política nacional dos Estados membros da União, seus sistemas partidários e, dentre novos debates sobre as transformações na política europeia, vimos o recrudescimento do populismo na região.

Dentre as etapas da integração europeia, o lançamento do mercado único em 1986 (com o lançamento do Ato Único Europeu), e sua consolidação a partir de 1993 (com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht), é aqui considerada como uma variável relevante nos determinantes da emergência da nova extrema direita europeia, que reivindica ideais identitários, nacionalistas e soberanistas, e promove xenofobia e intolerância a imigrantes (mesmo imigrantes europeus, internos à região da União). Tal processo econômico, social e político no nível regional impacta a política nacional dos Estados membros da União, seus sistemas partidários e, dentre novos debates sobre as transformações na política europeia, vimos o recrudescimento do populismo na região.

A integração regional na Europa, altamente institucionalizada, e a globalização, aparecem como objetos de crítica, ao lado do modelo liberal de democracia representativa (Marks, Wilson, Ray, 2002), para a nova clivagem política identificada na literatura. A União Europeia (UE), que inova relações entre poderes legislativo e executivo no âmbito nacional, e, dentre outras novidades jurídicas e institucionais, cria uma nova cidadania europeia supranacional, passou a ser estudada como um novo subsistema internacional (Hill, Smith; Vanhoonacker, 2023) ou um novo modelo de polity (Goetz, Hix, 2000; Hix, 2005, 2008). A criação da cidadania europeia acelera a integração social e política em curso, e se torna mais um elemento que fertiliza questionamentos sobre defesa de culturas regionais e nacionais, além de identidades locais no âmbito dos Estados membros da UE. Novos discursos e ideias sobre identidade, tolerância/intolerância ao multiculturalismo, reações adversas à presença de cidadãos oriundos de culturas estrangeiras, etc., alimentaram o aparecimento de teses soberanistas e nacionalistas, além de narrativas ressentidas em relação à presença de imigrantes em Estados membros da UE.

Mais recentemente, o crescimento dos partidos de extrema direita e de seus eleitores é impulsionado pela crise migratória que alcançou seu auge em 2015 na Europa, o que levou à chamada de responsabilidades solidárias entre membros da União em apoio aos países mais afetados pela onda migratória. Assim, como em outros períodos de crises na União, partidos populistas se fortaleceram a partir de promessas de solução simplificada para

²¹ Os dois Tratados reformam os Tratados fundadores da Comunidade Europeia, assim designada até o Tratado de Maastricht, que lança a designação de União Europeia, assumidamente um modelo de união de Estados com características de uma união política.

problemas regionais e globais complexos. Nesse contexto, poucos estudos existem sobre análise de conteúdo das promessas de partidos políticos, declaradas em seus manifestos partidários. Estariam os eleitores “iludidos” por promessas vazias ao votarem em plataformas nacionalistas, conservadoras, ou líderes populistas, ou seriam conscientes de suas escolhas por promessas políticas incompatíveis com valores da democracia liberal? Seriam os partidos conservadores radicais, nacionalistas e populistas, capazes de adaptarem suas promessas a conjunturas econômicas, sociais e políticas ao longo do tempo, ou casos de sucesso eleitoral revelam uma continuidade nas plataformas populistas desde os períodos mencionados de 1980 e 1990, quando a nova extrema direita europeia começa a ser mapeada na literatura e estudada como um caso de emergência de um novo populismo?

A literatura compartilha o mesmo entendimento de que não há uma teoria única nem uma definição incontestada sobre populismo (Taggart, 2000; Laclau, 2005; Mudde, 1995; 2007; 2019; Stanley, 2008), mas os debates sobre o tema entre clássicos da política, desde Isaiah Berlin (1968) Ghita Ionescu e Ernest Gellner (1969),²² já apontavam duas características que não são contestadas pelos debates recentes: o protagonismo do “povo” como ator político e a rejeição à política introduzida pelo modelo liberal democrático, que depende de representação, instituições e procedimentos. Mény e Surel (2002) destacam ainda que tais características aparecem em um amplo espectro horizontal, da extrema esquerda à extrema direita e ainda em espectros verticais de diferentes clivagens que atribuem a diferentes elites a expropriação de direitos e representação. Isso porque a existência da atitude anti-elitista (Canovan, 1999; Muller, 2016; Mudde, 1995; 2019) não pressupõe a eleição de uma elite específica, podendo variar. Há consenso de que o populismo leva ao anti-pluralismo, já que se alega uma “verdadeira” representação da vontade identificada no líder populista, que se deve ao resgate em função da expropriação e corrupção de uma elite dissimulada e imoral.

Assim, propomos uma análise dos manifestos de partidos políticos conservadores radicais em países em que tal ideologia radical vem sendo bem sucedida, e atribuída ao uso de estratégias populistas de campanha. A escolha dos países para a coleta de dados dos manifestos políticos se deu pela performance dos partidos de extrema direita em eleições nacionais recentes, além de serem Estados membros fundadores da integração e protagonistas

²² Contribuições clássicas seminais de Isaiah Berlin (em “To Define Populism”, Conferência proferida em 1967 na London School of Economics, em Londres e depois publicada no *Journal Government and Opposition* em 1968) e Ghita Ionescu e Ernest Gellner (1969).

na governança da União. Examinamos os casos da França e da Itália, em especial selecionamos o partido *Front National*, assim designado até 2018 e depois passando a ser designado *Rassemblement National* (RN), e o *Fratelli d'Italia* (FdI).

Nossa hipótese é que os partidos políticos RN e FdI tem sido bem sucedidos por serem capazes de se adaptarem a mudanças conjunturais, regionais e globais, para assim construírem suas estratégias de campanha, alinhando seus discursos e promessas às expectativas de seus potenciais eleitores. Em outras palavras, mais do que uma agenda coerente, o populismo se fortalece a partir de uma capacidade de adaptação de promessas com a expectativa dos eleitores insatisfeitos com a política tradicional e com os incumbentes. Em especial, no caso da região da UE, a imigração tem sido apontada como um fator prioritário na opção dos eleitores intolerantes por plataformas que reforçam a defesa da cultura e da soberania nacional a qualquer preço. Esperamos ver expresso nos manifestos partidários como tais partidos declararam suas promessas de campanha sobre temas e agendas sensíveis a valores mais conservadores de direita, questões culturais, identitárias e nacionalistas e a relação com a imigração e a tolerância/intolerância social.

No caso do RN, as estratégias e capacidade de ajuste de trajetórias de ideologia de extrema direita são mais conhecidas pela maior visibilidade e importância internacional do *Front National*. O partido foi fundado em 1972 para unir frentes nacionalistas, com protagonismo do pai de Marine Le Pen, Jean-Marie Le Pen, que foi o primeiro líder e figura central do *Front* até 2011, quando Marine assume a presidência do partido. O *Front* passou pela mudança de nome para RN e Marine Le Pen alcançou o segundo turno nas eleições presidenciais na França em 2017, quando Emmanuel Macron foi eleito Presidente. Em função de sua performance eleitoral, nas eleições para o parlamento francês de junho de 2022, o RN passou a figurar como a principal força política de oposição ao governo no Parlamento francês, até se tornar parte da coalisão governamental de Emmanuel Macron, com a crise política francesa, em 2024.

Nas eleições gerais na Itália em 2022, Giorgia Meloni surge como nova força política nacional e se torna a Primeira Ministra, com alta popularidade no país. Apesar de ter vencido as eleições com um discurso abertamente anti-imigração e contestador da autoridade das instituições da UE, a Itália assistiu ao aumento da imigração um ano após sua vitória (cerca de o dobro de imigrantes entraram no país), um maior alinhamento às políticas europeias e, ainda assim, a Primeira Ministra continuava com alta popularidade nacional.

O FdI foi criado em 2012, mas o partido representa uma continuidade de trajetória de partidos radicais conservadores de direita, de onde seus membros migraram. Dentre os fundadores do FdI, estava uma ala mais à direita do partido político conservador tradicional de Silvio Berlusconi (o Povo da Liberdade, PdL), que se juntaram com outros grupos radicais de partidos conservadores para formarem o novo partido político que analisamos aqui como uma trajetória de continuidade para a verificação dos objetivos deste capítulo.

Para a pesquisa foi usado o banco de dados que traz uma análise de conteúdo dos manifestos políticos dos partidos, disponibilizando já uma classificação e sistematização dos manifestos políticos a partir de categorias analíticas que agrupam a frequência e o sentido de “quase sentenças” selecionadas para a construção de indicadores: o Manifesto Project (MP), especialmente o MARPOR (Manifesto Research On Political Representation).²³

Manifestos importam?

Priorizamos o exame dos manifestos porque eles são a fonte formal dos compromissos declarados e publicados em períodos de campanha eleitoral, incluindo-se neles intenções, motivos ou opiniões do partido político e seus perspectivas candidatos. Os manifestos servem como um modelo de promessas que revela posicionamentos assumidos pelos partidos políticos diante de seu eleitorado. Partimos da hipótese de que manifestos geram comprometimentos sobre temas e expectativas de pro atividade do partido político para implementar medidas legislativas ou decisões políticas deliberadas, caso lhes seja confiada o voto pelos eleitores.

Embora um manifesto possa ser uma lista simples de ideias políticas, tendem a ser documentos abrangentes que aprofundam a posição do partido ou revelam compromissos. Os manifestos em geral cobrem tópicos típicos das políticas públicas a serem conduzidas pelos representantes, tais como economia, saúde, educação, desemprego, segurança, imigração, além de posicionamentos sobre valores. Tudo o que pode contribuir para o eleitor convencer-se a votar no partido em especial, especialmente aquele que não é apoiador incondicional.

As promessas do manifesto não são juridicamente vinculativas, tratam-se de documentos que geram expectativas e a falha na implementação das políticas declaradas como prioridades ou agendas assumidas publicamente, a credibilidade do partido político se coloca em jogo. Na medida em que os manifestos influenciam os eleitores, especialmente os menos fieis aos partidos em questão, continua a ser um tema de debate entre os analistas políticos o nível de relevância das promessas assumidas.

Pesquisas sobre a correlação ou impacto dos manifestos dos partidos políticos e suas atividades legislativas são praticamente inexistentes. No entanto, os manifestos, mesmo sem serem vinculantes, São documentos públicos. Esses são a única fonte formal, onde partidos políticos podem apresentar

²³ Cf. MANIFESTO PROJECT. WZB. 2024. <https://manifesto-project.wzb.eu/>

compromissos e plataformas para justificar suas posições e fornecer à mídia e aos eleitores, especialmente aos novatos ou menos fieis, informação e argumentos de convencimento sobre a confiança demandada para que os partidos recebam apoio popular.

Em pesquisa realizada pela escassa literatura sobre o tema da relevância dos manifestos e plataformas partidárias, existem pesquisas empíricas que apontam resultados positivos quanto ao impacto ou a correlação entre manifestos e engajamento do partido político no *policy-making*. Ou seja, dados usados para comparar, a partir de uma análise de conteúdo dos Manifestos pré-eleitorais dos partidos governantes franceses com a legislação aprovada no país entre 1981 e 2012 impactaram a elaboração de políticas, ainda que se tenha incluído na análise aspectos quanto às capacidades na execução dos programas políticos dos partidos (Brouard, Grossman, Isabelle, Persico, Froio, 2018). Manifestos pré-eleitorais dos partidos franceses no período pesquisado por mais de duas décadas tiveram impacto em agendas legislativas subsequentes, dependendo o efeito tanto das capacidades (condicionadas a circunstâncias legislativas) como dos incentivos partidários. Mas a conclusão geral da pesquisa (Brouard, Grossman, Isabelle, Persico, Froio, 2018) foi que os programas partidários na França são importantes na elaboração de políticas. Embora neste capítulo não tenhamos ambição de correlacionar os Manifestos a *outcomes* de políticas públicas nos países selecionados e os dados sejam limitados ao que se encontra disponibilizado no banco de dados utilizado, consideramos a análise dos Manifestos como uma fonte relevante para se qualificar o quanto partidos políticos da nova extrema direita realizam “promessas sinceras”, ainda que se utilizem de estratégias populistas.

Metodologia

Em nossa pesquisa utilizamos dados do Manifesto Project (MP) data base,²⁴ que disponibiliza seu banco de dados sobre Manifestos de mais de 1.000 partidos políticos de cinco continentes (dados desde 1945), indexados por variáveis de caráter abrangente e de largo espectro.

Os manifestos analisados foram divulgados pelos partidos políticos previamente a eleições nacionais parlamentares, uma vez que os partidos normalmente não divulgam manifestos especificamente para eleições europeias para o Parlamento Europeu ou em pleitos para cargo no executivo. Em eleições para o Parlamento Europeu tem sido uma prática os partidos nacionais

²⁴ Projeto financiado pela Fundação Alemã de Ciência (DFG) como MARPOR (Manifesto Research On Political Representation), tendo recebido prêmio da American Political Science Association (APSA) pelo melhor conjunto de dados em política comparada. (<https://manifesto-project.wzb.eu/>)

utilizarem canais de comunicação alternativos, tais como sites ou redes sociais, que veiculam imagens e pautas associadas aos manifestos partidários. Por sua vez, como veremos, os manifestos de partidos de Estados membros da União Europeia trazem, em geral, menção ao posicionamento dos partidos políticos quanto à integração europeia e suas políticas.

Apresentamos a análise de manifestos partidários de três eleições, cobrindo cerca de 10 anos, divulgados previamente em anos de eleições nacionais. A trajetória das promessas políticas reveladas em manifestos avaliados para o partido italiano de extrema direita *Fratelli d'Italia* (FdI), considera seu predecessor Povo da Liberdade (PdL), partido político oriundo de seus membros quando dissolvido em 2013. O PdL foi o partido criado por Silvio Berlusconi, de curta vida, que existiu entre 2009 e 2013, e que ao se dissolver, seus membros se dividiram. A maioria dos membros do antigo PdL, incluindo Giorgia Meloni, formaram o FdI. Outros refundaram o *Forza Italia* (partido criado em 1994, por Berlusconi)²⁵. Assim, sobre os manifestos italianos, analisamos eleições de 2008, 2013 (entre esses dois pleitos não se verifica mudança no manifesto, logo há uma repetição de dados sobre os anos), e 2018.

Sobre os manifestos franceses analisamos aqueles do partido *Rassemblement National* (RN) divulgados nos anos de 2007, 2012 e 2017. O partido disputou as três eleições nacionais sob o nome *Front National* e a mudança de nomenclatura para RN se deu apenas em 2018, no entanto, escolhemos utilizar o nome atual do partido político para o melhor entendimento da condição partidária ideológica atual.

Anos mais recentes das campanhas eleitorais dos países pesquisados ainda não se encontram disponíveis e categorizados na plataforma do MP, assim não consideramos um prejuízo para os objetivos desta pesquisa exploratória sobre a aplicabilidade dos indicadores selecionados para a análise. Como resultado das análises e categorização realizada pelo MP, os partidos políticos são agrupados por “famílias”, o que gera indexadores que revelam posicionamentos sobre temas da política nacional que revelam clivagens sociais e posicionamentos ideológicos (Volkens et. al, 2020). Na ordenação por famílias partidárias, o RN se encontra na “família 70”, dentre seus indexadores, ou seja, como partidos nacionalistas. Os partidos de extrema direita que

²⁵ O Forza Italia, desde sua fundação em 1994 e também considerando sua remodelagem de 2023, é um partido centrado sua liderança de caráter personalista e populista de seu líder Berlusconi, que não se enquadra nas características de um partido da nova extrema direita, conforme consideramos neste capítulo.

aqui consideramos, tendo continuidade com a formação do atual FdI, aparecem enquadrados em uma “família conservadora” em termos de valores e costumes, mas em junção das mudanças ocorridas no partido o enquadraremos como partido com características populistas.²⁶

Indicadores e categorias selecionadas do Manifesto Project

A análise a ser empreendida no presente capítulo utilizará indicadores presentes no banco de dados do MP, disponível para o público e que traz ferramentas de pesquisa para categorias já codificadas para análise dos manifestos partidários.²⁷ Os indicadores são cunhados a partir de uma análise de conteúdo (Bardin, 1977) e codificação de elementos denominados “quase sentenças,” presentes nos manifestos políticos.²⁸ Desse modo, o número que consta em um indicador representa a porcentagem que esse indicador aparece no documento em relação a todos os outros indicadores apontados durante o processo de codificação.

Para a análise dos manifestos aqui proposta, identificam-se alguns indicadores como relevantes, os quais estão listados no Livro de Códigos do MP. Esses indicadores representam variáveis presentes quantificadas da seguinte maneira:

Todas essas variáveis indicam a proporção de quase-sentenças na respectiva categoria calculada como uma fração do número total de códigos alocados por documento. (Volkens et. al, 2020, p. 9, tradução livre).

Para o propósito do capítulo, selecionamos três grupos de indicadores e em cada um deles foram selecionados aqueles que colaboram para o entendimento do posicionamento dos partidos estudados em relação a pautas populistas que associam nacionalismo, “soberanismo” e cultura a suas promessas de campanha, independentemente de suas estratégias políticas, que não são estudadas nesta fase da pesquisa.²⁹

²⁶ Sobre a variável família partidária, destaca-se o que consta no Livro de Códigos do Manifesto Project. “A variável é constante ao longo do tempo e não leva em conta possíveis mudanças na família partidária. A variável é atribuída quando uma parte é incluída no conjunto de dados pela primeira vez e geralmente não é alterada depois.” (VOLKENS et. al, 2020, p. 4, tradução livre).

²⁷ Disponível em: <https://manifestoproject.wzb.eu/down/tutorials/primer.html#fnref1> Acesso em: 24 de março de 2024

²⁸ Para a análise documental, o projeto considerou “uma quase sentença” uma declaração única no texto do manifesto. Ou seja, uma frase gramatical pode conter mais de uma “quase sentença”, mas uma quase sentença nunca pode abranger mais de uma frase gramatical. A “quase sentença” é a unidade básica de codificação de manifestos políticos no MP e atribui-se um indicador a cada unidade dessas presentes em um manifesto, de acordo com seu conteúdo.

²⁹ Este capítulo traz resultados parciais de pesquisa, em que consideramos os manifestos políticos como fontes documentais a serem analisadas vis a vis as estratégias de líderes e partidos populistas europeus.

Selecionamos os grupos 1. Relação Direita-Esquerda; 2. Relações internacionais: indicadores Internacionalismo e Integração Europeia (NEGATIVOS), e 3. Relação com a cultura, como forma de “tecido da sociedade”: indicadores (POSITIVOS) do “modo de vida nacional” e “moralidade tradicional” e de “multiculturalismo” (NEGATIVO).

O grupo de indicadores do MP aqui classificado como grupo 1 seleciona partidos políticos de acordo com suas posições ideológicas à esquerda ou à direita. Para isso, é utilizado o indicador *rile* (*right-left*). Nesse indicador, valores positivos representam que o partido está posicionado à direita no espectro político, enquanto valores negativos colocam o partido à esquerda.³⁰ A definição e contextualização desse indicador consta no Livro de Códigos do Manifesto Project, representada pela:

Posição direita-esquerda do partido conforme fornecida em Michael Laver / Ian Budge (eds.): *Party Policy and Government Coalitions*, Houndmills, Basingstoke, Hampshire: The MacMillan Press, 1992. (Volkens et. al, 2020, p. 29, tradução livre).

Do grupo 2, selecionamos dois indicadores de Internacionalismo e Integração europeia, em função da política regional representar perda de soberania e poder exigir adesão a políticas que vão contra as preferências nacionais. Assim, a respeito de posicionamentos partidários sobre o contexto internacional, selecionamos o indicador “Internacionalismo: Negativo” (per109), o qual é codificado a partir de “Referências negativas à cooperação internacional. Menções favoráveis à independência e soberania nacionais em relação à política externa do país do manifesto, isolamento e/ou unilateralismo em oposição ao internacionalismo.” (Volkens et. al, p. 11, tradução livre).

Para dimensionar o posicionamento quanto à União Europeia e ao processo de integração, apontados pela literatura como um dos focos de contestação dos partidos de extrema direita, destacamos o indicador “Integração Europeia/Latinoamericana: Negativa” (per110), que é categorizado a partir de “Referências negativas à Comunidade / União Europeia”. Este indicador pode incluir: “oposição a políticas europeias específicas que são preferidas por autoridades europeias; oposição à contribuição líquida do país do manifesto para o orçamento da UE.” (Volkens et. al, 2020, p. 12, tradução livre). Assim, a criação desta categoria é compatível com a percepção que um eleitor pode revelar, quanto à sua satisfação em participar (se considera o custo maior do que o benefício, por exemplo) da UE.

³⁰ Disponível em: [https://manifestoproject.wzb.eu/information/documents/visualizations Painel 2 - Partidos ao longo do tempo](https://manifestoproject.wzb.eu/information/documents/visualizations/Painel%20-%20Partidos%20ao%20longo%20do%20tempo). Acesso em: 24 de março de 2024.

O grupo 3 se refere à designação da cultura como um fator de exploração e instrumentalização dos partidos populistas analisados. O grupo 3 explora a relação com a cultura, como forma de “tecido da sociedade”: indicadores (POSITIVOS) do “modo de vida nacional” e “moralidade tradicional” e de “multiculturalismo” (NEGATIVO).

No domínio do “tecido da sociedade” (ou categoria 6 do MP), destaca-se, primeiramente, o “Modo de vida nacional: Positivo” (per601). Esse indicador consiste em:

Menções favoráveis da nação do país do manifesto, história e apelos gerais. Pode incluir: Apoio a ideias nacionais estabelecidas; Apelos gerais ao orgulho da cidadania; Apelo ao patriotismo; Apelos ao nacionalismo; Suspensão de algumas liberdades para proteger o estado contra a subversão (Volkens et. al, 2020, p. 18, tradução livre).

Além de sua definição própria, o indicador “Modo de vida” (per601) ainda apresenta uma divisão em subcategorias (per601.1 e per601.2). A primeira subcategoria diz respeito ao “Modo de Vida Nacional: Positivo Geral”, ou seja, em termos gerais e com exatamente a mesma definição da categoria per601 (Volkens et. al, 2020).

O emprego desse indicador agrega à análise pelo fato de valores morais e religiosos constituírem um elemento que se faz presente na retórica dos partidos de extrema direita ao buscarem se legitimar por argumentos locais de pertencimento, reforço e defesa da cultura nacional e de elementos de identidade que estariam sendo ameaçados. Embora não representado em gráfico, foi incluído na análise a subcategoria deste grupo que diz respeito, especificamente, ao “Modo de Vida Nacional: Imigração: Negativa” (per601.2), que se refere à declaração de defesa à restrição da imigração e rejeição à chegada e aceitação de novos imigrantes. Incluindo-se nos manifestos “quase sentenças” sobre, por exemplo:

A imigração é uma ameaça ao caráter nacional do país do manifesto; Argumento ‘o barco está cheio’; A introdução de cotas de migração, incluindo a restrição da imigração de países ou regiões específicas, etc. (Volkens et. al, 2020, p. 27, tradução livre).

A respeito da subcategoria per601.2, destaca-se o tema da imigração, que nela se identifica especificamente quanto à recepção de novos imigrantes, oriundos de ondas internacionais (Volkens et. al, 2020).

Outro indicador a ser utilizado na análise é “Moralidade Tradicional: Positiva” o (per603), codificado a partir do seguinte contexto:

Menções favoráveis de valores morais tradicionais e/ou religiosos. Pode incluir: Proibição, censura e supressão de imoralidade e comportamento impróprio; Manutenção e estabilidade da família tradicional como valor; Apoio ao papel

das instituições religiosas no estado e na sociedade (Volkens et. al, 2020, p. 19, tradução livre).

Por fim, o último indicador a ser utilizado na análise é o “Multiculturalismo: Negativo”, cuja variação revela aspectos relacionados ao posicionamento sobre imigração referente àqueles imigrantes que já se encontram no país: “Multiculturalismo: Negativo” (per608), definido como:

A aplicação ou incentivo da integração cultural. Apelo à homogeneidade cultural na sociedade. (Volkens et. al, 2020, p. 20, tradução livre).

Resultados

A construção de gráficos em formato de painel ilustra a variação de um indicador em relação ao tempo (número de manifestos, por eleição). Elaboramos os gráficos que se seguem nas seções abaixo, um gráfico com cada grupo de indicadores mencionados, em relação aos partidos políticos aqui identificados como nacionalistas e populistas. Nos dois países foram analisados manifestos de três eleições: no caso da França, as eleições analisadas foram as ocorridas para o parlamento em 2007, 2012 e 2017 (RN da França). No caso italiano, foram analisados os manifestos das eleições ocorridas em 2008, 2013, e 2018 (Partidos conservadores, cujos membros fundaram o FdI).

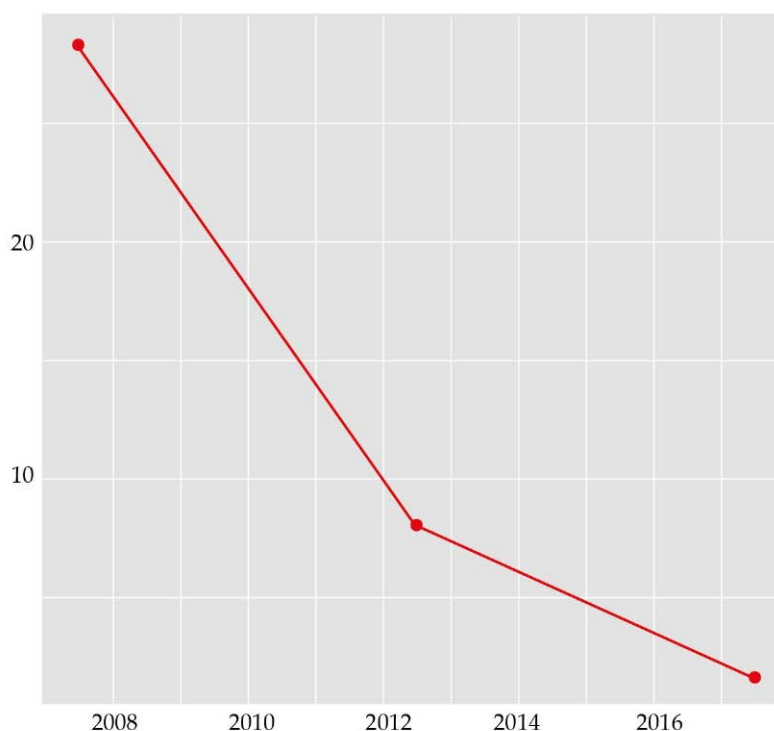
1. Caso do RN

Conforme mencionado, iniciamos com o indicador rile do MP que demonstra a posição binária entre direita-esquerda, já tão contestada quanto às análises sobre a ideologia da nova extrema direita. Segundo Hooghe, Marks; Wilson (2002), a perspectiva de contestação à União Europeia, dentre outros fatores da política contemporânea, trouxe alinhamentos alternativos à tradicional distinção ideológica entre espectros de direita e esquerda. A estrutura direita-esquerda explicaria, segundo os autores, menos do que a distinção entre outras dimensões, que incluem mais ou menos associação com perspectivas tradicionais ou autoritárias, e outras categorias que variam entre partidos verdes e outros alternativos e sincréticos, como é o caso do Movimento 5 Estrelas na Itália.

Para a finalidade do nosso capítulo, nos detemos no alinhamento mais tradicional da literatura, que considera o espectro contínuo entre direita e esquerda para enquadrar os partidos políticos estudados, uma vez que assim estão categorizadas as ideologias partidárias no MP.

1. Relação Direita-Esquerda

Gráfico 1 – Relação direita-esquerda (rile) nos manifestos do RN



Fonte: Volkens *et. al* (2020). Disponível em:

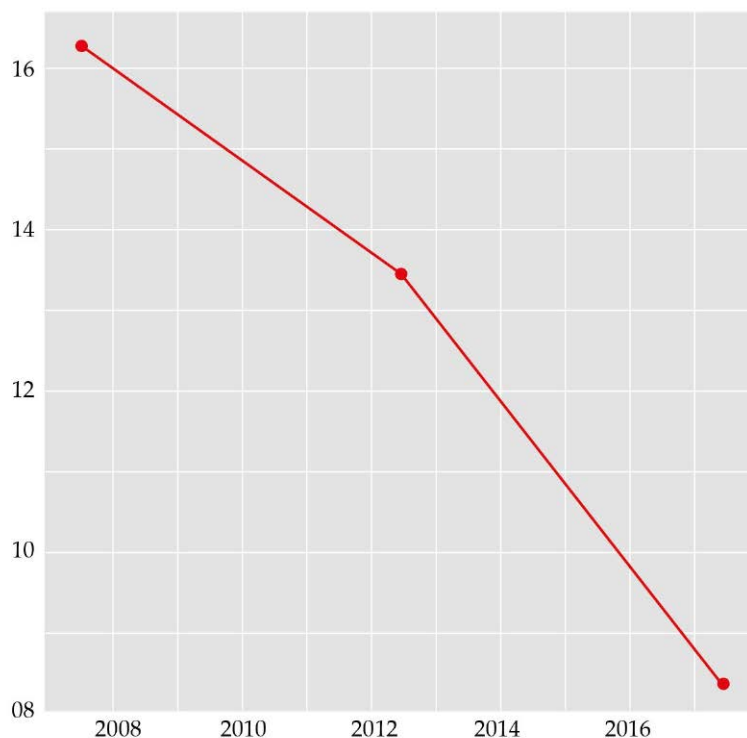
https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

Através da representação gráfica acima, percebe-se como a classificação do RN apresenta uma queda no indicador rile. Isso significa que, segundo os critérios adotados na categoria, o partido se aproximou do centro do espectro político ao longo das três eleições analisadas, embora permaneça sendo um partido considerado de extrema direita. Em termos numéricos, o indicador apresentava o coeficiente 28.49 em 2007, caindo para 8.081 em 2012 e chegando, por fim, à marca de 1.674 em 2017 (Volkens *et. al*, 2020).

2. Relações internacionais: indicadores Internacionalismo e Integração Europeia (NEGATIVOS)

Quanto aos indicadores relacionados a posicionamentos quanto à política externa e às relações internacionais do partido, buscamos analisar a variação do indexador per109, que agrupa elementos da categorização sobre a visão da internacionalização, por parte das propostas do manifesto do partido político.

Gráfico 2 - Internacionalismo: Negativo (per109) nos manifestos do RN



Fonte: Volkens et. al (2020). Disponível em:

https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

Observando a variação do indicador per109 no recorte temporal, percebe-se como a posição negativa do RN em relação ao Internacionalismo (Negativo) apresenta uma redução no tempo. No manifesto divulgado para as eleições de 2007 intitulado *Programme du Front National*, o indicador per109 apresenta coeficiente 1.633. Há uma queda já entre 2007 e 2012, na qual o indicador chega a 1.347. Ao fim do recorte temporal, é possível notar que o mesmo indicador atinge a marca de 0.837 em 2017 (Volkens et. al, 2020).

A respeito do indicador per109, vale mencionar algumas passagens presentes em manifestos que foram codificadas a partir dessa variável. Desse modo, considerando os manifestos do RN em relação ao indicador per109 – Internacionalismo: Negativo, apresentam-se algumas passagens. A primeira consta no manifesto divulgado em 2012 intitulado *Mon Projet pour la France et les français*.³¹ Marine Le Pen. *La voix du peuple, l'esprit de la France*³² diz que “A França deve se rearmar diante da globalização.” (Burst et. al, 2020, tra-

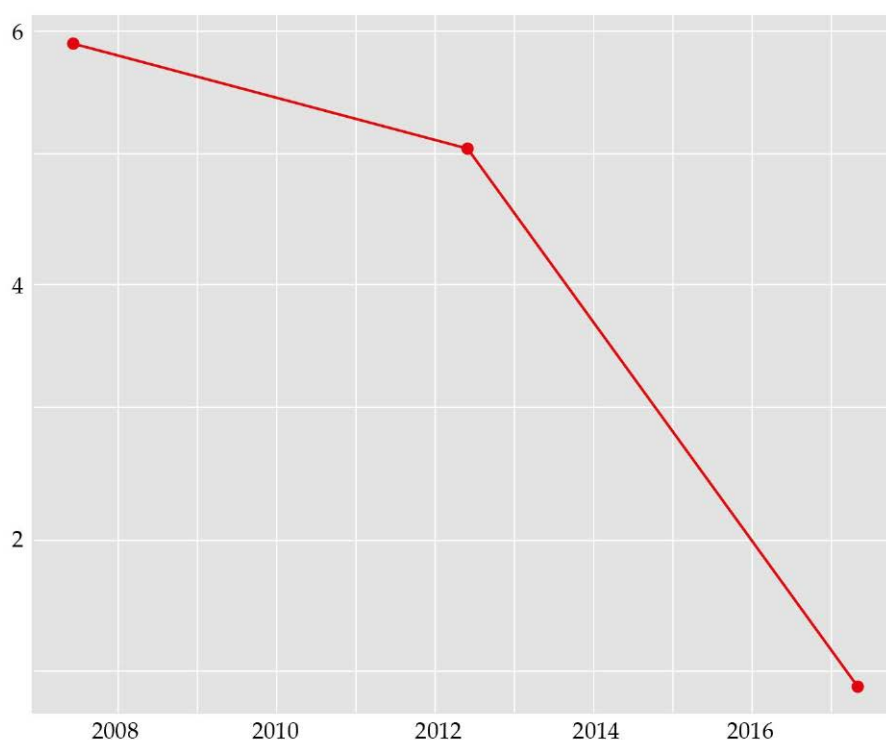
³¹ Meu projeto para a França e os franceses (tradução livre).

³² Em nome do povo. 144 compromissos presidenciais (tradução livre).

dução livre). Nesse mesmo manifesto, o *Front National* divulga uma proposta de união de Estados soberanos pan-europeus que compreende a Rússia e a Suíça (Volkens et. al, 2020), nesse contexto, a passagem codificada no indicador per109 apresenta que “A Turquia não será associada a este projeto.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

Por fim, ainda no manifesto de 2012, a posição negativa do RN em relação ao Internacionalismo pode ser evidenciada a partir do seguinte trecho no manifesto, que diz: “A nossa estratégia será reorientada para preservar a independência da França, que deve ela própria zelar pelos seus interesses e garantir a sua segurança.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Em relação ao indicador per109 no manifesto divulgado para as eleições presidenciais francesas de 2017, intitulado *Au nom du people*,³³ 144 Engagements présidentiels³⁴ se destacam e a passagem que apresenta a proposta de “Deixar o comando militar integrado da OTAN para que a França não seja arrastada para guerras que não são dela.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

Gráfico 3 - Integração Europeia: Negativa (per110) nos manifestos do RN



Fonte: Volkens et. al (2020). Disponível em: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

³³ Em nome do povo (tradução livre).

³⁴ 144 compromissos presidenciais (tradução livre)

Ao observar a variação do indicador per110, percebe-se que, assim como o per109, as posições negativas em relação ao processo de integração regional europeia do RN são reduzidas nos manifestos do partido ao longo do tempo. No manifesto das eleições de 2007, o indicador per110 apresenta coeficiente de 5.878. Em seguida, o indicador apresentou uma leve queda para 5.051 em 2012. Por fim, no manifesto de 2017, a posição negativa em relação à integração regional cai consideravelmente na codificação, chegando à marca de 0.837 (Volkens et. al, 2020).

Em termos de conteúdo, destacam-se algumas passagens do manifesto de 2012 codificadas com o indicador per110. A primeira diz que “Por 10 anos, o euro, a moeda única, não cumpriu nenhuma de suas promessas” (BURST et. al, 2020, tradução livre). A oposição ao euro como a moeda única ainda é representada por recortes como: “A França deve preparar, com seus parceiros europeus, a evolução do euro, que se tornaria uma moeda comum, coexistindo com o franco, que seria restaurado.” (Burst et. al, 2020). Nessa passagem, nota-se como a proposta do *Front National* no período era pela restauração da moeda francesa, mas esta agenda não existe mais.

Sobre o processo de integração, destaca-se o recorte que diz: “No quadro do artigo 50º do Tratado da União Europeia, será iniciada uma renegociação dos Tratados, a fim de romper com a dogmática construção europeia que tem sido um fracasso total.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Nesse respeito outra passagem que merece destaque no manifesto de 2012 demonstra o tom soberanista do partido e o rechaço à União Europeia, como na sequência abaixo:

A França terá que retomar o controle de suas fronteiras, de preferência dentro de uma associação livre de Estados europeus que compartilham a mesma visão e os mesmos interesses em assuntos como a imigração ou as regras para reger o comércio exterior e o tráfico de capitais. (Burst et. al, 2020, tradução livre)

Por fim, um recorte presente no manifesto de 2012 propõe que: “É necessário agora lançar as bases de uma Europa que respeite as soberanias populares, as identidades nacionais, as línguas e as culturas e que esteja verdadeiramente ao serviço dos povos através de ações concretas.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

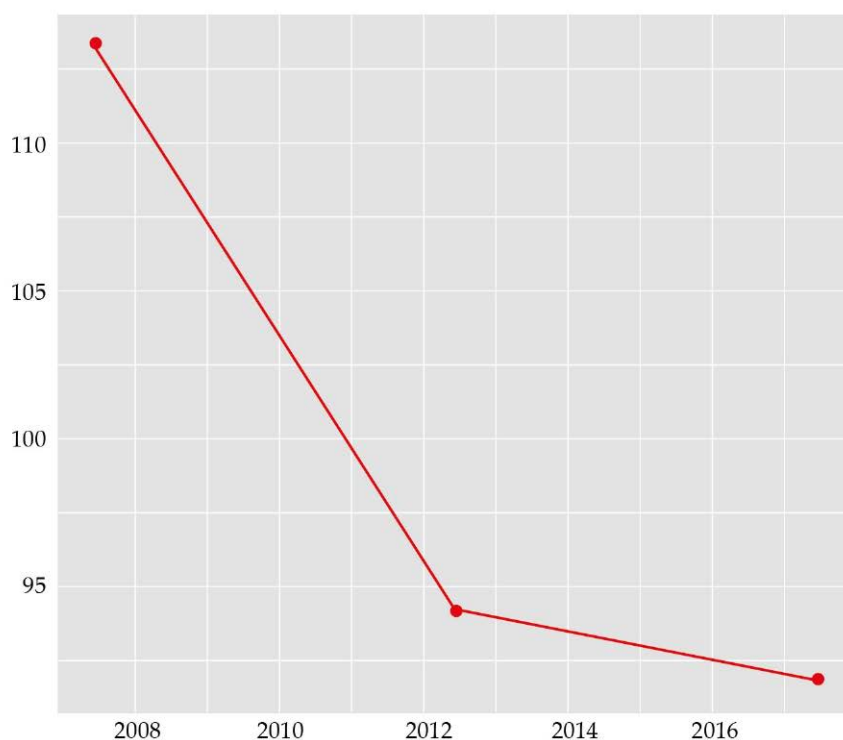
No manifesto de 2017, destacam-se algumas passagens codificadas no indicador per110. A primeira é “Para tal, serão iniciadas negociações com os nossos parceiros europeus, seguidas de um referendo sobre a nossa adesão à União Europeia.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). A partir dessa passagem, percebe-se que a ideia de um referendo se fazia presente nas propostas do partido, notando que isso ocorre num contexto após o Brexit. Outra passagem a ser destacada é “O objetivo é realizar um projeto europeu que respeite a independência da França e as soberanias nacionais e que sirva os interesses dos povos.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Esse trecho evidencia o tom soberanista das propostas do RN no período, agindo em nome do interesse

nacional da França, mas que não parece mais associar-se a uma agenda contemporânea em que o Brexit já se revelou como um erro, no sentido da percepção (opinião pública) dos britânicos e economicamente.

3- *Relação com a cultura, como forma de “tecido da sociedade”: indicadores (POSITIVOS) do “modo de vida nacional” e “moralidade tradicional” e de “multiculturalismo” (NEGATIVO)*

A análise dos indicadores do domínio ou categoria 6 – Tecido da Sociedade, revela que o primeiro indicador relevante para a análise proposta é o per601 – Modo de Vida Nacional: Positivo (Volkens et. al, 2020). A variação do indicador entre os três manifestos se apresenta da maneira seguinte:

Gráfico 4 - Modo de Vida Nacional: Positivo (per601) nos manifestos do RN



Fonte: Volkens et. al (2020). Disponível em:
https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

A partir da visualização, é possível perceber que o indicador per601 apresenta uma diminuição ao longo dos três manifestos do *Front National*. No manifesto de 2007, o indicador per601 possui coeficiente de 11.347. Já no manifesto de 2012, verifica-se que o indicador caiu para a marca de 9.428. Por fim, ainda há uma última redução do indicador no manifesto de 2017, atingindo o coeficiente 9.205 (Volkens et. al, 2020). Apesar da queda da presença do indicador, é possível perceber que menções positivas ao modo de vida nacional ainda se fazem presentes no conteúdo dos manifestos.

O manifesto de 2012 possui diversas passagens codificadas com o indicador per601, das quais destacam-se algumas no que tange a análise aqui proposta. A primeira delas diz que “Uma política de grande taxa de natalidade será preferida à imigração cara e desestabilizadora.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Essa passagem demonstra a preferência do partido pela natalidade nacional em detrimento da imigração. De maneira similar, destaca-se a proposição que “A imigração legal será reduzida de 200.000 inscrições por ano para 10.000 inscrições por ano, concentrando-se em talentos que permitirão ao nosso país brilhar e inovar.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

Além disso, outra quase-sentença codificada no indicador coloca que “A naturalização é conquistada e estará sujeita a condições estritas de permanência pacífica e prolongada no território, em situação jurídica, de domínio da língua francesa e prova de assimilação.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Nesse respeito, destaca-se a proposta que “As empresas serão incentivadas a contratar prioritariamente, com igual qualificação, pessoas com nacionalidade francesa.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Observando as passagens, é possível notar que o *Front National* não se preocupa com a imigração apenas em seu caráter ilegal, defendendo a redução da imigração legal e colocando a assimilação como uma condição necessária para a permanência do imigrante na França.

Em relação à assimilação e aos valores nacionais franceses, ainda pode-se destacar a sentença: “Na Constituição, estará inscrito o seguinte princípio: A República não reconhece comunidade.”. Essa frase codificada ilustra a posição do *Front National* em defesa dos valores da República Francesa como absoluta frente às diversas comunidades que existem no país. Similarmente, outra passagem na mesma temática salienta que uma das propostas do partido é “Impor o secularismo republicano em face das demandas político-religiosas.” (Burst et. al, 2020, tradução livre)

Especificamente a respeito da cultura no manifesto de 2012, destaca-se a seguinte passagem: “O nosso patrimônio e a nossa cultura serão valorizados: a defesa do patrimônio voltará ao primeiro plano, sejam eles monumento histórico ou patrimônio rural (igrejas ou outros), sendo objetos de um plano de emergência.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Além da cultura, percebe-se a valorização da condição de ser nacional francês na passagem: “e estabelecer a prioridade nacional de emprego, habitação e assistência social.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

Como já mencionado, o indicador per601 se divide em duas subcategorias, per601.1 e per601.2. A primeira categoria possui caráter geral, não voltado a uma temática específica dentro do indicador. Ainda assim, algumas passagens codificadas pela subcategoria per601.1 no manifesto de 2017 podem ser citadas, como a seguinte: “Defender a identidade nacional, os valores e as tradições da civilização francesa.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Essa passagem demonstra como a temática da identidade nacional ainda se faz presente no manifesto, mesmo tendo um coeficiente menor do indicador per601 em relação ao ano de 2007. A identidade nacional se relaciona com a ideia de prioridade nacional conferida aos franceses como mostra a proposta

de: “Estabelecer a cidadania francesa como um privilégio para todos os franceses, incluindo a prioridade nacional na Constituição.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

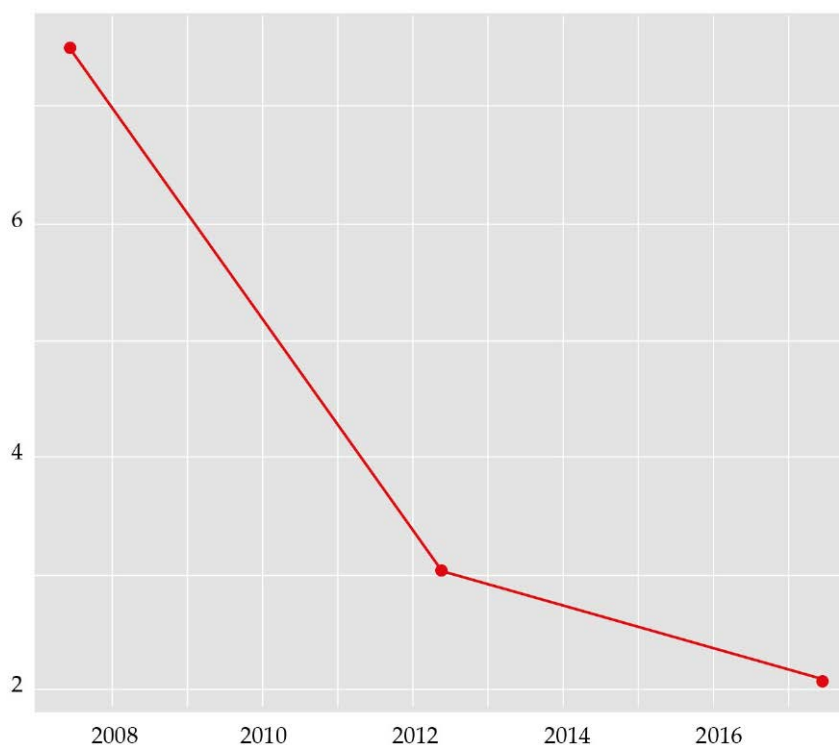
Outra passagem relevante nesse respeito é a que o partido defende: “Incluir na Constituição a defesa e promoção do nosso patrimônio histórico e cultural.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Percebe-se, assim, que a cultura figura nos manifestos como algo a ser defendido. Essa defesa da identidade nacional, entretanto, não é feita apenas em contraponto aos imigrantes. Como demonstra a seguinte passagem: “Sinalizar permanentemente todos os edifícios públicos com a bandeira francesa e remover a bandeira europeia deles.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Assim, percebe-se que a União Europeia também é alvo de rechaço.

Ainda nesse indicador, vale apresentar algumas passagens codificadas a partir da subcategoria per601.2, a qual diz respeito especificamente à caracterização negativa da imigração no manifesto de 2017. A primeira delas é: “Tornar impossível a regularização ou naturalização de estrangeiros ilegais.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Levando em conta as codificações mencionadas acima a respeito da imigração legal, nota-se como essa passagem ilustra a postura de intolerância do *Front National* em relação à imigração ilegal. Similarmente, ainda em relação aos imigrantes ilegais, identifica-se a proposta de: “Simplificar e automatizar sua expulsão.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Em seguida, outra passagem que denota a posição restritiva do partido em relação à imigração apresenta como objetivo “Eliminar o direito ao solo: a aquisição da nacionalidade francesa só será possível por descendência ou naturalização, cujas condições também serão mais exigentes” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

A preocupação em relação à concessão de nacionalidade francesa também é exibida na proposta de “Pôr fim à automaticidade do reagrupamento familiar e da reunificação, bem como à aquisição automática da nacionalidade francesa pelo casamento.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Essa passagem ilustra a vontade do *Front National* de tornar a concessão de nacionalidade francesa mais restrita. Além disso, há a proposta de “Eliminar a dupla nacionalidade extra europeia.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Por fim, a respeito da União Europeia, destaca-se a proposta de “Restabelecer as fronteiras nacionais e sair do espaço Schengen (será criado um regime especial para os trabalhadores transfronteiriços para lhes facilitar a passagem da fronteira).” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

O próximo indicador a ser apresentado é o “Moralidade Tradicional: Positiva” (per603), cuja variação nos três manifestos possui a seguinte configuração:

Gráfico 5 - Moralidade Tradicional: Positiva (per603) nos manifestos do RN



Fonte: Volkens et. al (2020). Disponível em:
https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

A variação do indicador per603 ocorre na forma de uma redução do coeficiente entre os manifestos de 2007, 2012 e 2017. Primeiramente, no manifesto de 2007, o indicador per603 apresenta coeficiente 7.51. No manifesto de 2012, o indicador caiu para a marca de 3.03. Por fim, outra variação negativa ainda que menor para o manifesto de 2017, no qual o indicador chega ao coeficiente 2.092 (Volkens et. al, 2020).

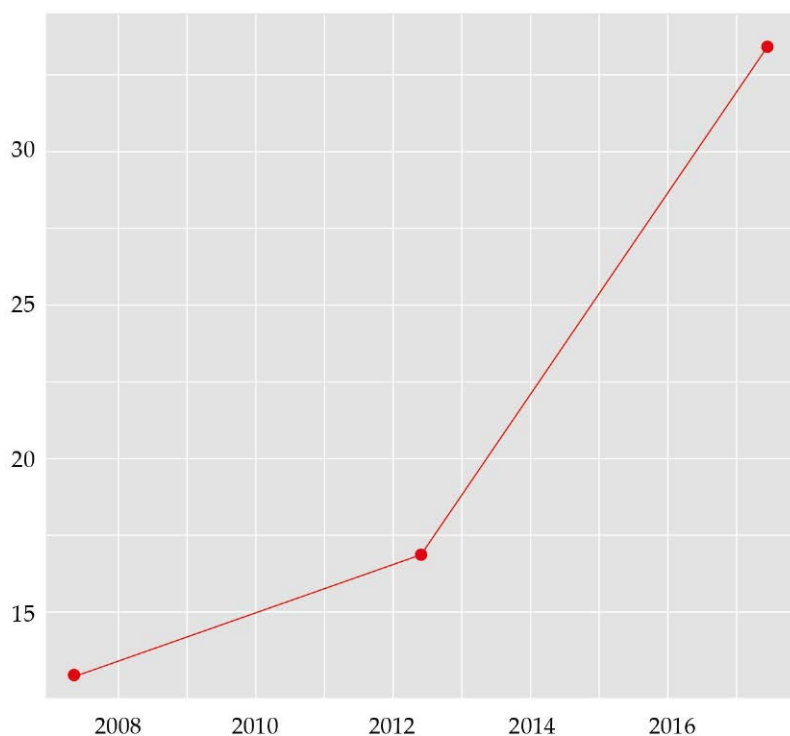
Em termos de conteúdo no manifesto de 2012, o indicador per603 ilustra a posição do Front National em defesa de valores tradicionais como a família. “Instituição insubstituível, a família é a unidade básica da sociedade.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Nesse respeito, destaca-se a posição do partido sobre a composição familiar: “A família deve ser baseada exclusivamente na união de um homem e uma mulher para acolher os filhos nascidos de pai e mãe.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Ainda no que tange a temática da família, o partido coloca que se opõe “a qualquer pedido de constituição de casamento entre pessoas do mesmo sexo e/ou adoção por casais do mesmo sexo.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). O manifesto de 2012 também apresenta o posicionamento do partido a respeito do aborto: “A livre escolha da mulher também deve ser a de não fazer aborto: uma melhor prevenção e informação são essenciais.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

Em relação à educação, a defesa de valores morais tradicionais se faz presente no manifesto de 2012 a partir de passagens como: “A disciplina será restaurada na escola.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). De maneira similar, o partido coloca que: “A autoridade dos professores e o respeito devido a eles serão reabilitados.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Por fim, o tradicionalismo do *Front National* em relação à educação exibido em recortes codificados como o seguinte: “Restaurar autoridade e meritocracia.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

No manifesto de 2017, sentenças codificadas a partir do indicador per603 demonstram a Islamofobia do *Front National*. Essa postura se faz presentes em propostas como “Defesa os direitos das mulheres: luta contra o islamismo que mina suas liberdades fundamentais” (Burst et. al, 2020, tradução livre). A respeito da escolarização, o *Front National* apresenta a proposta de: “Garantir a liberdade de educar os filhos de acordo com a sua escolha, controlando mais estritamente a compatibilidade com os valores da República da educação ministrada em estabelecimentos privados fora do contrato.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Essa passagem demonstra, novamente, a centralidade dos valores republicanos franceses nas propostas do *Front National*.

Por fim, o “Multiculturalismo: Negativo” apresenta variação nos três manifestos do *Front National*:

Gráfico 6 - Multiculturalismo: Negativo (per608) nos manifestos do RN



Fonte: Volkens et. al (2020). Disponível em: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

Observando o gráfico, é possível perceber que menções negativas aos ideais do multiculturalismo aumentaram com o tempo nos manifestos do *Front National*. O indicador per608 apresenta o coeficiente de 1.306 no manifesto de 2007, aumentando para 1.684 no manifesto de 2012 e, por fim, crescendo consideravelmente para a marca de 3.347 no manifesto divulgado para as eleições de 2017 (Volgens et. al, 2020).

Considerando o conteúdo codificado nos manifestos de acordo com o indicador per608, evidenciam-se passagens que dialogam com a análise aqui proposta. Primeiramente, no manifesto de 2012, destaca-se a seguinte: “Qualquer financiamento pelas comunidades locais de locais de culto ou atividades religiosas será proibido.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Outro recorte no mesmo respeito traz que: “Os fiéis terão que construir seus locais de culto com seu próprio dinheiro, independentemente da religião em questão.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Essa passagem demonstra o reforço da laicidade empreendido pelo *Front National*.

Similarmente, o partido defende que: “Para limitar qualquer infiltração de uma ideologia político-religiosa, também não será possível apelar para dinheiro de países estrangeiros.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Por fim, a defesa do secularismo pelo FN também é evidenciada na seguinte passagem: “Símbolos religiosos ostentosos serão proibidos para funcionários e usuários do serviço público.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

Assim como o indicador per601, o indicador per608 possui duas subcategorias. A subcategoria per608.1 compreende a postura negativa em relação ao Multiculturalismo em termos gerais. Nesse respeito, destacam-se algumas passagens codificadas nesta subcategoria no manifesto de 2017. A primeira é a proposta de “Promover o secularismo e lutar contra o comunitarismo.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Outra passagem possui um tom similar, defendendo o secularismo na seguinte declaração: “Restaurar o secularismo em todos os lugares, estendê-lo a todo o espaço público e incluí-lo na Código do Trabalho.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

O partido também se preocupa com manifestações religiosas no âmbito dos esportes, como ilustra a proposta de: “impor respeito estrito ao secularismo e neutralidade em todos os clubes desportivos.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Além disso, a defesa da cultura francesa no manifesto do partido não se dá apenas pela exaltação dos valores franceses e da laicidade. O partido ainda apresenta a proposta de “Excluir “ensino de línguas e culturas de origem” (ELCO).” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

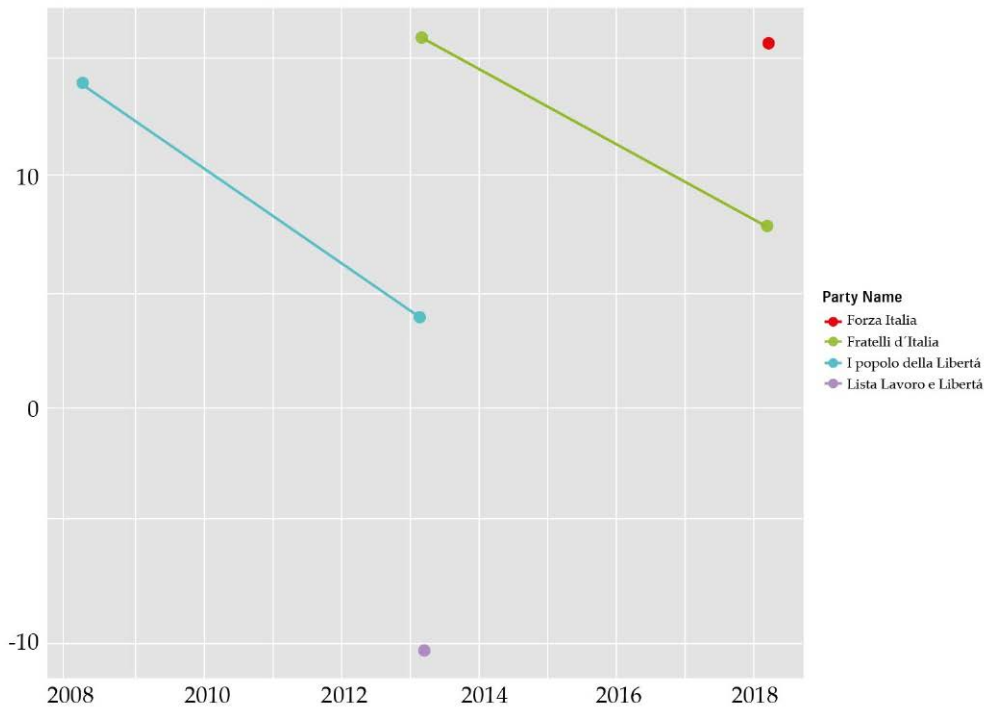
A subcategoria per608.2 diz respeito especificamente à assimilação de imigrantes, no caso, daqueles que já se encontram no país. Assim, identifica-se no manifesto de 2017 a codificação desta subcategoria na proposta de: “Promover a assimilação republicana, princípio mais exigente que o da integração.” (Burst et. al, 2020, tradução livre). Outra passagem que ilustra a rejeição ao multiculturalismo tomando forma de política pública através da proposta: “Reservado principalmente aos franceses a atribuição de habitação

social, sem efeito retroativo, e mobilizá-la junto do público que mais dela necessita.” (Burst et. al, 2020, tradução livre).

2. Caso do Fdi

1. Relação Direita-Esquerda

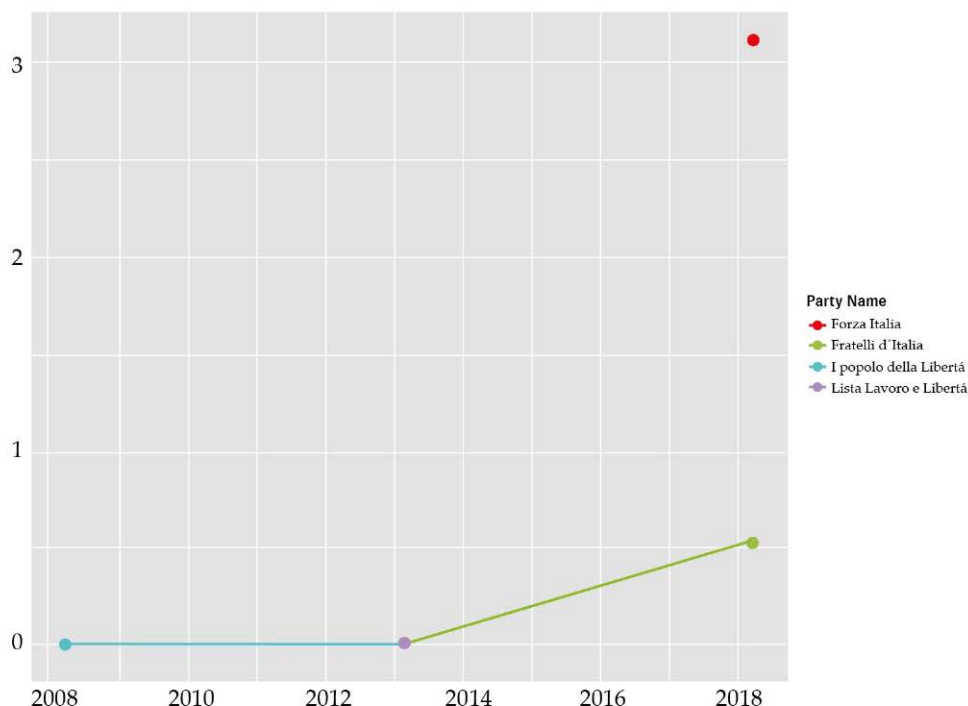
Gráfico 7 - Relação direita-esquerda (rile) nos manifestos dos partidos conservadores italianos até a formação do Fdi



Fonte: Lehmann et. al (2023). Disponível em: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

A partir do gráfico, nota-se que os partidos *Fratelli d'Italia* e *Il Popolo della Libertá* apresentaram queda no indicador direita-esquerda (*rile*) com o tempo, nas diferentes eleições analisadas. Seguindo a definição desse indicador, essa variação em seu coeficiente significa que os partidos apresentaram deslocamento em seus manifestos, passando a estar mais localizados ao centro do espectro político do que anteriormente. Já os partidos *Lista Lavoro e Libertá* em 2013 e *Forza Italia* em 2018 se encontram, respectivamente, à esquerda e à direita do espectro político.

Gráfico 8 - Internacionalismo: Negativo (per109) nos manifestos dos partidos conservadores italianos até a formação do Fdl



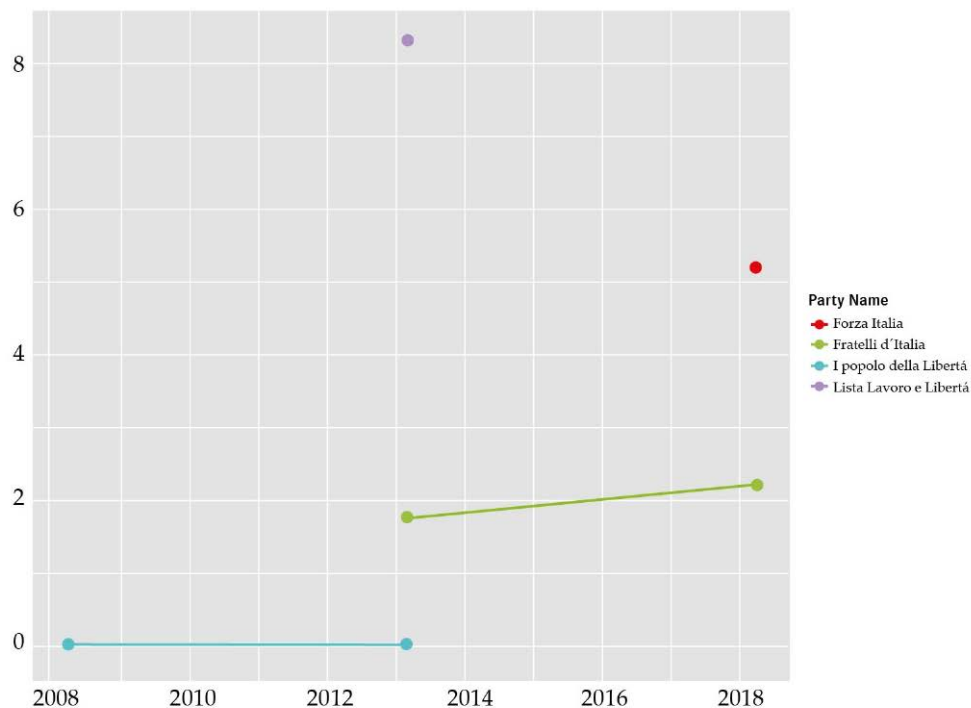
Fonte: Lehmann et. al (2023). Disponível em:

https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

A respeito do indicador sobre a internacionalização (per109), vale destacar que o partido *Fratelli d'Italia* foi o único que apresentou aumento em suas menções a esse tema em seus manifestos no período analisado. Os partidos *Il Poppolo dela Libertá* e *Lista Lavoro e Libertá* não fizeram menção ao tema desse indicador, enquanto o *Forza Italia* apresentou coeficiente superior ao *Fratelli d'Italia* nas eleições de 2018.

O *Forza Italia* apresenta menções codificadas sob esse indicador nas eleições de 2018, tais como: “Prevalência de nossa Constituição sobre a legislação da UE, segundo o modelo alemão (recuperação da soberania)” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre) e “Retomada do controle de fronteiras” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre). Já o *Fratelli d'Italia* conta com a sentença “Proteção do interesse nacional na política externa” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre) codificada sob esse indicador.

Gráfico 9 - Integração Europeia: Negativa (per110) nos manifestos dos partidos conservadores italianos até a formação do Fdl



Fonte: Lehmann et. al (2023). Disponível em: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

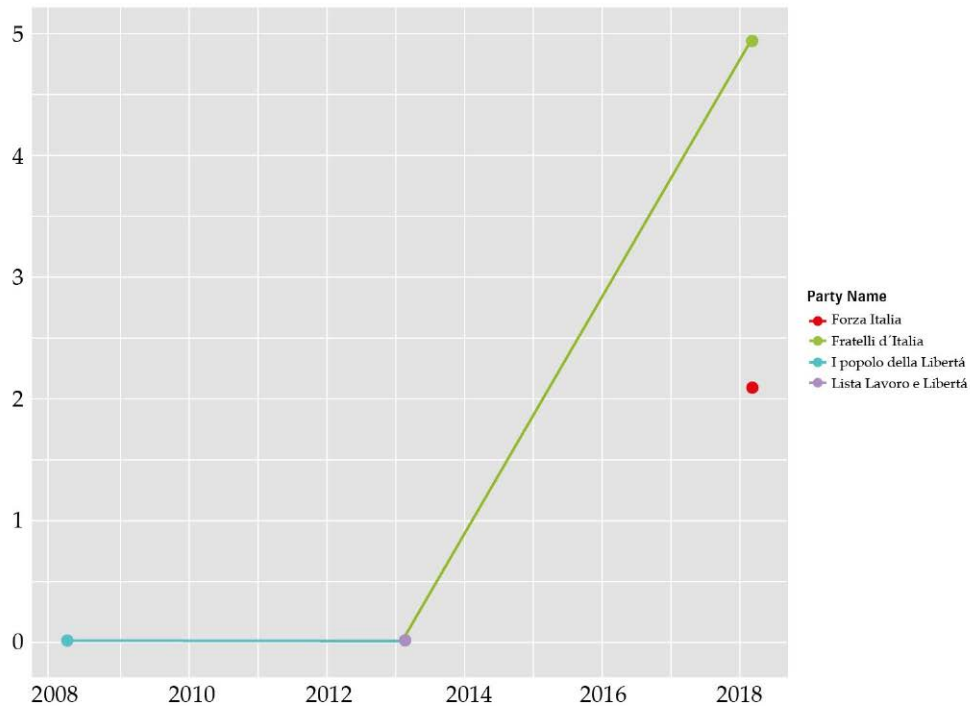
Considerando o indicador acima e sua variação, apenas o *Fratelli d'Italia* apresentou aumento no coeficiente desse indicador entre as eleições de 2013 e 2018. O partido *Il Poppolo dela Libertá* não apresentou menções sobre o tema nos manifestos eleitorais, enquanto os partidos *Lista Lavoro e Libertá* e *Forza Italia* exibiram coeficientes superiores aos outros dois partidos.

A seguir, serão listadas algumas menções de destaque do partido *Fratelli d'Italia* codificadas sob esse indicador em seu manifesto de 2013. Primeiramente, “Os estados-nação cederam partes de sua soberania, mas não foram compensados pelo advento da soberania dos povos europeus.” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre). Similarmente, destaca-se a seguinte passagem “Pertencemos à Itália e somos pró-europeus, porque acreditamos na Europa dos povos, mas não na Europa das finanças e das oligarquias.” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre).

Em seu manifesto de 2018, o *Fratelli d'Italia* teve menções codificadas sob esse indicador na forma de passagens como “Rediscussão de todos os tratados da UE, começando com o pacto fiscal e o euro.” e “Mais política e menos burocracia na Europa.” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre). Similarmente, o *Forza Italia* apresentou menções como “Revisão dos Tratados Europeus” e a exata mesma sentença “Mais política, menos burocracia na Europa” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre).

3- Relação com a cultura, como forma de “tecido da sociedade”: indicadores (POSITIVOS) do “modo de vida nacional” e “moralidade tradicional” e de “multiculturalismo” (NEGATIVO)

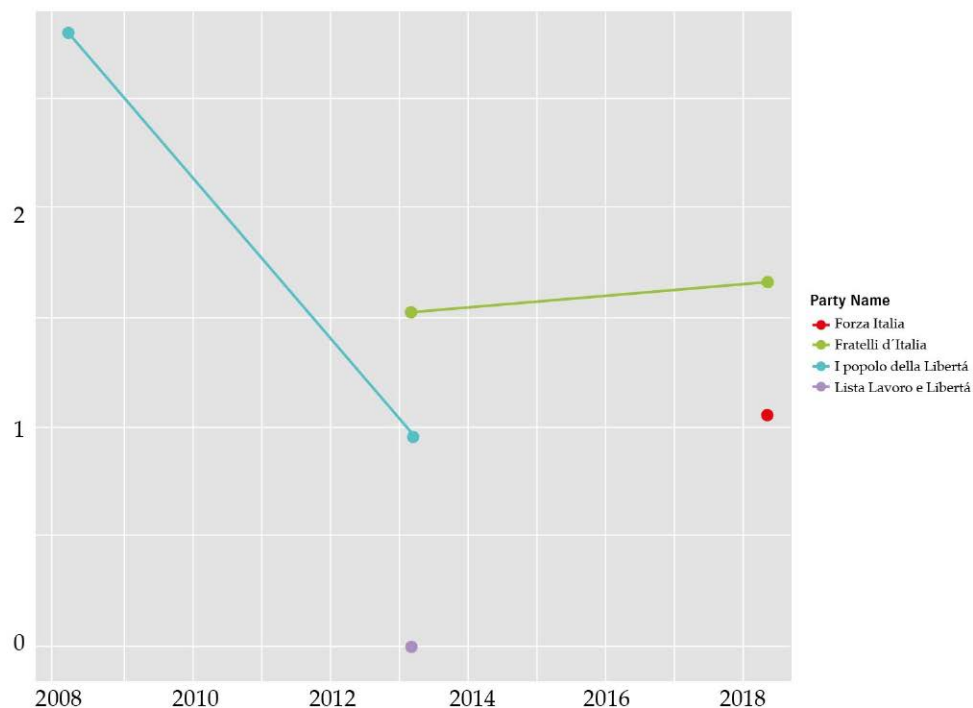
Gráfico 10 - Modo de Vida Nacional: Positivo (per601) nos manifestos dos partidos conservadores italianos até a formação do Fdi



Fonte: Lehmann et. al (2023). Disponível em:
https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

Quanto aos indicadores referentes ao “tecido social”, o “modo de vida nacional” (per601) revela grande crescimento em seu coeficiente nos manifestos do partido *Fratelli d'Italia* entre 2013 e 2018, em comparação aos partidos dos quais vieram os fundadores do partido. Esse aumento culmina com o *Fratelli d'Italia* apresentando coeficiente superior ao *Forza Italia* em 2018. O partido *Il Poppolo dela Libertá* não apresentou menções a esse tema em seus manifestos no período analisado.

Gráfico 11 - Moralidade Tradicional: Positiva (per603) nos manifestos dos partidos conservadores italianos até a formação do FdI

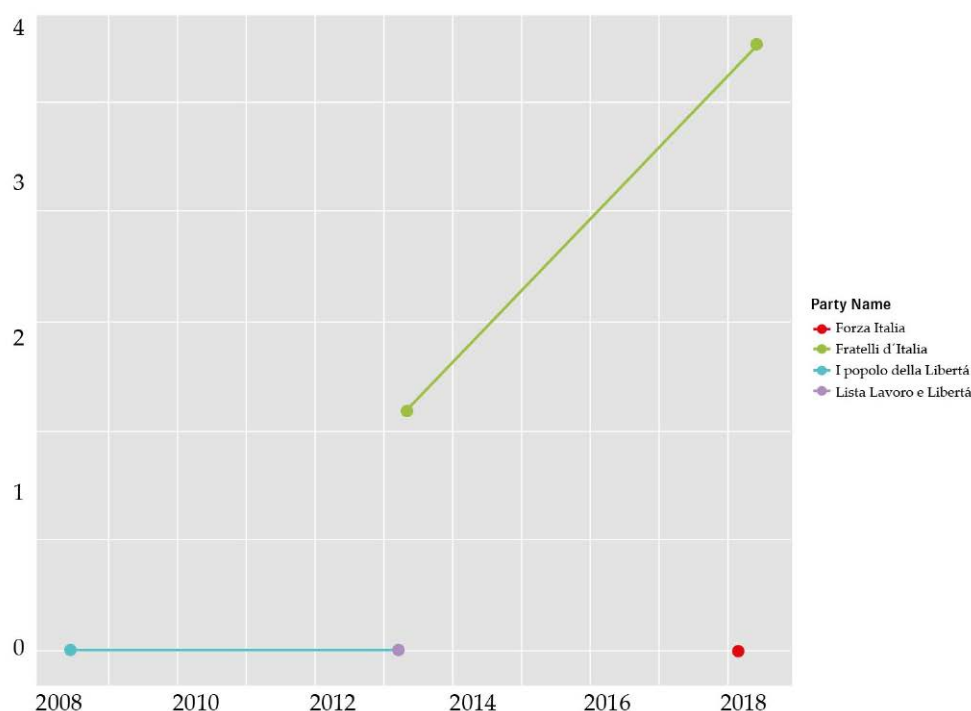


Fonte: Lehmann et. al (2023). Disponível em: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

O tema da “Moralidade” aparece com variações distintas em cada partido observado. Enquanto o partido *Il Poppolo dela Libertá* variou negativamente em seu coeficiente de menções, o *Fratelli d’Italia* apresentou leve aumento no coeficiente desse indicador. Em 2013, o partido *Lista Lavoro e Libertá* não apresentou menções desse indicador, enquanto o *Forza Italia* em 2018 teve menções inferiores ao *Fratelli d’Italia*.

As menções encontradas nos manifestos dos partidos compreendem somente as eleições de 2018, nas quais o manifesto do *Forza Italia* traz a sentença “A família como o primeiro e fundamental núcleo da sociedade” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre) codificada nesse indicador. Já o *Fratelli d’Italia* apresenta sentenças em seu manifesto que dizem “Defesa da família natural” e “luta contra a ideologia de gênero” (Lehmann et. al, 2024, tradução livre).

Gráfico 12 - Multiculturalismo: Negativo (per608) nos manifestos dos partidos conservadores italianos até a formação do Fdi



Fonte: Lehmann et. al (2023). Disponível em: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

Por fim, no que tange o indicador que mais coopta o tema da imigração (per608), vale destacar o crescimento do coeficiente do partido Fratelli d'Italia entre 2013 e 2018. Diferentemente, os partidos *Il Poppolo dela Libertá*, *Forza Italia* e *Lista Lavoro e Libertá* não apresentaram menções desse indicador em seus manifestos.

Conclusões

Esperamos contribuir para a verificação de um possível percurso das promessas partidárias, reveladas nos manifestos políticos dos principais partidos de extrema direita da Itália e da França no atual cenário político europeu de 2024, para que se possa averiguar o sentido das promessas assumidas em campanha por partidos da extrema direita, se as foram « promessas sinceras » ou fruto de um « populismo vazio » de conteúdos ideológicos e compro-

missos com agendas realistas, mas cheio de estratégia e narrativas sem relação com ações políticas, a respeito de temas sensíveis aos eleitores da nova extrema direita europeia.

Ao explorarmos o MP, os dados disponibilizados e categorizados, disponíveis na plataforma, esperamos contribuir com uma reflexão sobre um debate a respeito do papel e relevância (ou não) da pesquisa documental e de análise de conteúdo (Bardin, 1977) em documentos oficiais dos partidos políticos, em especial os manifestos partidários. São poucas as pesquisas que incluem manifestos políticos como fontes formais de pesquisa sobre compromissos declarados e publicados em períodos de campanha eleitoral, no entanto o MP traz um banco de dados que merece ser melhor explorado para pesquisas futuras.

Partimos da hipótese de que manifestos geram expectativas ao eleitorado, além de estabelecerem bases de campanha e de promessas políticas por um lado, e, por outro lado, revelam um rol de ideias e valores assumidos pelos candidatos que representam os partidos em campanhas eleitorais. Uma análise dos manifestos nos permitiu um exercício de reflexão, análise e alcance de algumas conclusões. Primeiramente, há dois resultados comuns nos dois casos estudados, a oposição entre direita e esquerda diminuiu (Gráficos 1 e 7), revelando que a ideologia partidária manifesta nos documentos consultados se encaminha mais para o centro e para uma identificação com uma direita conservadora sem extremismo.

Neste caso, no entanto, podemos trazer uma conclusão alternativa a respeito da utilidade do indicador *rile* (relação direita-esquerda) em um contexto de novas tendências de alinhamentos com ideias que não mais se explicam por um modelo binário, assim como argumentam Hooghe, Marks, e Wilson (2002). A visão binária entre direita e esquerda, quando se trata de partidos europeus e, em especial aqueles com características populistas, perde capacidade explicativa sobre preferências eleitorais e expectativas políticas do eleitor. De acordo com as novas tendências de alinhamentos ideológicos e agendas políticas, os autores identificam uma vertente de perspectivas alternativas, verdes e autoritárias que se cruzam com ideologias de direita, esquerda e com o sincretismo político. Apesar da relevância desta análise, não exploramos no artigo, mas deixamos como interpretação possivelmente mais adequada para a interpretação dos resultados do indicador *rile*.

Outro indicador que revelou resultados similares foi aquele que mede o multiculturalismo (negativo). Esse apresentou aumento (gráficos 6 e 7) nos dois casos, revelando o problema da imigração como a agenda mais evidentemente associada a posicionamentos que podem levar a coalisões e discursos comuns. Em relação aos demais indicadores, vimos diferenças nos resultados dos dois partidos estudados que merecem análises separadas.

No caso do RN, todos os demais indicadores revelam uma coerência com a trajetória da liderança de Marine Le Pen, ao buscar uma mudança da imagem do RN em relação a posicionamentos tipicamente identificados como radical-conservadores. Os manifestos do partido RN apresentam, nos períodos estu-

dados, uma diminuição de sua posição negativa quanto à internacionalização e à política regional da UE (ver gráficos 2 e 3) e menos positiva em relação à defesa da vida nacional e da moralidade tradicional (ver gráficos 4 e 5).

No caso do FdI, os coeficientes dos indicadores dos manifestos das eleições analisadas revelam, no entanto, que a vitória de Georgia Meloni parece associada a promessas de posicionamentos mais radicais, tais como revelam as categorias de internacionalização e nacionalismo, com tendência negativa (ver Gráficos 6 e 7), e aqueles sobre vida nacional e moralidade tradicional (com tendência positiva).

No entanto, vimos que, após eleito o FdI, eleitores italianos aceitaram uma mudança de postura de sua líder Giorgia Meloni, que se revelou mais alinhada às políticas regionais da UE e ao internacionalismo, em contradição às suas promessas partidárias. Há uma mudança de postura desde as eleições de 2018, que se revela de modo mais claro no alinhamento do FdI ao grupo ideológico partidário no âmbito do Parlamento Europeu, onde o FdI participa do grupo partidário da centro direita (Conservadores e Reformistas, ECR), especialmente desde as eleições para o Parlamento ocorridas em junho de 2024. O ECR não reúne forças populistas, mas conservadoras de direita.

As eleições de 2024 para o Parlamento Europeu definiram novos e decisivos alinhamentos de partidos conservadores, nacionalistas e anti-migração que merecem melhor análise em pesquisas futuras, assim como a criação de dois novos grupos partidários europeus populistas e de extrema direita, que se dividem em posicionamentos e agendas. Esta nova conjuntura de divisões entre famílias partidárias no novo Parlamento Europeu (2024-2029) deixou para o RN a decisão de alinhamento com o novo grupo partidário fundado por Viktor Orbán (Patriotas pela Europa), que pode levar a incoerências sobre posturas menos radicais apresentadas pelo RN nas suas promessas eleitorais dos pleitos nacionais analisados.

Por fim, enquanto o RN prometeu menos radicalismo e maior alinhamento a uma postura de direita conservadora e nacionalista no pleito nacional, se alinhou à linha mais populista e radical do novo Parlamento Europeu. Enquanto no caso da Itália, em que o FdI apresentou promessas mais nacionalistas em campanhas nacionais, após vitória nacional, o partido revelou maior alinhamento com uma direita conservadora reformista, mais responsável por demandas de direita e conservadoras, mas menos eurocética e populista no Parlamento Europeu. Haveria uma mudança de trajetória da extrema direita europeia? Novas promessas vazias e um populismo sincero?

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Eds. 70, 1977.
- BETZ, Hans-Georg. "The radical right and populism". In: RYDGREN, Jens (Ed.). *The Oxford handbook of the radical right*. Oxford University Press, pp. 86-104, 2018.
- BERTONCINI, Yves; KOENIG, Nicole. "Euroscepticism or Europhobia: Voice vs. Exit?" *Policy Paper*, 121, Jacques Delors Institut Berlin. 27 nov. 2014. <http://www.institutdelors.eu/media/euroscepticismoreurophobia-bertoncini-koenig-ne-jdi-nov14.pdf?pdf=ok>
- BROUARD, Sylvain et al. "Do Party Manifestos Matter in Policy-Making? Capacities, Incentives and Outcomes of Electoral Programmes in France". *Political Studies*. 66 (1) 2018, pp. 1-9. <https://core.ac.uk/download/pdf/153144889.pdf>
- BURST, Tobias; Krause, Werner; Lehmann, Pola; Lewandowski, Jirka; Matthieß, Theres; Merz, Nicolas; Regel, Sven; Zehnter, Lisa (2020): *Manifesto Corpus*. Version: 2021-1. Berlin: WZB Berlin Social Science Center.
- CANOVAN, Margaret. "Trust the people! Populism and the Two Faces of Democracy". *Political Studies*, 1999.
- _____. " 'People', Politicians and Populism". *Government and Opposition*, (3), pp. 312-327, 1984.
- GOEZT, K. H.; HIX, S. "Europeanised Politics? European Integration and National Political Systems." *West European Politics Special Edition*, 23 (4), 2000.
- HILL, Christopher; SMITH, Michael; VANHOONACKER, Sophie. *International Relations and the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2023.
- HIX, Simon. *The Political System of the European Union*, Basingstoke: Palgrave, 2005.
- _____. "The EU as a new political system" In: CARAMANI, Daniele (ed.), *Comparative Politics*, Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HOOGHE, Liebet; MARKS, Gary; WILSON, Carole L. "Does left/Right Structure Party Positions on European Integration?" *Comparative Political Studies*. 35 (8), 2002.

IGNAZI, Piero. *Extreme right parties in Western Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____. "The silent counter-revolution: Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe". *European Journal of Political Research* 22 (1), 1992.

KITSCHOLT, Herbert. *The Transformation of European Social Democracy*. New York: Cambridge University Press, 1994.

_____. *The Radical Right in Western Europe: A Comparative Analysis*. Michigan: University of Michigan Press, 1995.

_____. "Popular Dissatisfaction with Democracy: Populism and Party Systems". In: MÉNY, Y; SUREL, Y. (ed.) *Democracies and the Populist Challenge*. New York: Palgrave, 2002.

LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London, New York, Verso, 2005.

LEHMANN, Pola et al. *The Manifesto Data Collection. Manifesto Project (MRG/CMP/MARPOR)*. Version 2023a. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB) / Göttingen: Institut für Demokratieforschung (IfDem). <https://doi.org/10.25522/manifesto.mpds>.

MANIFESTO PROJECT. 2024. WZB. <https://manifesto-project.wzb.eu/>

MARKS, Gary; WILSON, Carole; RAY, Leonard. "National Political Parties and European Integration". *American Journal of Political Science*, 46 (3), 2002, pp. 585-594.

MÉNY, Yves; SUREL, Yves (Ed.) *Democracies and the Populist Challenge*. New York: Palgrave, 2002.

MUDDE, Cas. "Right-wing extremism analyzed: A comparative analysis of the ideologies of three alleged right-wing extremist parties (NPD, NDP, CP'86)". *European Journal of Political Research*, 27 (2), 1995, pp. 203-224.

MUDDE, Cas. *The far right today*. New York: John Wiley & Sons, 2019.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: A very short introduction*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner. *What is populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania, 2016.

STANLEY, Ben. "The Thin Ideology of Populismo" *Journal of Political Ideologies*. 13 (1), 2008, pp. 95-110.

TAGGARD, Paul. "A Touchstone of Dissent: Euroscepticism in Contemporary West European Party Systems", *European Journal of Political Research*, 33, 1998, pp. 363–88.

VOLKENS, Andrea et al. *The Manifesto Data Collection. Manifesto Project (MRG/CMP/MARPOR)*. Version 2021a. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB). <https://doi.org/10.25522/manifesto.mpds>.

CAPÍTULO 4

POPULISMO Y RELACIONES INTERNACIONALES: LA PIEZA QUE FALTABA PARA COMPRENDER UNA RELACIÓN COMPLEJA

Rodolfo E. Colalongo

Introducción

El presente capítulo pretende dar cuenta de la relación entre el populismo y las relaciones internacionales, haciendo foco en su vínculo con la política exterior. En este sentido, comenzaremos con un breve estado del arte para luego concentrarnos en los aportes puntuales de Plagemman y Destradi (2019) acerca del comportamiento internacional del populismo para terminar con Biglieri, Cadahia (2021) y Blengino (2019) sobre la diferencia entre populismo internacional y transnacional haciendo énfasis en el primero en detrimento del segundo. Luego, pasaremos a la relación aún no establecida entre el populismo y algunas teorías periféricas (teoría de la dependencia, la Insubordinación Fundante y el Realismo Periférico) de las relaciones internacionales con autores como Simonoff (2020), Escude (2020) y Gullo (2020). La idea es evidenciar las articulaciones existentes entre ambos desarrollos teóricos. Además, remarcar la necesidad de seguir profundizando dicha relación no solo con las tres teorías exploradas sino también con aquellos que no se tuvieron en cuenta en este análisis.

Recordemos que el cuerpo teórico de las Relaciones Internacionales no solo está compuesto por aquellas teorías que nacen en el norte global y se derraman a la periferia sino también por las que nacen en el sur global, aunque no se irradian hacia el centro. En palabras de Arlene Tickner (2013), en la academia también existe un “centro” y una “periferia” y, el “poder” para explicar las cosas se realiza por los académicos del centro. En este sentido, “es muy difícil imponer ideas desde la periferia” (Escudé, 2020, p. 39), sin embargo, ello no significa que debemos tomar como ciertos los postulados planteados desde el “centro” y así, privarnos de desarrollar nuestras propias lógicas explicativas acerca del rol de nuestros Estados en el sistema internacional, como así también, su relación con los populismos regionales.

En tal sentido, este capítulo se dirige a complementar la información, artículos y manuales existentes, donde, “comúnmente”, lo elaborado en América Latina es casi ignorado. Es por ello muy común que quienes presentan la relación existente entre el populismo y las relaciones internacionales, quienes exponen las teorías propias de la disciplina y quienes dan clases sobre las diversas maneras de pensar el mundo no analizan ni aún mencionan autores y obras latinoamericanas, como así tampoco, su vínculo con el populismo. Esto aplica también para los análisis populistas de las políticas exteriores latinoamericanas, cuyas variables de cotejo no se vinculan con las abordadas por las diferentes teorías de relaciones internacionales regionales. Lo que se señala es tanto más importante y desafiante cuando nos percatamos también que las grandes teorías de las relaciones internacionales tampoco se preocuparon por incluir en sus explicaciones a los populismos como fenómenos globales que impactan las relaciones entre los diferentes actores del sistema internacional, como bien lo señalaron Wajner y Giurlando (2024).

Un breve estado del arte

En trabajos recientes, varios autores (Chryssogelos, 2021; Destradi; Plagemann, 2019; Wehner, Thies, 2021, entre otros) destacan la urgencia de estudiar las consecuencias del populismo para las relaciones internacionales. Sin embargo, como señalan Stengel, MacDonald y Nabers (2019), se observan dos falencias en la literatura que estudia el vínculo entre populismo y política global. La primera se refiere al hecho de que la mayoría de los trabajos descuidan un estudio más general y sistemático del populismo y su relación con diferentes aspectos de las relaciones internacionales, como la política exterior y el orden mundial, para concentrarse en los efectos individuales de los líderes populistas en la política internacional. La segunda es que se utiliza un concepto poco claro de populismo que no diferencia ciertas características básicas, como que sean de izquierda o derecha, y por tanto no tiene en cuenta las diferencias políticas que existen entre ellos.

Ahora bien, en años recientes surgieron algunos trabajos que analizaron el vínculo entre populismo y política exterior, con un interés claro por parte de los investigadores por revertir esta situación poco explorada del análisis de la política exterior populista.

The academic progress achieved through these scholarly outputs is evident. The graph [Figura 1] is the result of a search in Google Scholar conducted on October 30, 2023, for the concepts “populist foreign policy” and “populist foreign policies.” As can be seen, the PFP epistemic community has delivered more than five hundred academic articles focused specifically on these concepts in the decade between 2013 and 2024, compared to only forty articles until then. (Wajner; Giurlando, 2024, p. 5)

En este trabajo, los autores hacen un estado del arte de las diversas investigaciones que se desarrollaron en el último tiempo sobre lo que en la literatura se conoce como la política exterior populista (PEP) explorando las

diferentes “escuelas teóricas” e intentando dar respuesta a dos preguntas concretas, ¿estamos en condiciones de hablar de una “política exterior populista”? De ser así, ¿por qué es importante estudiarla? Los investigadores en relaciones internacionales se vieron obligados por el contexto internacional (la victoria de Donald Trump en los EE.UU y el BREXIT) en comprender por qué la agenda internacional se volvió cada vez más susceptible a las ideas, discursos y prácticas populistas. Esto se debe a que el populismo, en sus primeros inicios, se asoció a un fenómeno periférico propio del Sur Global como consecuencia de su bajo desarrollo institucional, sus oscilaciones democráticas y un capitalismo tardío, pero pronto el fenómeno se extendió al Norte Global y, específicamente, a uno de sus principales actores, los EE.UU, con las implicaciones que ello traía para el sistema internacional. Como era de esperarse, las investigaciones se enfocaron en el estudio de la política exterior de los populistas,

these include establishing theoretical links and identifying some common aspects of the foreign policy of contemporary populist governments, parties, and leaders across different regions, including North America, Latin America, Southeast Asia, Africa, Western Europe, Eastern Europe, and the Middle East” (Wajner; Giurlando, 2024, p. 2).

Si bien hubo algunos avances en lo que respecta al estudio del PFP, como por ejemplo, en la identificación de ciertos rasgos característicos en la construcción y puesta en práctica de las relaciones exteriores, lo cierto es que siguen existiendo falencias, especialmente en lo que respecta a la construcción teórica donde aún no se ha consolidado un corpus teórico capaz de explicar la política exterior populista.

Standard theoretical frameworks of IR, such as those derived from (neo-)realism, (neo-)liberal institutionalism, (neo-)Marxism, and social constructivism, have shown major shortcomings in trying to explain the populist phenomena. Approaching populism through these paradigms has often risked making populism a relatively minor feature of the broader interplay of structural forces, that is, an epiphenomenon (Wajner; Giurlando, 2024, p. 3).

Las teorías clásicas de las Relaciones Internacionales y quienes las estudian han descartado por acción u omisión la posibilidad de que los rasgos populistas puedan actuar por sí solos como mecanismo causal y/o constitutivo, aportando valor explicativo al modo en que los Estados se comportan en el sistema internacional y afectan a los cambios sistémicos en la política mundial (Wajner; Giurlando, 2024). En este sentido, los autores destacan la necesidad de comenzar a estudiar, desde las teorías de las RRII, las características populistas de los países que actúan en el escenario internacional. Lo interesante de su investigación es que, además de realizar una sistematización bastante completa de los estudios sobre política exterior populista, en especial, de los últimos 10 años, se dieron a la tarea de clasificar la información resultante de su arqueo teórico en lo que ellos llaman “escuelas de política exterior populista” (Populist foreign policy schools).

Along these lines, this article maps five different alternatives [table 1] to approach the study of PFP, which result from the fusion of the main ontological definitions of populism whether as ideology, strategy, style, discourse, or policy with the different approaches to the analysis of foreign policy as formulation, process, leadership, practice, or output (Wajner; Giurlando, 2024, p. 3).

Table 1. “Populist foreign policy” schools

		Foreign policy as...				
		<i>Formulation</i>	<i>Process</i>	<i>Leadership</i>	<i>Practice</i>	<i>Output</i>
Populism as...	<i>Ideology</i>	PFP-1	PFP-2	PFP-3	PFP-4	PFP-5
	<i>Strategy</i>					
	<i>Style</i>					
	<i>Discourse</i>					
	<i>Policy</i>					

Fuente: Wajner and Giurlando, 2024, p. 3.

El trabajo más intenso se ha llevado a cabo en la PFP 1 (ideología y formulación de política exterior) y en la PFP 2 (estrategia populista y procesos de política exterior). Dentro de la primera (PFP 1), la soberanía popular se declara como el principio organizador primario del sistema internacional, aunque esta ideología delgada suele ir ligada a unas más gruesas, lo que influye enormemente en cómo se configura la política exterior de los gobiernos populistas. Mientras tanto, un grupo más reducido de académicos afirma que la división pueblo-élite representa una construcción ideológica independiente pero siempre presente a la política exterior. La segunda escuela (PFP 2) ha mostrado que los populistas tienden a aumentar la politización y la centralización de la política exterior, así como la comprensión de que sus efectos suelen verse acelerados o limitados por numerosos factores internos, relacionados principalmente con las características del sistema político (Wajner; Giurlando, 2024).

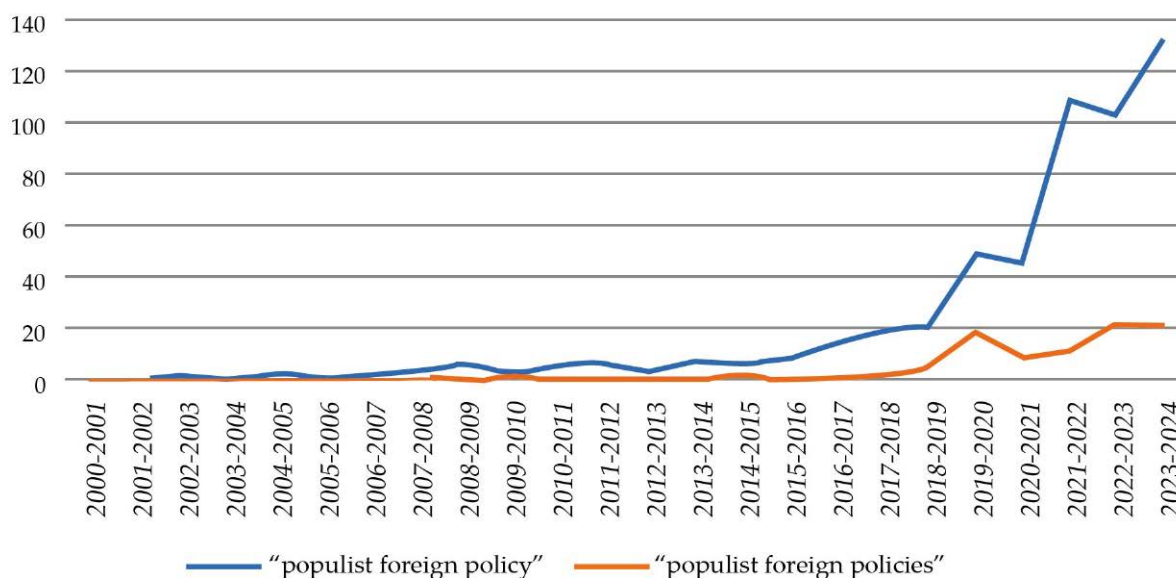
La PFP 3 resalta una creciente personalización de la actuación en política exterior y la diplomacia, a menudo expresada a través de asociaciones eufóricas entre líderes populistas que se presentan a sí mismos como paladines “auténticos” que actúan en el extranjero como lo haría la “gente común”, al tiempo que tratan de encarnar lazos emocionales de solidaridad entre su pueblo (Wajner; Giurlando, 2024). Es importante mencionar una diferencia en este punto que tiene que ver con las características del sistema político. Es más fácil personalizar la política exterior en aquellos Estados que implementan un régimen presidencialista de gobierno, permitiendo mayores márgenes de maniobra y autonomía del poder ejecutivo en contraste con aquellos que tienen un sistema parlamentario o semi-presidencialista. Por lo tanto, la creciente personalización de la política exterior y la diplomacia no es un rasgo tan exclusivo de los populistas del continente americano, ya que, es muy común que los presidentes y presidentas de estos países tengan un

rol protagónico en el diseño y ejecución de las relaciones exteriores. Sin embargo, los populistas suelen ser más excéntricos y sobreactuados que sus pares no populistas.

El PFP 4 ha examinado la difusión transnacional de los discursos populistas y, más concretamente, la proyección de las categorías «pueblo» y «élites» en la escena internacional a través de múltiples percepciones y con diferentes implicaciones. Finalmente, la PFP 5 ha logrado desentrañar algunos efectos de la política exterior populista derivados de las interacciones internacionales en ámbitos políticos específicos, en particular la cooperación internacional, la política y la económica (Wajner; Giurlando, 2024).

Figura 1

Populist Foreign Policy



Fuente: Wajner and Giurlando, 2024, p.6

Por otro lado, Selçuk (2016) comparó el populismo contemporáneo en Turquía, Venezuela y Ecuador desde una perspectiva interregional, pero adoptó una definición política del concepto basada en la idea de dominación y utilizó tres dimensiones interrelacionadas: una imagen anti-establishment, una comprensión plebiscitaria de la democracia y una cosmovisión maniquea. Alan Burrier (2019) realizó un trabajo comparativo sobre las políticas exteriores de Argentina, Chile, Colombia, Perú, Nicaragua y El Salvador tomando en cuenta una serie de variables que intentaron arrojar un poco de luz sobre ciertos aspectos en común. Sin embargo, su definición de populismo como estrategia política dificultó la identificación de una política exterior como populista.

Wajner (2019) estudió la política exterior de los gobiernos populistas latinoamericanos comparando sus relaciones internacionales durante los tres periodos populistas en la región: populismo clásico (1930-1950); populistas

neoliberales (1980-1990) y populistas progresistas (2000). Aunque esta investigación fue sistemática y coherente, no aclaró qué se entiende por populismo y cómo se identifica una política exterior populista. También, Wehner y Thies (2021) analizaron la política exterior desde el rol desempeñado por los líderes populistas, principalmente en el ámbito internacional. Lo interesante de este trabajo es la identificación del populismo como una ideología delgada y, en particular, en la explicación de la relación entre el populismo y la política exterior de los países latinoamericanos.

Por otro parte, Colalongo y Donato (2021) realizaron un estudio de la política exterior del kirchnerismo (2003-2016) en clave populista aplicando la conceptualización del populismo como enfoque ideacional a través del análisis del discurso de los principales discursos presidenciales que tuvieron como eje la política exterior argentina y las relaciones internacionales. Finalmente, en un trabajo más reciente, Doval y Colalongo (2022) caracterizaron la política exterior de Cristina Fernández de Kirchner en clave populista utilizando las variables de Destradi y Plagemann (2019) y una metodología que articula el estudio de la política exterior y el análisis del discurso de aquellas disertaciones que se refirieron a la política exterior o las relaciones internacionales. La conclusión es que "hay pruebas suficientes para sostener que la política exterior de CFK era populista y se enmarcaba en una ideología de izquierda/progresista gruesa" (Doval; Colalongo, 2022, p. 49).

Implicaciones globales del populismo

Para obtener una visión más sistemática de las implicaciones globales del populismo, Destradi y Plagemann (2019) se centraron en los gobiernos populistas del Sur Global. Sus resultados revelan que los populistas en el poder no son intrínsecamente más beligerantes o menos dispuestos a comprometerse globalmente que sus predecesores no populistas. Factores como la búsqueda de estatus o el arraigo de un país en las instituciones internacionales mitigan el impacto del populismo en la gobernanza mundial. Sin embargo, el efecto más inmediato se refiere a cuestiones metodológicas: la elaboración de la política exterior se vuelve más centralizada y personalizada, aunque no del todo impredecible, dada la importancia de las ideologías de los partidos y líderes populistas.

Lo que hicieron los autores Destradi y Plagemann (2019), para evaluar las posibles implicaciones internacionales del ascenso global del populismo, es identificar que se necesitaba un enfoque más sistemático que se preguntará en qué condiciones el ascenso al poder de los populistas repercutirá en su política exterior. Para ello, se centran en la formación de gobiernos populistas en el Sur Global. La idea central era que, antes de llegar a una conclusión sobre las consecuencias internacionales del ascenso global del populismo, necesitaban un relato diferenciado de la política exterior populista que fuera más allá de los casos occidentales, relativamente bien cubiertos, y de un enfoque primario en el populismo de derechas. Entonces, les pareció interesante una visión que estudiara a populistas de diferentes tendencias y de distintas regiones del mundo y evaluara de qué manera su as-

censo repercutía en la política exterior de sus países. En este sentido, analizaron las políticas exteriores del primer ministro de la India, Narendra Modi; del primer ministro y, desde 2018, presidente de Turquía, Recep Tayyip Erdoğan; del fallecido presidente de Venezuela, Hugo Chávez, y del ex-presidente de Filipinas, Rodrigo Duterte.

Al momento de realizar el estudio, había una escasez teórica sobre el impacto del populismo en la política exterior y la política mundial, al menos en lo que se refiere al Sur Global, por ello, centraron su análisis en tres áreas principales en las que cabe esperar que el populismo tenga un impacto particular. Haciendo referencia a conceptos establecidos de populismo, así como a la literatura del Análisis de Política Exterior, se preguntaron en qué medida y bajo qué condiciones los populistas en el poder contribuyen a: (a) relaciones bilaterales más propensas al conflicto; (b) un debilitamiento de la gobernanza global y sus instituciones; y (c) una formulación de la política exterior más centralizada y personalizada (Destradi; Plagemann, 2019).

Entre sus conclusiones cabe destacar que, “due to structural conditions and to the impact of different ‘thick’ ideologies, populists in power do not automatically behave like worse international citizens as compared to their non-populist predecessors” (Destradi; Plagemann, 2019, p. 712). Además, los gobiernos populistas tienden a reforzar las tendencias existentes en la política mundial en lugar de cambiar totalmente de rumbo. A medida que la política exterior se vuelve más centralizada y personalizada bajo los gobiernos populistas, las ideologías «gruesas» reducen su imprevisibilidad y arbitrariedad (Destradi; Plagemann, 2019).

Continuando con su estudio, los autores hicieron una revisión teórica de la conceptualización del populismo como fenómeno político, concluyendo que el debate actual:

Has been substantially shaped by approaches that take an ideational perspective and consider populism a ‘thin-centred ideology’. Such approaches focus on what constitutes the ideational and ideological core of populism. Thereby, an ideational approach has the advantage of highlighting the commonalities of different types of populist leaders and movements across the political spectrum. This is important as populist ‘thin’ ideology typically coexists with ‘thicker’ ideological elements such as nationalism, socialism, or religious fundamentalism (Destradi; Plagemann, 2019, p. 713).

Según Müller (2016), hay dos puntos principales de la ideología populista delgada, el anti-elitismo y el anti-pluralismo. Los populistas sostienen que existe una élite, esencialmente corrupta y egoísta, que trabaja en contra de los intereses del pueblo, que los considera moralmente puros y unificados. En esta línea, los populistas entienden a la sociedad dividida en dos grupos homogéneos y antagónicos, la élite corrupta y el pueblo puro. De ahí que el discurso populista implique una visión maniquea en la que el pueblo es bueno y la élite mala. El pueblo es víctima, en su propio territorio, de una

élite corrupta que detenta el poder, de modo que, en última instancia, «las mayorías actúan como minorías maltratadas» (Hawkins, 2010; Mudde, 2004).

El segundo punto del populismo deriva de la afirmación de los líderes populistas de que sólo ellos representan al pueblo. “Again, what counts as the ‘righteous and morally pure (Müller, 2016) people varies depending on the thick ideology; yet, such definitions routinely involve the exclusion of certain parts of society, often ethnic or religious minorities” (Destradi; Plagemann, 2019, p. 714).

Destradi y Plagemann (2019) se preguntan si los populistas cuando asumen el poder son más propensos a iniciar o escalar tensiones internacionales que sus predecesores no populistas, teniendo en cuenta que la literatura sugiere que, por su visión maniquea de la realidad, es altamente probable que intenten modificar las reglas de juego establecidas, generando mayores tensiones internacionales con sus vecinos y/o con la comunidad internacional. Como anécdota mencionan la hostilidad manifiesta de Trump hacia México y la definición de la Unión Europea como un “enemigo o rival”.

Sin embargo, no cabe esperar que los populistas adopten indiscriminadamente una política exterior más agresiva, sino más bien que su uso de la política exterior para la movilización interna refleje una combinación de su ideología populista «fina» (anti-elitismo y anti-pluralismo) con su ideología «gruesa» subyacente (Destradi; Plagemann, 2019). Así, se puede esperar que un gobierno populista “target foreign countries that are closely associated with such excluded section of their population” (Destradi; Plagemann, 2019, p. 717).

Lo mismo ocurriría con la forma de entender o definir la élite, que depende, en parte, del tipo de ideología gruesa que sostiene a los populistas en el poder. “All of this is particularly likely to lead to the initiation or escalation of international disputes with specific international actors, but not necessarily to a generally more polarising, conflictive approach to world politics” (Destradi; Plagemann, 2019, p. 718).

Los autores señalan que existen razones teóricas para esperar que los gobiernos populistas socaven las instituciones internacionales y los mecanismos de gobernanza mundial. Por un lado, el populismo se describe a menudo como una reacción a la creciente influencia percibida de «las burocracias internacionales y el debilitamiento del Estado-nación a manos de una élite transnacional» (Zürn, 2004). En este sentido, la literatura (Chryssogelos, 2018; Zürn, 2018) sugiere que el populismo surge como respuesta a la globalización y al papel cada vez más central de las instituciones internacionales en las decisiones que corresponden a la soberanía de los Estados-nación. “However, there might be instances in which contributions to global governance entail substantial benefits of a different kind for a populist government” (Destradi; Plagemann, 2019, pp. 720–721). Por ejemplo, las potencias emergentes podrían utilizar la provisión de bienes públicos mundiales para demostrar que se comportan como miembros «responsables» de la comuni-

dad internacional (Destradi; Plagemann, 2019). En este sentido, a los populistas de derecha les resultará más fácil otorgar concesiones económicas al comercio internacional, del mismo modo que se espera que los populistas de izquierdas se opongan a dichas concesiones (Destradi; Plagemann, 2019).

Uno de los rasgos centrales del populismo es la pretensión de los populistas de ser los únicos representantes del “pueblo”, sus descendientes directos y auténticos que cuentan con la voluntad, la capacidad y el mandato de encarnar la “voluntad popular”. La política exterior en general, y la diplomacia en particular, es el dominio de una comunidad excepcionalmente elitista y exclusiva, formada por burócratas especializados, políticos con experiencia en el campo de las relaciones exteriores y expertos académicos pero con la característica de no haber sido elegidos para ocupar esos cargos (Destradi; Plagemann, 2019). Cabe esperar que los líderes populistas, como mínimo, resten poder a los responsables directos de la política exterior más representativos, los diplomáticos. En este sentido, la evidencia muestra que los gobiernos populistas tienden a relegar los ministerios de Asuntos Exteriores y a centralizar la toma de decisiones en materia de política exterior en sus manos junto a un reducido círculo de asesores (Destradi; Plagemann, 2019). Los casos de Argentina y Turquía son un claro ejemplo de ello (Aytaç; Öniş, 2014).

Es importante recordar, como hacen los autores, que la centralización y personalización del poder no es exclusiva de los gobiernos populistas. En particular, es bastante común en los regímenes presidencialistas que existen en la mayor parte de América; sin embargo, los gobiernos populistas tienden a profundizar aún más la centralización en materia de política exterior y a hacerla más personal. La dimensión anti-pluralista del populismo implica la declaración de que sólo el líder populista puede hablar en nombre del pueblo. En consecuencia, se espera que el dirigente populista esté más implicado personalmente en la elaboración de la política exterior que sus predecesores no populistas. Una vez que los populistas se hacen con el poder, puede que la burocracia siga existiendo, pero es de esperar que su participación en la elaboración y ejecución de la política exterior sea marginal (Destradi; Plagemann, 2019).

Hacia un aporte diferente sobre el fenómeno populista

En un trabajo de reciente publicación, Biglieri y Cadahia (2021), se dan a la tarea de desentrañar teóricamente el fenómeno del populismo planteando una serie de ideas innovadoras en el campo de los estudios sobre el tema recuperando las nociones básicas de sus primeros pensadores como lo fue Laclau y lo es Mouffe. Lo interesante del libro es que le dedican una pequeña pero significativa sección al tema internacional y a la importancia que representa dicho ámbito en la consolidación de los populismos en sus espacios nacionales. Su argumento parte de la base de la noción misma de nación, sosteniendo que existen dos maneras de concebirla. Una de tradición oligarca, proveniente de la costumbre liberal europea y que tuvo mucho arraigo en la región latinoamericana producto del colonialismo, que construye la nación “desde arriba” separando y aislando a los pueblos. “Se trata,

por tanto, de una idea de nación que tiende a invisibilizar e impedir la producción cultural y política de los sujetos oprimidos, reproduciendo el esquema de valores coloniales de desprecio y exclusión del pueblo en la construcción del ethos nacional” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 154). La segunda manera, en cambio, es una conceptualización que parte “desde abajo”, o sea “desde los sujetos históricamente excluidos de la otra narrativa nacional” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 154).

Mientras que la idea de nación excluyente construida “desde arriba” recibió el nombre de Nacionalismo, la segunda incluyente y nacida “desde abajo” se ha dado a llamar Nacional-Popular. Esta diferenciación sirve para prescindir de la creencia, bastante desarrollada en la literatura, que sostiene que toda “idea de Estado-Nación atenta y traiciona lo nacional-popular” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 154) porque relacionan al nacionalismo excluyente como la única posibilidad de nación y la vinculan con la figura del Estado. Sin embargo, no tienen en cuenta la posibilidad, siempre latente, de configurar formas estatales diferentes, una oligarca y la otra popular. De esta manera existe “una tensión irresoluble entre una construcción nacional elitista y otra popular del Estado” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 155).

Según las autoras, esta tensión encuentra su espacio en América Latina de la mano de Mariátegui y Gramsci quienes comprendieron que el surgimiento de lo nacional-popular implicaba la construcción de un proyecto hegemónico que permitiera la emancipación popular en aquellos países en los que la heterogeneidad de lo social era la norma y no gozaba de la figura de un “sujeto político homogéneo u originario”, como sucedía en Europa por ejemplo con la figura de la clase obrera (homogeneidad) o en África con el tema de la pertenencia a una misma etnia (mismo origen). “Así, Mariátegui y Gramsci sabían que toda transformación social no podía ser ajena a una fuerza motora que articulara la heterogeneidad constitutiva de lo social hasta darle forma de una voluntad popular” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 155).

Ahora bien, para ambos pensadores los proyectos nacionales-populares no se podían concretar sin una articulación internacional entre los diferentes sujetos oprimidos. “De modo que las luchas concretas contra las opresiones locales darían lugar a una forma universal de solidaridad y emancipación” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 156). Esto significa que frente a la lógica reaccionaria de los nacionalismos oligarcas construidos “desde arriba” y que excluyen al pueblo, es posible la construcción de otro tipo de nacionalismo incluyente, nacional-popular y afirmativo “capaces de configurar un sujeto local que contribuya a la emancipación en un sentido universalista” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 157).

Para tratar el tema internacional, las autoras utilizan dos trabajos con la excusa, poco práctica, de una “ausencia de trabajos que discutan el populismo en su dimensión internacional o transnacional” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 158). La realidad es que existe un cuerpo teórico bastante extenso que trabajó el lado internacional del populismo como pudimos verlo en artículo de Wajner y Giurlando (2024), de igual modo, los trabajos mencionados en este capítulo. Dicho esto, vamos desarrollar las dos investigaciones utilizadas por

las autoras porque permiten comprender el sentido internacional que ellas utilizan, como así también, descubrir que existen otros modos de pensar al populismo en su fase transfronteriza que la esbozada en el corpus teórico mencionado y que se relaciona, específicamente, con la manera novedosa de comprender al populismo.

De Cleen, Moffitt, Panayotu y Stavrakakis (2019) desarrollaron un texto en donde exploran la noción de populismo transnacional tomando como caso de estudio el Democracy in Europe Movement 2025 (DIEM25). Allí establecen dos conceptualizaciones que son importantes mencionar y que se relacionan con lo que veníamos hablando. Por un lado, la diferencia entre nacionalismos y populismos que establece que mientras el discurso nacionalista (los autores trabajan con la teoría del discurso de Laclau y Mouffe) “consiste en la distinción horizontal de entrada/salida entre miembros y no miembros de la nación” (De Cleen et al., 2019, p. 6), el discurso populista, “está estructurado en torno al eje vertical abajo/arriba que refiere al poder, el estatus y el posicionamiento jerárquico sociocultural y socioeconómico” (De Cleen et al., 2019, p. 7). Al igual que Biglieri y Cadahia (2021), estos autores entienden que el populismo implica una forma diferente de organización popular que nada comparte con el nacionalismo entendido de manera tradicional-oligarca.

Por otro lado, distinguen el populismo internacional del transnacional. El internacional sería aquel que entiende la representación populista del pueblo de manera plural, “en tanto particularidades (nacionales) que cooperan estratégica y temporalmente respecto de ciertos asuntos internacionales en una suerte de «matrimonio por conveniencia»” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 159). Ejemplos de ello serían los populismos que se enmarcan dentro de la “marea rosa” latinoamericana que buscó la creación de diferentes instancias regionales de integración como el Banco del Sur, Unasur y Celac, “casos en los que populistas que se basan en concepciones nacionales de “pueblo” forman alianzas transitorias con otros populistas “nacionales” en un contexto internacional” (De Cleen et al., 2019, p. 8). Ahora bien, el populismo transnacional sería aquel que aspira a la construcción de un pueblo, entendido de manera singular:

(...) que atraviese las fronteras nacionales y busque ir más allá de las urgencias coyunturales y las particularidades de cada pueblo-nación por separado. Si el populismo internacional aún tiene como anclaje el pueblo-nación, el populismo transnacional apuntaría a forjar un pueblo transnacional que -justamente- trascienda los emplazamientos nacionales particulares (De Cleen et al., 2019, p. 159).

La conclusión es que el Democracy in Europe Movement 2025 (DIEM25) adquirió un discurso populista de carácter transnacional con la clara idea de democratizar Europa que era víctima de un ataque coordinado de la élite global, conformada por instituciones de carácter supranacional, como la Comisión Europea, el Banco Central Europeo y el Fondo Monetario Internacional (conocida como la Troika) y corporaciones transnacionales que

decidieron caerle con todo el peso de sus instituciones a una Grecia en plena crisis económica para utilizarla como ejemplo frente al resto de los Estados europeos que pretendieran declararse en default y no cumplir con sus compromisos financieros internacionales. Atentando, claramente, contra los deseos e intereses del pueblo europeo de no pagar la deuda a costa de su propio sufrimiento.

La cadena de equivalencia del populismo transnacional anclada en el significativo democracia habría empujado a que la construcción discursiva de DIEM25 reuniera las demandas por la democratización de la Unión Europea con las demandas por la restauración de la soberanía popular a nivel regional, nacional y local (De Cleen et al., 2019, p. 161).

Lo importante a destacar es que los autores intentaron identificar la capacidad del populismo, en este caso como movimiento político, para articular demandas ya no nacionales sino supranacionales para enfrentar a un “ellos” no anclado en las fronteras estatales sino en la esfera global. La idea rescatada por los autores sobre DIEM25 fue, si logramos democratizar las instituciones europeas, por decantación lo harán los estados nacionales que hacen parte de su órbita

Contrario a la postura de De Cleen, Moffitt, Panayotu y Stavrakakis (2019); Blengino (2019) sostiene que solo mediante la consolidación de las particularidades nacionales se puede construir un populismo internacional. De ahí la paradoja, “no hay posibilidad de sostener un populismo internacional sin nacionalismos (populistas)” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 162). El autor (Blengino, 2019), retoma la variable antiimperialismo de Foucault para distinguir dos tipos de populismos, uno central que busca mantener o reforzar su lugar de privilegio en el sistema internacional, Trump en los EEUU o Johnson en el Reino Unido y otro periférico y anti-imperialista que busca modificar su lugar en el sistema global. “Distinción que además se corresponde con la taza que diferencia entre populismos integristas -apoyados en autoritarismos nacionalistas y xenófobos- y populismos emancipatorios, cuyo carácter distintivo es su dimensión transnacional” (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 163).

Para que los populismos periféricos/emancipatorios logren superar el antagonismo con las élites locales, se hace necesario “que asuman como marco de la disputa el contexto internacional” (Biglieri; Cadahia, 2021, p.163). Las disputas locales de estos populismos que se enmarcan dentro de la política interna no lograrán mayores éxitos sino entienden el carácter internacional de sus demandas, ya que suponen “un problema de política internacional, de enfrentamiento con la organización del poder en el sistema mundo en el que se apoyan las oligarquías locales” (Blengino, 2019). Al analizar el caso del peronismo en la argentina, el autor sostiene que dicho partido político se sustenta sobre la base de un nacionalismo popular, no xenófobo, tampoco racista, que lucha por la soberanía política, la independencia económica y la justicia social pero esos objetivos:

(...) no pueden alcanzarse desde la periferia del sistema mundo en aislamiento. Es por ello que el nacionalismo pero-

nista es esencialmente transnacional. Es inescindible de la integración regional y la articulación de los pueblos (desde la singularidad de cada nación) y los mercados para hacer frente como región geopolítica al régimen imperial de la globalización neoliberal (Blengino, 2019).

Esto nos permite entender la década del populismo en la región con proyectos como la UNASUR y el PARLASUR que permitieron materializar el carácter internacional de los proyectos populistas nacionales.

Si aquel que se identifica como responsable de la experiencia de una falta es el mismo entre diversos «pueblos», la solidaridad entre demandas puede ir mucho más allá de las delimitaciones nacionales. De allí que la dicotomización discursiva a través de la creación de una frontera antagónica entre «los de abajo» y «los de arriba» pueda deslizarse más allá de las delimitaciones nacionales, dando lugar a una equivalencia entre pueblos, esto es, un populismo internacional (Biglieri; Cadahia, 2021, p. 165).

El populismo no se puede entender sin solidaridad internacional frente a las crisis nacionales, como por ejemplo Argentina en el 2001, Bolivia entre 2003 y 2005, Ecuador en 2005 y Brasil en 2023. Los líderes populistas deben lograr movilizar al pueblo frente a los atropellos sufridos por los pueblos hermanos y solo así se logra un verdadero proceso de internacionalización que luego debe ser reforzado con proyectos concretos de integración regional desde la base hasta la cúspide.

Ahora bien, hemos realizado un breve pero profundo recorrido sobre aquellos trabajos que han aportado de una u otra manera a la relación, siempre presente, entre populismo y relaciones internacionales, más específicamente, en su variable de política exterior. Como pudieron ver, la mayoría de los artículos y capítulos de libros tratan esta relación desde un enfoque que podríamos llamar anglo-céntrico, del norte global aún, cuando varios de los casos analizados pertenezcan a otras latitudes. En este sentido, Wajner y Giurlando (2024) mencionan claramente que existe un vacío analítico de las principales teorías de las relaciones internacionales (mainstreams) y el populismo como fenómeno de política internacional. Paralelamente, los aportes hechos en este sentido, nacieron en el norte global intentando arrojar un poco de luz al actuar internacional del populismo en varios lugares del mundo pero sin desprenderse de las variables hegemónicas de análisis.

Sin ir más lejos, la mayoría de los autores que trabajan la relación entre populismo y relaciones internacionales reconocen que se comenzó a prestar mayor atención a dicha relación una vez que líderes considerados populistas por sus formas, discursos y actuaciones se hicieron con el poder en el mundo anglo-céntrico, particularmente en EE.UU y Gran Bretaña. Incluso si analizamos el trabajo, bastante utilizado en este capítulo, de Plagemann y Desradi (2019), cuyas variables son pertinentes y permiten, al menos, vislumbrar un horizonte de análisis, no dejan de utilizar elementos propios

de su origen epistémico del norte global. Primero su visión negativa acerca de los populismos y sus relaciones exteriores y esto tiene que ver con lo que Kaltwasser y Mudde (2013) denominaron populismos excluyentes, más propios del centro, e inclusivos, más comunes en la periferia. Segundo, parte de la caracterización acerca de la personalización de las relaciones exteriores tienen más que ver con el tipo de sistema político que se desarrolla, ahora sí, en Europa que le deja poco margen de acción al ejecutivo para actuar en el sistema internacional. De ahí, la necesidad de varios de los gobiernos de corte populista en Europa de ‘personalizar’ la política exterior. Cuidado, no estamos diciendo que en los sistemas presidencialistas dicho elemento no tenga lugar sino, al contrario, es muy común a causa de la propia organización que permite que el ejecutivo sea el máximo responsable de la política exterior. Por lo tanto, no es algo propio de los populismos, al menos, en la región latinoamericana y EE.UU. Por último, el tema de las relaciones bilaterales más conflictivas, aquello también es más exclusivo y fácil de identificar en los populismo de Europa y EE.UU que en el resto de los casos presentados, existen pero tanto en gobiernos populistas como no populistas y de vuelta, tiene que ver más con las dinámicas internacionales que nuestros países establecen y menos con su corte populista.

¿Esto quiere decir que los trabajos utilizados aquí, sumado a una cantidad destacable de bibliografía sobre el tema no se aplica al sur global y, más específicamente, a la región latinoamericana? Claro que se aplica, incluso, quienes escriben, han utilizado en varias de sus publicaciones justamente esas variables para analizar los casos de Argentina, Colombia, Venezuela y Turquía, sin embargo, las evidencias al respecto son limitadas y de escasa capacidad explicativa, al menos, en los casos latinoamericanos.

Articulación entre las teorías periféricas de las RRII y el populismo

La inclusión de Biglieri y Cadahia (2021), junto a Blengino (2019) viene, justamente, a intentar darle una explicación más propia a la relación entre populismo y relaciones internacionales a través de sus políticas exteriores. Los autores recuperan tradiciones críticas de análisis que contribuyen a un entendido teórico más situado y menos global, hegemónico y colonial. Explicaciones que parten de nuestros contextos, procesos y realidad pero que, sin embargo, es necesario complementarlos con otros aportes, también propios, de nuestra región. Nos referimos a las explicaciones epistémicas que se recopilan en un libro de Eduardo Devés y Silvia Álvarez (2020) titulado “Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latinoamericano: Teorías, Escuelas, Conceptos, Doctrinas, Figuras” publicado por ediciones Ariadna. Aportes como este hay varios pero el libro de Devés y Álvarez recoge toda la literatura sobre el pensamiento latinoamericano en relaciones internacionales.

El objetivo del libro editado por Devés y Álvarez (2020) es recobrar y revitalizar los aportes realizados por autores latinos a las relaciones internacionales desde una perspectiva propia donde, en general, lo escrito por América Latina es desconocido e ignorado.

Es por ello muy frecuente que quienes presentan la historia de la disciplina de los estudios internacionales, quienes exponen las teorías sobre mundialización y quienes dan clases sobre las diversas maneras de pensar el mundo no analizan ni aún mencionan autores y obras latinoamericanas (Devés; Álvarez, 2020, p. 11).

Como muestra de ello, podemos mencionar, solo uno, el caso de Feliciano de Sá Guimarães, profesor asociado del instituto de relaciones internacionales de la Universidad de São Paulo, Brasil y director académico e investigador senior del Brazilian Center of International Relations (CEBRI). En una de sus tantas publicaciones a través de la red social X (twitter) decía:

As grandes potências veem o Brasil como um ator médio e pouco relevante. Um ator cujos problemas internos o impedem de se tornar um ator internacional de peso. Estas são as conclusões de uma das mais importantes pesquisas já feitas sobre a PEB. Daniel Buarque (@danielbuarque), meu pós-doc do IRI-USP, entrevistou 94 pessoas experts e diplomatas do P5 (EUA, RU, França, Rússia e China) e constatou que o Brasil é visto como um peão cobiçado. Ou seja, um ator para cativar, mas que não tem os meios de influencia.
(<https://twitter.com/felicianosa/status/1789675097449443377>)

Y cierra diciendo que “Pouca gente se perguntava como este prestígio (ou a ausência dele) era percebido pelas grandes potências. Daniel fez o trabalho que faltava na literatura”. Esto viene a confirmar lo que Devés y Álvarez quieren decirnos sobre la necesidad de mirarnos teóricamente desde nuestra región hacia el mundo y no, como el mundo nos mira a nosotros, de eso ya tenemos demasiado.

Lo aca planteado, lejos está de ser un conocimiento que pretenda ser correcto o desprecie lo acumulado hasta el momento sobre el estudio de las relaciones internacionales, pero sí, “que merece conocerse y problematizarse, y que debe también conectarse a los saberes desarrollados en otras regiones de condiciones semejantes a las de América Latina” (Devés; Álvarez, 2020, p. 11). A lo dicho por estos autores, habría que agregarle, el hecho de que también esos “saberes” deben ser articulados con otros propios de nuestras latitudes, en este sentido, no debemos olvidar que parte de la contribución teórica al estudio del populismo como fenómeno político se origina en América Latina con los primeros aportes de Gino Germani (2003) y que luego fueron retomados y reestructurados por Laclau (2015) entre otros.

La idea, a partir de ahora, es establecer esos puentes entre los aportes latinoamericanos a los estudios internacionales con el populismo actor global. Para ello, vamos a desarrollar brevemente aquellas contribuciones que se refieren al quehacer internacional de los Estados y establecer la conexión con el fenómeno en cuestión.

Simonoff (2020) destaca que luego de la 2da guerra mundial, los intelectuales de Latinoamérica comenzaron a razonar que el principal problema que tenía la región era el subdesarrollo. A raíz de ello, para la década de los '60 del siglo pasado, la Teoría de la Dependencia incluyó las variables políticas, sociales, ideológicas y culturales, además de las económicas, para analizar la relación centro-periferia. A pesar de que existieron diversas posturas, esa escuela de pensamiento, creyó que el nuevo ciclo desarrollista iniciado en los '60 había generado nuevos problemas relacionados con:

(...) la forma en que el capital extranjero influyó en la creación de burguesías nacionales, dependientes y conservadoras. Por esta razón, la clave para romper este elemento de dependencia sería la movilización popular con el fin de incorporar al juego político a las masas, que históricamente habían sido marginadas en la historia de América Latina (Simonoff, 2020, p. 18).

Curiosamente, el populismo tanto en su versión nacional como internacional plantea unas relaciones similares, una burguesía, llamada élites, que se relaciona positivamente con el capital extranjero, generando un círculo vicioso y de dependencia para el pueblo, pero virtuoso para los poderosos que velan por sus intereses de una manera egoísta y contraria al interés general de la sociedad. Por otro lado, la única forma de romper con esos lazos perversos es mediante la movilización popular que permita su incorporación al juego político, pero mediante la elección de un líder populista que encarne dichos intereses.

Se menciona que existe una articulación entre las clases dominantes (élites) y el Estado en el proceso de internacionalización del capital (Novoa, 1979), la burguesía utiliza las instituciones estatales para consolidar la dependencia del capital extranjero y así perpetuar la condición de dependencia y subdesarrollo. Para los populistas, la dimensión internacional es consustancial a la nacional ya que permite que la élite se haga con el poder y consolide el modelo de explotación del pueblo. Por ello, sus relaciones exteriores buscan desacoplarse de esa lógica y generar nuevos espacios de construcción del poder nacional. Aquí, las variables planteadas por Destradi y Plagemann (2019) cobran sentido, como así también, la idea de Blengino (2019) sobre los populismos periféricos que buscan mejorar su posición internacional mediante un cambio en las dinámicas del sistema internacional. Por otro lado, Doval y Colalongo (2022) lo confirman cuando analizan la política exterior de Cristina Fernández de Kirchner.

Theotonio Dos Santos enumera ciertos elementos en común que comparten las diferentes escuelas de la teoría de la dependencia:

el desarrollo está estrechamente ligado a la expansión industrial en los países desarrollados; (2) el desarrollo es parte de un proceso universal; (3) el desarrollo no puede ser considerado como la primera condición de un proceso evolutivo; y (4) la Dependencia no es un fe-

nómeno únicamente externo, sino que también se manifiesta internamente en los países en los ámbitos social, económico y político (Dos Santos, 2002, p. 23).

Refuerza el vínculo entre desarrollo y política exterior pero también, robustece la idea de que la condición de dependencia no solo es económica sino político y social, algo muy presente en los populismos, sobre todo de la región latinoamericana.

Finalmente, en la década de los '60, el expresidente del Brasil, Enrique Cardoso, evidenció la debilidad de la burguesía nacional por "su disposición a convertirse en socia menor del capital internacional" (Dos Santos, 2002, p. 34) junto al límite del proyecto nacional desarrollista.

Ello se debió a que las burguesías nacionales de la periferia sirvieron a los intereses de la propagación del capital extranjero, lo que generó un sistema económico dependiente y subordinado a éste y que el aumento de sus ingresos relacionados con la exportación/importación no se tradujo en el desarrollo del resto del tejido social (Simonoff, 2020, p. 19).

Nuevamente la relación entre élite, capital extranjero, relaciones exteriores y pueblo, en donde la articulación entre los dos primeros atentaba contra el desarrollo y los intereses del último y eso, gracias a una política exterior que perpetuaba la condición periférica y la desigualdad. Éstos, son elementos muy presentes en las relaciones exteriores de los populismos del siglo XXI. La aparición del neoliberalismo como nuevo sistema de producción global junto a una revitalización de la democracia como sistema político imperante modificaron en parte el pensamiento de Cardoso, pero no dejaron de estar presentes sus variables de análisis.

En este sentido, una de las principales críticas de los populismos del siglo XXI fue hacia el proceso de globalización que atentaba contra las condiciones y posibilidades de desarrollo nacional y por ello, presentaban una política exterior reacia a este tipo de relaciones comerciales. Por otro lado, si bien la relación con el sistema democrático varió según el caso (Colalongo; Otero, 2022), el populismo es consustancial a la democracia y no puede desarrollarse por fuera de ella.

Teoría de la Insubordinación Fundante

La Insubordinación Fundante fue creada por Marcelo Gullo (2020) con el objetivo de

(...) da cuenta de que todos los procesos emancipatorios exitosos, que todos los procesos de construcción real de soberanía y que todos los procesos de desarrollo, que alcanzaron resultados positivos fueron el resultado de una "insubordinación" contra el orden ideológico establecido por la potencia domi-

nante, más un adecuado impulso estatal que permite que los elementos de poder tangible e intangibles de un estado se conviertan en acto (Gullo, 2020, p. 31).

Tres aspectos a relacionar con el populismo en su versión internacional, el primero, tiene que ver con la idea de que existe un orden sustentado en una ideología dominante que es la base de apoyo del orden material subsiguiente. De ahí que los populistas en sus relaciones exteriores apunten a denunciar, actuar e intentar cambiar el actual orden liberal internacional. Segundo, si tomamos en cuenta la noción de los populismos inclusivos, de izquierda o progresistas veremos que pregonan por un “impulso estatal” que acompañe el cambio ideológico y genere las condiciones necesarias para un desarrollo nacional sostenible y adecuado. Por último, los dos anteriores nacen de una “insubordinación” al orden nacional e internacional establecido, es más, entienden que existe una relación entre ambos y por ello, la desobediencia se plantea de una manera interméstica.

Una vez que la insubordinación fundante tuvo éxito, es muy probable que ese país se convierte en una potencia, para el caso de Gullo (2020), la primera en hacerlo fue Gran Bretaña, y paso seguido, la misma intentó construir un orden ideológico que impida la construcción de poder nacional por parte de los otros Estados e inhiba su desarrollo interno. “Lo hizo a través de la prédica de la teoría de la división internacional del trabajo y el libre comercio” (Gullo, 2020, p. 32) de ahí se explica porque los populistas una vez se hacen con el gobierno, procuren ser disruptivos con el orden liberal internacional establecido por los EEUU y su sermón sobre los beneficios de la globalización, el libre mercado y la no intervención del Estado en los asuntos del Mercado. Además, intentan crear alianzas regionales con gobiernos de corte populista porque entienden que comparten los mismos objetivos de insubordinación internacional y desarrollo nacional-regional.

Otra de las características de las potencias que se insubordinaron exitosamente y lograron un proceso de industrialización tal que ahora regentan el orden internacional, es su doble estandar o, como lo llama el autor, su actuar con “deliberada duplicidad”.

Una cosa era lo que efectivamente había realizado -y realizaba- en materia de política económica para industrializarse y progresar industrialmente y otra, aquella que, ideológicamente, propagaba, con Adam Smith y otros voceros, algo similar a aquello que, actualmente, hacen los Estados Unidos, la Unión Europea, Japón, Corea del Sur y China (Gullo, 2020, p. 32).

Gran Bretaña primero y los EEUU después, fueron y son de los Estados más proteccionistas en materia de comercio exterior, en particular con lo que tiene que ver con su industria, así es como mantuvo, durante siglos, su hegemonía el primero y pretende hacerlo el segundo.

Estados Unidos decidió este martes aumentar los aranceles a productos procedentes de China valorados en 18.000 millones

de dólares de sectores estratégicos como vehículos eléctricos, baterías, acero y minerales críticos, al acusar a Pekín de "hacer trampa" y de "prácticas desleales" (France 24, 2024).

De esta manera es como se comportan las potencias en el sistema internacional intentando impedir el desarrollo de nuevos actores que puedan disputarles su hegemonía en el sistema global. Así las cosas, los populismos progresistas suelen bregar por un mayor proteccionismo del mercado interno, en especial, en los sectores industriales, como así también, oponerse a las medidas de libre mercado orquestadas por la potencia dominante.

Sin embargo, hay una diferencia importante entre los populistas y la teoría planteada por Marcelo Gullo, y es el rol desempeñado por las élites nacionales. Gullo (2020) sostiene que la élite británica fue la primera en darse cuenta de la necesidad de establecer una insubordinación en relación con el orden establecido a principios del renacimiento isabelino.

La élite británica fue la primera élite de conducción consciente de cómo había construido su poder nacional, consciente de que la industria era poder, consciente de que sólo la industrialización podía garantizar la independencia económica y la soberanía política. Es por esa razón que se propuso, como objetivo político, que los demás estados no lograran industrializarse (Gullo, 2020, p. 32).

Ahora bien, los populistas consideran que las élites locales e internacionales lo único que hacen es atentar contra los intereses del pueblo, o sea, son contrarios a la idea de un desarrollo nacional que garantice la "independencia económica y la soberanía política" por eso, deciden arrebatarles la conducción política, económica e ideológica a la élite para llevar a cabo, ellos mismos pero con el apoyo del pueblo, el proceso que decante en el desarrollo nacional y popular del país.

Cuando algunos de estos mismos países, como Argentina o Brasil, durante el transcurso del siglo XX, se decidieron a recuperar el tiempo perdido, tratando de realizar sus respectivas insubordinaciones fundantes, chocaron con la oposición de los Estados Unidos (que se habían convertidos, luego de haber sido por casi 100 años el bastión del proteccionismo económico, en paladines del libre comercio) y de las viejas oligarquías locales que utilizaron a las Fuerzas Armadas para abortar o truncar dichos procesos de insubordinación fundante. En el lapso de tiempo que ha transcurrido del siglo XXI, la tragedia se convirtió en comedia porque la corrupción generalizada de la clase política latinoamericana hizo que la región sólo diera a luz grotescos simulacros de procesos de insubordinación que terminaron en la más completa frustración (Gullo, 2020, p. 34).

Dos cosas importantes se relacionan con la postura populista al respecto. La

primera, la relación entre oligarquias y fuerzas armadas como mecanismo para contrarrestar las reformas estructurales planteadas por gobiernos populistas a favor de la independencia económica y la soberanía política. Y segundo, una diferencia con lo esbozado por el autor en relación al fracaso del siglo XXI, varios autores (Colalongo; Donato, 2021; Colalongo; Otero, 2022; Doval; Colalongo, 2022) destacan el rol que las élites locales desempeñaron, junto a una marcada articulación con los poderes globales, en el fracaso de los procesos emancipatorios desarrollados durante este siglo. No fue tanto la corrupción de la conducción política populista la responsable de los intentos fallidos de insubordinación sino, más bien, las capacidades materiales e inmateriales de la combinación entre las élites locales, los intereses internacionales y la potencia hegemónica del sistema.

Teoría del Realismo Periférico

Según su propio autor, el Realismo Periférico (RP) nace del Realismo Político y se inspiró en lo que Tucídides llamó las consecuencias de las asimetrías de poder en las relaciones entre países. A diferencia de las dos teorías planteadas anteriormente, el realismo periférico no está inscrita a ninguna escuela de pensamiento económico en particular, eso quiere decir que puede completar tanto al desarrollismo, como al neoliberalismo o al comunismo chino (Escudé, 2020). Si tomamos como cierta la idea de que el populismo es una ideología focalizada -thin centered ideology (Mudde; Kaltwasser, 2017)- que se completa con ideologías gruesas, como pueden ser de derecha o izquierda, entonces podemos afirmar que el populismo como fenómeno político tampoco abreva en alguna teoría en particular. De ahí, que sus relaciones exteriores puedan variar en función del tono de su espectro ideológico.

Para construir teoría de las Relaciones Internacionales, además de un conocimiento adecuado del mundo se necesita saber qué preguntas formularse, y éste quizá haya sido uno de los aciertos del RP. Una comparación elemental de las políticas exteriores de dos Estados periféricos con comportamientos antitéticos puede acercarnos mucho al descubrimiento de las invisibles estructuras del poder internacional (Escudé, 2020, p. 35).

Existe un orden impuesto por los poderosos que implica, básicamente, un mandato desigual del sistema basado en la distribución inequitativa del poder nacional, ello implica que los Estados que hacen parte de ese “oligopolio de los poderosos” tienen más derechos, como por ejemplo, poseer armas de destrucción masiva, que el resto de los países que no pueden y no deben poseerlas.

Ese mandato implica reconocer que el “supuesto implícito de que en el orden interestatal hay reglas escritas y no escritas, y que, mal que nos pese, los Estados más poderosos tienen un papel preponderante en el establecimiento de esas normas” (Escudé, 2020, p. 36). Los estados que cumplen con ese mandato, Escudé los denomina Estados responsables o tomadores de normas, ya que, siguen las reglas de juego impuestas por los poderosos y solo

se oponen a las acciones que atentan contra su interés nacional que vendría a ser igual al interés económico, en otras palabras, todas aquellas acciones que atentan contra el bienestar económico del pueblo deberían ser rechazadas por los estados periféricos. Contrariamente, aquellas que no se oponen al interés material de su gente, deberían ser aceptadas por estos países a sabiendas de que contrariar los mandatos impuestos por los Estados poderosos llevaría, seguidamente, “a ingentes costes que inevitablemente son pagados por las ciudadanía de esos países periféricos que se rebelan contra el sistema” (Escudé, 2020, p. 36). El punto de conexión con el populismo radica en su preocupación central por el bienestar de su pueblo e, incluso, que dicho bienestar está íntimamente relacionado con su pasar económico, sin embargo, se diferencia en el actuar internacional, ya que, los populistas, en su versión amplia, consideran que para lograr márgenes de maniobra tanto a nivel nacional como internacional es necesario generar cambios en la estructura de poder global.

Otra diferencia con el populismo radica en la capacidad de actuar de los Estados, lo que el autor llama “libertad de maniobra internacional”, según su visión, está limitada al régimen político, esto quiere decir, que incluso los EEUU se ven condicionados en su actuar internacional por las limitaciones que le impone su sistema democrático. “Sólo con la imposición de un régimen totalitario puede el margen de maniobra internacional de un país ser “ilimitado”” (Escudé, 2020, p. 36). Para los populistas, dichas imposiciones no se deben al sistema democrático sino, más bien, a las élites que detentan el poder y utilizan las instituciones para solventar sus intereses egoístas en contra del interés general del pueblo. Es así que, cuando asumen el poder, intentan modificar las reglas democráticas de juego para obtener mayores márgenes de maniobra que le permitan actuar en el sistema internacional e intentar modificarlo también.

Escudé sostiene que el orden internacional es una proto-jerarquía que está compuesta por los forjadores de decisiones o sea el “oligopolio de los poderosos” que imponen las reglas de juego, los tomadores de normas, aquellos que operan dentro del orden establecido y los rebeldes que intentan, sin sentido, violar las normas establecidas imponiendo un coste innecesario a su pueblo producto de las sanciones de los poderosos. Así las cosas, “cuanto más débil es un país, más bajo es el umbral de autonomía externa a partir del cual la libertad de los ciudadanos debe forzosamente disminuir” (Escudé, 2020, p. 37). Mientras los populistas consideran que la rebelión o “insubordinación” contra el sistema es el camino hacia libertad de los pueblos, el realismo periférico considera que ese es el camino opuesto porque:

(...) es un hecho innegable que para ampliar el margen de maniobra externo de un Estado es necesario invertir grandes recursos humanos y materiales, y que cuanto más pobre sea un país, menor será ese margen de maniobra, a no ser que el Estado someta a su población a exacciones que exigen grados crecientes de autoritarismo (Escudé, 2020, p. 37).

Por lo tanto, para Escudé el camino al desarrollo de los pueblos es el que siguieron países como Alemania o Japón que “trabajaron y defendieron sus intereses comerciales con tanto ahínco que hoy, para bien de sus pueblos, son superpotencias económicas” (Escudé, 2020, p. 38). Los populistas bregarían por convertirse en Estados Rebeldes, según la visión del autor, en cambio, para los realistas periféricos el camino radica en estar siempre dentro de los Estados Responsables que cumplen las normas impuestas y solo defienden sus intereses comerciales.

Conclusiones

La idea central del capítulo fue indagar acerca de la relación entre el populismo y las relaciones internacionales tomando como punto de partida, el actuar internacional de los Estados populistas. En un principio se mostró aquellas referencias teóricas que dieron cuenta de dicha relación e intentaron darle un sentido, una explicación a las acciones exteriores de los populistas, identificando algunos patrones en común por un lado y unos intereses por el otro. Los estudios muestran que aún existen grandes vacíos por llenar y que invitan a seguir indagando acerca del comportamiento internacional de los populistas, las diferencias entre los de izquierda y derecha, los estados centrales y periféricos pero también su relación con las teorías principales de las relaciones internacionales que, aún, no se preocuparon por relacionar el fenómeno populista con sus desarrollos teóricos.

Por otro lado, se incluyó una variante novedosa, con Biglieri y Cadahía, (2021) acerca del populismo, su función y significado, que nos permite ver el camino que está tomando, desde la periferia, la definición del fenómeno. Además, con un aporte internacional, Blengino, que también se aleja de lo concebido hasta el momento. Se puede ver como los aportes de estos autores permitieron crear puentes con las tres teorías periféricas de las relaciones internacionales.

En este punto, viene el aporte del capítulo que consistió en relacionar los desarrollos teóricos periféricos -Teoría de la Dependencia, Insubordinación Fundante y Realismo Periférico- con el populismo en general pero más precisamente, con su actuar internacional, intentando buscar puntos en común y diferencias que se pueden resumir así:

Similitudes: Las tres teorías se preocupan por el desarrollo de los pueblos al igual que los populismos aunque lo hacen desde caminos diferentes. En cambio, las diferentes vertientes del populismo tienen cosas en común en su actuar internacional, presentándose como Estados Rebeldes o Insubordi-

nantes que buscan cambiar las reglas de juego imperantes en el sistema internacional, ya sea para reforzar su posición dominante o para mejorarla. También, hay una inevitable conexión entre lo interno y lo externo, eso quiere decir que todo cambio nacional debe ser seguido por acciones internacionales que lo refuercen e, incluso, permitan su concreción.

Diferencias: Cada una de las teorías les asignan un rol preponderante a las élites locales, consideran que son ellas las que tienen que identificar el camino hacia el desarrollo nacional de los pueblos, hacia la consolidación de la soberanía política, económica y social, y con ello, la puesta en práctica de relaciones exteriores acorde con esos objetivos. En cambio, el populismo y sus diversas vertientes consideran que la razón principal de dichos problema radica, justamente, en la mera existencia de "élites" que solo se preocupan por sus propios intereses en contra de los deseos genuinos del pueblo. El camino no es convencer a las élites acerca de los beneficios que traería seguir los lineamientos de alguna de las teorías planteadas sino de que sea el propio pueblo quien asuma las riendas de su destino mediante un liderazgo populista.

Así las cosas, aún queda mucho camino por recorrer en la relación entre el populismo y las teorías de relaciones internacionales tanto las principales como las secundarias, sin embargo, si tenemos en cuenta que los desarrollos teóricos nacen en un contexto y lugar, más cierta es la idea de continuar indagando acerca de las probables articulaciones entre las teorías periféricas y el populismo del sur global, a sabiendas de que ya se exploraron algunas que dieron cuenta de las articulaciones existentes.

Referências

AYTAÇ, S. E.; ÖNIŞ, Z. "Varieties of Populism in a Changing Global Context: The Divergent Paths of Erdoğan and Kirchnerismo", *Comparative Politics*, 47(1), 2014, pp. 41–59.

BIGLIERI, P.; CADAHIA, L. *Siete ensayos sobre el populismo*. Barcelona: Herder, 2021.

BLENGINO, L. "¿Qué hay de nuevo, viejo? Populismo transnacional, nacionalismos autoritarios y neoliberalismo global", (ponencia en la conferencia Fascism? Populism? Democracy), International Consortium of Critical Theory Programs, Brighton, University of Brighton, enero de 2019.

BURRIER, G. A. "Populists and Foreign Policy: Evidence from Latin America". In: STENGEL, F. A; MACDONALD, D. B.; NABERS, D. Nabers (Eds.), *Populism and World Politics: Exploring Inter- and Transnational Dimensions*, London: Palgrave Macmillan, 2019, pp. 165–193.

CHRYSSOGELOS, A. "State transformation and populism: From the internationalized to the neo-sovereign state?", *Politics*, 40(1), 2018, pp. 22–37.

_____. "Is there a populist foreign policy?", *Research paper, Chatham House*, 2021. <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2021-03/2021-03-26-populist-foreign-policy-chryssogelos.pdf>

COLALONGO, R., DONATO, S. "Populist left-wing foreign policy: the case of Kirchnerism in Argentina". *Cultura Latinoamericana*, 34(2), 2021, pp. 24–47.

COLALONGO, R.; OTERO, J. M. Rivas. "Populismo y democracia en América Latina. Los casos de Argentina, Bolivia, Ecuador y Venezuela (1994-2020)". *Desafíos*, 34(2), 2022.

DE CLEEN, B., MOFFITT, B., PANAYOTU, P., STAVRAKAKIS, Y. "The Potentials and Difficulties of Transnational Populism: The Case of the Democracy in Europe Movement 2025 (DiEM25)". *Political Studies*, 68(1), 2019, pp. 146–166.

DESTRADE, S.; PLAGEMANN, J. "Populism and international relations: (Un)predictability, personalisation, and the reinforcement of existing trends in world politics". *Review of International Studies*, 45(5), 2019, pp. 711–730.

DEVÉS, E.; ÁLVAREZ, S. T. *Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latinoamericano: Teorías, Escuelas, Conceptos, Doctrinas, Figuras*. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2020.

DOS SANTOS, T. *La teoría de la dependencia Balances y Perspectivas*. Madrid: Plaza Janés, 2002.

ESCUDE, C. "Realismo Periférico". In: DEVÉS, E.; ÁLVAREZ, S. T. (Eds.). *Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latinoamericano: Teorías, Escuelas, Conceptos, Doctrinas, Figuras*, Santiago de Chile : Ariadna Ediciones, 2020, pp. 35–39.

FRANCE 24. *EEUU aumenta los aranceles sobre USD 18.000 millones de productos chinos*. 2024, May 15.

GERMANI, G. *Autoritarismo, fascismo y populismo nacional*. Buenos Aires: Temas, 2003.

GULLO, M. "Insubordinación Fundante". In: DEVÉS, E.; ÁLVAREZ, S. T. (Eds.). *Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latinoamericano: Teorías, Escuelas, Conceptos, Doctrinas, Figuras*, Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2020, pp. 31–35.

HAWKINS, K. A. *Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LACLAU, E. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

MUDDE, C. "The Populist Zeitgeist". *Government and Opposition*, 39(4), 2004, pp. 541–563.

MUDDE, C., KALTWASSER, C. R. "Exclusionary vs. inclusionary populism: Comparing contemporary Europe and Latin America". *Government and Opposition*, 48(2), 2013, pp. 147–174.

_____. *Populism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MULLER, J. W. *What Is Populism?*, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2016.

DOVAL, G. Pereyra; COLALONGO, R. "Hacia un análisis populista de la política exterior de Cristina Fernández de Kirchner". *Política. Revista de Ciencia Política*, 60(2), 2022, pp. 33–54.

SELÇUK, O. "Strong presidents and weak institutions: populism in Turkey, Venezuela and Ecuador". *Southeast European and Black Sea Studies*, 16(4), 2016, pp. 571–589.

SIMONOFF, A. "Dependencia" In: DEVÉS, E.; ÁLVAREZ, S. T. (Eds.). *Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latinoamericano: Teorías, Escuelas, Conceptos, Doctrinas, Figuras*, Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2020, pp. 18–21.

STENGEL, F. A., MAC DONALD, D. B.; NABERS, D. "Introduction: Analyzing the nexus between populism and international relations." In: STENGEL, F. A., MAC DONALD, D. B.; NABERS, D. (Eds.) *Populism and World Politics: Exploring Inter-and Transnational Dimensions*, London: Palgrave Macmillan, 2019, pp. 1-22.

TICKNER, A. B. "Core, periphery and (neo)imperialist International Relations". *European Journal of International Relations*, 19(3), 2013, pp. 627-646.

NOVOA, C. A. Torres. "Teoría de la dependencia: Nota crítica sobre su metodología histórico-estructural". *Nueva Sociedad*, 42, 1979, pp. 70-86.

WAJNER, D. F. "Making (Latin) America Great Again: Lessons from Populist Foreign Policies in the Americas: Exploring Inter- and Transnational Dimensions", In: STENGEL, F. A., MACDONALD, D. B.; NABERS, D. (Eds.). *Populism and World Politics, Exploring Inter-and Transnational Dimensions*, London: Palgrave Macmillan, 2019, pp. 195-225.

WAJNER, D. F.; GIURLANDO, P. "Populist Foreign Policy: Mapping the Developing Research Program on Populism in International Relations". *International Studies Review* 26 (1), 2024.

WEHNER, L. E.; THIES, C. G. "The nexus of populism and foreign policy: The case of Latin America". *International Relations*, 35(2), 2021, pp. 320-340.

ZÜRN, M. "Global Governance and Legitimacy Problems". *Government and Opposition*, 39(2), 2004, pp. 260-287.

_____. "How the Taming of the Class Conflict Produced Authoritarian Populism". *Democracy Papers*, April 17, 2018.

CAPÍTULO 5

EL POPULISMO Y SU RELACIÓN CON EL NATIONALISMO Y EL CONCEPTO RUSO DEL ESTADO EN EL RÉGIMEN DE PUTIN

Ricardo Torres

Introducción

En un momento de auge de los populismos de izquierda y derecha, del autoritarismo y del nacionalismo, este trabajo se concentra en el régimen de Putin, el segundo líder que más ha gobernado Rusia en los últimos cien años, después de Stalin. En él se analizan tres características importantes del sistema que Putin encabeza: populismo, nacionalismo y concepción del estado. Este estudio adquiere mayor relevancia ante las claras intenciones imperiales del Kremlin manifestadas a partir de la anexión de Crimea en 2014, la guerra del Donbass (2014-2022) y la invasión de Ucrania que perdura del 2022 hasta la fecha y que en caso de triunfar, claramente amenazará a Europa Oriental y al Báltico, cambiando el orden de seguridad europeo.

El historiador inglés Orlando Figes, profundo conocedor del alma rusa hace un análisis profundo del apoyo popular que sigue teniendo el gobierno de Putin:

La indiferencia y el hastío por la política y la falta de información creíble tienen que ver con ese apoyo. A los rusos, les gusta mucho su aparente sobriedad y eficiencia (por Putin), esa imagen de orden y seguridad que Putin les da. En definitiva, por encima de todo a los rusos les gusta la idea de un gobierno fuerte (Pomeraniec, 2020, p. 24).

El intelectual Vladimir Sorokin, crítico del Kremlin y reconocido disidente dice:

En Rusia, pese a que en términos de tecnología estamos en el siglo XXI, la mentalidad de nuestro poder sigue siendo soviética. Vivimos en un país grotesco, que hasta puede ser agradable para

la mirada de un escritor: siempre hay algo aquí para describir. Pero desde la posición de un ciudadano, le aseguro que no tiene nada de agradable... Por desgracia, para la mayor parte de la población, ciudadano es una palabra sin sentido, un vacío. Porque desde el siglo XVI fue creado un Estado ruso centralizado cuya estructura tiene forma de pirámide. Después de la revolución de Octubre (1917), esta pirámide fue pintada de otro color, de rojo. Pero la esencia de la relación poder-pueblo no cambió. Todo el mundo sabe que en el siglo XX hubo aquí un terror masivo y que fue exterminado cualquiera con pensamiento propio. Lo de hoy es la consecuencia del pasado... La mentalidad de esclavo fue siempre cultivada por el poder, tanto el imperial como el soviético. Y así estamos. (Pomeraniec, 2020, pp. 38-39).

Desde la perspectiva teórica, y aunque nunca trabajaron el populismo en Rusia, amerita aquí una referencia a quienes son considerados los principales teóricos del tema: Jan-Werner Müller (2016) y Cas Mudde y Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017). En tanto también se toma como referencia a los siguientes autores quienes sí refieren exclusivamente al caso ruso: Marlène Laruelle (2009, 2019, 2024) para el nacionalismo ruso y Claudio S. Ingerflom (2022) para la historia de la concepción rusa del estado.

Consecuentemente, este trabajo tiene por objetivo analizar la relación entre el populismo autoritario del régimen ruso -sus raíces y sus diferencias con otros populismos- el nacionalismo y la visión del estado en la historia de Rusia. Se recurre a una metodología cualitativa con análisis documental de fuentes secundarias y consta de una introducción, tres secciones que discuten el populismo, el nacionalismo y la concepción rusa del estado, respectivamente y conclusiones.

El populismo en el régimen de Putin

El régimen de Putin puede considerarse populista aunque con ciertas características particulares, propias de la historia rusa y de la evolución de las instituciones políticas rusas. No todas las características del populismo se le aplican. En este trabajo se verá como autores tales como Mamonova y Gričius lo consideran populista, aún cuando no reúne todos los requisitos teóricos pues no surgió de elecciones libres (en un sistema³⁵ auténticamente

³⁵ Rusia simuló en la década del 90 las instituciones democráticas occidentales como mecanismo para reducir la presión de Occidente y de las ONGs occidentales. Según Vladislav Surkov, allegado a Putin: "Las instituciones políticas de múltiples capas que Rusia ha adoptado de Occidente se ven, en ocasiones, con un cierto aire de ritualistas, de algo fijado con el objetivo de "parecer como todo el mundo", para que las peculiaridades de nuestra cultura política no llamen demasiado la atención de nuestros vecinos, para que no los irriten o los asusten; un poco como esa ropa de los domingos, que nos ponemos para reunirnos con otras personas, cuando en realidad en casa nos vestimos de un modo más nuestro" (Krastev; Holmes, 2019, p. 143).

representativo), no está claro si tiene una agenda anti-élite (en realidad la ha cooptado) y no lleva adelante una agenda distribucionista.

Para sentar las bases sobre las cuales comparar al populismo del régimen de Putin, recurrimos, como se mencionara a Mudde y Rovira Kaltwasser (2017) y Müller (2016) concentrándonos en las tres ideas básicas del populismo: el pueblo, la élite y la voluntad general. Con respecto al pueblo, se lo entiende tanto como soberano -o sea es la fuente última de poder en una democracia, como el *common people* -o sea una clase que combina status socioeconómico con ciertas tradiciones culturales y valores populares-. Al hablar de *common people*, se recoge la dignidad y conocimiento de grupos excluidos del poder debido a su status, lo que lleva a los populistas a atender sus intereses e ideas.

En cuanto a la *élite* un aspecto crucial es su moralidad, o sea la distinción entre una élite corrupta y el pueblo puro. Los populistas detestan al establishment político y a las élites económicas, culturales y de los medios de comunicación pues consideran que trabajan conjuntamente contra la voluntad general (Mudde; Kaltwasser, 2017, pp. 10-12).

Para Müller (2016, p. 20) no es suficiente criticar a las élites, para ser considerado un populista, ya que si esa fuera la única condición, cualquiera que critica el status vigente en cualquier país sería un populista. Es también una condición necesaria para catalogar a un régimen de populista, asumir que ese régimen representa al pueblo ya que los opositores son parte de una élite corrupta e inmoral. De ello se deriva que cuando los populistas están en el poder hacen todo lo posible para no reconocer a la oposición.

Sin embargo es de aclarar que el populismo – que surge con la democracia representativa - no tiene problemas con la representación popular mientras ellos la encarnen y tampoco con las élites mientras que sean ellos los miembros de la élite dirigiendo al pueblo (Müller, 2016, 21, pp. 29-30). Con respecto a la idea de *voluntad general*, Mudde y Rovira Kaltwasser hacen referencia a las similitudes entre el populismo y las ideas de Rousseau. Para estos autores, Rousseau diferencia entre la *volonté générale* y la *volonté de tous*. Mientras que la primera se refiere a la capacidad del pueblo de unirse en una comunidad y legislar para imponer el bien común, esta última denota la suma de los intereses particulares en un momento dado. La posición populista que diferencia la gente pura y la élite corrupta refuerza según Mudde; Kaltwasser (2017) la idea de que existe una voluntad general. Al usar la noción precedente, muchos populistas al igual que Rousseau, critican al gobierno representativo para alinearse con la utopía de Rousseau de un auto-gobierno en el que los ciudadanos hacen y ejecutan las leyes, lo que lleva a los populistas a apoyar mecanismos de democracia directa.

Sobre estas ideas (pueblo, élite y voluntad general) se basa Natalia Mamonova (2018), cuando asevera que Putin es populista aunque su agenda no es anti-establishment y anti-corrupción sino que se basa en una desmovilización y despolitización de la población rusa.

También Mamonova argumenta que Putin utiliza la retórica y la práctica populista para obtener apoyo popular y mantenerse en el poder. Asimismo sostiene que el populismo de Putin tiene una fuerte base rural en Rusia. Según un reporte de opinión pública de la encuestadora privada rusa Levada de 2018 y citado por Mamonova, había un 70% de pobladores rurales con una actitud abiertamente positiva hacia Putin contra un 62.5% entre los pobladores urbanos. Los rusos del campo son los que más apoyan las características del populismo autoritario³⁶ del régimen de Putin: fuerte liderazgo, gobernanza autoritaria, unidad entre el líder y su pueblo, nostalgia por glorias pasadas y confrontación entre Rusia y el extranjero. Muchos autores sientan el origen del revisionismo ruso con respecto a Occidente en la Conferencia de Seguridad de Munich del 10 de febrero de 2007, cuando Putin señaló el fin de la sumisión de la Rusia post-comunista a los poderes occidentales. En la misma, Putin acusó a los Estados Unidos de desestabilización global y de no respetar las leyes internacionales (Krajev; Holmes, 2019, pp. 144-146). Después del ciclo electoral de 2011-2012 que llevó a Putin a la presidencia por tercera vez, Rusia dejó de “ver la imitación de la democracia occidental como una estrategia provisional para que llevase a cabo una reforma institucional en serio o apuntalar los apoyos internos, a base de marginar a los rivales políticos y de poner a prueba la fiabilidad de los funcionarios nacionales” (Krajev; Holmes, 2019, p. 161). Ya antes del nuevo ciclo iniciado en 2011-2012, el Kremlin había denunciado el reconocimiento internacional de la independencia de Kosovo por Occidente como un precedente terrible y que llevaría unos meses más tarde y luego de una nueva guerra con Georgia al reconocimiento ruso de Abjasia y Osetia del Sur (Krajev; Holmes, 2019, pp. 163-164).

En el estilo de gobierno de Putin, es fácil detectar algunas características de la sociedad rural rusa, pues para Mamonova, Putin utiliza el principio de *naïve monarchism* que según la tradición lo percibiría como representando al zar, -protector imparcial y benevolente de la gente común, mientras todos los errores se asignan a los funcionarios- y a su vez como un *muzhik* (un hombre del pueblo). La imagen de Putin como un *muzhik* es realmente popular

³⁶ Mudde; Kaltwasser (2017) definen dos tipos de autoritarismo. El autoritarismo full y el competitivo. El primero se caracteriza por la ausencia de una oposición política y hay una represión sistemática. El segundo se distingue por una “limited contestation but within an uneven political playing field between incumbents and opposition. Competitive authoritarian regimes tolerate the presence of the opposition and conduct elections but the latter are systematically violated in favor of officeholders” (Mudde; Kaltwasser, 2017, 56). El régimen de Putin tiene todas las características del autoritarismo competitivo, aunque con un aumento de la represión a partir de su tercer mandato en 2012 y sobre todo después de la guerra en Ucrania.

entre los productores rurales de alimentos que son también los que defienden un orden patriarcal de dominación³⁷.

Claramente, no todas las apelaciones al pueblo pueden ser consideradas como populismo. Una idealización del pueblo -Müller cita a Bakunin y su expresión "the people is the only source of moral truth... and I have in mind the scoundrel, the dregs, uncontaminated by bourgeois civilization"- no sería obligadamente populismo aunque los narodniki rusos del siglo XIX claramente lo entendieran así. También debería excluirse la representación del common people o los excluidos, aunque incluya una crítica a las élites. Para que un actor político o un movimiento político pueda ser considerado populista, debe cumplirse la norma de que "it must claim that a part of the people is the people and that only the populist authentically identifies and represents this real or true people" (Müller, 2016, pp. 22-23).

Está claro que Putin mantiene su proyecto a perpetuarse en el poder desde diciembre de 1999³⁸, habiendo cumplido dos períodos entre 2000 y 2008. Cuando la constitución no le permitía presentarse a la reelección colocó a uno de sus lugartenientes, Medvedev como presidente y él quedó como primer ministro entre 2008 y 2012. A partir de 2012 cumplió dos períodos, extendidos entonces a 6 años. Ante la imposibilidad de ser reelecto en 2024, hizo modificar la constitución que reseteó los períodos presidenciales. Reelecto en el 2024, puede ser reelecto en el 2030 si así lo desea y continuar en el poder hasta 2036.

Asimismo, cabe destacar que Gabriella Gricius (2019) al ocuparse del régimen de Putin sostiene que el populismo en ese régimen no es oposicional sino sistémico, o sea que la retórica populista se usa para crear divisiones entre diferentes campos, al mismo tiempo que se crean valores y conceptos para atraer a distintos grupos bajo la bandera de Putin.

³⁷ Para Rosanvallon, los regímenes populistas se apoyan en el mismo tipo de electorado que los movimientos de ese nombre. Sus partidarios más firmes provienen del campo o las pequeñas localidades y de zonas industriales declinantes que han sido afectadas por la globalización. Ahora si Putin llegó al poder fue porque pudo extender la retórica populista a otros sectores de la sociedad, particularmente en la exaltación de la fibra nacionalista aún en su expresión bélica (Rosanvallon 2020, p. 86).

³⁸ El Kremlin desarrolló el concepto de democracia imitativa o democracia dirigida. Gleb Pavlovski, tecnólogo político y lugarteniente de Surkov ofrece un panorama claro de los orígenes del concepto. Para Pavlovski, la democracia imitativa fue una respuesta especial al desafío de reproducir la confianza en el seno de una sociedad desmoralizada y rota frente a élites que se habían vuelto multimillonarias. Al examinar encuestas en 1996 (elecciones amañadas que le dieron el triunfo a Yeltsin), Pavlovski se dio cuenta que el dilema autoritarismo-democracia no existía para los votantes rusos. El electorado ruso quería en realidad una mezcla de ambos: un gobierno fuerte que al mismo tiempo respetara la vida privada de los ciudadanos. "El objetivo consistía en dar vida a un régimen político en el que la legitimidad de quienes detentaban el poder no derivase tanto de la habilidad de los gobernantes para representar al pueblo y ofrecer unos resultados palpables como de la imposibilidad de imaginar cualquier alternativa posible al liderazgo dado..." (Krastev; Holmes, 2019, pp. 176-178).

The Russian presidency is used by Putin to maintain control... He is placed in a position above politics... and one is either for or against Putin. (Gricius, 2019).

Para acercarse a la gente, el populismo del régimen ruso usa el concepto de modernización, la transición de una sociedad tradicional a otra moderna, ya que la modernización permite la oportunidad de construir un “people and pit it against an institutional system”. Esto es en clara oposición a las reformas democráticas donde la gente podría opinar sobre el modelo. El populismo ruso separa el espacio político en dos formas diferentes. En una, la gente está separada de la élite, diferenciando a los malos oligarcas del pueblo y de Putin. En la otra, el pueblo ruso está separado de Europa y el mundo por la diferencia de valores. Mientras en Rusia, el populismo usa la retórica de la modernización para su audiencia doméstica, en la esfera internacional, no se aplica la modernización porque se enfocan más sobre los valores, tradiciones rusas y el sentimiento anti-occidental (Gricius, 2019).

Siendo Putin Primer Ministro de Yeltsin en 1999, llegó a conocer muy bien los acuerdos que Yeltsin alcanzó durante su presidencia con los nuevos oligarcas rusos, representantes de la nueva élite, que hicieron su fortuna durante las privatizaciones en los años 90. Al asumir el poder a fines de 1999, se comprometió a no revisar esas privatizaciones pero diseñó una estrategia que le permitiría al estado convertirse en el gestor principal de la economía, con los oligarcas como socios. Teniendo en cuenta la obscenidad que las grandes fortunas - producto de las especulaciones - representaban para la población, en su búsqueda de insertarse en el universo popular, Putin hizo propio ese sentimiento de decepción, fastidio y resentimiento. Aunque sin quebrar pactos, buscó nuevas reglas de convivencia basadas en la adhesión o no de las grandes fortunas a su persona.

En una reunión en el Kremlin en julio de 2000, con los principales empresarios de Rusia, Putin marcó los nuevos objetivos. Entre las reglas, que no se hicieron públicas, la más aplicada fue la que establecía que ningún empresario debería meterse en política salvo para apoyar al partido oficial, Rusia Unida³⁹ o a Putin. Ello explica el hecho que los medios de comunicación que estaban en manos de oligarcas y no se plegaron a la nueva normativa pasaron a ser gerenciados por el estado, por empresas estatales o por medios afines al Kremlin. La presión se extendió también a medios independientes y gradualmente el gobierno logró imponer su punto de vista en las grandes cadenas de TV nacionales y medios gráficos nacionales y empezó con el con-

³⁹ El Kremlin asigna a Rusia Unida el partido oficial, el rol de manejar la retórica nacionalista que estuvo en el pasado en manos de la oposición. Rusia Unida no es un partido político tradicional. Vladimir Gel'man lo define como una creación de grupos en el poder unidos al aparato estatal con el objetivo de participar en el proceso electoral y ganar elecciones. Es en realidad un partido pluri partidario que reúne a un montón de facciones (Laruelle 2009, p. 119).

trol de Internet. Los dueños de empresas de recursos naturales que violaron el principio del acuerdo del 2000 fueron sometidos a toda clase de inspecciones y requisas hasta que el estado se hizo cargo de las empresas (Pomeraniec, 2020, pp. 95-113). La embestida contra los empresarios se puede ver en las fortunas diferentes de tres prominentes oligarcas: Roman Abramovich, Boris Berezovsky y Mikhail Khodorkovsky. Abramovich que amasó su fortuna con el petróleo y el aluminio cumplió las reglas, hizo grandes negocios con el Kremlin y con Putin y no fue afectado. Berezovsky que había apoyado la elección de Putin como premier y presidente se peleó después con Putin por la segunda guerra en Chechenia y fue muy crítico a través de su canal ORT del manejo de la crisis del submarino Kursk en agosto de 2000, tuvo que exilarse y murió en Londres en 2013, en lo que fue clasificado como suicidio. Khodorkovsky, CEO de Yukos y el hombre más rico de Rusia se enfrentó con Putin en 2003 por la compra de Sibneft y sus intenciones políticas, fue arrestado en octubre de 2003 acusado de fraude y evasión de impuestos y fue condenado a prisión. Yukos fue adquirida por la estatal Gazprom, Khodorkovsky fue recién indultado por Putin en 2013 y marchó al exilio (Pomeraniec, 2020, pp. 95-113).

El régimen de Putin no sólo avanzó sobre los medios de los oligarcas sino también sobre los periodistas, la sociedad civil y los partidos de la oposición. En 2001 el gobierno, las empresas estatales o los hombres de negocios amigos se hicieron cargo de los canales de TV privados ORT de Berezovsky y NTV de Gusinsky. Lo mismo sucedió con los principales medios gráficos: Izvestia fue adquirido por Gazprom en 2005, Kommersant en 2006 por Usmanov, empresario ligado al Kremlin y Komsomolskaya Pravda en 2007 fue comprada por el grupo ESN de Berezkin cercano a Gazprom. En octubre de 2006, Anna Politkovskaya, prominente periodista de Novaya Gazeta y especializada en Chechenia apareció muerta en Moscú y el dirigente opositor Boris Nemtsov fue asesinado también en Moscú en febrero de 2015, sólo para mencionar los casos más rutilantes (Torres, 2010; Pomeraniec, 2020, pp. 145-206).

Cabe asimismo recordar que cuando el populismo llega al poder, no existe una oposición legítima. Los populistas si bien aceptan una cierta noción de la representación de la voluntad popular, efectivamente consideran sólo una representación simbólica del real people. Para los populistas, “the people themselves is a fictional entity outside existing democratic procedures, a homogeneous and morally unified body whose alleged will can be played off against actual election results in democracies” (Müller, 2016, p. 27)⁴⁰.

⁴⁰ La noción de *the people* fue estudiada por el jurista alemán Carl Schmitt en el período de entreguerras. Schmitt al igual que el italiano Giovanni Gentile proveyeron el puente conceptual de la democracia hacia la no democracia al decir que el fascismo podía *faithfully realize and instantiate* mejor los ideales democráticos que la misma democracia. Mientras que del lado opuesto, el jurista austriaco Hans Kelsen insistió que la voluntad del parlamento no era la voluntad popular y que algo tan ambiguo como la voluntad popular no se podía discernir, que sólo se podía verificar los resultados de las elecciones y que todo lo demás era una ilusión meta política (Müller, 2016, 27-28).

Como puede observarse, bajo Putin, el Kremlin sólo tolera una competencia superficial, los candidatos opositores con chances son sistemáticamente excluidos de la contienda electoral. Entre 2000 y 2010, las elecciones en Rusia, amañadas, cumplían según Pavlovski el objetivo de mostrar que no había alternativa a Putin. El régimen quería asegurarse que nadie, aunque relativamente débil, tuviera la capacidad de obtener el apoyo popular. “Las elecciones amañadas eran el engranaje que hacía funcionar la maquinaria con la que Putin ejercía y mantenía el poder”. “Las elecciones amañadas también ofrecían una oportunidad periódica al partido que ostentaba el poder -Rusia Unida- de reinventarse”. Las elecciones tenían el objetivo de demostrar la unidad nacional de Rusia, diferenciar entre la oposición leal o sistémica y los enemigos del régimen y también le servían al régimen para “controlarlas y obtener los resultados previstos, de este modo, hacer gala de sus credenciales autoritarias”. “Manipular los comicios también permitía al gobierno emular un poder autoritario que en realidad no poseía, y con ello, reforzar el titubeante control que mantenía sobre el país o, como mínimo, darse un mayor margen de respiro” (Krastev; Holmes, 2019, pp. 180-191).

A partir de 2012, el Kremlin desechó cualquier intento de dar sostén a la legitimidad nacional mediante la imitación de la democracia de estilo occidental. (Krastev; Holmes, 2019, p. 207).

La llamada oposición sistémica está sólo representada por el Partido Comunista, el mal llamado Partido Liberal Democrático y *Just Russia – For Truth* (SRZP) que son funcionales al poder. El gobierno⁴¹ se ha negado a registrar al partido de Aleksei Navalny. En 2021, la Fundación Anti-Corrupción de Navalny fue declarada una organización extremista, impidiéndole participar en las elecciones. Los políticos opositores son objeto de casos criminales fabricados para que no participen en el proceso político. Navalny fue envenenado con un agente tóxico en 2020 y arrestado al regresar a Rusia luego de su internación en Alemania acusado de haber violado su libertad condicional⁴². Nuevas normas legales aprobadas en 2021 impiden a los individuos asociados a organizaciones extremistas de participar en elecciones. También desde 2021, los ciudadanos rusos con una segunda nacionalidad o un permiso de residencia en el exterior o que han sido encontrados culpables de

⁴¹ El texto del artículo utiliza menciones, con traducción libre del autor, que se encuentran en el análisis del Freedom House, Freedom of the World Russia 2023.

⁴² Navalny, en prisión con múltiples sentencias por fraude y falta de respeto a la corte desde 2021, murió en una penitenciaría del Ártico en febrero de 2024.

ofensas criminales o administrativas no pueden participar en el proceso electoral⁴³.

La sociedad civil también se ha visto amenazada por el régimen. En su informe del 2023, Freedom House sostiene:

El gobierno ha perseguido implacablemente a las ONGs, sobre todo a las que trabajan en cuestiones de derechos humanos y gobernanza. Los activistas cívicos son detenidos con frecuencia por motivos políticos. Las autoridades impiden y bloquean el trabajo de las ONGs exigiendo que los grupos que reciben ayuda extranjera y se considera que participan en una "actividad política" ampliamente definida se registren como agentes extranjeros. Esta designación, que gran parte de la opinión pública rusa interpreta como una operación de espionaje extranjero, conlleva onerosos requisitos de registro, obliga a los grupos a etiquetar sus materiales con la etiqueta de "agente extranjero" y les dificulta enormemente la consecución de sus objetivos. Las autoridades pueden designar como agentes extranjeros a personas físicas y prácticamente a todas las entidades jurídicas.

Quienes incumplan la ley se arriesgan a multas o penas de prisión. Unos 31 activistas individuales fueron contabilizados como agentes extranjeros en 2021, mientras que 73 organizaciones figuraban en la lista de agentes extranjeros del Ministerio de Justicia en febrero de 2022. El gobierno ruso continuó restringiendo la actividad de la sociedad civil en 2022. En febrero, el Tribunal Supremo confirmó su decisión de 2021 de cerrar *International Memorial*, la organización matriz del Centro de Derechos Humanos *Memorial* (PTM), por violar la ley sobre agentes extranjeros. La disolución de PTM fue confirmada en abril de 2022 en una sentencia del tribunal de apelación. También en abril de 2022, el Ministerio de Justicia prohibió la entrada en Rusia de 15 ONGs con sede en el extranjero. Mientras tanto, las medidas legislativas que entraron

⁴³ En el régimen de Putin, el poder judicial está al servicio del Kremlin, imponiendo duras penas de prisión a opositores y periodistas, eliminando de hecho la división de poderes. El presidente del Tribunal Constitucional, Valery Zorkin muy cercano a Putin, publicó un artículo en septiembre de 2014 en el cual calificaba de fatídico al proceso de emancipación de la servidumbre decretado por Alejandro II en 1861 al dejar fuera de los conflictos internos a los terratenientes que eran los principales amortiguadores del régimen. Ante el fraude en las elecciones de 2011, Zorkin denunció que Rusia no necesitaba gente que anduviera denunciando vicios sino que trabajara y fuera paciente. También lamentó la revolución de febrero de 1917 que se produjo según Zorkin al haberse perdido el orden canónico establecido. Tampoco le agrada que se proteja a las minorías porque eso atenta contra los intereses de otros sectores de la sociedad (Ingerflom, 2022, pp. 173-177).

en vigor en diciembre de 2022 ampliaron la definición de agente extranjero para incluir a cualquier entidad jurídica. (traducción libre del autor, Freedom House, Freedom of the World Russia 2023).

Volviendo a Müller (2016), cabe recordar que aunque en un primer momento, los líderes populistas tienden a confirmar la expectativa de que son como los demás, en la práctica son lo opuesto de la gente común con la cual se identifican : “The leader correctly discerns what we correctly think, and sometimes he might just think the correct thing a little bit before we do” (Müller, 2016, p. 34). El líder no debe ser necesariamente carismático pero sí tiene que proveer una sensación de conexión directa con *the substance of the people and, even better, with every single individual*. El líder no tiene que encarnar al pueblo pero sí tiene que haber una conexión directa y una identificación. Los populistas siempre quieren eliminar a los intermediarios, ya sea partidos políticos o la prensa (Müller, 2016, pp. 35-36).

Ya hemos hablado de la oposición y la sociedad civil en Rusia. Con respecto a la libertad de prensa, la misma ha seguido deteriorándose desde la llegada de Putin al poder (Rusia es considerado uno de los países más peligrosos del mundo para los periodistas por organizaciones que defienden la libertad de expresión). Existe una extensa lista de las acciones tomadas contra la prensa.

Por ello es interesante a estos efectos detallar los tres últimos reportes disponibles de Freedom House en lo que se refiere a libertad de expresión.

Aunque la Constitución establece la libertad de expresión, las vagas leyes sobre extremismo conceden a las autoridades gran discrecionalidad para reprimir cualquier discurso, organización o actividad que carezca de apoyo oficial. El gobierno controla, directamente o a través de empresas estatales y magnates amigos, todas las cadenas nacionales de televisión y muchos medios radiofónicos y escritos, así como la mayor parte del mercado publicitario de los medios de comunicación. Sigue habiendo un puñado de medios independientes, la mayoría en Internet y algunos con sede en el extranjero. Los pocos que siguen radicados en el país luchan por mantener su independencia de los intereses estatales. La televisión sigue siendo la fuente más popular de noticias, pero su influencia está disminuyendo, sobre todo entre los jóvenes, que confían más en las redes sociales. Las leyes sobre extremismo, agentes extranjeros y organizaciones indeseables se han utilizado para acosar a los medios de comunicación, restringiendo su acceso a la financiación y obligando a muchos a dejar de operar en Rusia.

A finales de 2020, los legisladores ampliaron la ley de agentes extranjeros (2012) para aplicarla a particulares y organizaciones informales. En 2021, las autoridades tomaron medidas energéticas contra los periodistas que informaban sobre actos de protesta, por ejemplo deteniendo a redactores del periódico

Doxa, dirigido por estudiantes. También a lo largo del año 2021, varios destacados medios de comunicación independientes fueron declarados agentes extranjeros, entre ellos Meduza, VTimes, Dozhd, OVD-Info, Mediazona e iStories. Roskomnadzor, la agencia federal de medios de comunicación y telecomunicaciones, exigió a varios medios que suprimieran los informes del medio de investigación Proekt, declarado organización indeseable en julio de 2021. Una serie de nuevas leyes que entraron en vigor en 2020 obligan a las redes sociales a retirar contenidos "ilegales", multan a los sitios web que no bloquean contenidos ilegales y aplican penas de prisión por "difamación" en línea, entre otras disposiciones. En las semanas siguientes a la introducción de estas leyes, Roskomnadzor emitió advertencias y multas a TikTok, VKontakte, Odnoklasniki, YouTube, Twitter, Facebook e Instagram por no bloquear publicaciones que supuestamente animaban a menores a participar en protestas. En diciembre de 2021, un tribunal multó a Google con 100 millones de dólares por no eliminar contenidos prohibidos. También se ha multado y encarcelado a activistas por promover presuntamente contenidos extremistas en las redes sociales" (traducción libre del autor, Freedom House, Freedom of the World Russia 2022).

Freedom House en el informe publicado en 2023 dice:

Al comenzar la guerra contra Ucrania en febrero de 2022, Roskomnadzor dio instrucciones a los medios de comunicación para que sólo utilizaran las actualizaciones del Ministerio de Defensa y se abstuvieran de emplear palabras como "guerra" o "invasión" al hablar de ella. El gobierno también empezó a restringir el acceso a una amplia variedad de sitios web, incluidos los de medios de noticias nacionales y extranjeros. Ekho de Moscú, uno de los pocos medios de comunicación independientes que quedaban en Rusia, cerró ese mes después de que Roskomnadzor lo acusara de compartir noticias "deliberadamente falsas". Ese mismo mes, tras recibir una advertencia de Roskomnadzor, Novaya Gazeta dijo que suspendería sus operaciones. En septiembre de 2022 le retiraron la licencia de prensa. En noviembre de 2022, los sitios web de 175 medios nacionales y cientos de extranjeros estaban bloqueados. Una serie de leyes obliga a las redes sociales a retirar contenidos "ilegales", multa a los sitios web que no los bloquean y aplica penas de prisión por "difamación" en línea, entre otras disposiciones. En marzo de 2022, Roskomnadzor bloqueó el acceso a Facebook, alegando que discriminaba a los medios de comunicación rusos. Instagram también fue bloqueado ese mes, después de que las autoridades dijeran que albergaba contenidos extremistas. En virtud de las revisiones del Código Penal aprobadas en marzo de 2022, la difusión de "noticias falsas" sobre el ejército ruso puede castigarse con penas de hasta 15 años de

prisión” (traducción libre del autor, Freedom House, Freedom of the World Russia 2023).

Y en su informe publicado en 2024, Freedom House afirma:

La represión se ha extendido también a los periodistas extranjeros. En marzo de 2023, las autoridades detuvieron a Evan Gershkovich, corresponsal del Wall Street Journal y ciudadano estadounidense, por presunto espionaje. A finales de año seguía detenido. En octubre, Alsu Kurmasheva, periodista residente en Praga de Radio Free Europe/Radio Liberty y ciudadana estadounidense y rusa, fue detenida por no registrarse como agente extranjera. En diciembre, se la acusó además de difundir información "falsa" sobre el ejército ruso” (traducción libre del autor, Freedom House, Freedom of the World Russia 2024).

Otro punto interesante a manifestar es el estrecho apoyo de Putin a los movimientos de extrema derecha en Europa. Sin embargo, Rusia ciertamente no es la causa del surgimiento del populismo en Europa, no creó los partidos populistas europeos y no es la razón por la cual éstos han ganado apoyo (Oliker, 2017).

Finalmente, se puede recordar que el populismo se manifiesta de manera diferente según las condiciones del contexto y sus características varían según la necesidad de los actores (sean de derecha o izquierda) o del sistema político (democrático o autoritario). Khalimzoda (2021) también sostiene que el populismo ruso es usado tanto por el gobierno como por la oposición y que los medios de prensa rusos se valen del mismo no para movilizar sino para despolitizar a la población y sacar a la política del discurso público cuando el poder se siente amenazado.

Para matizar, March (2023) sostiene que la caracterización del régimen ruso como populista es engañosa, porque las semejanzas con el populismo son estilísticas ya que el populismo sólo captura parcialmente algunas de las características del variado estilo de dirigencia de Putin. A diferencia de otros líderes populistas, Putin busca reforzar la centralidad del estado y verbaliza la actitud paternalista de las autoridades, por lo que según March la definición del régimen como populista es parcial.

El nacionalismo en el régimen de Putin

Laruelle (2019) define el nacionalismo en tanto contenido y forma. Como contenido, el nacionalismo es una ideología que promueve los intereses de una nación particular, los cuales pueden ser definidos de múltiples maneras. Entre las más frecuentes, el territorio de la nación debe corresponderse con el del estado y la nación debe gobernarse a sí misma y proteger su identidad. “With such a definition, nationalism can include movements that contest the status quo by claiming that these two conditions are not met, on the one hand, and state initiatives that consolidate statehood by merging it with nationhood on

the other". En el caso de Rusia, estas dos tendencias existen en paralelo y en ocasiones se cruzan (Laruelle, 2019, p. 8).

En cuanto a la forma, para Laruelle el nacionalismo puede ser una doctrina, un movimiento político que busca ciertos cambios o una ideología estatal. Como doctrina, el nacionalismo en Rusia siempre ha tomado la noción de la idea rusa (*rusaskaia ideia*), término que se refiere a los debates del siglo XIX y comienzos del siglo XX los cuales se centran en la idea de que la esencia de la nación rusa puede ser caracterizada por ciertos elementos como mesianismo, ortodoxia y una armonía o comunidad (*sobornost*). Este concepto de la idea rusa y la misión de la nación rusa se ha expandido para incluir a todos los debates sobre la identidad nacional desde los eslavófilos de los años 1830 hasta el presente.

Como movimiento político, el nacionalismo aspira a algo que desea alcanzar, ya sea por procesos democráticos o a través de la violencia revolucionaria y se apoya en elementos ideológicos y en su potencial para movilizar al pueblo. En el caso ruso, la combinación de doctrinas y acciones no ha sido fácil de encontrar. No obstante, es posible identificar algunos nichos y mecanismos para la movilización en nombre del nacionalismo ruso. Para Laruelle, el nacionalismo puede ser una ideología estatal que muchos suelen mezclar con procesos de nationhood, un error en su opinión. Laruelle estudia el nacionalismo desde el punto de vista de la doctrina y del movimiento y lo ve en el caso de Rusia como un grassroot trend, no necesariamente promovido por el estado. En su opinión, el estado ruso no puede ser definido como nacionalista aunque trata de estructurar el proceso de nationhood, y su panteón simbólico, juega con el concepto de nación y promueve el rol de Rusia como gran potencia en la escena internacional (Laruelle, 2019, p. 9)⁴⁴.

Según Laruelle (2024), es posible identificar tres características de la construcción ideológica rusa. La primera es que ha evolucionado a lo largo del tiempo. Pueden distinguirse tres eras: un putinismo temprano (2000-2008) liberal-conservador, un putinismo tardío (2012-2022) más conservador, agresivo y aislacionista y el putinismo de guerra desde la invasión a Ucrania en 2022. Este putinismo de guerra está relacionado con la reforma constitucional de 2020

⁴⁴ En una exhibición en 2009 en San Petersburgo de la Sociedad Geográfica Rusa, Putin entonces Primer Ministro explícitamente hizo un link entre la grandeza de Rusia como estado y como cultura al tamaño de su territorio: "When we say great, a great country, a great state – certainly, size matters... When there is no size, there is no influence, no meaning" Para Putin, el tamaño es importante, es imposible para Rusia ser una potencia sin tener influencia en la escena internacional (Laruelle, 2019, p. 37).

(que permitió la reelección de Putin en 2024) -la cual incorporó una versión actualizada de la fórmula “Ortodoxia, Autocracia, Nacionalidad”⁴⁵- los discursos de Putin sobre la Segunda Guerra en 2020 y la unidad de rusos y ucranianos de 2021.

La segunda característica refiere a la necesidad del régimen de tener en cuenta las preferencias de la sociedad rusa. Mientras el estado ruso ha mostrado una atracción por Rusia como centro neurálgico de Eurasia y ha promovido asociaciones estratégicas como la Unión Económica Euroasiática, los rusos son mayormente xenófobos. La tercera apunta a la flexibilidad del régimen que es un conglomerado de opiniones no siempre uniformes.

Hasta la invasión de Ucrania en 2022, el régimen no estaba convencido de impulsar una ideología oficial, ya que ésta está prohibida por la constitución. Sin embargo desde entonces un grupo importante de funcionarios promueve la reforma de la constitución y la adopción de una ideología oficial. Por ello es importante analizar el concepto de la ideología en la interpretación del régimen. Lo primero que se debe estudiar son los elementos claves de la visión global y sus valores: 1) la caída de la URSS en 1991 fue una traición de la élite y de Occidente y no se debe repetir, 2) Rusia debe ser reconocida como una gran potencia y 3) el estado representa a la nación rusa y la sociedad debe acompañarlo. Lo segundo son las narrativas estratégicas que definen la visión global y los valores de la sociedad rusa en un momento determinado.

En primer orden, Rusia como una civilización y estado; por mucho tiempo el Kremlin presentó a Rusia como perteneciendo a Europa y compartiendo su cultura, aunque con un desarrollo propio. En la actualidad se presenta a Rusia como “la Europa verdadera”, preservada de los castigos de la occidentalización y el liberalismo y como una civilización por derecho propio. El discurso oficial no se basa en el etno-nacionalismo, sino en el pluralismo étnico y religioso que hace a la identidad cultural rusa. El argumento de la civilización ha sido desarrollado en base al destino común de los pueblos que habitan el territorio ruso y ha llevado a la rehabilitación de la Rusia imperial y en su última expresión al irredentismo ruso manifestado con la invasión a Ucrania en 2022.

En segundo orden, el lenguaje de la civilización rusa lleva a la promoción del conservadurismo que ve a Rusia como el último bastión de razón y estabilidad frente a un Occidente decadente. En tercer orden, la idea de Rusia como

⁴⁵ El discurso nacionalista estatal ruso está directamente inspirado del famoso tríptico: “Ortodoxia, Autocracia, Nacionalidad” que fue formulado por Sergei Uvarov ministro de Educación durante el reinado de Nicolás I (1825-1855) que definió la doctrina del régimen zarista con un marcado carácter conservador en las áreas referidas a la política, la nación y la religión. O sea ortodoxia y autocracia íntimamente ligados como base de la existencia de Rusia y el concepto de nacionalidad (narodnost) como una necesidad para que Rusia siga su propio camino y luche contra la influencia extranjera (Laruelle, 2009, pp. 198-199).

defensora de los valores tradicionales, lo que ha llevado a la adopción de un código cultural abiertamente anti-LGBT+, que alcanzó un nuevo nivel con la decisión en 2023 de prohibir al movimiento LGBT+ internacional por extremista. En cuarto orden, Rusia como potencia anti-fascista ejemplificado con el culto a la victoria soviética frente al nazismo en la Segunda Guerra, llamada la Gran Guerra Patriótica. Y por último el rol de Rusia como líder en la lucha anti-colonial, que une la tradición intelectual eslavófila del siglo XIX la cual declaraba que Rusia había sido colonizada por Europa, el discurso anti-imperialista soviético y su variante actual de transformar a Rusia en líder del movimiento anti-colonial y campeona de los intereses del Sur Global (Laruelle, 2024).

Lo tercero que se debe estudiar en el análisis de la ideología es la búsqueda de una mayor coherencia, que se logra después de la invasión a Ucrania en la unificación de dos líneas discursivas distintas: a) Rusia como estado y civilización, la continuidad de los mil años de historia, su multinacionalidad, su geografía (el país más grande del mundo) y su destino euroasiático y ruso y b) la legitimidad que la victoria en la Segunda Guerra le dio a Rusia de dirigir un nuevo orden multipolar sin influencia occidental. Esto se logra sin dejar de lado la búsqueda de los valores tradicionales que engloban el ideal conservador como componente de la identidad *state-civilizational* rusa y como una forma de *soft power* contra la influencia de Occidente. Como bien nota Laruelle, hay aquí contradicciones al mezclar las nociones eurasiánista y *Russian World notion*, ya que la primera es imperial y la segunda etno-céntrica, aunque las mismas se ven superpuestas por el *state-centrism* que permite al estado ruso asumir varias identidades según las audiencias (Laruelle 2024).

Lo cuarto es que para llevar adelante esta construcción ideológica, el Kremlin debe usar construcciones intelectuales sofisticadas por fuera de la Administración Presidencial que funcionan independientemente del poder, con argumentos a veces integrados en la narrativa oficial, a veces flotando alrededor y a veces rechazados. Entre estas construcciones se pueden identificar las siguientes: 1) la Iglesia Ortodoxa rusa y los Islamic Muftiates (oficinas de los muftis o líderes religiosos islámicos) que apoyan la ideología estatal pero son independientes del poder. Tanto la Iglesia como los Muftiates son más conservadores que el estado, la iglesia es más crítica del ateísmo soviético y más etno-nacionalista y los Muftiates están interesados en la promoción de la identidad islámica y las identidades locales; 2) el partido Comunista; el Kremlin ha incorporado a su constelación varios componentes de la tradición comunista como la justicia social y una visión ruso céntrica de la doctrina soviética;

3) intelectuales como Alexander Dugin⁴⁶ y Alexander Prokhanov⁴⁷, los jóvenes conservadores, la escuela monárquica o blanca⁴⁸ y el patriotismo “Z” formado por *military bloggers* vinculados al ministerio de Defensa pero independientes de él, de carácter populista y que denuncian a las élites por su corrupción y falta de interés en la defensa de Rusia (Laruelle, 2024).

Desde el comienzo de los años 2000, la meta narrativa eurasianista ha sufrido cambios y está siendo utilizada como una nueva visión de Rusia y sus vecinos, como unidad cultural en el espacio post-soviético. Una versión más limitada del eurasianismo fue adoptada por la Administración Presidencial de Rusia para legitimar al régimen de Putin en la nostalgia del pasado soviético que es aún popular entre varios segmentos de la población. El anuncio del régimen de Putin en 2011 de crear una Unión Económica Euroasiática luego concretado puede ser visto como un paso en esa dirección y las referencias a Eurasia pueden ser vistas como parte del *mainstream* ideológico del putinismo (Laruelle, 2019, p. 40). Si bien en Occidente muchos consideran a Dugin el gurú de Putin, es importante aclarar que tiene poco acceso a Putin directamente y a los altos niveles de la Administración Presidencial de Rusia, aunque conserva nichos de influencia en la cercanía del Kremlin. Debe reconocérsele que si bien Dugin contribuyó al crecimiento de la idea de Eurasia como sinónimo de la grandeza de Rusia a nivel regional e internacional, el concepto ha sido apropiado por la Administración Presidencial Rusa sin que Dugin reciba ningún beneficio específico (Laruelle, 2019, p. 119).

En comparación con otras experiencias nacionalistas en la Rusia post-soviética de crear nuevos frentes, el Club Isborskii ofrece una experiencia particular por varias razones: a) desde mediados de la primera década del siglo XXI, las autoridades rusas han tratado de reducir el financiamiento occidental en la educación superior rusa promoviendo una sociedad civil patriótica, en

⁴⁶ Ha de destacarse el rol del eurasianismo en la narrativa nacionalista rusa teniendo como uno de sus principales exponentes a Alexander Dugin – que expresó en 1997, en sus *The Basics of Geopolitics* que Eurasia y Rusia como su corazón son el staging area de una nueva revolución anti burguesa y anti norteamericana, que el nuevo imperio euroasiático será construido sobre el principio fundamental de rechazo a un enemigo común (el atlanticismo), de rechazo al control estratégico de los Estados Unidos y a que sea la base de una nueva unión estratégica que restaure el rol de gran potencia de Rusia (Laruelle, 2019, pp. 40-48). Dugin siempre se opuso a la independencia de Ucrania (Laruelle, 2019, p. 40).

⁴⁷ Prokhanov fue el fundador del Izborskii Club en 2012. El club es considerado un símbolo del endurecimiento ideológico del régimen de Putin durante su tercer mandato (2012-8). El club sostiene que la caída del zarismo en febrero de 1917 y de la Unión Soviética en diciembre de 1991 son las dos grandes catástrofes rusas del siglo XX.

⁴⁸ Ésta última se inspira en Ilyn. Muchos investigadores sostienen que el filósofo que más ha influenciado a Putin es Ivan Ilyn (1883-1954), un jurista, y filósofo político que se exilió después de la revolución de octubre de 1917. Ilyn propuso una forma patriarcal de gobierno para Rusia basado en la ortodoxia y en la fe en el zar (autócrata no tirano).

consecuencia una nueva serie de fundaciones emergió sostenida por los oligarcas para reemplazar el financiamiento extranjero, esta nueva modalidad afectó también a los think-tanks y muchos de ellos pasaron a ocupar un espacio ideológico cercano al Kremlin entre ellos el Izborskii; b) la tercera presidencia de Putin ha sido catalogada como el momento conservador con el Kremlin erigiéndose, especialmente luego de las protestas de Bolotnaya en Moscú en 2011-2, en el defensor de los derechos tradicionales: familia heterosexual (en contra de los derechos de la comunidad LGBT+), énfasis en familias grandes, lucha contra el alcoholismo, respeto por los mayores, entre otros y el Izborskii ha cumplido un rol de liderazgo en estas nuevas luchas; c) el rol de Surkov y su relación con el club, ya que su visión negativa (de Surkov) de la nostalgia soviética, ha sido denunciada como occidentalista por el Izborskii. El Club puede ser considerado parte de la oposición sistémica al régimen ya que desearía el desarrollo de una nueva ideología oficial más cercana a los valores tradicionales. El Club se ha transformado en un importante centro de los debates ideológicos en la Rusia de Putin sobre todo en temas como una lectura conspirativa de la geopolítica, la guerra cibernética, la posición de Rusia en una economía globalizada, etc (Laruelle, 2019, pp. 134-147).

The reforms implemented by Putin constituted a textbook case of how theories on the nature of Russia's post-Soviet regime – undemocratic, illiberal, authoritarian, patronal and so on – have intersected with nationalism, sometimes from the perspective of ethnic policies, but more often to frame Russia's authoritarian curse and the revival of nationalism as mutually reinforcing dynamics" (Laruelle, 2019, p. 3).

El concepto ruso del estado en el régimen de Putin

Ingerflom analiza que el término ruso *gosudar* era uno de los títulos más comunes del zar y significaba amo. La palabra Estado en ruso se traduce como *gosudartsvo* lo que significa literalmente: el dominio del amo (Ingerflom, 2022, p. 11).

En la historia de Rusia hay siempre una mención a la palabra "Estado ruso", tanto en la dialéctica constante de la dirigencia rusa como en Putin. Todo está subordinado a mostrar la continuidad del "Estado ruso" desde el siglo X hasta ahora. La fidelidad personal de Putin a esa tradición está demostrada ya que, según Putin, lo que está en juego es "el destino, la misión del Estado ruso en el mundo". Obviamente esa fidelidad es global. Rusia se propone en la actualidad sustituir a Occidente en su papel hegemónico.

Por tanto, siguiendo a Ingerflom, es importante estudiar el origen de la palabra en ruso ya que estado tiene distintos significados a lo largo de la historia (Ingerflom, 2022, pp. 17-22). Con relación al término *gosudarstvo* -en ruso y su significado, Ingerflom refuta las afirmaciones de la historiografía rusa desde mediados del siglo XIX de que Pedro I había establecido un estado moderno y convertido en norma el juramento de lealtad al estado diferente del que se prestaba al soberano. Ingerflom concluye que en los juramentos y reglamentos

de 1710, 1711, 1716, 1720, 1721 y 1722, Pedro I elimina la palabra *gosudarstvo* o la coloca como posesivo del *gosudar*. Aún más, el estatuto de 1721 de los magistrados, llama (a los magistrados) esclavos (*raby*) aunque no lo eran o siervos (*-slugi*) o súbditos (*poddannye*). En 1722, Pedro I cambió las leyes de sucesión, la principal ley fundamental de Rusia, permitiendo a cada monarca nombrar a su sucesor, sin hacer mención a la palabra *gosudarstvo*. En el Reglamento General de 1720 que sirvió de fórmula para los juramentos de Catalina I, Pedro II, Anna y los monarcas subsiguientes, la palabra *gosudarstvo* no estaba presente. Para Ingerflom, la pregunta clave es no saber si el *gosudar* y el *gosudartsvo* eran distintos, sino conocer la relación entre ambos. Es clara la concepción patrimonialista del estado que tenía Pedro I. Ingerflom cita una conversación entre Pedro I y el embajador danés von Westphalen, en la que el embajador danés hace referencia al hecho de que Pedro I consideraba a Rusia como su propiedad personal. Estos hechos se vieron confirmados cuando Pedro I excluyó a su hijo Alexis de la sucesión en 1718. El historiador Simon Dixon concluye que la ley de sucesión de 1722 muestra que el zar veía al estado como su propiedad para disponer de él como le conviniera. Ingerflom continúa para sostener que durante el reinado de Pedro I, su régimen lleva la marca de la religiosidad, el patrimonialismo y el carácter personal del ejercicio del poder, que son típicos de la autocracia (Ingerflom, 2022, pp. 77-94).

Esta concepción patrimonialista del estado se mantuvo hasta la revolución de febrero de 1917. Es interesante notar que como cita Ingerflom, durante la revolución de 1905 que obligó al zar a hacer concesiones, uno de los grandes duques le señaló que no tenía derecho a hacerlo ya que Rusia pertenecía a toda la familia imperial. Para el jurista e historiador del derecho Boris Chicherin, Rusia no era un estado en 1906, luego de la revolución de 1905 y la primera constitución de abril de 1906. Para Chicherin aún no estaban dadas las condiciones porque si bien la despersonalización del poder era necesaria, era insuficiente para que este cuerpo institucional y jurídico se transformara en un estado ya que faltaba la soberanía popular (Ingerflom, 2022).

A modo de anécdota, Ingerflom resalta los antecedentes soviéticos de la fidelidad a la historia y cuenta que Stalin recibió en el Kremlin al famoso director de cine Eisenstein que estaba haciendo una película sobre Iván IV el Terrible. Stalin le reprochó a Eisenstein y al actor Cherkasov -que actuaba como Iván IV en el cine-, que representaran a su ejército como si fuera el Ku-Klux-Klan, ya que había sido un ejército progresista, pues Iván IV había fortalecido el estado. Stalin criticó a Pedro I el Grande ya que había abierto demasiado las puertas en su opinión y se mostró favorable a una secuencia del film sobre Iván IV que mostrara al verdadero zar. Stalin recordó su reproche al escritor Bedni y dijo: “Él ha olvidado la relación con sus antepasados. El vínculo con nuestros antepasados debe conservarse, no podemos tirar la historia por la borda”. En la Rusia de hoy, la Iglesia Ortodoxa y altas esferas del gobierno descalifican el trabajo de los historiadores, justifican las matanzas de Iván IV y ponen en duda su crueldad (Ingerflom, 2022, p. 50).

En las últimas décadas, ha habido de parte del Kremlin una referencia al origen milenario del estado. Esa condición milenaria fue la defendida por los dirigentes rusos para anexar Crimea en 2014 e invadir Ucrania en 2022. Ya en

su manifiesto del Milenio de 1999, Putin había expresado la importancia que tiene para Rusia su carácter de potencia, cualidad que se ve presentada en una nueva idea, que llama “idea panrusa” (*Rossiiskaia ideia*) ya que el destino de Rusia es ser una potencia-líder (Ingerflom, 2022, pp. 143-157).

Para Ingerflom, el estudio de la genealogía de la gubernamentalidad rusa desde sus orígenes hasta la actualidad muestra que en el caso ruso no corresponde a la “peripezia” (Foucault) de la gubernamentalidad que llamamos estado. En la experiencia rusa, hay que mencionar tres características. Primero: la fidelidad en los hechos al significado original del término gosudarstvo porque manifiesta aún hoy la posibilidad de que el poder puede disponer de la propiedad de cualquiera de los ciudadanos. Segundo, la dimensión unipersonal del gobierno, es el rol de timonel o déspota que se mantiene en referencia al jefe del estado. Tercero es la legitimidad trascendente de la conducta política de los soberanos que reconocen tres fuentes: el más allá, el destino histórico y la ciencia. O en palabras de Ingerflom:

Sin embargo, incluso una esencia, un destino deben ser explicados. Entonces como tantas otras veces bajo diferentes cielos, se fabrica una historia que tiene poco que ver con los conocimientos adquiridos durante siglos de acumulación erudita y constantemente revisados según reglas científicas. La continuidad, partiendo desde lo más lejos posible, y la indivisibilidad de la historia del país y de su estado son imaginadas y propuestas como versión oficial. Cuestionarla e impugnarla tiene consecuencias prácticas muy desagradables, es un eufemismo, para los que osan hacerlo” (Ingerflom, 2022, pp. 205-207).

Conclusiones

Como mencionáramos al inicio se ha podido observar que están interconectados y se retroalimentan los tres conceptos expresados: populismo, nacionalismo y el concepto ruso del estado.

Primero, el populismo autoritario del régimen de Putin que fomenta la despolitización de la sociedad rusa. Segundo, un nacionalismo conservador cooptado y manipulado por el estado ruso que tiene sus orígenes en la concepción zarista enunciada por Uvarov durante el reinado de Nicolas I y que mantiene su plena vigencia hoy. La línea nacionalista sigue siendo la definición actual, acentuada a partir de la invasión a Ucrania en 2022, independientemente de que desde que Putin alcanzara el poder en 1999 haya habido acercamientos y alejamientos a Occidente, y que el estado se defina como

multinacional, Tercero, una concepción patrimonialista del estado que se remonta a la historia rusa, a la dimensión unipersonal de su gobierno y a la conducta política de sus gobernantes legitimada por la historia milenaria de Rusia y la misión de conducir el mundo según la idea panrusa del régimen.

El régimen de Putin sigue viendo según la tradición histórica al “Estado ruso” como la propiedad personal del *gosudar*, pudiendo disponer a su antojo de la vida y la propiedad de sus ciudadanos amparados por la ley. Está plenamente latente la idea panrusa que se ha manifestado desde el comienzo de la presidencia de Putin y se ha reforzado desde la anexión de Crimea, junto con los intentos separatistas en el Donbass apoyados por Rusia en 2014 y la invasión a Ucrania en febrero de 2022. Rusia (Gran Rusia) considera que tiene el derecho histórico a controlar a los pueblos vecinos en especial a Belarus (Rusia Blanca) y a Ucrania (Pequeña Rusia) con la idea de recrear en su *core* el imperio de los zares y tratar de imponer al mundo una nueva versión del orden hegemónico, tal como lo han manifestado muchos funcionarios desde el comienzo de la actual guerra en 2022.

Referencias

FAULCONBRIDGE, Guy; LIGHT, Felix. "Putin foe Navalny dies in jail, West holds Russia responsible", *Reuters*. february 16, 2024.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World Russia. 2024. <https://freedom-house.org/country/russia>

GRICIUS, Gabriella. "The Consequence of Russian Populism", *Security and Peace*, 37, (1), 2019.

INGERFLOM, Claudio S. *El dominio del Amo, El Estado ruso, la guerra con Ucrania y el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2022.

KHALIMZODA, Ilkhom. "The Contours of Populism in Russia: An Elite Strategy to Preserve the Status Quo", *European Center for Populism Studies*, September 4, 2021 <https://www.populismstudies.org/the-contours-of-populism-in-russia-an-elite-strategy-to-preserve-the-status-quo/>

KRASTEV, Ivan; HOLMES, Stephen. *La Luz que se apaga. Cómo Occidente ganó la guerra fría pero perdió la paz*, Barcelona: (Penguin), 2019.

LARUELLE, Marlène. *In the Name of the Nation, Nationalism and Politics in Contemporary Russia*, New York: Palgrave Macmillan, 2009.

_____. *Russian Nationalism, Imaginaries, Doctrines, and Political Battlefields*, Abingdon, Oxon: Routledge, 2019

_____. "Russia's Ideological Construction in the Context of the War in Ukraine", *Russie Eurasie. Reports*, Ifri 46, Marzo 2024.

MANONOVA, Natalia. "Vladimir Putin and the rural roots of authoritarian populism in Russia", *Open Democracy*. 3 april, 2018.

MARCH, Luke. "Putin: populist, anti-populist, or pseudo-populist?", *Journal of Political Ideologies*, sept. 2023, pp. 1-23.

MUDDE, Cas; KALTWASSER Cristóbal Rovira. *Populism, A Very Short Introduction*, Oxford: Oxford University Press, 2017.

MÜLLER, Jan-Werner. *What is Populism?*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

OLIKER, Olga. "Is Putinism a Thing? Putinism, Populism and the Defence of Liberal Democracy", *Survival*, 59 (1), 2017, pp. 7-24.

POMERANIEC, Hide. *Rusos de Putin, Postales de una era de orgullo nacional y poder implacable*, Buenos Aires: Paidós, 2020.

ROSANVALLON, Pierre. *El Siglo del Populismo, Historia, teoría, crítica*, Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2020.

TORRES, Ricardo. *Medios, Marco Regulatorio y Libertad de Prensa en Rusia*, Buenos Aires: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Artículos y Testimonios n° 63, 2010.

CAPÍTULO 6

O VENENO OU O ANTÍDOTO? DEMOCRACIA LIBERAL, POPULISMO E A AMEAÇA AO SISTEMA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Gustavo Santana

Introdução

A ascensão de líderes e movimentos populistas excludentes, especialmente associados à extrema direita, se tornou um dos principais fenômenos da política internacional na última década. Essas lideranças carregam, como parte de seus discursos e práticas, uma ameaça a preceitos básicos da dignidade humana, em especial ao sistema universal de proteção aos direitos humanos – uma das principais conquistas da ordem liberal internacional construída no século XX. Como exemplos desse comportamento, o governo de Donald Trump nos Estados Unidos deixou o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2018, enquanto Jair Bolsonaro, no Brasil, chegou a afirmar que “quanto mais direitos humanos, mais violência contra o cidadão de bem”.⁴⁹

Ao mesmo tempo em que tais movimentos populistas representam uma clara ameaça aos valores associados ao que se entende por democracia liberal, há um crescente debate acadêmico em torno da relação entre tal conceito e o de populismo. Seria o populismo um efeito colateral da democracia liberal? Ou seria o aprofundamento desta a solução para frear a ascensão populista? Afinal, seria a democracia liberal o veneno ou o antídoto em relação à ameaça populista?

⁴⁹ Post no Facebook em 3 de janeiro de 2017, contendo fala do então-deputado federal na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil.

A partir disso, o objetivo deste capítulo é analisar as ameaças ao regime internacional de direitos humanos encabeçadas pela ascensão de lideranças populistas na última década como ilustração da relação umbilical entre os conceitos de populismo e democracia liberal. No capítulo, adoto uma abordagem crítica, analisando uma ampla gama de fontes qualitativas e quantitativas, incluindo revisão de literatura acadêmica e documentos oficiais de organizações internacionais, bem como fontes primárias, por exemplo, relatórios de órgãos internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONGs), e a base de dados Varieties of Democracy (V-Dem). O estudo se baseia em uma análise interpretativa dessas fontes para compreender os desafios enfrentados pela democracia liberal diante da ascensão do populismo. A maior parte desta bibliografia tende a concordar que a solução – ou o antídoto – para lidar com a ameaça populista está no aprofundamento da democracia liberal moderna criada pelo Iluminismo. Entretanto, meu argumento, acompanhado por autores mais críticos como Arjan Appadurai e Pankaj Mishra, é que a democracia liberal e suas falhas e desigualdades são também parte dos problemas – ou, como afirmo “o veneno” – e justamente o que causou o surgimento desses líderes populistas representando a insatisfação popular com a democracia liberal.

Essa discussão será desenvolvida em três seções principais, além dessa introdução e de uma breve conclusão. Na primeira seção, realizo uma discussão conceitual acerca dos diferentes entendimentos do que é o populismo e sua relação com a democracia liberal. Na segunda seção, discuto os efeitos dessa relação no sistema internacional de direitos humanos. Por fim, na terceira seção problematizo as possíveis soluções para esse problema, analisando as falhas estruturais do sistema internacional e suas perspectivas futuras.

O Veneno: Populismo e Democracia Liberal

Nicola Matteucci (1998) argumenta que a história do liberalismo está profundamente interligada à da democracia, dificultando a distinção entre o que é liberal e democrático nas democracias liberais contemporâneas. Contudo, essa distinção é necessária do ponto de vista teórico, pois o liberalismo é o critério que diferencia a democracia liberal das formas não liberais, como as democracias plebiscitárias, populistas e totalitárias. O liberalismo se manifestou de maneiras diversas em diferentes países ao longo da história, sendo um fenômeno histórico da Idade Moderna centrado na Europa, mas também influente em regiões como Austrália, América Latina, Índia e Japão.

O termo “liberal” é ambíguo e varia conforme o contexto. Existe o liberalismo jurídico, focado na organização estatal para garantir direitos individuais, muitas vezes transformando suas soluções em fins absolutos. Há também o liberalismo político, que busca promover inovações sem revoluções, equilibrando conservação e inovação. Por fim, o liberalismo econômico, que defende a não-intervenção do Estado no mercado interno e em suas relações com o comércio internacional (Matteucci, 1998).

Neste capítulo, porém, pretende-se discutir o conceito de democracia liberal,

a ser aqui definido. Originada do liberalismo jurídico e político, a democracia liberal foi moldada por ideias centrais desenvolvidas por filósofos do Iluminismo, como John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Montesquieu.

Robert Dahl (1998) define democracia como um processo de governança onde todos os membros têm oportunidades iguais e eficazes de participar nas decisões sobre políticas da associação. Isso inclui participação efetiva antes da adoção de políticas, igualdade de voto no momento decisório, entendimento esclarecido sobre as opções políticas, controle conjunto da agenda e inclusão plena de adultos residentes. Este modelo democrático permite que as políticas sejam continuamente abertas à mudança pelos membros, refletindo um compromisso com a igualdade política e a participação significativa de todos os cidadãos.

Para perspectivas críticas, especialmente aquelas influenciadas pelo marxismo, a democracia liberal é vista como um sistema político que preserva e perpetua as desigualdades econômicas e sociais existentes, ao mesmo tempo em que promove a ilusão de igualdade política e participação democrática. Ellen Meiksins Wood (1995), por exemplo, discute como a democracia liberal, ao preservar as estruturas econômicas capitalistas, falha em promover uma verdadeira igualdade política e social. Wood argumenta que a democracia liberal não consegue resolver as desigualdades fundamentais de classe, mas sim as reproduz, mantendo assim uma ordem social que beneficia predominantemente os interesses da classe dominante.

Por outro lado, o populismo é um dos conceitos políticos mais controversos e debatidos por estudiosos da política internacional recentemente. Ao longo das últimas décadas, o termo tem ganhado destaque nos discursos políticos e na mídia, frequentemente associado a líderes carismáticos e movimentos que buscam mobilizar as massas em torno de demandas populares. No entanto, compreender o populismo não é uma tarefa simples, pois sua definição e interpretação variam amplamente. Neste capítulo, se explorará as diferentes abordagens teóricas recentes sobre o fenômeno, para questionar suas características e impactos na democracia liberal contemporânea.

Uma das primeiras obras sobre o conceito de populismo nas Ciências Sociais é “Populism: Its Meanings and National Characteristics” escrito por Ghita Ionescu e o Ernest Gellner. No livro, os autores identificam algumas questões para conceitualizar o populismo. Primeiro, buscam entender se é um conceito unitário adaptável a várias realidades. Além disso, questionam se o populismo seria uma mentalidade recorrente que aparece em diferentes contextos históricos e geográficos. Outro ponto de debate é se o populismo pode ser identificado em termos de psicologia política, e, finalmente, Ionescu e Gellner afirmam que o populismo venera o povo, especialmente as camadas mais pobres e assim tenderia a ser absorvido por ideologias políticas mais fortes, como o nacionalismo ou o socialismo (Ionescu; Gellner, 1969).

Os estudos sobre populismo adotam diferentes abordagens para compreender o fenômeno. Uma delas é a abordagem da agência popular, que é comumente utilizada por historiadores nos Estados Unidos e se concentra na

participação popular na política como um modo democrático de vida. Essa abordagem vê o populismo como uma força positiva para a mobilização do povo e o desenvolvimento de um modelo comunitário de democracia. Outra abordagem é a de Ernesto Laclau (2013), atualmente popular na filosofia política e em estudos críticos, focando nas políticas da Europa Ocidental e América Latina. Nessa perspectiva, o populismo é considerado não apenas como a essência da política, mas também como uma força emancipatória que reintroduz o conflito e mobiliza setores excluídos para promover mudanças no status quo (Mudde; Kaltwasser 2017; Laclau, 2013).

Mais recentemente, três abordagens principais centralizam a discussão conceitual acerca da ideia de populismo: a ideacional, a política-estratégica e a sociocultural.

A abordagem ideacional, basicamente, como o nome indica, aponta que o populismo radica na importância das ideias, ou seja, o populismo seria uma ideologia. Cas Mudde, principal autor dessa abordagem, define o populismo como uma ideologia baseada em dois preceitos; O primeiro, que a sociedade é composta de dois grupos homogêneos e antagônicos: o povo “puro” contra a “elite corrupta”, e o segundo que a legitimidade política deve ser fruto da expressão da vontade geral do povo. Assim sendo, a definição de Mudde se estrutura sobre quatro conceitos básicos: ideologia, o povo, a elite e a vontade geral. Para o autor, a definição específica de populismo é apenas uma entre várias, mas todas consideram o populismo como um conjunto de ideias. Portanto, destacar as semelhanças entre as definições ideacionais ajuda a desenvolver um conhecimento acumulativo sobre o populismo ao longo do tempo e em diferentes áreas geográficas. Além disso, a abordagem cultural oferece uma compreensão mais profunda do populismo do que as abordagens de escolha racional e institucional, permitindo explicar em quais condições o populismo é bem-sucedido (Mudde, 2017).

Já para a abordagem estratégica-política o populismo é uma estratégia política na qual líderes personalistas buscam exercer o poder a partir do apoio de um grande número de seguidores. Para essa abordagem, o foco não é no que os políticos populistas dizem, mas no que realizam e como buscam e mantêm o poder político. Sucintamente, a abordagem política-estratégica do populismo analisa as ações dos populistas em sua busca e manutenção do poder político. O poder é visto como emanando “do povo”, mas como esse grupo é heterogêneo demais para agir sozinho, um líder excepcional é necessário para direcionar e mobilizar os seguidores em busca dos objetivos identificados como “vontade do povo”. A relação entre o líder e os seguidores é direta e pessoal, estabelecida através de meios como comícios e mídia televisiva, sem a necessidade de intermediários clientelistas ou organizacionais. O líder populista, busca então intensificar essas conexões, atacando inimigos e mobilizando seguidores para missões heroicas. Dentro dessa abordagem, o carisma do governante e a sensação de pertencer a uma comunidade forjada pelo compromisso com o líder são aspectos centrais, solidificando a relação direta entre o líder personalista e seus apoiadores, que constitui assim o núcleo do populismo (Weyland, 2017).

Finalmente, a abordagem sociocultural, é mais relacional e enfatiza justamente a dimensão sociológica à compreensão de populismo, entendendo o fenômeno não como um “top-down”, mas de mão dupla, onde há um relacionamento sociocultural entre o líder e seus apoiadores. Assim sendo, esta abordagem destaca a dimensão sociocultural que tem sido negligenciada nos estudos políticos. Ao contrário das abordagens mencionadas de Mudde e Weyland, essa conceitualização enfatiza a relação entre os líderes políticos e a base social, estabelecida através de apelos populares (“low”) que ressoam em setores específicos da sociedade por razões históricas socioculturais. Ela reconhece a importância da liderança, mas não trata o populismo como um fenômeno exclusivamente “de cima para baixo”. Em vez disso, o populismo é considerado um fenômeno de duas vias, definido centralmente pelas reivindicações articuladas e pela conexão estabelecida entre o líder e os apoiadores, uma relação que possui componentes socioculturais e político-culturais. Além disso, o populismo é visto como uma criação de identidades e relacionamentos, mais do que como uma questão de “visões de mundo” ou “ideologia”. Assim sendo, é enfatizado o papel das identidades socioculturais populares, a proximidade entre líder e seguidores, a transgressão e o antagonismo nos apelos populistas. Em resumo, embora compartilhe semelhanças com outras abordagens do populismo, como a discursiva e a política-estratégica, a abordagem sociocultural destaca a dimensão relacional e cultural do fenômeno, buscando uma definição normativamente “neutra” do populismo (Ostiguy, 2017).

A partir de tantas leituras possíveis buscando definir o conceito de populismo, Cathérine Colliot-Thélène argumenta provocativamente que o conceito de populismo é tão amplo e inflacionado que não deveria sequer ser usado, uma vez que suas múltiplas interpretações refletem pressuposições implícitas na linguagem política e nos meios de comunicação dominantes. Ela afirma que qualquer tentativa de definição do populismo tende a essencializá-lo, ignorando o fato de que sua consistência depende de uma conjuntura histórica específica e da doxa dominante, que é desafiada de diferentes maneiras pelos movimentos populistas. Essa doxa representa uma concepção fixa de “normalidade” política que estabelece limites entre opiniões aceitáveis e proibidas. A autora destaca que a atual “normalidade política” na Europa abrange elementos muito heterogêneos, como arranjos institucionais específicos, adesão a determinados valores – como a condenação do racismo e outras formas de discriminação – e apoio a políticas econômicas particulares. A natureza heterogênea dessa concepção de normalidade política permite confundir, sob a categoria de populismo, partidos ou movimentos xenófobos e não xenófobos, favoráveis ou hostis ao rigor orçamentário, entre outros exemplos. Dessa forma, Colliot-Thélène sugere que, em vez de buscar uma definição única de populismo, é mais útil examinar as concepções de democracia defendidas pelos detratores e defensores do populismo, a fim de entender os problemas levantados pelo uso atual do termo (Colliot-Thélène, 2019).

Trazer a ideia de democracia liberal para o debater acerca do conceito de populismo, como sugerido por Colliot-Thélène é de suma importância, e também ponto de discordâncias na literatura do tema.

Para Juha Herkman (2022), o populismo representa não apenas uma síndrome ou sintoma da democracia, mas também uma sombra inevitável dela. Tanto o populismo como a democracia se baseiam na soberania popular, mas a construção do povo e sua soberania é sempre feita a partir de um ponto de vista específico, o que gera ambiguidades. Embora compartilhe alguns ideais democráticos, o populismo apresenta problemas ao não seguir as tradições e instituições democráticas, podendo ameaçar a democracia liberal ao se transformar em um regime autoritário. Assim, o populismo é parte integrante da democracia, podendo agir como um corretivo ou como uma ameaça, abalando sua própria existência.

Como argumentado por Stefan Rummens, há uma contínua disputa sobre como entender a relação entre populismo e democracia liberal. Enquanto alguns veem o populismo como uma ameaça perigosa e incompatível com os valores fundamentais da democracia liberal, defendendo sua oposição consistente, outros enxergam uma relação mais ambígua. O populismo pode tanto representar uma ameaça quanto uma força corretiva, ao dar voz a preocupações negligenciadas e mobilizar grupos historicamente excluídos, promovendo inclusão no processo democrático. Rummens, todavia, posiciona que populismo e democracia liberal têm concepções antagônicas e irreconciliáveis sobre o que significa democracia, e por isso o populismo seria uma ameaça à democracia liberal (Rummens, 2017)

Similarmente, Cas Mudde, acredita que o fortalecimento da democracia liberal é precisamente a resposta para frear a ascensão de líderes populistas de extrema-direita. Mudde destaca a importância de explicar por que a democracia liberal é o melhor sistema político e como ela protege os descontentes, bem como desenvolver e divulgar alternativas políticas baseadas em diferentes ideologias democráticas. O autor enfatiza a necessidade de reivindicar a agenda política com base em programas próprios, abordando questões que afetam a maioria da população. Além disso, destaca a importância de estabelecer limites claros sobre quais posicionamentos e iniciativas são consistentes com os valores liberal-democráticos e assim ressalta que a sociedade só pode defender a democracia liberal se acreditar nela (Mudde, 2022).

Por outro lado, pode-se entender a democracia liberal justamente como a fonte para o surgimento de líderes populistas. Pankaj Mishra em seu texto “A política na era do ressentimento” argumenta que a ascensão de líderes populistas tem duas fontes principais: o liberalismo e os ideais iluministas que o sustentam. O Iluminismo, um importante ponto de inflexão na história contemporânea, ao mesmo tempo que fomentou diversas revoluções importantes para o desenvolvimento político-social, serviu também como base para a propagação de diversas violências, especialmente ao se entender como próprio objeto ontológico e epistemológico moralmente superior. Isso se aplica inclusive à lógica da racionalidade importada pelo neoliberalismo, especialmente no período pós-Guerra Fria. Assim, Mishra defende seu argumento de que o ressentimento é a chave explicativa para compreender a ascensão do populismo de extrema-direita nos últimos anos. Diferentemente da tese proposta pelo Iluminismo e replicada pelo neoliberalismo, o ser humano não age sempre racionalmente, e emoções, como o ressentimento, são

importantes fontes de explicações causais na política. Para o autor, a solução para o problema do populismo não está numa “volta ao passado” do liberalismo, pois o liberalismo é, por si só, a fonte da questão (Mishra, 2019). O populismo, portanto, é um produto resultante justamente do descontentamento com a democracia liberal e suas falhas.

Em argumento similar ao de Mishra, o cientista social Anjun Appadurai (2019) pondera se o autoritarismo populista está a substituir a democracia liberal a partir de uma análise do caso europeu, tendo como argumento central que o que se vê é um descontentamento da população com a democracia liberal, o que leva a enxergar a “saída” de um sistema democrático como a melhor opção, e não uma reforma democrática, resultando assim no que o autor classifica como “fadiga da democracia”. Para o autor, ascensão de líderes populistas e autoritários na política internacional nos últimos anos, não se deve apenas ao perfil carismático de tais líderes, à ideologia conservadora que estes defendem, nem mesmo a visões preconceituosas e xenóforas implícitas em seus discursos, mas se explica principalmente no ponto de interesse comum entre os líderes e a sociedade que os elege: a inquietação e o ódio à política tradicional. Assim, ainda que encontrem nesse sentido uma característica comum, Appadurai argumenta que os líderes populistas e seus seguidores são até certo ponto independentes.

Do mesmo modo, de acordo com o historiador alemão Michael Wildt, a democracia liberal também é a raiz de exclusões. Utilizando como exemplo o partido de extrema-direita alemão Alternativa para a Alemanha (AfD), ele aponta que a noção de povo (*volk*) e a expressão comunidade do povo (*volks-gemeinschaft*), utilizadas pela sigla têm uma história complexa na Europa e na Alemanha. O autor argumenta que não é suficiente opor o “verdadeiro povo” dos populistas ao “verdadeiro povo” universal e inclusivo da democracia liberal, pois a definição do povo na democracia nunca foi auto evidente. Ele ressalta que as democracias modernas foram constituídas com exclusões internas – cidadãos “passivos” sem direito de voto, mulheres, povos colonizados – e externas – outros povos. Dessa forma, Wildt aponta para as limitações da democracia liberal em abarcar plenamente a diversidade e promover a inclusão de todos os grupos (Wildt, 2017; Colliot-Thélène, 2019).

O argumento de Wildt é construído em diálogo com o livro “The Dark Side of Democracy” de Michael Mann. No livro, Mann argumenta que a violência étnica é um fenômeno moderno e o lado sombrio da democracia, baseado em seu estudo empírico de genocídios coloniais. Ele destaca que o genocídio ocorre quando há desarranjo entre a democracia (*demos*) e o grupo étnico (*ethnos*). Mann apresenta oito teses para fundamentar sua teoria, destacando que a limpeza étnica é um fenômeno moderno associado à democracia, e que ocorre em contextos de hostilidade étnica, disputas territoriais e pressões externas (Mann, 2005).

A partir disso, Wildt defende que a crítica do populismo a partir da democracia liberal é muito simplista. Segundo o autor, o conceito de povo – *volk* – que havia sido fundamental para a criação dos Estados nacionais modernos, se tornou anacrônico e o conceito passou a ser utilizado como estratégia

política, levando a indistinção entre demos e ethnos que promove a violência de grupos excluídos a partir da retórica populista (Wildt, 2017).

Os Sintomas: A Nova Onda Populista e a Ameaça ao Sistema Internacional de Direitos Humanos

A ONG de proteção aos direitos humanos Human Rights Watch, em um Informe Global de 2017 assinado pelo então-diretor executivo Kenneth Roth chamou a atenção para um fenômeno crescente que vinha ocorrendo a nível mundial: a ascensão de líderes populistas com discursos e práticas contra os direitos humanos. De acordo com o informe:

En este clima de descontento están surgiendo y ganando poder, algunos políticos que sostienen que los derechos solo sirven para proteger a presuntos terroristas o a solicitantes de asilo, a expensas de la seguridad, el bienestar económico y las preferencias culturales de la supuesta mayoría. Culpabilizan injustificadamente a refugiados, comunidades de inmigrantes y minorías. En este contexto, la verdad suele quedar absolutamente relegada. El nativismo, la xenofobia, el racismo y la islamofobia están en auge. Esta peligrosa tendencia amenaza con revertir los logros del movimiento de derechos humanos moderno (Human Rights Watch, 2017).

Ademais, o relatório cita diversos exemplos de líderes populistas ao redor do mundo que adotaram posturas críticas aos direitos humanos. Na Europa, a primeira-ministra britânica Theresa May criticou os advogados de direitos humanos por questionarem membros das Forças Armadas britânicas envolvidos em torturas no Iraque. Já o presidente francês François Hollande tentou implementar uma política de privação de nacionalidade para pessoas com dupla cidadania nascidas na França⁵⁰, inspirado pelo manual do partido de extrema-direita Frente Nacional. Líderes europeus como Viktor Orbán, da Hungria, defendem o fechamento das fronteiras e abandonam os refugiados à própria sorte. Fora do Ocidente, o presidente russo Vladimir Putin intensificou a repressão aos direitos humanos, enquanto na China, Xi Jinping também perseguiu vozes críticas. O presidente turco Recep Tayyip Erdoğan calou a oposição após uma tentativa de golpe de Estado, e o presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, defendeu abertamente execuções sumárias de traficantes e ativistas de direitos humanos (Ibidem).

⁵⁰ A iniciativa de alargar a perda da nacionalidade francesa aos cidadãos com dupla nacionalidade nascidos na França, anunciada pelo Presidente François Hollande em 16 de novembro de 2015, foi uma resposta aos ataques terroristas de 13 de novembro de 2015. Esta medida estava prevista no artigo 25 do código civil francês.

Desde 2017, quando o informe havia sido publicado, a situação apenas se agravou com a ascensão de novos líderes populistas como Jair Bolsonaro no Brasil, Boris Johnson no Reino Unido, Volodymyr Zelensky na Ucrânia e, mais recentemente, Giorgia Meloni na Itália, além de outros exemplos pelo planeta.

Uma das expressões mais graves da ameaça populista ao sistema internacional de Direitos Humanos se deu em junho de 2018, quando os Estados Unidos – então governados pelo republicano Donald Trump – anunciou que estava se retirando do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em comunicado à imprensa, o então Secretário de Estado Mike Pompeo afirmava que o Conselho havia se tornado “um exercício de hipocrisia descarada” e que a organização comprometia os interesses nacionais e seus aliados (EUA, 2018).

Para entender esse fenômeno, é importante ressaltar a conexão profunda entre os conceitos de populismo e nacionalismo. Roger Brubaker argumenta que embora discursos populistas e nacionalistas estejam frequentemente entrelaçados na prática, é importante reconhecer que já existe uma sobreposição conceitual entre eles. Ao desmontar essa sobreposição, percebe-se que o discurso populista apela para o povo como a plebe, o demos soberano, evocando uma mistura ambígua de temas redistributivos, democráticos, protecionistas, iliberais e autoritários. Dessa forma, Brubaker defende que uma definição “impura”⁵¹ do populismo é mais adequada para capturar essa ambiguidade e ambivalência inerentes ao discurso populista, que não é apenas um produto contingente do entrelaçamento empírico com outros discursos, como o nacionalismo (Brubaker, 2019).

Appadurai (2019), buscando dar uma dimensão empírica ao seu argumento de “política do ressentimento”, recorre a alguns exemplos de líderes populistas que ascenderam ao poder em países importantes no século XXI: Putin na Rússia, Erdogan na Turquia, Modi na Índia e, talvez o mais relevante da lista, Donald Trump nos Estados Unidos. O que esses líderes têm em comum seria a aceitação de que não podem mais controlar a economia de seus países em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente. Assim, encontram na “purificação da cultura nacional” o caminho para obter e legitimar seu poder. Além disso, todos são favoráveis ao capitalismo neoliberal, e buscam o poder coercitivo, mesmo que para isso tenham que reprimir minorias, a liberdade de expressão e adotar posturas mais autoritárias.

Existem exemplos significativos de políticas populistas que giram em torno de uma rejeição nacionalista excludente da diversidade étnico-cultural. Partidos populistas de extrema-direita, como o Front National francês, o Partido

⁵¹ Uma definição “impura” de populismo, conforme proposta por Roger Brubaker, é aquela que reconhece a natureza heterogênea e multifacetada desse fenômeno político. Em vez de buscar critérios estritos e exclusivos para identificar o populismo, uma definição “impura” reconhece que o populismo pode assumir diferentes conteúdos políticos e ter bases sociais diversas.

da Liberdade da Áustria e o Vlaams Belang belga, são os principais exemplos dessa articulação. Esses partidos não poderiam ser compreendidos apenas através da noção de populismo, pois o elemento central de suas propostas políticas não é o populismo em si, mas é um nacionalismo étnico-cultural excludente. Assim, seria importante focar na articulação conceitual entre populismo e nacionalismo e como ela nem sempre leva ao populismo excludente, como exemplificado pelos movimentos populistas de esquerda na América Latina. Portanto, é importante reconhecer que a exclusão de determinados grupos é resultado da articulação do populismo com outros discursos, como o nacionalismo. O nacionalismo excludente afasta grupos específicos da participação política e do acesso a recursos estatais devido à sua origem étnico-cultural e somadas essas duas ideologias representam uma ameaça à democracia liberal (De Cleen, 2017).

Dessa forma, lideranças populistas se utilizam do discurso nacionalista ao falar em nome do “povo” e da “nação” e como seus protetores ante uma suposta ameaça externa do “outro”: aqueles que não pertencem ao grupo nacional. Essa prática, sustenta a ascensão da violência de Estado como justificativa da defesa da nação, ou, em outras palavras, uma guerra cultural. Com a ascensão de novos populismos na última década, essa tensão tem trazido desafios maiores à proteção internacional de direitos humanos, resultando em um paradoxo onde um dos principais preceitos da democracia liberal é ameaçado justamente por um produto da própria democracia liberal e seu lado “escuro”: o conflito étnico, promovido pelo discurso populista e nacionalista.

O cerne da discussão que aqui proponho é de analisar a ameaça ao sistema internacional de direitos humanos – formulado a partir de valores da democracia liberal – a partir da ascensão populista na última década.

Os governos populistas representam uma ameaça ao sistema internacional de direitos humanos de diversas maneiras. A combinação de uma definição restrita do povo com a implementação irrestrita do que é considerado a vontade popular coloca em perigo os direitos das pessoas pertencentes a grupos excluídos. Além disso, os populistas podem rejeitar tratados internacionais, alegando que são inconsistentes com a soberania nacional, e retratar esses tratados como uma forma de governo estrangeiro ou traição ao povo. Essa postura pode levar à resistência a decisões específicas ou a esforços mais amplos para isolar a política nacional de interferências internacionais. Os regimes populistas também podem utilizar mecanismos de direitos humanos para atender a seus próprios interesses, aliando-se contra oponentes domésticos ou apoiando suas posições de política externa (Neuman, 2020).

Concomitantemente, ao invés de se retirarem de mecanismos de direitos humanos para evitar serem investigados, os governos populistas podem permanecer no sistema e empreender esforços para miná-lo ou obstruí-lo. Essas ações têm impactos negativos nos direitos humanos não apenas em seus próprios países, mas também em outros lugares. Além disso, governos populistas podem buscar mudanças nas instituições internacionais de direitos humanos, direta ou indiretamente, com o objetivo de diminuir o nível de proteção dos direitos. As formas excludentes de populismo representam pe-

rigos para os direitos humanos e para o sistema internacional de direitos humanos como um todo. Internamente, a visão restrita do povo e a hostilidade dos populistas em relação a críticos e competidores ameaçam os direitos dos grupos excluídos, e essa postura também gera conflitos com organismos internacionais que buscam proteger esses direitos (Ibidem).

Essa tentativa de governos populistas de ditar as pautas dos regimes internacionais de direitos humanos correspondem ao que Frédéric Mégret chama de “incorporação populista aos direitos humanos”. Segundo o autor, esse fenômeno apresenta um desafio complexo, pois tais líderes manipulam as informações para questionar e distorcer a narrativa dos direitos humanos. Essa abordagem dificulta a refutação e permite que os populistas explorem as contradições inerentes ao próprio projeto liberal de direitos humanos, criando tensões entre abordagens individualistas e coletivas, substanciais e processuais. Dessa forma, ao se autoproclamarem defensores dos direitos humanos, utilizam essa retórica para promover suas agendas. Assim, esses líderes permanecem verdadeiramente populistas, atacando o liberalismo sem comprometer-se com seus princípios (Mégret, 2022).

Analisando índices históricos de retrocessos democráticos, os pesquisadores Bimal Adhikari, Jeffrey King e Amanda Murdie (2024) analisaram os efeitos de tais recuos sobre condições de direitos humanos e chegaram a quatro conclusões principais: (1) O retrocesso democrático inicial tem um efeito sustentado de longo prazo nas condições de direitos humanos por até oito anos após o retrocesso inicial. Instâncias maiores de retrocesso resultam em reduções substancialmente maiores nas condições de direitos humanos ao longo do tempo; (2) Os direitos humanos continuam a piorar muito depois da instância inicial de retrocesso democrático, indicando que qualquer dano às instituições democráticas impacta as condições de direitos humanos atualmente e no futuro; (3) Estados que experimentam uma erosão das características democráticas subsequentemente sofrem uma redução nas condições de direitos humanos, independentemente do tamanho da redução na democracia. O efeito do retrocesso democrático nas condições de direitos humanos é em parte condicional ao tamanho do retrocesso, com retrocessos maiores levando a pioras nas condições de direitos humanos; (4) O estudo encontrou suporte empírico para a hipótese de que o retrocesso democrático tem um impacto negativo substancial nas condições de direitos humanos. Países que experimentam retrocesso democrático provavelmente enfrentarão mais violações de direitos humanos, e a escala do retrocesso é importante, com retrocessos mais significativos resultando em reduções mais substanciais nas condições de direitos humanos.

Dados empíricos sustentam essa alegação. Analisando os dois casos citados na introdução desse capítulo — os Estados Unidos sob Donald Trump e o Brasil de Jair Bolsonaro — o índice de Direitos Humanos do projeto V-Dem é categórico em observar a queda nos índices de proteção a partir da ascensão ao poder de ambos os líderes. O índice captura a extensão em que a população é livre de tortura, assassinatos políticos e trabalho forçado, além de direito à propriedade privada e liberdade de mover-se, religião, expressão e associação.

O Brasil — linha vermelha, se manteve historicamente com índice 0.88 no período entre 2005 e 2015. Em 2016, quando Michel Temer assume a presidência o índice começa a apresentar uma tendência de queda, e cai drasticamente em 2019 quando Jair Bolsonaro assume a presidência, mantendo-se em queda em todo o seu governo. Uma tendência similar se deu nos Estados Unidos — em verde, embora a variação tenha sido menor. Apesar do índice constante de 0.95 nos anos anteriores. A partir do governo Trump, em 2017, o índice de proteção aos direitos humanos estadunidense caiu constantemente, até alcançar o seu nível mais baixo em 2020: 0.90, último ano do governo republicano.

TABELA 1 – Human Rights Index, comparação entre os índices do Brasil e dos Estados Unidos

Human rights index



Based on the expert estimates and index by V-Dem¹. It captures the extent to which people are free from government torture, political killings, and forced labor; they have property rights; and enjoy the freedoms of movement, religion, expression, and association. The variable ranges from 0 to 1 (most rights)



Data source: V-Dem (2024)

OurWorldInData.org/human-rights | CC BY

1. **V-Dem:** The varieties of Democracy (V-Dem) project publishes data and research on democracy and human rights. It relies in evaluations by around 3.500 countr experts and supplementary work by its own researchers to assess political institutions and the protection of rights. The Project is managed by the V-Dem Institute, based at the University of Gothenburg in Sweden. Learn more: Democracy data: how do researchers measure democracy? The 'Varieties of Democracy' data: how do researchers measure democracy? The 'Varieties of Democracy' data: how do researchers measure human rights?

Fonte: Compilado pelo autor e gerado pela plataforma Our World in Data, acesso em março de 2024.

Veronika Bílková identifica três argumentos principais utilizados pelos populistas para justificar sua insatisfação com os direitos humanos e os refuta. O primeiro argumento é o da segurança, que ainda que reconheça corretamente que as ameaças à segurança mudaram nas últimas décadas, leva movimentos populistas a concluir que os direitos humanos atrapalham o combate a essas ameaças. Bílková contesta essa conclusão, destacando que o direito à segurança é em si um direito humano e que a legislação de direitos humanos prevê emergências e ferramentas para lidar com ela. O segundo argumento é o da legitimidade, que aponta uma suposta perda de coerência dos direitos humanos, alegando que agora protegeriam apenas minorias, enquanto na realidade se aplicam a todos. O terceiro argumento é o da democracia, que reconhece que decisões políticas são tomadas pela maioria, mas negligencia o fato de que a maioria deve respeitar os direitos das minorias e que a democracia não pode negar os direitos humanos. Bílková argumenta que esses argumentos populistas são falhos e não oferecem uma alternativa significativa ao conceito atual de direitos humanos. Em vez disso, ela sugere explorar soluções alternativas que abordem os desafios identificados pelos populistas, como a integração dos direitos econômicos e sociais na agenda dos atores de direitos humanos e a necessidade de argumentação persuasiva em vez de simplesmente proclamar princípios auto evidentes (Bilková, 2019).

Como argumentei na seção anterior desse trabalho, o populismo e a democracia liberal estão profundamente conectados, pois ainda que o populismo ameace tal ordem, é também fruto do descontentamento popular com as desigualdades e falhas desse problema. A partir disso, é importante questionar se os desafios e ameaças impostos pelo populismo à agenda internacional de direitos humanos trabalhados nessa seção, são, também, resultantes de falhas desse próprio sistema de proteção.

De acordo com Laurence Burgorgue-Larsen os direitos humanos, intrínseco às bases democráticas contemporâneas, revela algumas fraquezas, falhas ou simplesmente limites que ajudam a explicar a implantação do discurso populista, que se alimenta de crises econômicas aliadas a um profundo desencanto com as classes políticas que não estiveram à altura dos desafios. A primeira fraqueza apontada pelo autor é a classificação binária dos direitos, que relega os direitos econômicos e sociais a um papel secundário como acessórios jurídicos, enquanto a plena justiciabilidade desses direitos poderia possibilitar uma real transformação das sociedades por meio da inclusão social e da redução das desigualdades. A segunda dificuldade diz respeito à efetividade da proteção pelos tribunais após a concessão. Mesmo quando há precedentes legais progressistas, surgem dois obstáculos: a implementação efetiva das decisões legais audaciosas, que questiona fundamentalmente sua capacidade de transformar as coisas, e a crítica correlata ao ativismo judicial inadequado. Iniciativas legais ousadas são logo denunciadas por membros das classes políticas que estão sempre prontos a utilizar a clássica, porém contundente, crítica de “governo pelos tribunais” (Burgorgue-Larsen, 2021).

O Antídoto: Discutindo Respostas Internacionais à Ameaça Populista aos Direitos Humanos

Olhando para frente, é necessário pensar em alternativas. É evidente que os valores internacionais de direitos humanos, uma ideia liberal criada na Europa durante o Iluminismo e estabelecida internacionalmente após a criação da ONU após a Segunda Guerra Mundial, não é totalmente eficaz aos desafios impostos pelo mundo contemporâneo. As falhas da democracia liberal em promover igualdade e justiça social possibilitaram a ascensão desses movimentos populistas que questionam e ameaçam a integridade do sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, seria o aprofundamento dos valores liberais a solução para combater o populismo excludente e violento? Seria a democracia liberal, concomitantemente o veneno e o antídoto para a crise de legitimidade decorrente da ascensão de populistas?

Atualmente, os principais mecanismos de proteção de direitos humanos internacionais encontram-se no âmbito da Organização das Nações Unidas. Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos foram reconhecidos diplomaticamente no âmbito internacional, tornando-se um dos pilares da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora a proteção dos direitos humanos tenha se consolidado como um compromisso dos Estados perante a comunidade internacional, houve uma discrepância entre o discurso e a prática, resultando em graves violações desses direitos ao longo do século XX. Para abordar essa questão, a ONU estabeleceu o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), responsável por assuntos relacionados aos direitos humanos, e criou a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, cujas principais responsabilidades eram estabelecer normas e promover a proteção dos direitos humanos. Nas décadas seguintes, a proteção dos direitos humanos na ONU continuou a se expandir, com a adoção de tratados e a criação de órgãos de monitoramento, como o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Comitê de Direitos Humanos (Forsythe, 2006; Freedman, 2020; Tolley Jr, 2019).

Em 1993 a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), responsável por liderar os esforços da organização na promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo. Em 2006, a antiga Comissão de Direitos Humanos foi substituída pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, devido a críticas de abordagens seletivas e à utilização do órgão por países violadores para evitar investigações e punições. Essa mudança visava reformar o sistema internacional de direitos humanos e resolver tais problemas, buscando fortalecer a proteção e a promoção dos direitos humanos no âmbito da ONU (Abebe, 2013).⁵²

Conjuntamente ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas foi criado o mecanismo de monitoramento internacional de direitos humanos

⁵² A própria universalidade dos direitos humanos no sistema da ONU tem sido frequentemente questionadas, Críticos a definição ocidental argumentam que os direitos humanos não leva em conta as diversas tradições e culturas do mundo.

mais ambicioso da história da organização: a Revisão Periódica Universal (RPU). Seu objetivo principal é melhorar a situação dos direitos humanos em todos os países-membros e abordar violações onde quer que ocorram. A revisão é conduzida pelo Grupo de Trabalho da RPU, composto pelos membros do CDH, e cada revisão é gerenciada por um grupo de três Estados, chamado “troika”. O ciclo inicial foi de quatro anos, com revisão de 48 Estados anualmente, e a partir do segundo ciclo a duração passou a ser de quatro anos e meio, com 42 Estados sendo revisados anualmente. Além dos estados responsáveis pela revisão, a RPU incentiva a participação de todas as partes interessadas, como organizações não governamentais e instituições nacionais de direitos humanos (Charlesworth; Larking, 2014).

Atualmente no 4º ciclo, de outubro de 2022 a fevereiro de 2027, a Revisão Periódica Universal tem diversos problemas no que concerne uma coordenação global contra ameaças aos direitos humanos. A avaliação de todos os países-membros da ONU é realizada individualmente, o que resulta em uma falta de foco em tendências globais que se manifestam simultaneamente em diversos países, como a ameaça populista.

A principal ação no reconhecimento da ameaça de movimentos populistas e nacionalistas de extrema-direita no âmbito da ONU se deu através da resolução 73/262 aprovada pela Assembleia Geral em 22 de dezembro de 2018, buscando colocar em prática a Declaração e Programa de Ação de Durban contra o racismo e a xenofobia. Na resolução, é chamada a atenção para a propagação do discurso populista de intolerância:

Alarmada ante la propagación en muchas partes del mundo de movimientos extremistas y racistas de diversa índole, basados en ideologías que pretenden promover programas populistas, nacionalistas y de derechas, así como la superioridad racial, y destacando que esas prácticas alimentan el racismo, la discriminación racial, la xenofobia y las formas conexas de intolerancia [...]

Solicita a la Presidenta de la Asamblea General y al Presidente del Consejo de Derechos Humanos que continúen organizando reuniones conmemorativas anuales de la Asamblea y el Consejo durante la celebración del Día Internacional de la Eliminación de la Discriminación Racial, con los enfoques y temas que sean apropiados, y que celebren un debate sobre la forma de mitigar y combatir el auge del populismo nacionalista y de las ideologías extremas de carácter supremacista, con la participación del Secretario General y de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, y en este contexto alienta la participación de personalidades destacadas que se dediquen a la lucha contra la discriminación racial, Estados Miembros y organizaciones de la sociedad civil de conformidad con los reglamentos de la Asamblea y del Consejo (ONU, 2018).

Em sequência à resolução o próprio Conselho de Direitos Humanos da ONU

realizou um debate sobre como combater o populismo nacionalista e ideologias supremacistas. No evento, foi notado como esses novos nacionalismos são produto do descontentamento popular com a democracia liberal, e por isso o populismo deve ser visto como uma construção política, e não meramente uma ideologia. Ademais, advogou-se que para combater o populismo, não seria suficiente apenas mudanças legislativas e de programas, mas que a própria cultura política deveria ser revista (ONU, 2019).

Nota-se, entretanto, que ainda não existem mecanismos efetivos no sistema internacional de direitos humanos encabeçado pela Organização das Nações Unidas que lidem efetivamente com a ameaça populista a esse mesmo sistema. O principal motivo é que a ONU ainda é cuidadosa e pouco eficaz em lidar com ameaças que partam da política interna de cada país, afinal, todo país é soberano. Dentro da própria ONU a soberania absoluta passou a ser questionada a partir da década de 1990 e novas prerrogativas de intervenção surgiram em casos de guerras, conflitos étnicos e genocídios. Todavia, quando a ameaça não é material, e sim discursiva, como no populismo, a Organização ainda não detém capacidade de se contrapor.

É a partir disso que Philip Alston argumenta que é necessário repensar a agenda internacional de direitos humanos frente às ameaças alavancadas pela onda populista recente. As instituições internacionais como um todo – e em especial as de proteção aos direitos humanos – apresentam diversas fragilidades. Para o autor, os defensores dos direitos humanos precisam reavaliar suas estratégias, ampliar seu alcance e promover uma reflexão interna. Alston destaca a necessidade de autocrítica e abertura por parte do movimento de direitos humanos. Ao se deparar com críticas, tanto de governos quanto de acadêmicos, é fundamental que o movimento seja capaz de refletir sobre suas falhas passadas e envolver um leque mais amplo de interlocutores nessa reflexão. O autor também ressalta que a transparência é essencial para reconhecer e aprender as lições necessárias. Portanto, a mudança requer uma abordagem mais flexível, criativa e inclusiva para proteger e promover os direitos humanos no cenário atual (Alston, 2017).

Mégret, em contrapartida, reconhece que o movimento de direitos humanos tem desempenhado um papel importante no combate ao populismo, sendo considerado uma ameaça tanto pelo Conselho da Europa quanto pelas Nações Unidas. Ele destaca que diversas contribuições intelectuais têm identificado o populismo como uma ameaça aos direitos humanos e apresentado estratégias para enfrentá-lo. Mégret ressalta que o movimento de direitos humanos se coloca como a antítese do populismo, sendo essencial para sua identidade. Ao se posicionar contra as ideias populistas, o movimento busca proteger os valores fundamentais dos direitos humanos e se mantém como um elemento essencial na luta contra as tendências autoritárias e discriminatórias (Mégret, 2022).

Já para Gerald Neuman (2023), a resposta às ameaças populistas aos direitos humanos requer cooperação internacional, assistência material e interação entre governos bem-intencionados e a sociedade civil doméstica. Ele destaca a importância dos tribunais internacionais de direitos humanos e órgãos de mo-

monitoramento na avaliação imparcial do cumprimento das obrigações internacionais pelos Estados. Esses órgãos dependem da cooperação de atores com diferentes papéis, como outros países, organizações não governamentais internacionais e a sociedade civil local, para promover mudanças nas práticas governamentais. Neuman enfatiza a necessidade de abordar as causas e consequências do populismo, especialmente a negligência dos direitos econômicos e sociais, além de proteger os opositores locais do populismo. Ademais, Estados respeitadores de direitos deveriam concentrar-se nas violações, fortalecer os órgãos de monitoramento e combater a desigualdade econômica. Particularmente com relação ao papel dos Estados Unidos, o autor ressalta que devem lidar com os abusos ocorridos durante a administração Trump e buscar apoio de aliados em projetos alinhados aos direitos humanos universais.

De acordo com David Bosco (2018), o sistema de direitos humanos da ONU enfrenta desafios diante da ameaça populista, mas também busca soluções. Embora alguns atores, como Estados Unidos, China e Rússia, tenham tentado restringir o escrutínio da ONU, não conseguiram formar uma coalizão viável para alcançar esse objetivo. Mesmo atores populistas recentes, como Bolsonaro e Orbán, alinhados a Estados autoritários, não conseguiriam forçar uma mudança pois qualquer esforço para minar a atividade da organização em direitos humanos enfrenta forte oposição de governos liberais e defensores não governamentais. Segundo Bosco, é crucial que a liderança da ONU e os Estados membros do Conselho de Direitos Humanos reflitam sobre o uso de sua voz e sua modulação. Isso implica em restringir a criação de novos mandatos, eliminar sobreposições desnecessárias, fornecer treinamento diplomático aos relatores e desenvolver critérios para uma vigilância eficaz. Além disso, a ONU deve estar atenta aos perigos da percepção de que debates internos estão sendo decididos por agentes externos. Uma análise franca dessa questão pode melhorar a reputação e a eficácia da organização, especialmente em tempos de crescente populismo.

Como visto até aqui, a maior parte da ainda pequena literatura que discute os efeitos da ascensão populista ao regime internacional de direitos humanos entende que a solução para lidar com a crise da democracia liberal promovida por esses movimentos populistas está justamente num aprofundamento do liberalismo e seus mecanismos e regimes internacionais. Entretanto, como procurou-se discutir neste capítulo, é possível argumentar que o liberalismo não é meramente o antídoto para a crise, mas também o veneno, pois é justamente a partir das falhas do modelo liberal de democracia que o discurso populista se sustentou e adquiriu maiores adeptos. Esses novos movimentos de extrema direita não tomaram o poder através de golpes, ditaduras militares ou somente através da violência, mas frequentemente se apoiaram nas próprias instituições liberais para governarem e se elegerem.

Sendo a democracia liberal a raiz de sua própria ruína, como poderia ser o aprofundamento da mesma a solução para o problema? Conforme discutido previamente, os ideais liberais – assim como a formação da ideia de direitos fundamentais – são resultantes do Iluminismo e de todas as mudanças políticas advindas com a modernidade naquele período. É importante considerar que esses ideais não mais correspondem às necessidades e à realidade

política do século XXI, e, portanto, não podem ser a solução para os desafios contemporâneos. Mais profundamente, a democracia liberal sempre foi um sistema constituído pela própria exclusão do “outro”, e nunca plenamente representativo e incluyente.

Uma proteção verdadeira ao sistema internacional de direitos humanos e um enfrentamento eficaz à ameaça a ele trazida pelo populismo deve passar necessariamente pelo reconhecimento das injustiças, desigualdades e violências promovidas pela democracia liberal em seus três séculos de existência pois foram justamente elas que fundamentaram a insatisfação popular que levou à ascensão populista nos últimos anos em Estados democráticos liberais.

Conclusões

Este capítulo abordou o desafio das ameaças populistas aos direitos humanos e as possíveis soluções a serem adotadas pelo sistema internacional de direitos humanos, especialmente no âmbito da ONU. Também foi abordada a relação entre ameaças populistas aos direitos humanos e a democracia liberal, destacando que os desafios enfrentados pelo sistema de direitos humanos decorrem, em parte, do ressentimento populista e nacionalista em relação a instituições multilaterais e às desigualdades promovidas pelo liberalismo. Dessa forma, em resposta à pergunta de pesquisa apresentada na introdução desse texto, o argumento aqui defendido por mim é que a democracia liberal não é, por si só, a solução para a crise populista e sua ameaça aos direitos humanos. Pelo contrário, é também produtora de tais movimentos. Isso se dá porque a democracia liberal está enraizada em preceitos excludentes que resultam na opressão de minorias, violências étnicas que resultam em um sentimento generalizado de insatisfação que amplificam o discurso base para o populismo de extrema-direita.

Dessa forma, foram discutidas as principais abordagens teóricas em relação ao conceito de populismo desenvolvidas nos últimos anos, simultaneamente à onda de líderes populistas alcançando o poder ao redor do mundo na década de 2010. Mais especificamente, foi dada atenção à relação entre populismo e democracia, onde viu-se que o populismo é uma sombra inseparável da democracia liberal. Entretanto, enquanto a maior parte da literatura enxerga no fortalecimento da democracia a solução para a crise democrática sustentada pelo liberalismo, o que eu argumento é que uma crítica ao populismo deve incluir também uma crítica à democracia liberal, pois são fenômenos indissociáveis.

Em seguida, trazendo os direitos humanos para a pesquisa, discuti a ascensão dos movimentos populistas a partir da década de 2010 e as ameaças que trouxeram ao sistema internacional de direitos humanos a partir do discurso contra a diversidade étnica-cultural e esvaziamento de órgãos de defesa de direitos humanos, ressaltando como tal sistema, de matriz liberal, é falho e com fraquezas que puderam ser exploradas pelo discurso excludente populista. Finalmente, foram explorados os mecanismos de resposta para tais respostas, constatando que não são efetivos e que, portanto, é necessário repensar a agenda internacional de direitos humanos para que sejam verdadeiramente protegidos de maneira universal para além da democracia liberal, raiz justamente de diversas violências propagadas no mundo pós-Segunda Guerra Mundial.

Reconhecer que as próprias desigualdades e exclusões promovidas pela democracia liberal têm sido motores para o fortalecimento de movimentos populistas na última década não significa argumentar que este modelo de representação e governabilidade política deva ser descartado. Ao mesmo tempo, não se pretende desmerecer seus méritos. Afinal, o mesmo regime de direitos humanos que foi enfraquecido pela ameaça populista, só se estabeleceu através das instituições liberais internacionais fortalecidas, especialmente na segunda metade do século XX. Como afirmou Winston Churchill em meio à criação dessa ordem em 1947, “a democracia é a pior forma de governo, exceto todas as outras que foram experimentadas de tempos em tempos”. O objetivo desta discussão foi problematizar o argumento de que o aprofundamento da democracia liberal seria o único “antídoto” para enfrentar a ameaça populista, sem reconhecer que preceitos fundamentais da democracia liberal, como os direitos humanos, se tornaram ameaçados pelo populismo justamente devido à falha desse modelo em ser verdadeiramente representativo. Assim, o populismo em democracias liberais surge como um sintoma das suas próprias deficiências, sendo também o veneno em vez do antídoto.

Como uma revisão de literatura, não se pretendeu aqui totalizar qualquer argumentação. Entretanto, é notável que ainda existem poucos estudos sobre a interseção entre populismo, democracia liberal e direitos humanos, e problematizá-los para propor novas agendas futuras é um passo necessário.

Referências

ABEBE, Allehone M. "The role and future of the Human Rights Council". In: SHEERAN, Scott; Sir RODLEY, Nigel. *Routledge Handbook of International Human Rights Law*. New York: Routledge, 2013, pp. 743-760.

ADHIKARI, Bimal; KING, Jeffrey; MURDIE, Amanda. "Examining the effects of democratic backsliding on human rights conditions". *Journal of Human Rights* 23(3), 2024, pp. 267-282.

ALSTON, Philip. "The Populist Challenge to Human Rights". *Journal of Human Rights Practice*, 9, 2017, pp. 1-15.

APPADURAI, Arjun. "Fadiga da Democracia". In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.) *A Grande Regressão: um debate internacional sobre os novos populismos - e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

BÍLKOVÁ, Verokina. "Populism and Human Rights". *Netherlands Yearbook of International Law 2018: Populism and International Law*, 49, 2019, pp. 143-174.

BRUBAKER, Rogers. "Populism and nationalism". *Nations and Nationalism*, 26 (1), 2020, pp. 44-66.

BURGORGUE-LARSEN, Laurence. "Populism and Human Rights: From Disenchantment to Democratic Response". In: IZQUIERDO-SANS, Cristina; MARTÍNEZ-CAPDEVILA, Carmen; NOGUEIRA-GUASTAVINO, Magdalena. *Fundamental Rights Challenges: Horizontal Effectiveness, Rule of Law and Margin of National Appreciation*. Cham: Springer, 2021, pp. 109-165.

BOSCO, David. "For the UN, A Rise in Populism Reveals an Old Challenge". *The Wilson Quarterly*, 2018. Disponível em <<https://www.wilson-quarterly.com/quarterly/the-fate-of-the-international-order/for-the-un-a-rise-in-populism-reveals-an-old-challenge>>.

CHARLESWORTH, Hilary; LARKING, Emma. "Introduction: the regulatory power of the Universal Periodic Review". In: CHARLESWORTH, Hilary; LARKING, Emma. *Human Rights and the Universal Periodic Review: Rituals and Ritualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 1-22.

COLLIOT-THÉLÈNE, Cathérine. "Populism as a conceptual problem". In: FITZI, Gregor; MACKERT, Jürgen; TURNER, Bryan S. *Populism and The Crisis of Democracy*, volume 1: Concepts and Theory. London/New York: Routledge, 2019, pp. 17-26.

- DAHL, Robert. *On Democracy*. New Haven and London: Yale University Press, 1998.
- DE CLEEN, Benjamin. "Populism and Nationalism". In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 342–362.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Remarks on the Human Rights Council: Remark to the Press, 2018. <https://2017-2021.state.gov/remarks-on-the-un-human-rights-council/index.html>.
- FREEDMAN, Rosa. "The Human Rights Council". In: MÉGRET, Frédéric; ALSTON, Philip. *The United Nations and Human Rights: A Critical Appraisal*. Oxford: Oxford University Press, 2020, pp. 181-238.
- FORSYTHE, David. *Human Rights in International Relations*. New York: Cambridge University Press. 2nd edition. 2006.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Informe Mundial 2017: El peligroso avance del populismo*, 2017. <https://www.hrw.org/es/world-report/2017/country-chapters/298540>.
- HERKMAN, Juha. *A Cultural Approach to Populism*. London/New York: Routledge, 2022.
- IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest. *Populism: Its meanings and National Characteristics*. Letchworth: The Harden City Press Limited, 1969.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MANN, Michael. *The Dark Side of Democracy: Explaining Ethnic Cleansing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MATTEUCCI, Nicola. "Liberalismo". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed. 1998, pp. 686-706.
- MÉGRET, Frédéric. "Human Rights Populism". *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, 13 (2), 2022, pp. 240-259.
- MISHRA, Pankaj. "A política na era do ressentimento: o tenebroso legado do Iluminismo". In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.) *A Grande Regressão: um debate internacional sobre os novos populismos - e como enfrentá-los*. São Paulo, Estação Liberdade, 2019, pp. 175-196.
- MUDDE, Cas. "Populism: An Ideational Approach". In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 27–47.

_____. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NEUMAN, Gerald L. "Populist Threats to the International Human Rights System". In: NEUMAN, Gerald L. *Human Rights in a Time of Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, pp. 1-19.

_____. "Protecting Human Rights from Exclusionary Populism". In: SABATINI, Christopher. *Reclaiming Human Rights in a Changing World Order*. Washington DC: Brookings, 2023, pp. 123-148.

ONU. Resolución A/RES/73/262, 2018. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/464/68/PDF/N1846468.pdf?OpenElement>.

ONU. Human Rights Council holds debate on the mitigation and countering of rising nationalist populism and extreme supremacist ideologies, 2019. <https://www.ohchr.org/en/news/2019/03/human-rights-council-holds-debate-mitigation-and-countering-rising-nationalist>.

OSTIGUY, Pierre. "Populism: A Socio-Cultural Approach". In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 73-98.

OUR WORLD IN DATA. *Human Rights Index, Brazil and Unites States* <https://ourworldindata.org/grapher/human-rights-index-vdem?tab=chart&time=2005.latest&country=BRA~USA>.

RUMMENS, Stefan. "Populism as a Threat to Liberal Democracy". In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 554-570.

TOLLEY JR, Howard. *The UN Commission on Human Rights*. London/New York: Routledge, 2019.

WEYLAND, Kurt. "Populism: A Political-Strategic Approach". In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 48-72.

WILDT, Michael. *Volk, Volksgemeinschaft, AfD*. Hamburg: Hamburger Edition, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CAPÍTULO 7

GOVERNO REPRESENTATIVO, QUALIDADE DA LIDERANÇA E TEORIA ELITISTA: TESTANDO OS LIMITES DO CONCEITO RIKERIANO DA HERESTESE E SUAS IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA

Carlos F. Domínguez Avila -
Aldira Guimarães Duarte Domínguez

*Chegaram os sarracenos, e nos moeram a paus, pois Deus ajuda os
maus, quando são mais que os bons.
Ditado popular espanhol de origem medieval.*

Introdução

O capítulo examina o conceito de herestese, originalmente proposto por William H. Riker, na década de 1980. O referido conceito diz respeito à arte da manipulação estratégica na política democrática, quer quando acontece entre líderes e cidadãos, quer quando ocorre entre os integrantes da elite ou grupo dominante na hierarquia social. Em termos teórico-metodológicos, o capítulo se inspira na teoria das elites políticas, na história conceitual do político, e nos estudos interdisciplinares sobre a qualidade da democracia. Infere-se que o conceito de herestese assume uma relevância muito significativa no contexto de numerosos casos de erosão do regime na contemporaneidade, situação que poderia ser parcialmente atribuída ao – desalentador – desempenho de elites políticas, tanto em democracias liberais, quanto em democracias eleitorais.

Com efeito, o conceito de herestese foi originalmente proposto pelo politólogo estadunidense William H. Riker (1920-1993). Durante as décadas de 1970 e 1980, o referido autor encabeçou a denominada escola de Rochester, e foi reconhecido como um importante pesquisador no campo da teoria das elites políticas. Nessa linha, o conceito de herestese – neologismo que designa à arte da manipulação estratégica na política democrática – se erige no foco do texto. Ainda que pouco conhecido nas comunidades acadêmicas

latino-americanas, as contribuições rikerianas continuam sendo relevantes, sobretudo em um contexto de erosão da democracia e/ou autocratização global (Bermeo, 2016).

Ocorre que, para não poucos pesquisadores especializados na teoria das elites (Higley, 2006), na história conceitual do político (Rosanvallon, 2010) ou na qualidade da democracia (Morlino, 2011), uma parcela significativa de responsabilidade pela mencionada erosão do regime em numerosos países parece estar correlacionada ao – desalentador – desempenho das correspondentes lideranças, grupos dominantes ou classes dirigentes. Isso inclui tanto a relação entre líderes políticos e os cidadãos-eleitores, quanto os vínculos entre os próprios integrantes do grupo dominante na hierarquia social (governo-oposição, executivo-legislativo-judiciário, maioria-minoria). Além disso, o conceito de herestese termina sendo relevante em contextos de alta vulnerabilidade político-social, quer em democracias liberais, quer em democracias eleitorais. Naturalmente, isso inclui à maioria dos países latino-americanos e caribenhos (Faoro, 2001).

Em termos metodológicos, o capítulo é resultado de pesquisa com fontes secundárias. Foi realizada uma revisão integrativa de literatura especializada, seguida de análise interpretativa. A pergunta orientadora é a seguinte: quarenta anos após ter sido apresentado por William H. Riker, como e por que o conceito de herestese poderia ser reinterpretado na contemporaneidade? A hipótese de trabalho sugere que o conceito de herestese – quer dizer, a arte da manipulação estratégica na política democrática – continuaria sendo relevante, mormente no triplo esforço de promover o regime eleitoral-representativo, conter o abuso de poder político, e lutar contra o autoritarismo (Manin, 1997). Todavia, além desta introdução, a estrutura interna do capítulo inclui três seções principais, as considerações finais e as referências bibliográficas.

Preâmbulo teórico-metodológico

Analisar a compatibilidade entre a elite política e a qualidade da democracia tem sido uma das tarefas mais importantes das ciências sociais e humanas ao longo de gerações. O assunto cobrou ainda mais urgência e relevância no contexto global de autocratização vigente desde começos do século XXI. Situação que se manifesta, por exemplo, na alta e crescente desconfiança das sociedades nas suas lideranças políticas, observada em muitos países do continente e do mundo (V-Dem, 2024). Sabe-se que essa desconfiança se agravou no meio de escândalos de corrupção, descontinuidade de políticas públicas, questionamentos relativos à representação e representatividade, desigualdades políticas persistentes e outras situações semelhantes (Rosanvallon, 2011).

Nesse contexto, o estudo e a pesquisa sobre a liderança, grupo dominante ou classe dirigente, suas características, interesses, sentimentos e correlações com a sociedade e o Estado – principalmente no caso de regimes de orientação democrática –, é o problema objeto da denominada teoria das elites po-

líticas (Prewitt; Stone, 1993). Grosso modo, uma elite é uma parcela muito pequena da população que detém ao menos um valor básico ou relevante para essa sociedade. Sendo assim, existem diferentes tipos de elites que detêm prestígio e predomínio setorial conforme os valores mais significativos da referida sociedade. Eis os casos das elites políticas, econômicas, culturais, sociais, esportivas, científicas, sindicais, intelectuais, artísticas, dentre outras (Perissinotto; Costa; Massimo, 2018).

Pars pro toto, as elites são minorias dominantes porque conduzem, difundem seus critérios e seus comportamentos, formam e induzem a opinião pública e, às vezes como a elite governante, também exercem o poder político (Putnam, 1976). Na prática, os membros das distintas elites tendem a se aglutinar. Isso é especialmente notório no caso da elite econômica, já que usualmente ela também forma parte das outras elites, mormente do grupo politicamente dominante na hierarquia social. Cumpre acrescentar que o estudo das elites é uma temática com longa trajetória acadêmica, principalmente no tocante às elites políticas. A esse respeito, Norberto Bobbio (1998) pondera que:

Por teoria das Elites ou elitista – de onde também vem o nome de elitismo – se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. [...] a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito grupo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância. (Bobbio, 1998, p. 385)

Para os fins deste capítulo, é importante corroborar junto a Bobbio (1998) que a teoria das elites políticas sugere que em toda sociedade existe – sempre e apenas – uma minoria que, por variadas razões e formas, é detentora desse poder, em contraposição a uma maioria ou massa que dele está privada. Outrossim, constata-se que o poder político é exercido – ou melhor, é apropriado – por um restrito círculo de pessoas, que inclui a grupos não-governantes ou oposicionistas. Todavia, teórica e empiricamente, o poder político implica a capacidade de tomar e impor decisões válidas para todos os membros da sociedade/coletividade, mesmo que se tenha que recorrer ao uso da força física legítima, em última instância (Sartori, 1994).

Na história do pensamento político existe uma longa relação de autores que se debruçaram no estudo e pesquisa das elites políticas. Entre esses autores conceituados podem ser citados desde Aristóteles, Platão e Maquiavel, até Gaetano Mosca (1966), Vilfredo Pareto (1991), Robert Michels (1982) ou Karl Deutsch, bem como Joseph Schumpeter (1961), Charles Wright Mills (1981), Suzanne Keller (1991) e William H. Riker (1982). Muitas das contribuições desses autores permitiram aos teóricos elitistas a geração de inferências empiricamente verificáveis, sobretudo no caso de regimes democráticos.

Dentre essas inferências destacam-se as seguintes, (i) o elitismo político sugere que em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos são relações de desigualdade. Logo, (ii) a causa principal da desigualdade está na distribuição desigual do poder (econômico, político, ideológico), isto é, o poder tende a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Em terceiro lugar, (iii) afirma-se que entre as várias formas de poder, uma das mais determinantes é o poder político (Best; Higley, 2018).

Em paralelo, (iv) os autores do elitismo deduzem que aqueles que detém o poder (político) são sempre uma minoria. Em quinto lugar, (v) aparece a famosa correlação entre Minorias organizadas-Maiorias desorganizadas; ou seja, uma das causas principais que explicam o fato de que uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas jaz na constatação de que os membros da classe ou grupo dominante na hierarquia social, sendo poucos e tendo interesses em comum, têm ligames entre si e são solidários pelo menos na manutenção das regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternado do poder. Em sexto lugar, (vi) um regime se diferencia de outro no modo do surgimento, evolução, recrutamento, circulação, exercício do poder, e finalmente decadência da classe dirigente. Por último, mas não menos importante, (vii) a teoria do elitismo considera que o elemento oposto à elite é a massa, a qual constitui o conjunto de pessoas que não tem poder politicamente relevante, são numericamente maioria, ou são organizados por aqueles que participam do poder e estão, portanto, a serviço da classe dominante (Dryzek; List, 2003).

Mais recentemente, no marco da renovação impulsionada pelos estudos e pesquisas sobre a qualidade da democracia desde a década de 1980, a teoria das elites políticas foi estimulada a revisitar a complexa e multidimensional correlação entre as partes. Eis a noção do Elitismo democrático, com foco na pesquisa acerca da qualidade da liderança, na competição, nas mudanças no perfil dos grupos dominantes, na circulação das elites no regime democrático – inclusive ao interior dos partidos políticos –, e na autogestão.

John Higley e Heinrich Best (2010), por exemplo, observam as divergências entre elites consensualmente unidas e desunidas, especialmente em termos doutrinários ou ideológicos. Além disso, os referidos autores sugerem que as elites são responsáveis pela “criação e sustentação das democracias”. Concomitantemente, procura-se a construção de equilíbrios estáveis e pluralismo. Também está presente nas preocupações desses autores o relativo às transformações no recrutamento e o perfil dos parlamentares, especialmente no âmbito nacional, regional e local.⁵³

⁵³ Também, conferir Cotta e Best (2008).

Ao mesmo tempo, Eva Etzioni-Halevy (1999) ausculta a vinculação entre elites, desigualdade e qualidade da democracia nas sociedades ultramodernas. A autora israelense julga relevante reconhecer os esforços das elites políticas para agir com Liberdade e com ética. Ela também demanda de maior sensibilidade dos grupos dominantes na hierarquia social diante das necessidades dos mais desfavorecidos. Isto é, uma maior atenção para a inclusão social como tarefa prioritária das lideranças políticas, mormente em contextos de alta vulnerabilidade. Portanto, tratar-se-ia de uma virtual renovação do contrato social, que necessariamente deverá se atentar para as convergências, as afinidades eletivas e as desarmonias usualmente existentes entre as elites, Estado e classe social.

Leonardo Morlino (2011) considera que a liderança política é importante no estudo e pesquisa da qualidade da democracia efetivamente existente. Sob uma perspectiva mais abrangente, é pertinente acrescentar que, dentre as diferentes alternativas teórico-metodológicas disponíveis para se aproximar à temática interdisciplinar da qualidade da democracia, o modelo analítico desenvolvido pelo referido acadêmico italiano é especialmente significativo e influente neste ensaio. Portanto, neste capítulo se aceita, junto a Morlino (2011, p. 7), que: “Uma boa democracia ou bem uma democracia de qualidade é aquela ordem institucional estável que permite a realização da liberdade e igualdade dos cidadãos através de instituições e mecanismos adequadamente funcionais.”

Perceba-se o esforço desse autor em propor um modelo analítico que possa aproveitar os conhecimentos gerados nos principais enfoques da teoria democrática contemporânea; quer dizer, a democracia eleitoral, participativa, igualitária, majoritária, consensual, deliberativa e/ou liberal. Do mesmo modo, no modelo morliniano recomenda-se auscultar e mensurar questões de conteúdo, de resultado e de procedimento.

Especificamente o atinente à liderança política está presente nas seguintes dimensões da qualidade da democracia: Estado de Direito, prestação de contas eleitoral e interinstitucional, competição, e responsividade. Todavia, esse autor italiano alerta que, em certas oportunidades, parcelas da classe dirigente podem formular e implementar o que ele denominada de “estratégias de subversão”, com graves implicações, especialmente ao enfraquecer o controle popular, a transparência, o equilíbrio entre poderes republicanos, e outras ações semelhantes.⁵⁴

⁵⁴ Algumas das estratégias de subversão que atentam contra a qualidade da democracia na atualidade são as seguintes: (i) redução da liberdade de expressão, (ii) repressão das organizações da sociedade civil, (iii) enfraquecimento do Estado de Direito, (iv) redução da qualidade dos processos eleitorais, (v) violência política contra opositores, (vi) desinformação, discurso de ódio e divulgação de notícias falsas, (vii) cerceamento dos canais de deliberação e participação política, (viii) redução da liberdade acadêmica e cultural, e (ix) polarização. Essas estratégias podem ser comparadas com as apresentadas pelo próprio Riker (1986), e que serão analisadas em páginas subsequentes deste capítulo. Também, conferir Urbinati (2014).

Por conseguinte, cumpre insistir que, em um contexto global de autocratização, o elitismo democrático ganhou maior urgência e relevância, inclusive no continente latino-americano e caribenho. Ocorre que a qualidade da liderança política está sendo testada pelas ameaças de líderes fortes (cesarismo), neopopulistas ou propriamente autocráticos. Eis questões centrais tanto para o elitismo, como para a teoria democrática contemporânea, especialmente o relativo à arte da manipulação estratégica ou à tomada gradual do poder – ambas as situações sumamente preocupantes (Przeworski, 2020).

William H. Riker, a herestese e a arte da manipulação estratégica em democracias realmente existentes

William H. Riker (1920-1993) foi um dos mais importantes autores do elitismo democrático, principalmente dos vinculados à Escola de Rochester (Amadae; Mesquita, 1999). Ainda que pouco conhecido na comunidade acadêmica latino-americana, esse professor se destacou em temas convergentes com a teoria das elites políticas. Ele também avançou na teoria das escolhas sociais, na teoria dos jogos, na noção das falhas do governo democrático, e na teoria econômica da política. Embora não isento de críticas, nomeadamente por sustentar uma concepção aparentemente aristocrática do regime democrático, bem como certo conservadorismo, esse pesquisador deixou um legado importante, pelas suas implicações teórico-metodológicas e empíricas, até mesmo no tocante ao conceito de herestese. Segundo o próprio Riker (1983), dito conceito pode ser entendido da seguinte forma:

Herestese, na minha cunhagem da palavra, tem a ver com a manipulação da estrutura de gostos e alternativas dentro das quais as decisões são tomadas, tanto a estrutura objetiva quanto a estrutura que aparece aos participantes. É o estudo da estratégia da decisão. (Riker, 1983, p. 55; tradução nossa)

Para o referido autor, o neologismo herestese teria sido inspirado no grego antigo. Ele compartilharia a mesma raiz da palavra heresia. Riker comenta que não quis utilizar em seu trabalho acadêmico o termo heresia pelas suas conotações e implicações mágico-religiosas. Destarte, a noção de herestese teria relação com a manipulação estratégica, as habilidades de retórica, convencimento e persuasão, o desejo de ganhar no jogo político (astúcia, sagacidade, esperteza) e até com o abuso de poder. Para o autor, dita manipulação estratégica na política democrática poderia vir a acontecer tanto nas relações entre a liderança política e as massas (prestação de contas eleitoral ou vertical), como ao interior do grupo dominante (prestação de contas interinstitucional ou horizontal). Sendo que esta última categoria inclui as relações governo-oposição, executivo-legislativo-legislativo, maioria-minoria, ou centralismo-federalismo. “Embora a coleção de casos herestéticos seja recente, o envolvimento humano [na manipulação estratégica] é fácil de observar em diferentes épocas e lugares. A herestese é de fato universal”, acrescenta a mesma fonte (Riker, 1983, p. 56).

O trabalho seminal que abordou o conceito de herestese foi publicado por Riker (1983) em formato de capítulo. Previamente, ele tinha publicado obras bastante conhecidas sobre as interioridades e peculiaridades da política doméstica dos Estados Unidos. Posteriormente, Riker (1986) lançou sua obra principal no tocante ao problema-objeto deste ensaio; isto é, *The Art of Political Manipulation*. Vale sublinhar que esses trabalhos sobre a manipulação estratégica na política democrática se fundamentavam em consistentes bases teóricas (teorema da impossibilidade de Arrow), empíricas (deliberação, participação política, captura do Estado) e historiográficas (estudos greco-romanos ou clássicos, história política estadunidense desde a época da independência). Sendo assim, o acadêmico em questão impulsionou um esforço para compreender o exercício das técnicas do poder nas democracias realmente existentes. Por conseguinte, ele é considerado como um dos principais elitistas democráticos estadunidenses das décadas de 1970 e 1980.

Em paralelo, dando continuidade às inferências básicas da teoria das elites políticas citadas em parágrafos prévios, o conceito de herestese pressupõe que existem brechas importantes entre as normas e legislação formal, de um lado, e a prática política cotidiana, especialmente na relação liderança-massa, bem como ao interior da classe política. Tais brechas na legislação são conhecidas e efetivamente aproveitadas com ganhos marginais por políticos herestéticos. Fundamentalmente, a herestese poderia acabar se manifestando através da demagogia, da captura do Estado, do messianismo, do populismo ou da assim chamada “tirania da maioria”.

Para além disso, o político herestético tenderia a privilegiar o pragmatismo, a criatividade, a sagacidade, e a esperteza. Observem-se as afinidades eletivas entre o conceito de herestese e a noção da “raposa política” de Pareto (1991). Concomitantemente, Riker (1986, p. ix) pondera que a: “Herestese é uma arte, não uma ciência.” Por conseguinte, “Não existe um conjunto de leis científicas que possam ser mais ou menos mecanicamente geradas para gerar estratégias bem sucedidas.”

A manipulação estratégica na política democrática inerente ao conceito de herestese se consegue atingir pela via da aplicação de certas técnicas, com a finalidade assegurar vitórias no jogo político, especialmente em termos parlamentares e eleitorais. Por conseguinte, trata-se de ajustar os recursos disponíveis com vistas a ganhar no processo político. Naturalmente, isso implica realizar um esforço sistemático para transformar situações eventualmente desfavoráveis em favoráveis, para atingir os objetivos desejados (Drew, 2019). Acredita-se que um político herestético – isto é, astuto, sagaz, oportunista, trapaceiro ou audacioso – pode manipular os processos de tomada de decisão, com importantes consequências eleitorais, governamentais ou institucionais.

Em conformidade com o modelo rikeriano, entre essas técnicas destacam-se: (i) a manipulação de dimensões, entendida como a possibilidade de expandir ou reduzir os tópicos desejáveis ou não da agenda de trabalho (modelagem de escolhas, economia política, relação executivo-legislativo); (ii) o controle da agenda, quer dizer manejar a sequência na qual os proces-

tos de tomada de decisão são determinados, isso inclui privilegiar as escolhas que mais interessam (teoria de formação da agenda política); e (iii) o voto estratégico – principalmente no debate legislativo –, procurando influenciar ao máximo os processos de tramitação e votação, sendo que em alguns casos, seria razoável sacrificar interesses de curto prazo desde que sejam assegurados outros interesses de longo prazo (sistemas e táticas de votação) (Riker, 1983, pp. 63-64). Perceba-se que algumas dessas técnicas herestéticas citadas no modelo rikeriano poderiam ser comparáveis às assim chamadas “estratégias de subversão” denunciadas por Morlino (2011).

Junto às técnicas anteriores, Riker outorga grande relevância à retórica, deliberação, participação e ação comunicativa em regimes democráticos (Cohen, 2007). Em efeito, o acadêmico em referência considera que um político herestético deverá ter uma importante capacidade de convencimento, razoabilidade e persuasão, tanto no tocante ao relacionamento com os cidadãos eleitores ou massa, quanto na interlocução junto aos pares do grupo dominante.

Com relação aos primeiros, o modelo rikeriano concorda com Joseph Schumpeter (1961), no sentido de tirar proveito do baixo interesse que a maioria dos eleitores tem em relação aos programas e campanhas políticas. Vale reiterar que em vários trabalhos publicados, Riker e outros teóricos da escola de Rochester são céticos em relação aos sistemas e mecanismos de votação, tanto quanto ao valor do voto como expressão das preferências reais dos eleitores. Com efeito, fortemente inspirado por Kenneth Arrow (1963; 1983) e seu teorema da impossibilidade – também co-nhecidas como o paradoxo do voto (Brue, 2005, pp. 407) –, o modelo rikeriano parece questionar a importância e transcendência dos sistemas de votação, assim como de sua capacidade de aproximar as preferências individuais das escolhas sociais ou garantir o bem-estar econômico e social (Sen, 2007). A esse respeito, considere-se, por exemplo, a seguinte ponderação bastante influenciada pelo teorema da impossibilidade de Arrow:

A razão pela qual as agendas são manipuláveis e, de fato, porque, em geral, todas as instituições são manipuláveis é que para nenhuma dessas instituições pode ser garantido em todos os casos que a escolha social será independente do método pela qual foi escolhida. (Esta é, de fato, uma maneira de afirmar o teorema de Arrow, que é o teorema fundamental da teoria da escolha social). E se a escolha depende em parte da forma como foi selecionada, os políticos podem razoavelmente esperar mudar o resultado se puderem mudar a forma como as perguntas são feitas, ou as considerações que influenciam o julgamento dos participantes, ou a forma como os votos são contados, ou quais votos são contados, e assim por diante. (Riker, 1986, p. 142; tradução nossa).

Já em relação à interlocução junto aos pares, o mesmo autor demonstra com numerosos exemplos históricos as capacidades de certos políticos que, através da aplicação do conceito de herestese, conseguiram transformar cenários

potencialmente desvantajosos em resultados favoráveis, especialmente em campanhas eleitorais, relações executivo-legislativo ou debates legislativos de alta relevância e transcendência. Eis o famoso ditado: “Conversando a gente se entende”. Sem esquecer que a elite política normalmente tem interesses estratégicos e coletivos a defender, e em benefício próprio (Dryzek, 2002).

Em síntese, no marco geral da teoria das elites políticas, Riker constata que nas democracias realmente existentes a manipulação estratégica e as atividades cotidianas da liderança política geram impactos significativos (MacKie, 2014). No fundamental, esse autor manifesta reiteradamente preocupações relacionadas às eventuais ameaças da “tirania das maiorias”, ao fenômeno político-social do “populismo” – caracterizado de forma bastante laxa ou elástica (Dowding, 2006)⁵⁵ –, ou mesmo da dignidade republicana do conjunto do grupo dominante na hierarquia social. Sendo assim, o conceito de herestese acaba iluminando uma situação bastante problemática e desafiante para o elitismo, para a teoria política contemporânea e para os estudos interdisciplinares sobre a qualidade da democracia (Ruostetsaari, 2006).

Sobre “raposas”, demagogos e espertalhões: reflexões sobre a continuidade, mudança e ruptura no perfil dos grupos dominantes na hierarquia político-social

O conceito de herestese foi, como dito, proposto por William H. Riker (1983; 1986). Trata-se de um neologismo cuja raiz gramatical provém do grego antigo, e compartilha a noção de heresia – porém sem uma concepção teológica ou mágico-religiosa. Nesse sentido, um político herestético vem a ser um agente manipulador, astuto, sagaz e mesmo ardiloso. Nessa categoria também entrariam demagogos, inovadores, espertalhões e trapaceiros. Não está claro se o referido conceito inclui casos de evidente corrupção política e condutas criminosas conexas, bem como a prática do lobby. Portanto, sob o ponto de vista da teoria das elites políticas, o conceito de herestese se aproxima da noção da “raposa” no sentido paretiano. Isto é, um agente habilidoso, jeitoso, competente e que consegue se dar bem no jogo político (McLean, 2002).

⁵⁵ No modelo rikeriano, o populismo é associado ao desejo de continuísmo de muitos governantes. Mais especificamente a crítica ao populismo identifica-se na manipulação das leis eleitorais para procurar reeleições sucessivas, além das referidas tentativas de irregular exercício do mandato e de implementação de estratégias de subversão da ordem constitucional.

Perceba-se que as principais técnicas relacionadas ao conceito de herestese – quer dizer, o controle da agenda, o voto estratégico e a manipulação das dimensões – podem ser corroboradas, quer em democracias liberais, quer em democracias eleitorais. Logo, sob o ponto de vista acadêmico, a arte da manipulação estratégica teria um lastro teórico-metodológico e empírico bastante consistente, inclusive em contextos de alta vulnerabilidade (Vidal, 2012).

A bem da verdade, a mencionada manipulação estratégica é muito mais antiga que o modelo desenvolvido por Riker e outros representantes da escola de Rochester. Considerando tão somente à época moderna e contemporânea, ela tem antecedentes desde o processo de ampliação da cidadania política, das lutas pela democracia e da formação dos modernos Estados-nacionais nos séculos XVI a XX (Strauss; Cropsey, 2013). Aliás, muitos dos exemplos históricos citados por Riker para convalidar seu conceito de herestese formam parte do desenvolvimento dos Estados Unidos desde os primeiros anos da independência e formação do Estado, nomeadamente no âmbito das relações executivo-legislativo.⁵⁶ Por conseguinte, a arte da manipulação estratégica na política democrática acompanha, *pari passu*, os esforços orientados ao fortalecimento e qualificação desse tipo de regime, nos mais diversos países e continentes. Daí que, em retrospectiva, a herestese seja, no melhor dos casos, um incômodo companheiro de viagem dos projetos de orientação democrática na contemporaneidade (Weale, 1995).

Para os estudos e pesquisas sobre a qualidade da democracia na atualidade, o desafio derivado do conceito de herestese tornou-se ainda mais relevante. Ocorre que, se de um lado a qualidade da liderança política é sumamente necessária e mesmo incontornável; de outro, em muitos sistemas segmentos das elites podem acabar erodindo a credibilidade do regime democrático, com graves consequências e desdobramentos (Levitsky; Ziblatt, 2018). Isso é particularmente evidente nas dimensões da prestação de contas eleitoral e interinstitucional, da competição e do Estado de Direito. Perceba-se, assim, que as preocupações geradas pela manipulação e seu impacto na política democrática próprias do modelo rikeriano oferece interessantes oportunidades analíticas para os pesquisadores especializados no elitismo (Weale, 1984).

Em paralelo, é recomendável levar em consideração que o referido modelo analítico parte de premissas bastante rígidas, herdadas da teoria econômica da política, bem como de um persistente ceticismo – e até conservadorismo

⁵⁶ Riker (1983; 1986) também utiliza numerosos exemplos da antiguidade greco-romana para sustentar a validade, confiabilidade e pertinência do conceito de herestese.

– do próprio Riker, especialmente com relação aos sistemas eleitorais e à qualidade da liderança política nas democracias realmente existentes. Sob um ponto de vista mais abrangente, o assunto em questão é ainda mais relevante considerando o processo de autocratização atualmente em curso, conforme identificado por numerosos analistas e institutos de pesquisa especializados no devir da qualidade da democracia (V-Dem, 2023).

Sobre isso, é pertinente lembrar que, segundo o relatório de Latinobarómetro (2021, p. 41), quando indagada sobre a pergunta: “para quem se governa?”, mais de 70% de uma amostra da opinião pública latino-americana afirmou que “se governa para os interesses de uns poucos.” Somente 20% dos entrevistados acreditavam que os governos democráticos do continente exerciam o poder político “para as maiorias”. Em outras palavras, o desempenho das elites políticas da maior parte do continente era rejeitado pela opinião pública, por se considerar fundamentalmente que “se governa para grupos poderosos e em seu próprio benefício.” Errada ou não, tal percepção da opinião pública era particularmente marcante em países como Paraguai (93%), Costa Rica (89%) e Equador (87%) – no caso brasileiro, essa opinião seria compartilhada por 71% da amostra.

Outrossim, no mais recente relatório de Latinobarómetro (2023, p. 13), para além de alertar sobre o persistente processo de erosão democrática, se atribui, parcialmente, a responsabilidade por esse estado de coisas ao desempenho da liderança política. No referido documento afirma-se, por exemplo, que “São as elites as que têm fracassado na América Latina.” Acrescentando que as referidas elites políticas “têm erodido a fortaleza das instituições ao tentar forçar as regras do jogo para fincar-se no poder.” Destarte, pondera-se nesse importante documento o seguinte:

A América Latina vive uma crise, principalmente de sua elite, que por sua vez desencadeia uma crise de representação. Essa crise da elite tem seu indicador mais claro na presidência, em uma região onde os personalismos enfraqueceram a democracia. É observada uma ambição excessiva de poder que motiva presidentes, partidos políticos e coligações permanecer no poder, mesmo à custa de quebrar as regras da democracia. Devido à crise e atomização do sistema de partidos políticos, as pessoas se tornam mais importantes, enquanto a abundância de personalismos acentua a crise de representação. (Latinobarómetro, 2023, p. 15; tradução nossa)

Os dados e análises interpretativas de Latinobarómetro (2023) são convergentes com o problema-objeto desde capítulo. As ponderações acima permitem inferir que a reafirmação do projeto democrático latino-americano – isto é, da terceira macrorregião mais democrática do planeta, e onde 87% de sua população reside em países governados com dito regime político – também dependerá de um desempenho mais eficiente, conseqüente e republicano da liderança. Em termos operativos, isso implica insistir na relevância da prestação de contas eleitoral e interinstitucional e na contenção de práti-

cas excessivamente personalistas, herestéticas, populistas, autocratizantes e antirrepublicanas (Rosanvallon, 2018; Tilly, 2007).

Antes de concluir a presente seção do capítulo é pertinente acrescentar que tanto a teoria das elites políticas, quanto as contribuições do próprio elitista democrático William H. Riker, receberam algumas críticas (Walker, 1966). Ainda que por razões de espaço não seja possível aprofundar sobre o assunto neste ensaio, em última instância se entende que ambos – isto é, tanto a teoria das elites políticas quanto o modelo rikeriano – são altamente conceituados e legitimados. Além disso, mesmo após quatro décadas de existência, o conceito de herestese mantém uma considerável capacidade explicativa de fenômenos políticos e sociais. Tal capacidade explicativa é relevante principalmente em contextos de alta vulnerabilidade e de eventual erosão da democracia, inclusive pelos seus eventuais desdobramentos no presente e no futuro (Bobbio, 2001; Sen, 2013).

Conclusões

Apresentado por William H. Riker (1983), o conceito de herestese ainda mantém certa validade, confiabilidade e pertinência, principalmente no contexto da onda de autocratização vigente na atualidade (Lührmann; Lindberg, 2019). Ocorre que muitos desses processos de erosão da democracia – e mesmo de autocratização – são encabeçados por líderes e outros integrantes do grupo político dominante na hierarquia social, previamente escolhidos, legitimados e autorizados pela via eleitoral, porém que terminam seduzidos pela possibilidade do continuísmo, do personalismo e da imposição de estratégias de subversão em relação à ordem eleitoral-representativa (Haggard; Kaufman, 2021). Salvo melhor juízo, parece evidente que essas estratégias de subversão apresentam afinidades eletivas com o conceito de herestese, com a manipulação estratégica e com o abuso do poder político.

Mesmo sendo pouco conhecido nos meios acadêmicos latino-americanos, o modelo analítico de Riker ainda detém certa influência alhures. De fato, pesquisas inspiradas direta ou indiretamente no conceito de herestese estão indo além das tradicionais dimensões da prestação de contas eleitoral e interinstitucional, da competição política ou do Estado de Direito; todas elas importantes sob a perspectiva da qualidade da democracia. Em paralelo, a teoria econômica da política impulsionada pela escola de Rochester continua tendo certo prestígio e relevância, notadamente nas ciências sociais aplicadas e em comunidades epistêmicas de orientação conservadora e liberal (Miller, 1992).

Para os fins deste capítulo é especialmente significativo sublinhar que, além das necessárias considerações teóricas, o próprio Riker demonstrou em suas publicações uma persistente preocupação empírica e mesmo historiográfica. Esse cuidado na análise documental e na revisão sistemática da literatura especializada foi fundamental na validação interna e externa de seus dados e interpretações. Esse é outro dos pontos fortes do modelo em referência.

Posto isto, entende-se que, tanto para a teoria das elites políticas, quanto para a teoria democrática contemporânea ou mesmo para os estudos sobre a qualidade da democracia, as contribuições do citado autor merecem uma maior atenção dos pesquisadores, até mesmo dos historiadores políticos, particularmente dos profissionais especializados na evolução do regime e nas relações entre sociedade e Estado na contemporaneidade.⁵⁷

Outrossim, acompanhando os – severos – julgamentos presentes no último relatório de Latinobarómetro (2023), relativos às eventuais responsabilidades das elites no tocante ao modesto e até desalentador desempenho na condução dos governos, da formulação e implementação de políticas públicas e da institucionalidade republicana, fica novamente evidenciada a relevância do problema-objeto (Levitsky; Ziblatt, 2023). Essa é uma excelente alternativa para futuras pesquisas de relevância e impacto societal, mormente em contextos de alta vulnerabilidade político-social.⁵⁸

Infere-se, portanto, que o desafio analítico e interdisciplinar proposto por Riker a mais de quarenta anos atrás continua vigente. Na verdade, em um contexto de autocratização global, o problema teórico-metodológico e empírico pontuado pelo referido elitista democrático é ainda mais pertinente, complexo e até paradigmático. Evidentemente, entende-se que o modelo rikeriano impele-nos a gerar mecanismos republicanos que permitam conter e eventualmente reverter o excesso de herestese, de manipulação estratégica e de abuso do poder político incentivado por parcelas mais ou menos significativas das elites nas democracias realmente existentes (Pettit, 2012). Tendo dito isso, acredita-se que existe suficiente lastro de dados e interpretações para considerar como corroborada, ao menos provisoriamente, a hipótese deste capítulo.

⁵⁷ O estudo e a pesquisa das elites políticas e sociais ganhou ainda mais relevância nos últimos tempos, principalmente diante do persistente questionamento da qualidade da liderança e da representação. Esse questionamento e ceticismo diante da qualidade da liderança político-social tem aberto o caminho para a ascensão de candidaturas populistas.

⁵⁸ Outras temáticas igualmente relevantes de estudo e pesquisa poderiam enfocar a sua atenção nas transformações do recrutamento político-partidário, bem como na continuidade, mudança, metamorfose e ruptura no perfil dos dirigentes econômicos e sociais. Quer dizer, uma agenda de pesquisa sobre os grupos dominantes na hierarquia político-social que demanda de contribuições interdisciplinares, especialmente de cientistas políticos, historiadores, sociólogos, economistas e profissionais de áreas afins.

Referências

AMADAE, S. M.; MESQUITA, B. "The Rochester School. The Origins of Positive Political Theory". *Annual Review of Political Sciences*, 2, 1999, pp. 2698-295.

ANASTASIA, F., MENDONÇA, C.; ALMEIDA, H. "Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras". *Contexto Internacional*, 34 (2) 2012, pp. 617-657.

ARROW, K. J. *Social Choice and Justice*. Oxford: Basil Blackwell, 1983
Social Choice and Individual Values. 2ª ed. New York, Wiley, 1963.

BERMEO, N. "On Democratic Backsliding". *Journal of Democracy*, 27 (1), 2016, pp. 5-19.

BEST, H.; HIGLEY, J. *The Palgrave Handbook of Political Elites*. London: Palgrave MacMillan, 2018.

_____. *Democratic Elitism. New Theoretical and Comparative Perspectives*. Leiden: Brill, 2018.

BOBBIO, N. *El futuro de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. "Teoria das Elites". BOBBIO, N. MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Eds.), *Dicionário de Política* (4ª ed.), Brasília: Edunb, 1998, pp. 385-391.

BRUE, S. L. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Thompson, 2005.

COHEN, J. "Deliberative Democracy". In: ROSENBERG, S. W. (Ed.), *Deliberation, Participation and Democracy*. London: Palgrave MacMillan, 2007 pp. 219-236.

COTTA, M.; BEST, H. "Parliamentary representatives from early democratisation to the age of consolidated democracy". In: COTTA, M.; BEST, H. (Eds.), *Democratic Representation in Europe: Diversity, Change and Convergence*, Oxford: OUP Oxford, 2008, pp. 1-26.

DOWDING, K. "Can Populism Be Defended? William Riker, Gerry Mackie and the Interpretation of Democracy". *Government and Opposition*, 41 (3), 2006, pp. 327-346.

DREW, J. "How losers can turn into winners in disputatious public policy: a heuristic for prospective herestheticians". *Australian Journal of Political Science*, 54 (1), 2019, pp. 167-182

DRYZEK, J. S. *Deliberative Democracy beyond Liberal Critics and Contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DRYZEK, J. e List, C. "Social Choice Theory and Deliberative Democracy. A Reconciliation". *British Journal of Political Science*, 33 (1), 2003, pp. 1-28.

ETZIONI-HALEVY, E. "Elites, Inequality and the Quality of Democracy in Ultramodern Society". *International Review of Sociology*, 9 (2), 2010, pp. 239-250.

FAORO, R. *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. *Backsliding: Democratic Regress in the Contemporary World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

HIGLEY, J. "Democracy and Elites". In: ENGELSTAD, F.; GULBRANDSEN, T. (Eds.), *Comparative Studies of Social and Political Elites. Comparative Social Research*. Amsterdam: Emerald Group Publishing, 2006, pp. 249-263.

KELLER, S. *Beyond the Ruling Class*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1991.

Latinobarómetro. *Informe 2023: La recesión democrática de América Latina*. Santiago de Chile: Corporación Latinobarómetro, 2023.

Latinobarómetro. *Informe 2021. Adiós a Macondo*. Santiago de Chile: Corporación Latinobarómetro, 2021.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

_____. *Como salvar a democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. A "Third Wave of Autocratization is Here: What is New About It?". *Democratization*, 7 (26), 2019, pp. 1095-1113.

MACKIE, G. "The Reception of Social Choice Theory by Democratic Theory". In: NOVAK, S.; ELSTER, J. (Eds.). *Majority Decisions. Principles and Practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 77-102.

MANIN, B. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MCLEAN, I. William H. "Riker and the Invention of Heresthetic(s)". *British Journal of Political Science*, 32 (3), 2002, pp. 54-57.

MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Edunb, 1982.

MILLER, D. "Deliberative Democracy and Social Choice". *Political Studies*, 40 (Especial), 1992, pp. 54-67.

- MILLS, C. W. *A Elite do Poder*. 4a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MORLINO, L. *Changes for Democracy: Actors, Structures, Processes*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MOSCA, G. "A classe dirigente". In: SOUZA, A. (Ed.). *Sociologia política. Textos básicos de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, pp. 51-69.
- PARETO, V. *The rise and fall of elites. An application of theoretical sociology*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1991.
- PERISSINOTTO, R.; COSTA, L.; MASSIMO, L. *As elites políticas. Questões de teoria e método*. Curitiba: Intersaberes, 2018.
- PETTIT, P. *On the People's Terms: A Republican Theory and Model of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- PREWITT, K.; STONE, A. "The Ruling Elites". In: OLSEN, M., MARGER, M.; FONSECA, V. (Eds.). *Power In Modern Societies*. London: Routledge, 1993, pp. 125-136.
- PRZEWORSKI, A. *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PUTNAM, R. *The Comparative Study of Political Elites*. London: Prentice-Hall, 1976.
- RIKER, W. H. *The Art of Political Manipulation*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- _____. "Political Theory and the Art of Heresthetics". In: FINIFTER, A. W. (Ed.). *Political Science. The State of the Discipline*. Washington: American Political Science Association, 1983, pp. 47-67.
- _____. (1982). *Liberalism Against Populism. A Confrontation Between the Theory of Democracy and the Theory of Social Choice*. Prospect Heights: Waveland Press Inc., 1982.
- _____. *Good Government. Democracy beyond Elections*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- _____. *Democratic Legitimacy. Impartiality, reflexivity, proximity*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- _____. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.
- RUOSTETSAARI, I. "Elites and Democracy: Are they Compatible?" In: ENGELSTAD, F.; GULBRANDSEN, T. (Eds.). *Comparative Studies of Social and Political Elites*. Comparative Social Research. Amsterdam: Emerald Group Publishing, 2006, pp. 265-274.

- SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1994.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- _____. *Elección colectiva y bienestar social*. Madrid: Alianza Editorial, 2007.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- STRAUSS, L.; Cropsey, J. *História da Filosofia Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- TILLY, C. *Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- URBINATI, N. *Democracy Disfigured: Opinion, Truth, and the People*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- V-Dem *Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot*. Gotemburgo: V-Dem Institute, 2024.
- V-Dem. *Democracy Report 2023: Defiance in the Face of Autocratization*. Gotemburgo: V-Dem Institute, 2023.
- VIDAL, G. *Desigualdad social y equidad política. Ensayos críticos de teoría democrática*. Cidade do México: Porrúa e UAM, 2012.
- WALKER, J. L. "A Critique of the Elitist Theory of Democracy". *The American Political Science Review*, 60 (2), 1966, pp. 285-295.
- WEALE, A. "William Riker and the theory of democracy". *Democratization*, 2 (3), 1995, pp. 377-395.
- _____. "Social Choice versus Populism? An Interpretation of Riker's Political Theory". *British Journal of Political Science*, 14 (3), 1984, pp. 369-385.

SEGUNDA PARTE

**América Latina e o fenômeno
dos populismos do século XXI**

CAPÍTULO 8

¿POR UNA DEMOCRACIA POPULISTA? EL CASO DEL (RE)SURGIMIENTO DE LAS DERECHAS RADICALES EN AMÉRICA LATINA

Agustina Martiarena

Introducción

Durante la última década, diferentes países alrededor del mundo, cuyos ciudadanos presentaban indicadores de fuerte apoyo a la democracia, han presenciado el ascenso de líderes, movimientos o partidos populistas de derecha radical. Los ejemplos son variados: Trump en Estados Unidos, Orbán en Hungría, Le Pen en Francia, Salvini y Meloni en Italia, Vox en España y Chega! en Portugal. En América Latina, podemos mencionar a los Fujimori y Lopez Aliaga en Perú, a Hernández en Colombia, Cero en Ecuador, Kast en Chile, Nayib Bukele en El Salvador, Cabildo Abierto en Uruguay y Bolsonaro en Brasil.

Esta irrupción repercutió en la academia que desde diferentes áreas y perspectivas buscó tanto explicar cómo nombrar el fenómeno. Así el populismo se volvió asunto frecuente en los principales congresos y revistas de las ciencias sociales a nivel internacional. Pero esto no significa ni que es un fenómeno nuevo ni que existe un cierto consenso sobre el uso del mismo.

En el debate de este fenómeno el presente trabajo propone observar el avance del populismo de derecha radical en América Latina, continente que guarda una fuerte relación con el populismo. Aunque Latinoamérica comparte rasgos, especialmente aquellos heredados del período colonial, los países presentan profundas diferencias, especialmente en términos económicos, sociales y políticos.

La literatura sobre el populismo en la región es extensa, por lo tanto, existen diversas explicaciones para la (re)emergencia de líderes populistas de derecha, con distintos niveles de radicalidad. Es partiendo de este debate que el presente artículo observa a partir de las principales teorías sobre la demanda de este populismo verificando si estas ayudan a explicar la región latinoamericana.

americana. Así, este trabajo pretende observar este fenómeno en dos etapas comparando los casos peruano y uruguayo; el primero por su histórico de populismo de derecha sea con Fujimori padre y actualmente su hija, Keiko que compite por la derecha con López Aliaga, al tiempo que llega, por voto popular a la presidencia un candidato generalmente llamado por la prensa “populista de izquierda” y Uruguay con la llegada del partido Cabildo Abierto que amalgama las herencias de la derecha conservadora que parecía olvidada y consigue formar parte del gobierno a partir de integrarse a la colación gobernante.

Primeramente, se presenta algunas de las principales definiciones de populismo específicamente de la derecha radical populista, para detenerse en el abordaje ideacional que funcionará como base teórica. A continuación, observa desde la base de datos de Latinobarómetro algunas de las variables explicativas para el surgimiento de derechas radicales a partir de la propuesta de Mudde y Rovira, y de Mols y Jetten. Por entender que estas explicaciones necesitan ser profundizadas, la sección “la historia importa” como indica el nombre pretende expandir la explicación al profundizar el método histórico comparativo.

Finalmente, este trabajo presenta sus consideraciones finales en la que muestra mejoras a ser implementadas en futuros trabajos, así como las principales características que podrían ser incorporadas para comprender mejor como se forma la demanda de populismo en cada caso.

Populismo y sus múltiples definiciones

La aparición de los líderes mencionados anteriormente ha llevado a la Ciencia Política a retomar un concepto que parecía haber caído en desuso, el populismo. Este concepto ha sido ampliamente debatido y cuestionado por la academia, también utilizado por periodistas para referirse a actitudes políticas negativas y por políticos que buscan deslegitimar a sus adversarios.

Para Norris e Inglehart (2019) los orígenes del concepto populismo se remontan a los Cartistas en la Gran Bretaña victoriana, los revolucionarios Narodnik en la Rusia zarista, los movimientos fascistas en las décadas de entreguerras, el Peronismo en Argentina y el Poujadismo en la Francia de la posguerra.

Desde una perspectiva histórica, el análisis del populismo en América Latina se inició con el surgimiento de políticos como Perón, Vargas y Cárdenas. Según Germani (1964), uno de los primeros en intentar explicar este fenómeno, el populismo se considera un tipo particular de movimiento social y político que surge de las contradicciones entre la sociedad tradicional y la industrial. Se caracteriza por su forma autoritaria de dominación e incorporación de los sectores marginalizados a la política, a través de un líder carismático y caudillista, que no promueve el desarrollo de una ideología propia ni una conciencia de clase. A este fenómeno se le denomina "populismo clá-

sico", y cuenta con exponentes como Di Tella (1965) en Argentina e Ianni (1975) en Brasil.

En décadas posteriores, surgió una nueva generación de estudios sobre el populismo (Weyland, 2001; Panizza, 2005; Laclau, 2005). Esta corriente rechaza la explicación del populismo como simplemente consecuencia del desarrollo o un fenómeno exclusivo de países dependientes en proceso de industrialización. Un punto en común entre estos estudiosos es su visión del populismo como una estrategia política empleada por líderes carismáticos y personalistas, tanto de derecha como de izquierda, que en momentos de crisis de representación, disputan el poder.

A diferencia de los anteriores, una nueva "ola" de populismo aparece en la década de 1990. El neopopulismo consiguió una rara unión entre apoyo popular y el apoyo a políticas neoliberales, desafiando el consenso de que no podía existir una derecha democrática de este tipo en Latinoamérica post dictaduras (Doval; Sourujon, 2023). El neopopulismo tiene entre algunos de sus representantes a Fujimori, Menem y Collor de Melo (De la Torre, 2009). Sin entrar en los debates de los estudiosos de esta época, cómo este trabajo aborda el caso peruano, profundizará en las próximas secciones el fujimorismo.

Por último, una tercera y más reciente generación de estudios observa los populismos de nuestra época tomando parte de las observaciones de los teóricos anteriores. Algunos defienden que el populismo es una *performance pública* (Moffit, 2016) que combina elementos populares con antielitismo y apela constantemente a una amenaza o crisis. Otros consideran que estos líderes son diferentes tipos de derechas que incorporan la dimensión socio-cultural (Mude, Kaltwasser, 2014) para activar demandas latentes contra la llamada agenda de derechos (Stefanoni, 2021) o que pese a sus especificidades nacionales se basan en vínculos transnacionales (Sanahuja; Lopez, 2019; Forti, 2021; Doval; Souroujon, 2023).

Finalmente el populismo ideacional (Mudde, 2004; 2017; Mudde; Kaltwasser, 2019) entiende el populismo como ideología fina que divide a la sociedad en dos grupos homogéneos y antagónicos, donde el "pueblo puro" se enfrenta a la "élite corrupta". También, para los autores, el populismo afirma que la política debe ser la expresión de la voluntad popular (*volonté générale*).

Para esta definición el populismo no es una ideología densa como liberalismo o comunismo capaces de explicar por sí mismas cualquier aspecto de la realidad social, pero si consigue hacerlo al asociarse a diversas ideologías. El populismo consigue unificar las ideologías que le permitan incorporar a quien se encuentra en los márgenes y generar una visión de mundo según el contexto específico al que respondan.

Simultáneamente presenta una visión maniqueísta de la sociedad a partir de dos grupos en los que el "nosotros" representa al pueblo puro asociado a la voluntad general que el populista defiende en el enfrentamiento de la

élite corrupta. Por ser una ideología fina, quien compone ese “nosotros” varía según el contexto.

En suma, el populismo ideacional en el cual se basa este trabajo entiende que el populismo nace de tres condiciones: 1) una cosmología maniqueísta y moral; 2) la construcción y defensa del “pueblo” como comunidad homogénea y virtuosa; y 3) el encuadramiento de una “élite” como una entidad corrupta y egoísta.

El populismo de derecha radical

Como presentado anteriormente, el populismo por ser una ideología delgada, se vincula o asimila a otras ideologías (Mudde, 2021). En el caso de este trabajo se busca comprender específicamente el populismo vinculado a la derecha radical, entendiendo esta clasificación como un tipo específico de la derecha caracterizado por antipatía y contestación del conjunto de normas y principios democráticos.

La interacción entre populismo y derecha radical es influenciada por el contexto y la historia, una vez que cada país tiene su propia trayectoria social y política que modela la naturaleza específica de ambos. No obstante, existen dos fenómenos que frecuentemente están presentes en esta relación simbiótica y que por lo tanto, puede tomarse como un patrón: nativismo y autoritarismo Mudde (2021).

El nativismo surge de la combinación entre el nacionalismo y la xenofobia originando lo que Mudde (2021) describe como “etnocracia”, donde la etnia extranjera es vista como una amenaza a los derechos de los nativos. El nativismo, tiende así a una especie de etnocracia de base étnica, cultural o religiosa contraponiendo a los nativos con los “otros”. Ya el autoritarismo, se basa en la punición a quien no se encaja en las características conservadoras del grupo “nosotros”.

El abordaje ideacional del populismo, como mencionan Mudde y Rovira (2019), resulta útil para su operacionalización, especialmente cuando se realizan comparaciones. Al mismo tiempo, como afirma Rooduijn (2014), la perspectiva ideacional permite alcanzar un consenso mínimo sobre este ampliamente debatido concepto, lo que facilita su análisis a lo largo del tiempo y el espacio. Además, resulta de interés para este proyecto, ya que la definición como una ideología delgada, permite comprender las particularidades de los casos.

Este abordaje presenta una caracterización del populismo que permite entenderlo en sus múltiples facetas aportando elementos fundamentales para entender cómo se forma la demanda del mismo. De modo general, los observadores de la demanda de populismo de derecha radical apuntan ciertas demandas fueron identificadas como una especie combustible, las principales de estas son: a) privación económica, b) aumento de la desigualdad económica, c) resistencia a la inmigración, d) ansiedad cultural y reacción cultural.

La ansiedad económica presupone que los votantes insatisfechos con su situación económica son más propensos a votar por candidatos populistas que prometen resolver dicha situación (Norris; Inglehart, 2006). Sin embargo, esta explicación cuenta con poco respaldo empírico (Mols; Jetten, 2020). Ya que, no hay una razón *a priori* para vincular insatisfacción económica específicamente con el voto hacia la derecha populista, candidatos de diferentes ideologías, pueden intentar movilizar a estos electores y no hay consenso sobre qué medida económica realmente puede predecir el voto.

El aumento de la desigualdad, cuenta con un respaldo empírico más sólido (Mols; Jetten, 2020). Según esta perspectiva, más importante que los niveles de riqueza es la forma en que se distribuye. En sociedades desiguales, se tiende a generar divisiones entre los ciudadanos como "ganadores" y "perdedores" de la distribución de recursos. Esto también contribuye a la polarización, también fueron identificados efectos psicológicos del distanciamiento social, donde aquellos que se sienten marginados en la sociedad tienen más incentivos para buscar alternativas "fuera" del sistema, favoreciendo populistas de derecha radical (Sprong, 2019).

La tercera explicación, resistencia a la inmigración, cuenta con fuerte sustento empírico, pero especialmente en los países europeos (Lancaster, 2020). Esta situación trae dos miedos, el que surge por la pérdida de los recursos – amenaza realista – y aquel que presupone la pérdida de la cultura y la identidad – amenaza simbólica. En América Latina, entretanto, esta explicación parece más limitada. Los países latinoamericanos no reciben la misma cantidad de inmigrantes que los países europeos y este no parece ser, por lo menos para la mayor parte de la región, un tema sobresaliente.

Finalmente, la explicación culturalista sostiene que existen divisiones culturales, especialmente marcadas por diferentes generaciones, que favorecen el voto hacia la derecha radical. Aunque cada país tenga una trayectoria particular, la tendencia es que las transformaciones económicas y demográficas sean la fuerza motriz que configura las generaciones (Inglehart, 1977). Con el avance de la modernización, las sociedades aumentan los niveles de renta, escolaridad y urbanismo; modificando la forma en que percibimos el mundo, incluyendo asuntos políticos. Por lo tanto, se supone que debería haber una diferencia entre generaciones, una menos moderna con valores más "tradicionales y materialistas", y otra más moderna con valores "seculares y postmaterialistas" (Inglehart; Welzel, 2006). Sin embargo, este proceso no es lineal, ya que las crisis económicas o las agitaciones sociales pueden provocar reacciones backlash, favorables al avance de una derecha radical populista (Norris; Inglehart, 2019).

Estas explicaciones pueden ser consideradas como dimensiones que se entrelazan entre sí. Por lo tanto, es posible comprender que el respaldo a los movimientos populistas de derecha radical es multifacético y que sus votantes pueden ser atraídos por diversos motivos. En este estudio, se busca examinar cómo estas teorías se manifiestan en América Latina.

Como mencionado anteriormente, este trabajo se cuestiona sobre la formación de la demanda de populismo de derecha radical en América Latina. Para comprenderlo utiliza dos estrategias. Primero analiza en la base de datos del Latinobarómetro, algunos de los mencionados principios y valores que puedan llevar a la formación de esta demanda. Seguidamente complementa los resultados obtenidos con la comparación histórica de ambos casos.

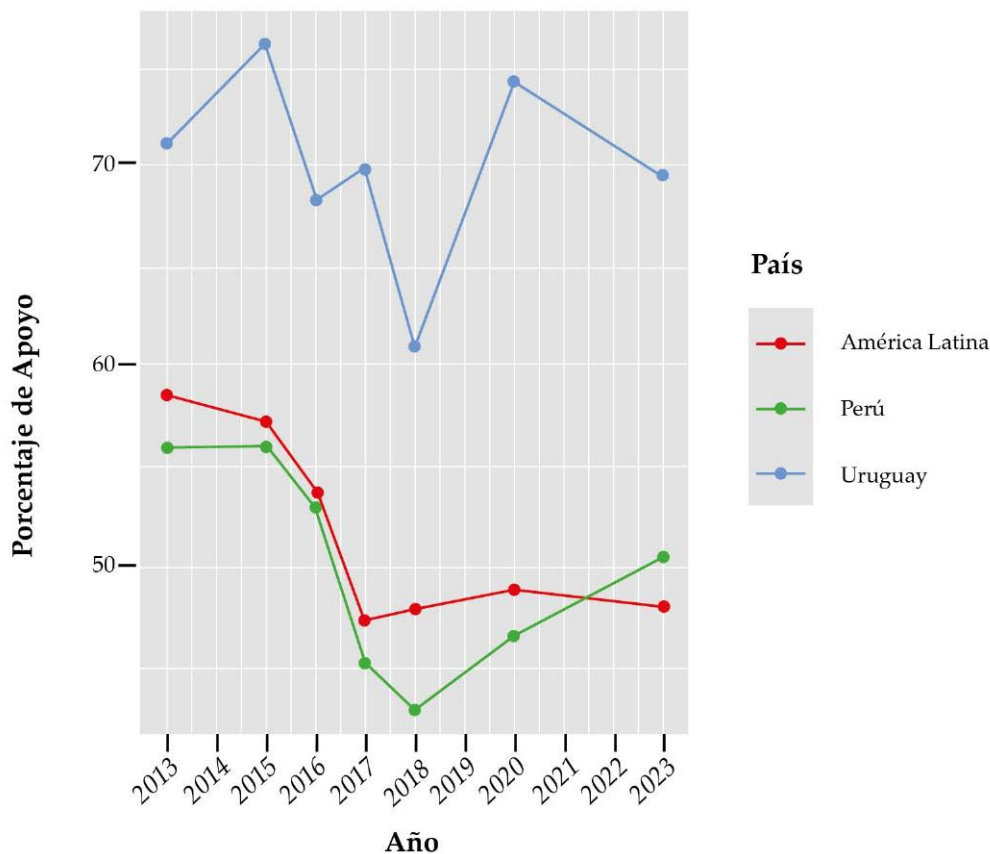
A partir de los datos obtenidos en la base de datos *online* del Latinobarómetro, este trabajo observa algunas de las variables explicativas presentadas en los abordajes teóricos, especialmente la percepción de privación económica, la desigualdad, la resistencia a la inmigración y, finalmente, la ansiedad y reacción cultural.

Antes de adentrarnos en estos aspectos, es importante examinar la relación entre los ciudadanos de ambos países y la democracia. Existe un amplio debate sobre la relación entre la democracia y el populismo. Algunos se cuestionan si las democracias están muriendo por el avance de los populismos (Levitsky; Ziblatt, 2018), otros afirman que el populismo amenaza las instituciones democráticas (Muller, 2018; Mounk, 2018) otros se preocupan por la generalización de la asociación entre populismo y autoritarismo (Mendonça; Machado, 2021) que ven en el caso latinoamericano el surgimiento de figuras como Evo Morales considerado populistas, pero no autoritario. El populismo puede ser simultáneamente amenaza y corrector de la democracia al apuntar sus fallas (Mudde, 2005; 2017; Mudde; Rovira, 2017; Levitsky; Ziblatt, 2018) volviéndose fundamental estudiar los diferentes casos.

Además se asume que en la actualidad la población de la región es democrática, pero el aumento en el apoyo a estos líderes que se muestran contrarios a sus principios y reglas. Y como muestra la parte teórica, los populistas en su visión maniqueísta de la sociedad, colocan a la clase política e instituciones democráticas como enemigas corruptas; resultando fundamental analizar cómo esto se refleja en la población.

En este contexto, el siguiente gráfico muestra de forma comparada la relación de los peruanos y uruguayos con la democracia, e incorpora América Latina para observar si los casos se comportan de forma similar a la región. El gráfico presentado a continuación muestra la respuesta de uruguayos, peruano y latinoamericanos que respondieron que “la democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno” en la serie histórica de la base de datos online del Latinobarómetro.

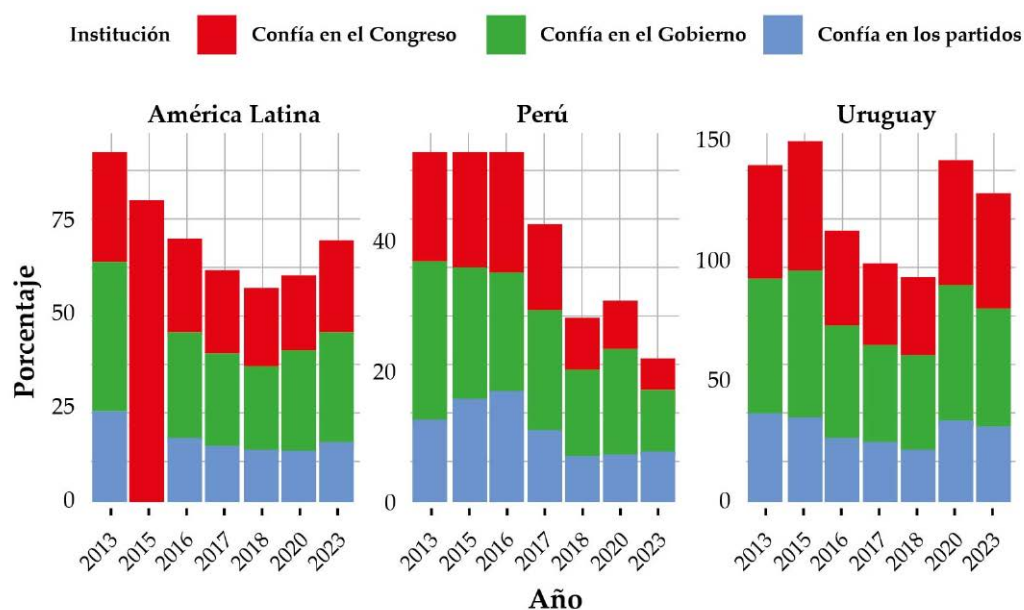
Gráfico 1 - Apoyo a la democracia



Fuente: Elaboración propia a partir de la base de datos online del Latinobarómetro

A partir del gráfico podemos ver la evolución de la relación de la población con la democracia, las líneas del mismo muestran a la población que aquí será llamada demócrata. Parecería ser que mientras parece haber más demócratas en Uruguay, Perú parece presentar un comportamiento muy diferente. Para comprender mejor esta relación así como observar este elemento en más profundidad se observa la confianza de peruanos y uruguayos en las instituciones democráticas. Para, posteriormente presentar una tabla sumando aquellos que respondieron que tienen mucha y algo de confianza en cada una de las instituciones presentadas a continuación:

Gráfico 2 - Confianza en las instituciones:



Fuente: Elaboración propia a partir de la base de datos online del Latinobarómetro

En este segundo gráfico se puede ver que los uruguayos tienden a una mayor confianza en las instituciones que el continente mientras que lo contrario ocurre en Perú. Así, al observar el gráfico 1 y el 2, vemos que Uruguay presenta más cantidad de lo que aquí llamamos demócratas.

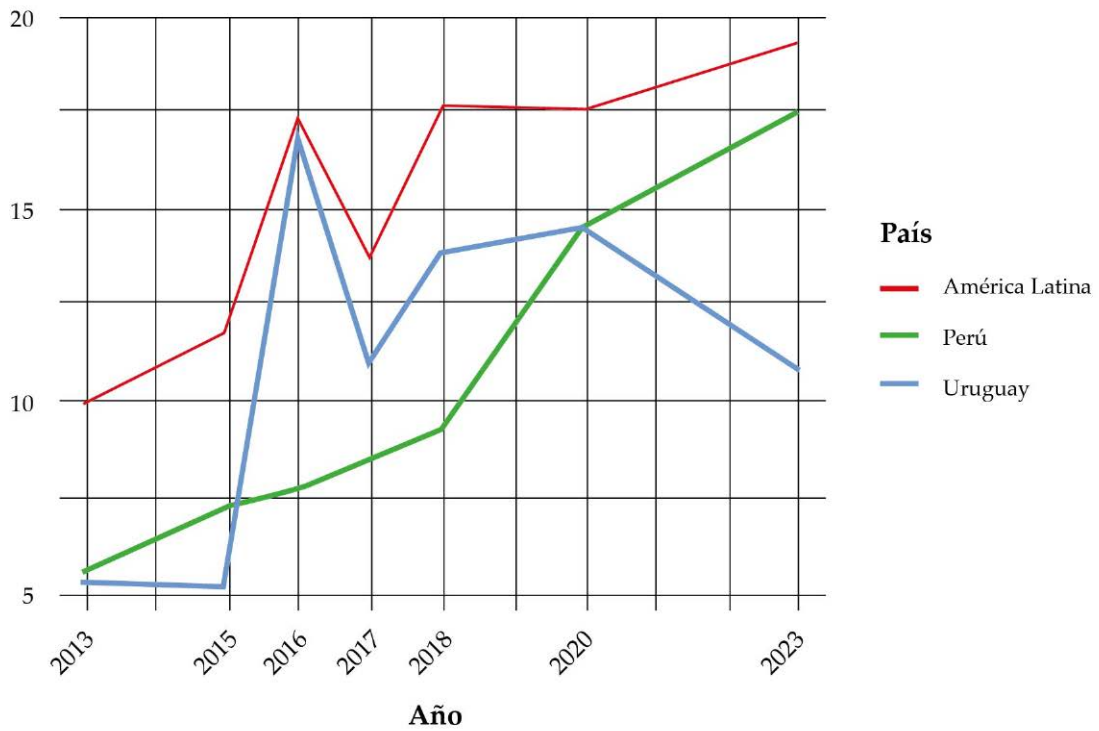
Pese a que para realizar conclusiones deberían ser analizados más elementos, parecería que existe un deterioro de la confianza en los partidos políticos en en ambos casos como en el continente, pese a que a partir del 2020 tiende a aumentar levemente, menos en Perú. Se visibilizó una caída en la confianza en el Congreso que en Perú se muestra muy baja y en Uruguay aumenta luego de 2020.

Sobre el caso peruano llama la atención que pese al leve aumento al apoyo a la democracia, incluso por encima del continente, no se visibiliza un aumento en la confianza en ninguna de las instituciones. Mientras que en el caso Uruguayo ocurre lo contrario, la confianza parece aumentar en 2020 pero en este mismo año el apoyo a la democracia decae.

Esto muestra que es necesario observar otros elementos para comprender estos movimientos. También deberían ser observados estos datos de forma correlacionada para entender cómo ambos se relacionan, esto no será realizado en el presente trabajo porque excede el objetivo del mismo pero si en futuros artículos.

La medición de la ansiedad económica ha demostrado ser un desafío complejo, así como su capacidad explicativa. A pesar de esto se observa aquellos que respondieron que prevén que la situación económica de su familia empeorará un poco o empeorará mucho en los próximos doce meses:

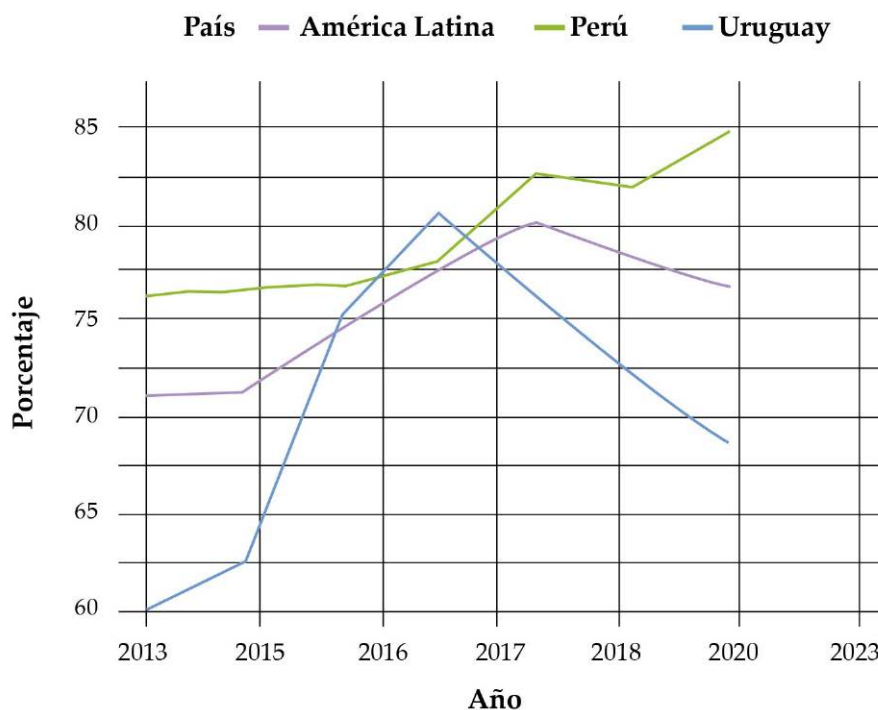
Gráfico 3- Percepción pesimista de la situación económica familiar



Fuente: Elaboración propia a partir de la base de datos online del Latinobarómetro

Como este gráfico se muestra poco explicativo se observará, la distribución de la riqueza que como se desarrolló en la parte teórica, ha emergido como un indicador más esclarecedor. A continuación se grafica aquellos que consideran que la distribución de riqueza en su país es injusta o muy injusta:

Gráfico 3 - Injusta distribución de la riqueza



Fuente: Elaboración propia a partir de la base de datos online del Latinobarómetro

Este trabajo considera importante observar la percepción del principal problema del país, con el propósito de obtener información sobre los sentimientos de la población en relación a la política, el sistema democrático y su situación personal.

Tabla 1 - Principal problema del país

Principal problema del país				
Perú	2017	2018	2020	2023
Mala Distribución del ingreso, injusticia social	0.3%	0.3%	-	3.1%
Desocupación/desempleo	6.7%	6.0%	8.3%	3.8%
La economía	7.3%	9.8%	13.9%	16.1%
Problemas de educación	5.1%	7.8%	4.8%	7.8%
Delincuencia/seguridad pública	36.8%	23.5%	6.4%	8.8%
Corrupción	18.9%	19.1%	18.3%	17.8%
Situación política	2.1%	8.0%	19.3%	26.1%
Inmigrantes	-	0.1%	-	0.1%
Uruguay	2017	2018	2020	2023
Mala Distribución del ingreso, injusticia social	2.0%	1.7%	1.3%	2.4%
Desocupación/desempleo	21.8%	14.3%	25.8%	16.8%
La economía	9.1%	10.3%	12.2%	13.4%
Problemas de educación	9.7%	7.1%	5.6%	11.4%
Delincuencia/seguridad pública	27.8%	42.5%	19.3%	22.3%
Corrupción	1.3%	0.5%	0.5%	0.8%
Situación política	4.9%	6.0%	4.2%	6.6%
Inmigrantes	-	-	0.1%	-

Fuente: Elaboración propia a partir de la base de datos online del Latinobarómetro

Estos problemas contribuyen a la explicación de la formación de las demandas de la población, que posteriormente podrían ser utilizadas por los populistas en cada caso, al tiempo que se puede observar que los principales problemas mencionados no parecen coincidir totalmente con los que presenta la teoría. Así en Uruguay el principal problema parece ser la seguridad pública, lo que debería ser observado en mayor profundidad si puede asemejarse a la percepción de inseguridad física; ya el caso peruano muestra un paso de la seguridad a la corrupción como principal problema.

Estos elementos fueron analizados por autores que mencionan la necesidad de observar lo que llaman de “tormenta perfecta”, esta activaría las actitudes

populistas cuando la “percepción general de que las amenazas a la existencia de la sociedad están presentes” (Mudde; Kalwasser, 2017). Para ellos esto ocurre cuando coinciden ciertos factores: la percepción general de amenaza a la existencia mínima de la sociedad como la recesión económica o divulgación sistemática de casos de corrupción y el sentimiento general de que el sistema político no responde.

Como fue mencionado una de las características del populismo, para los autores es el rechazo a la inmigración, que tanto a nivel nacional como regional, se mostró bajo. Para examinar esta cuestión en profundidad, se observan otras características de este tema.

Tabla 2. Relación con la inmigración

Inmigración:			
Perú	2020	Uruguay	2020
Aumento de criminalidad	72,2%	Aumento de criminalidad	20,6%
Competir por trabajo	64,0%	Competir por trabajo	53,6%
Perjudican al país	78,2%	Perjudican al país	39,5%
Mejoran la sociedad con sus ideas y cultura	30,0%	Mejoran la sociedad con sus ideas y cultura	69,5%
No mejoran la sociedad con ideas y cultura	70,0%	No mejoran la sociedad con ideas y cultura	30,4%

Fuente: Elaboración propia a partir de la base de datos online del Latinobarómetro

Aunque estas variables no se pueden traducir en una amenaza simbólica a la pérdida de identidad, estos datos pueden proporcionar una visión general de la población en relación a la inmigración. Mientras Perú muestra cifras más altas que Uruguay en relación a una visión más negativa de la inmigración, incluso por encima del promedio del continente. En el caso de Uruguay, el único indicador que resalta es la competencia por empleo, al observar este dato junto a los principales problemas del país, es posible deducir que esto parece reflejar más los problemas internos del país que la visión de los uruguayos sobre los inmigrantes.

Estas observaciones parecerían comprobar las críticas que algunos autores realizan a colocar la ansiedad o sentimiento de amenaza por la inmigración en América Latina, este parecería ser un asunto más europeo. Mudde y Rovira (2019) afirman que para este continente se asocia al clientelismo o a la mala gestión económica. Mientras que el primero no puede ser medido en el Latinobarómetro el segundo se puede asociar a los cuadros anteriores.

De esta forma, cabe a la segunda parte de este trabajo explorar más sobre aquello que podría generar ansiedad a esta población. La reacción cultural, resulta difícil de medir a partir de los datos obtenidos en esta base de datos, por lo tanto, este trabajo observa la historia política de ambos casos. De todas formas, se pondrá especial énfasis en las manifestaciones que generaron legados en la actualidad.

La historia importa

Esta sección se propone observar los elementos históricos que podrían presentar explicaciones contextuales de la formación de la demanda populista en cada caso. Ambos países presentan similitudes y diferencias que podrían ayudar a comprender la demanda actual de los líderes populistas.

Ambos, pese a haber sido colonias españolas, fueron modelos diferentes, por tanto formas diferentes de control y de organización de las clases sociales. Perú fue el principal Virreinato de España en América, con una fuerte estratificación social tanto por nivel de riqueza como de etnia, y con fuerte presencia de la iglesia católica. En cambio, Uruguay, fue lo que se podría llamar de colonia secundaria, donde la estratificación social se basó en la posesión (o no) tierras y bienes, donde la Iglesia católica no tuvo una relación tan profunda en la formación del Estado.

Este trabajo no pretende observar en profundidad los desdoblamientos de la colonización y su legado, pero sí considera la importancia de estos en la formación de los Estados durante el período de la independencia, como de los mitos fundacionales en el imaginario colectivo y formación de identidad en la formación de valores y actitudes. Por el corto espacio de este trabajo, profundiza en la formación de las derechas y de otros movimientos, especialmente los *anti-establishment*.

Mucha continuidad y dificultad en los cambios: breve historia política de Perú

Perú es uno de los países más conturbados políticamente de la región. Su historia política muestra una frágil democracia atravesada por varios quiebres autoritarios, hasta los días actuales, en los que la democracia que parecía estar consolidándose no consigue que los presidentes electos terminen sus mandatos, desde 2016.

Cotler (1980) sostiene que el principal problema de este país es la falta de una clase dirigente capaz de realizar un proceso de integración nacional y político de la sociedad peruana. Para este autor, las clases dirigentes que dieron origen al Estado no buscaron ni consiguieron mostrarlo como el representante de intereses colectivos. Esta perspectiva se alinea a la de Gil (2022) que considera que en el Perú del siglo XIX no se formó un partido conservador o religioso porque no era necesario. Según este autor, no existió en Perú, a diferencia de algunos pares latinoamericanos, una fuerza política liberal que se opusiera a la oligarquía o a la élite conservadora vinculada a la colonia.

Como será observado en esta sección, un elemento importante es que, hasta en los momentos de democracia, el Estado optó por reprimir los conflictos incentivando el aumento de la violencia como recurso político y no la inclusión. De este modo se visibiliza que la construcción de este Estado la llevó a cabo una oligarquía excluyente, que alejó lo popular.

Fue entre 1919 a 1930, el segundo gobierno de Leguía -oncenio de Leguía-, que se esperó la integración de las clases populares. Sin embargo, el gobierno optó por un modelo de expansión de capital sin interferir en la organización de clases. Como marca Cotler (1980), durante el final del segundo mandato, comienza a eclosionar este sistema oligárquico.

En este contexto, se funda en 1924 del Partido Aprista Peruano (APRA) liderado por Haya de la Torre, que, reunió la pequeña burguesía urbana, de carácter nacionalista y democrático (Colter, 1980), y en 1928 Mariátegui impulsa la fundación del Partido Socialista Peruano, anticolonialista, socialista y comunista. Este último desaparece en 1930 tras la muerte del líder, dejando un fuerte legado en la izquierda peruana y latinoamericana. Pese a la aparición de estos partidos y su propaganda, el Estado continuó sin incorporar los intereses populares y reprimiendo los conflictos, consecuentemente fue el APRA el único que se mostró como agregador de los intereses populares.

A su vez, el fascismo que crece en el mundo, llega a Perú, cuando surge la Unión Revolucionaria (UR), partido que gobernó de 1931 a 1933 luego del Golpe de Estado que da fin al gobierno de Leguía. A este le siguen una serie de gobiernos dictatoriales en los que se ilegalizan y persiguen los partidos opositores, especialmente apristas y comunistas.

Cabe destacar que existió un momento democrático - 1945 a 1948 - durante el cual gobernó José Luis Bustamante. Este fue electo democráticamente tras presentarse en la elecciones con una alianza de partidos en la que el APRA⁵⁹ era el principal. Nuevamente un Golpe de Estado interrumpe el mandato presidencial cuando los militares al mando de Manuel Odría, toman el Estado para sí gobernando hasta 1956.

El nuevo golpe termina con la vuelta de un ex presidente, Manuel Prado Ugarteche. Este, pese a ser conservador, permitió la vuelta del APRA a la política terminando de desgastar más su gobierno que terminó con un nuevo golpe de estado. Para Gil (2022) esta nueva crisis del Estado oligárquico, origina nuevos partidos de derecha como: Acción Popular (AP), Partido Popular Cristiano (PPC), Unión Nacional Odríista que representaron intereses y demandas conservadoras.

⁵⁹ Con el nombre de Partido del Pueblo, ya que, por haber sido creado en México se lo consideraba internacional y esto hacía que la Constitución de 1933 lo impedía de competir.

Durante la década de 1960 el gobierno de Belaunde Terry (AP) prometió reformas que fueron frustradas, también como afirma Cotler (1980) esto llevó a protestas que el gobierno vuelve reprime violentamente. Cabe destacar que este gobierno, a diferencia de los anteriores buscó integrar a aquellos que estaban en los márgenes, especialmente a los pueblos indígenas, pero (Dourojeanni, 2017) de forma paternalista e ignorando sus particularidades, mediante la doctrina “La conquista del Perú por los peruanos”.

En este momento coinciden la unidad de izquierda sindical y el brote guerrillero, generando una reacción a partir de la cual, APRA, sectores medios, Iglesia y gobierno buscan reformas que eviten soluciones de izquierda. Así ocurre un nuevo Golpe de Estado, se instaló entonces el “Gobierno Revolucionario de las Fuerzas Armadas” que buscó detener a izquierda y al proyecto reformista. Esta dictadura militar duró doce años, así como en el caso uruguayo a continuación, no se profundizará en este momento y si en la salida del mismo.

En la década de 1980, en Perú, así como gran parte de América Latina, vuelve la democracia. También retorna Belaunde como presidente y este es seguido por Alan García del APRA, en este momento el partido más antiguo de Perú. Las elecciones de esta década mostraron un sistema de partidos reconstruido que se presentaba como representativo y relativamente estable. Este se conformó con partidos como: Izquierda Unida (IU), APRA, AP y PPC. Todos estos, según Tanaka y Vera (2010) con bases sociales sólidas, articuladas a sindicatos, gremios y organizaciones, en los que la competencia ideológica conseguía canalizar la gran mayoría de las preferencias electorales.

Durante la misma década aparecen otros elementos importantes: la hiperinflación y la vuelta de grupos terroristas: Sendero Luminoso y el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru, (Rubio, 2016). El gobierno del APRA se desgastó también por el personalismo exacerbado del presidente García (Degregori y Grompone, 1991). Estos autores y Gil (2022) consideran que en este momento la derecha se reagrupa como opositora, especialmente luego del intento de nacionalización de la banca, en un momento de creciente insatisfacción social con las instituciones.

Uno de los nuevos partidos más destacados es el neoliberal, Movimiento Libertad, del escritor Mario Vargas Llosa en 1987 que más tarde forma una alianza con la AP y el PPC, formando el Frente Democrático (Fredemo). Este lanzó la frustrada candidatura presidencial de Vargas Llosa en las elecciones generales de 1990.

Estos nuevos partidos de derecha tampoco fueron capaces de llegar a las clases populares, espacio que fue ocupado por un *outsider*, Alberto Fujimori. Para Conaghan (2000) la debacle de la derecha peruana de la década de 1990 fue una expresión del proceso generalizado de desintegración de los partidos al tiempo que se recrudece el conflicto armado, generando un clima de desconfianza con la capacidad de los políticos en resolver los principales problemas del país.

Fujimori es considerado un populista del cual algunos aspectos serán claves para este trabajo. Primero es que, luego del desgaste de los partidos, en 1989 llega por primera vez un partido nuevo y creado en torno al líder, Cambio 90. Este partido agrupaba desde pequeños industriales, comerciantes e "informales" hasta profesionales y pastores evangélicos. Fujimori fue un ingeniero agrónomo y rector de Universidad, hijo de japoneses y con dificultades para expresarse correctamente en castellano; por lo que consiguió mostrarse cercano al pueblo (Degregori; Grompone, 1991).

Otro elemento es que sorprendió la política peruana fue que venció por más del 20% de votos a una de las figuras más importantes de la cultura y política peruana, Mario Vargas Llosa. También cabe destacar que se enfrentó a un Congreso en el cual no controlaba la mayoría. En una elección en la que se verificó, (Rubio, 2016) una distancia ideológica máxima, tanto por la presencia de los movimientos revolucionarios, como en los partidos.

En síntesis, como populista tuvo la capacidad de mostrarse como el único representante del pueblo, incorporando el electorado que se encontraba marginalizado. Por su origen y condición social, consiguió mostrarse anti establishment, y único representante de los cholos y pardos en oposición a la élite blanca y rica. Su desconfianza en las instituciones fue el argumento para el autogolpe de 1992 apoyado por las Fuerzas Armadas y la opinión pública, según Levitsky y Loxton (2013) contó con el 80% de aprobación. Para estos autores, se trató de un gobierno de autoritarismo competitivo, con una nueva Constitución y nuevas elecciones en las que es reelecto, monopolizando el poder y persiguiendo a la oposición.

En la elección del 2000 en la que nuevamente se permite la reelección, autoridades electorales y medios de comunicación se mostraron parciales. Para Levitzky y Loxton (2013) las elecciones ocurrieron democráticamente únicamente porque Fujimori renunció desde Tokio luego de que se expusiera un video demostrando la corrupción del gobierno.

Pese a haber sido un gobierno dictatorial y terminado por corrupción, el fujimorismo consiguió instalar características fundamentales de la derecha peruana que luego van a formar parte de la opinión pública (Gil, 2022). El primero de estos fue la defensa del modelo económico neoliberal - inspirado en las propuestas de Vargas Llosa - institucionalizado en la Constitución de 1993. El segundo es el uso del discurso de "mano dura" en el combate a la criminalidad, especialmente ante la guerrilla pero que perpassa a cualquier opositor.

Otro legado del fujimorismo fue la fragilización del Estado y de la política en general, no solamente a partir de las políticas sino también desde el discurso antipolítico y antiinstitucional que marcó la cultura política (Tanaka; Vera, 2010). Este legado dificulta la reinstitucionalización democrática en un país con pocas experiencias de este tipo.

En consonancia, después del fujimorismo surge un nuevo tipo de partidos el "partido descartable" (Rubio, 2016). Son agrupaciones políticas sin fun-

damentos ni bases ideológicas, comandados por líderes personalistas, que surgen a cada nueva elección. Coloca como ejemplo la elección del 2000, Alejandro Toledo triunfó sobre Fujimori; el partido de Toledo, Perú es Posible fue creado por él mismo en 1994. En esta elección los partidos antiguos obtuvieron únicamente el 1,6% de los votos.

Pese a que Toledo también era un outsider que realizó una campaña anti establishment, no puede ser considerado un populista (Levitzky y Loxton, 2013). Esto porque, pese a su origen indígena no agrupó a esta población. A la vez, como estudió en Stanford y mantuvo vínculos con las elites, fue apoyado por partidos tradicionales como AP y figuras como Vargas Llosa, consiguiendo atravesar los conflictos con el Congreso, via negociación, de forma institucional.

La estabilidad política de Perú que comienza con Toledo continuó durante el gobierno de Alan García (2006 - 2011). Este último, un político de carrera, ex presidente (1985-1990) y de partido tradicional, el APRA, se colocó en el centro del espectro ideológico compitiendo contra el conservadurismo del PPC y la izquierda del Partido Nacionalista Peruano fundado el 2005. Por sus alianzas, también consiguió formar mayoría en el Congreso.

Tanaka y Vera (2010) consideran que las elecciones de 2006 muestran cómo funciona lo que consideran un nuevo sistema de partidos. Porque se enfrentaron un candidato outsider, Humala, que definen como crítico del sistema contra Toledo, que propone un cambio social dentro del sistema. También porque se inauguraron nuevos clivajes: regionales, étnicos y de clase. Como se verá más adelante, son fundamentales para entender el momento actual.

En un contexto de crecimiento económico sostenido pero mal manejo de los recursos especialmente en el contexto rural, se multiplican las protestas sociales en todo el país. Sin embargo, estas serán desarticuladas y debilitadas, usando métodos que van desde la confrontación al diálogo, fragmentadas y localistas. Este contexto fue abriendo más espacio para opciones anti políticas y antisistema (Tanaka; Vera, 2010).

Los mismos afirman que aumentó la autonomía del Congreso, el Poder Judicial y los organismos de control y fiscalización, y de las Fuerzas Armadas y policiales. También, se implementó una legislación que buscaba la participación ciudadana en todos los ámbitos de gobierno y creó una ley de partidos que buscó elevar las barreras de entrada al sistema para fortalecer a los partidos más consolidados.

Pese a estas mudanzas, para Tanaka y Vera (2010) no se mejoró la participación y representación ni se acabó con la fragmentación política. El Congreso continúa siendo de las instituciones en las que los peruanos menos confía y como se observa en la actualidad, es difícil de ser reformado. También apuntan que los movimientos regionales, así como los partidos, no consiguen canalizar los problemas de la población a nivel nacional.

Después de cierta estabilidad, estalló nuevamente una crisis política, de la

que Perú aún no se recupera. Pedro Pablo Kuczynski y su partido, Peruanos Por el Cambio (PPK) inauguran la serie de Presidentes peruanos que no consiguen terminar su mandato. Esta crisis muestra el legado fujimorista. El diario BBC del 22 marzo 2018, advierte que PPK se alió con Kenji Fujimori para continuar en el poder a cambio de indultar al padre, ya Keiko desde la oposición, presentó a los medios esta alianza llevando a la renuncia del Presidente antes de su segunda votación de moción de desconfianza.

Para Meléndez, citado por la misma publicación de BBC, pese a que dentro del fujimorismo existen fuerzas divididas, continúa siendo el único movimiento político establecido en Perú. El mismo diario cita a Perales, quien afirma que el fujimorismo mantiene un voto cautivo del 25% por lo que continúa siendo fundamental, especialmente en el Congreso.

En la última elección (2021) una serie de factores se conjuga con la constante inestabilidad de los presidentes peruanos; culmina el proceso de politización del movimiento conservador (Gil, 2022). En este tiene un papel especial con la incorporación de la agenda religiosa que comienza Alberto Fujimori al integrar pastores evangélicos a su partido.

La elección se dió en un momento en que se enfrentan dos modelos de país, uno de izquierda y otro de derecha, el primero, entre otros aspectos proponía reformar la constitución y el segundo conservarla. El partido de izquierda, marxista y maoísta Perú Libre impulsó la candidatura de Pedro Castillo, un sindicalista de magisterio rural, que afirmó defender y representar el pueblo marginalizado por el Estado y oprimido por las grandes empresas de capital extranjero, especialmente las extractivistas.

Ya la derecha, (Gil, 2022) fue mayormente representada por Keiko Fujimori con el partido Fuerza Popular, y respaldada por los partidos de derecha menos radical: Renovación Popular y Avanza País. Entre los tres partidos en la primera vuelta electoral llegaron al 36%, pese a mostrar una caída en el nivel de votación es el momento en que Keiko consigue unificar la derecha partidaria. También la no partidaria como medios de comunicación, gremios empresariales, ex militares, grupos religiosos, líderes liberales conservadores; mediante un discurso de combate a Castillo como amenaza comunista.

En Perú, así como en Estados Unidos del 2020 o Brasil del 2022, luego de la victoria de Castillo, comenzaron las acusaciones de fraude. Esto llevó a un aumento de la polarización y aumento de la continuada crisis política, ya aumentada con la pandemia del COVID-19. La derecha encabezada por Keiko, consiguió obtener una mayoría en el Congreso, y esta luego luego de la acusación de fraude, inicia el proceso de pedido de vacancia. Este proceso va a ser el que finalmente destituye a Castillo, luego de este intentar disolver el Congreso a poco más de un año de electo.

La derecha actual a diferencia de la anterior, no tiene problemas en convocar salidas antidemocráticas ya que se encuentra al mismo tiempo más unida y más radicalizada (Gil, 2022). Según este autor, la derecha peruana actual coincide con los rasgos apuntados por Cotler (1980) y posee características

nuevas: la defensa del nuevo *status quo* (especialmente de la Constitución “fujimorista”) y tiene una narrativa anti-*establishment* y anticomunista que usa para deslegitimar a la oposición. Así se corresponde con la caracterización del populismo, especialmente la visión maniqueísta que enfrenta a la política corrupta.

Finalmente, cabe destacar que esta derecha tiene sus particularidades. En Perú aún no se debaten asuntos de la agenda de derechos como aborto o matrimonio igualitario (Gil, 2022) los temas continúan en torno a las políticas de ley y orden, crecimiento y redistribución económica. Sin embargo, esta derecha populista comienza a colocar temas morales en disputa. Mientras los conflictos étnicos y regionales se mezclan con aquellos que piden una nueva Constitución y la renuncia de todos los políticos, especialmente de la vicepresidenta que parece gobernar más gracias a la alianza con el Congreso - especialmente el fujimorismo - y menos por legitimidad popular.

Nación y tradición: la formación de las derechas conservadoras uruguayas

Existe un consenso en que el sistema político uruguayo, a diferencia del caso peruano, puede ser considerado una vieja democracia de partidos, caracterizados por pluralidad y competitividad partidaria y con un alto grado de institucionalización (Lanzaro, 2012). El mismo autor puntualiza que esta democracia persiste desde el siglo XX, atravesando únicamente por dos quiebres autoritarios, de 1933 a 1939 y de 1973 a 1985.

También de forma diferente del caso anterior, a mediados del siglo XIX, dos partidos, Partido Colorado (PC) y Partido Nacional (PN), consiguen centralizar la vida política, social y cultural (Lanzaro, 2012). Por este motivo y por ser fraccionados, - contruidos por diferentes sectores o agrupaciones - consiguieron una fuerte implantación ciudadana. Al mismo tiempo, los partidos consiguieron representar diferentes tendencias ideológicas, mostrándose como “amortiguadores” del conflicto social.

De cualquier modo, tanto durante los períodos autoritarios como los democráticos aparecieron grupos de derecha que, pese a que no todos pueden ser considerados populismos si estructuran y organizan una visión de mundo que actualmente podría decirse heredada por Cabildo Abierto. La histórica derecha uruguaya, pese a que se institucionaliza en los partidos, supera a estos, especialmente en determinados períodos históricos.

Para entender cómo se llega a la formación de un partido como Cabildo Abierto que se puede considerar populista de derecha, debería estudiarse estas formaciones históricas. En este país las derechas se transformaron y diferenciaron a partir de reacciones a cambios que consideraba una amenaza a su status o a su visión de mundo. Estas derechas se organizaron a partir

de la reacción al batllismo⁶⁰, cuando se construía el Estado moderno y aparecían movimientos socialistas y marxistas, tanto en el país como en el mundo. Pese a no buscar modificar el *status quo*, la “clase conservadora”, como se auto definían, según Barrán (2004), los productores uruguayos, interpretaron el batllismo como una amenaza.

En las elecciones de 1930, gana una agrupación batllista contraria al reformismo. Cabe destacar que esta coincide internacionalmente con el auge de los fascismos, y a nivel nacional con el aumento de la violencia del anticomunismo latente desde el comienzo del siglo. Aquí existió una división interna de los partidos tradicionales y constantes amenazas de intervención militar.

En este clima, Terra (PC) gana las elecciones con pocos votos, por lo que se aproxima a los sectores conservadores rurales para obtener gobernabilidad. Mediante una alianza entre Terra (PC), Herrera (PN) y Manini Ríos (PC), los sectores conservadores de los partidos tradicionales controlaron el gobierno. Tres años después los aliados de Terra se alejan y este inaugura la primera ruptura autoritaria, con una especie de fascismo.

Como muestra Ayçaguer (2009), Terra toma del régimen fascista la utilización de símbolos, el presidente usó a Artigas, héroe de la independencia, como una figura de culto y legitimación de su propio gobierno. Impulsó el culto a sí mismo presentándose como símbolo de bondad paternalista a partir del uso de la propaganda (Jacob, 1983), no busco imponer un movimiento fascista sino asumir el lugar de representación del batllismo, a partir de un autoritarismo *sui generis* que sustentó un nacionalismo con estilo propio.

Pese a sus esfuerzos Terra no consiguió unificar el conservadurismo rural ni colocar fin al modelo batllista. Esto solo ocurrirá llegada la década de 1950, que se caracterizó por el aumento de la violencia institucionalizada, la crisis económica y fin de este modelo. Fue un momento en el que convergieron los intereses conservadores, especialmente los del campo, que proponían un modelo de país diferente. Pese a que esta inconformidad comienza a mani-

⁶⁰ El Batllismo fue una corriente político ideológica y el sector mayoritario del Partido Colorado que surge en torno al líder José “Pepe” Batlle y Ordóñez, dos veces presidente, de 1903 a 1907 y de 1911 a 1915. Luego de su fallecimiento, hubo varios herederos que disputaban su continuación e interpretación. Batlle es considerado el impulsor del reformismo modernizador, por promover leyes como el divorcio por única voluntad de la mujer y varias reformas en el campo laboral entre otras.

festarse a partir de organizaciones de la sociedad civil como la Federación Rural, pequeñas agrupaciones dentro de los principales partidos, y movimientos con sus respectivos medios de prensa no conseguían unificarse.

Será el anticomunismo que se encontraba latente y aumenta con la unificación de las centrales sindicales y la conquista de la autonomía universitaria en 1958 que se conseguirá esta amalgama. Pese a no compartir la mayoría de sus principios, se formó la alianza herrero-ruralista⁶¹ basada en la división maniquea del “campo puro” frente a una “capital corrupta”, corrupta en el sentido moral, influenciada por movimientos que entendían extranjeros como el comunismo.

La figura de Benito Nardone y su partido, pese a ser fugaz dejaron un fuerte legado y también presentaron características populistas. Presentó una cosmovisión basada en el antagonismo campo-ciudad, el primero entendido como moralmente puro y productor de toda la riqueza que la citada corrupta e inmoral gastaba, la unicidad del partido viene del nativismo reivindicando lo tradicional representado en lo rural (Jacob, 2006).

El ruralismo consiguió establecer un “sentido común anticomunista”, influenciado por la extrema derecha europea, la matriz integralista de la iglesia católica e inclusive un cierto antisemitismo, y Estados Unidos, una vez que Nardone había sido reclutado por la CIA en el contexto de la Guerra Fría (Bruno, 2007).

Es importante resaltar que la década de 1960 se caracterizó por la lucha de relatos; tanto por el revisionismo histórico en el que se basaron estos grupos como de los acontecimientos inmediatos. Como muestra Bruno (2007) esta década se caracterizó por enfrentamientos entre movimientos sociales, estudiantes y sindicatos; en cuanto la izquierda busca responsabilizar a la policía, esta y el ruralismo a una supuesta intervención soviética.

Durante este período, la derecha reaccionaria se nuclea en movimientos y organizaciones que buscaron disputar la hegemonía en donde la izquierda

⁶¹ Gobierno de alianza entre el partido que surge del movimiento ruralista de Benito Nardone, conservador que aglutinó las masas rurales y Luis Alberto de Herrera, que inaugura el sector herrero dominante en la época dentro del PN - que gobierna el país desde marzo de 2020 - que agrupó las élites rurales.

tenía mayor presencia. Así surgen varias organizaciones estudiantiles e inclusive sindicales⁶², cada vez más violentos que contaron con el apoyo de la policía, gobierno y CIA (Broquetas, 2012; Jung, 2014). La mayoría de estos grupos se usaron de la cosmovisión inaugurada por el ruralismo.

Estos grupos de derecha no fueron homogéneos, presentaron varios matices, pero coincidieron en algunos postulados propagados por el ejército y la policía. Para Broquetas (2012), pese al rechazo a los partidos, muchos participaron en el ruralismo y desaparecen cuando este llega al gobierno ya que implementaron sus reclamos. A finales de esta década surge la Juventud Uruguaya de Pie⁶³, basada en el patriotismo y anticomunismo volvió a disputar espacios; en 1972 se aparta de los partidos persiguiendo proyección nacional. Mediante marchas y propaganda proponía crear un “nuevo orden” llamado de “revolución nacional” a ser implementado por las Fuerzas Armadas.

El nacionalismo de la JUP y las FFAA se basaba en la idea de un “enemigo interno” que debía ser combatido. También presentando una visión maniqueísta, ambos grupos se consideraban los verdaderos representantes de la Nación, herederos ruralistas, reivindicaban las “luchas heroicas” del pasado y la riqueza pecuaria (Bucheli, 2020).

Estos grupos posteriormente coincidieron con las acciones del gobierno autoritario de Pacheco. Este presidente usó un discurso legitimador basado en un antagonismo contra el grupo guerrillero que definía como antinacional y el “mal absoluto”; mientras él era el nacionalismo y el “bien absoluto”. En este momento comienza un nuevo maniqueísmo, el apelo para que las FFAA combatan el MLN-T junto a él y “su” pueblo (Panizza, 1990).

Juan Maria Bordaberry (PC), llegó a la presidencia en 1972, en un clima de fuerte conflictividad social y política, bien como una economía estagnada;

⁶² Jung (2014), muestra que desde 1940, existía la demanda de una Universidad para el Norte del país, que fue capitalizada por la derecha para oponerse a la organización gremial de estudiantes de izquierda: surgen Movimiento pro Universidad del Norte (MUPN), Juventud Salteña de Pie (JSP), Movimiento Estudiantil por la Defensa de la Libertad (MEDL), según Broquetas (2012) y Jung (2014), este último aumentó las actividades violentas. Buscaba combatir lo que llamaron infiltración “anarco socialista-comunista” que, según ellos, existía en la Universidad, construyendo centros de estudiantes “demócratas” y aprovechando la prensa anticomunista.

⁶³ El principal referente de este grupo fue Hugo Manini Ríos, nieto del fundador del primer opositor al batllismo y vinculado con varios intelectuales del ruralismo. La JUP usó el diario de la familia Manini Ríos como su portavoz, como muestra Demasi (2019) hasta que crearon el propio, Nuevo Amanecer.

gremios, sindicatos, movimientos sociales y una guerrilla urbana bien organizada, movilizados y en contraste presión. Luego de acabar con la guerrilla, este gobierno inauguró en 1973 la segunda ruptura autoritaria, cuando el presidente y Fuerzas Armadas disuelven el Parlamento e instalan una dictadura inspirada en la Doctrina de la Seguridad Nacional que permaneció por doce años.

Fue importante para los dictadores construir una base social que los legitimara, intentando unificar las diferentes corrientes de pensamiento que apoyaban el golpe (Marchesi, 2001). Nuevamente se coloca el foco en el interior del país, la educación y el tradicionalismo que los grupos anteriores habían comenzado. Este trabajo no abordará estas ya que no parecen ser relevantes para entender el fenómeno actual.

La década de 1980 mostró que la búsqueda por legitimación del régimen había fallado, por lo menos entre la mayoría de la población. Esto se verificó con el triunfo del “no” al plebiscito de la dictadura para establecer una especie de democracia tutelada, así en lugar de esta se dio origen a la transición democrática y restitución de los partidos políticos. En ese momento, militares y derecha más conservadora perdieron el poco apoyo que tenían.

Con la reapertura, pese a que los partidos que retornan son los mismos del pasado, aparecieron algunas diferencias. Tanto por la participación del Frente Amplio (FA) ilegalizado poco después de su fundación en 1971, como por el retorno al país de líderes políticos que habían sido proscritos. Permanece el mismo sistema de partidos, donde la izquierda se aglutina en el FA, el centro es capturado por el PN y la centro-derecha en el PC.

Para el final de esta década, el FA fue el partido más votado, sin alcanzar la Presidencia, por causa del sistema electoral⁶⁴. Este crecimiento del partido se verifica cuando llega al gobierno de la capital en 1990. Llegado el nuevo milenio, 2000, así como en buena parte de América Latina, Uruguay se convirtió en otro caso de la llamada marea rosa.

Además de la legitimación de la izquierda como opción política, la llegada de la democracia llevó a que además de los políticos, algunos intelectuales

⁶⁴ En las elecciones de 1999, se aplicó la reforma constitucional de 1996, que sustituyó la mayoría simple por la mayoría absoluta para vencer la elección presidencial con posibilidad de segunda vuelta, manteniendo la regla proporcional para la elección legislativa. El FA ganó la primera vuelta, obteniendo la mayoría legislativa con un total de 40,1% de votos, pero el PC, que obtuvo 32,8%, se alió al PN, (22,3%), en la segunda vuelta. Tabaré Vázquez llegó al 45,9% de votos, pero Jorge Batlle (PC) lo superó, con el 54,1%.

y empresarios que apoyaban la dictadura transformaron su discurso, para Bohoslavsky y Broquetas (2019), se consolida una nueva derecha, que encontró correlato electoral. Se podría incluir a Uruguay en lo que Luna y Rovira (2021) llaman de resiliencia de las derechas Latinoamericana.

En las últimas elecciones (2019) los sectores de centro izquierda de los partidos tradicionales estaban disminuidos en relación al centro derecha, y la izquierda quedó reducida básicamente al FA. Al mismo tiempo la derecha también se encontró sin fuertes representantes en los partidos tradicionales donde emergieron candidatos *outsiders* con pautas diversas, con un éxito relativo. En este contexto las derechas más conservadoras, luego de varios intentos de unión, actualmente gobiernan el país mediante una coalición cuyas principales figuras serían herederas de las viejas derechas más o menos conservadoras.

Parte de esta derecha reaccionó a la agenda de derechos, implementada por el FA, mientras entendían que el gobierno deja de lado la seguridad y llaman la atención para casos de corrupción. Este escenario fue usado para reinstalar viejos discursos de la derecha conservadora: denuncias de ciudad caótica, por la inseguridad y por la pérdida de valores, políticos corruptos y la necesidad de “mano dura”. Parte de esta derecha colocó a Guido Manini Ríos, el ex Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas como su líder, que fue el precandidato a Presidente por el partido Cabildo Abierto (CA).

Lo nuevo de la derecha uruguaya, el partido Cabildo Abierto, es una derecha reinventada. Esto porque el partido, mediante la adaptación de lo orgánico de las derechas, consiguió unir, adaptando al contexto actual a un grupo diverso, disperso y poco representado en los partidos políticos. Este partido, con únicamente nueve meses de creación, llegó a un 10% de votos en la primera vuelta de la elección presidencial, colocándose como cuarta fuerza política, con una votación similar a la del histórico PC (12%).

A partir de este resultado, CA consiguió tener parlamentarios y mediante su incorporación a la “coalición multicolor”⁶⁵ que actualmente gobierna el país, consiguió ocupar el Ministerio de Salud y de Vivienda y varias secretarías, formando parte del Poder Ejecutivo. Así, esta derecha populista, parece rescatar el legado de las viejas derechas conservadoras para reaccionar ante los cambios implementados tras quince años de gobiernos del FA.

⁶⁵ Creada después del primer turno, entre los partidos opositores al Frente Amplio. El PN, PC, CA, Partido Independiente (PI) y el Partido Ecologista Radical Intransigente (PERI) - en orden de votación - disputaron y ganaron la segunda vuelta electoral, con justa margen, según los datos de la Corte Electoral, la coalición ganadora alcanzó 1.189.313 votos mientras que el Frente Amplio, 1.152.271.

Conclusiones

Este trabajo busco aproximar el abordaje teórico del populismo ideacional a la observación de casos latinoamericanos. De esta forma la primera conclusión es que es necesario que futuros trabajos profundicen la forma de medición a partir del uso de correlaciones, pero también que busquen incorporar nuevos elementos característicos de cada caso. Considera que si esto fuese realizado esta metodología mixta de observación podría ser usada para otros casos de América Latina, ya que podría ser suficientemente explicativa y permitiría futuros trabajos.

Las principales observaciones fueron las siguientes: En el caso peruano, Keiko Fujimori, pese a nunca haber conquistado la Presidencia, consiguió no solamente continuar el legado político-ideológico del padre como también amalgamar gran parte del electorado y líderes políticos, llevando al fujimorismo a ser una de las principales fuerzas del país. Ya en Uruguay, CA más nuevo y con éxito relativo, consiguió ocupar espacios políticos, en el Legislativo como en el Ejecutivo, esto y sus propios medios de comunicación le permitirían instalar una cosmovisión heredera de las viejas derechas conservadoras uruguayas.

Como visto en la primera etapa de este trabajo, en el caso peruano la confianza en el Congreso es significativamente baja y como fue mencionado en la evacuación histórica es una institución que se ha fortalecido y ganado poder político ante los conflictos con el Poder Ejecutivo. Esta característica también muestra que este es un elemento a considerar para el caso peruano una vez que Keiko Fujimori fue ganando espacio en el terreno político dentro del congreso mientras López Aliaga lo hizo a partir de la política local.

Como se presentó en la parte teórica, el populismo se basa en tres condiciones. Una de estas es el maniqueísmo, que aparece en ambos. Mientras que la distinción moralista aparece en Uruguay en mayor medida que en Perú, la construcción y defensa del “pueblo” como comunidad homogénea y virtuosa aparece en ambos, pero en cada uno con su particularidad y en Perú quizá más difuso por la exclusión de los indígenas y campesinos. Lo que sí aparece más claro es el encuadramiento de una “elite” como una entidad corrupta y egoísta especialmente cuando se refieren a los políticos a los que se oponen.

Al definir a los populismos de derecha radical aparecen tres elementos que se consideran básicos. Uno de ellos es el nativismo, este también aparece más fuertemente reunido en los líderes de la vieja derecha uruguaya al resaltar al hombre de campo como virtuoso. Ya para el caso peruano este es un aspecto complicado, únicamente Fujimori y Belaunde intentaron integrar al pueblo indígena, pero de forma deficitaria, al punto que en la actualidad este es una de las principales demandas peruanas, que parecía iba a ser solucionada con Castillo.

Por otro lado, el autoritarismo punitivista aparece fuertemente en el histórico peruano y más disimulado por las derechas uruguayas. El punitivismo en el caso uruguayo no partió únicamente de los partidos, sino que buscó instaurar una cosmovisión desde el sentido común popular, desde la ocupación de las universidades y sindicatos.

Una de las principales características de la política peruana es el legado del fujimorismo. Llega hasta los días de hoy no únicamente por la presencia de su hija como una de las principales fuerzas políticas, sino también en gran parte del sentido común de la población. Pero también se mantiene en la Constitución que ordena el país, que algunos manifestantes hoy piden para modificarla, colocando a los gobiernos que se mantienen con un cierto apoyo del fujimorismo, en una encrucijada.

De la observación de los casos se desprende que mientras que en Uruguay la vieja democracia de partidos presentó fuerzas integradoras de las masas, especialmente las urbanas; consiguió mantener el *status quo* evitando los conflictos. Fueron las élites conservadoras rurales quienes se enfrentaron a este movimiento; abriendo el camino para la derecha populista de la actualidad. Ya en Perú no se buscó la inclusión, porque el *status quo* no parecía amenazado, y cuando algún grupo lo hacía, bastaba con la represión. Las elites peruanas cambiaron, no por enfrentamiento ideológico y si por la diversificación de oligarquías y masificación del voto, abrieron espacio a nuevas opciones políticas.

Como se desprende de las variables observadas, pese a que Uruguay muestra altos índices de apoyo a la democracia y sus principales instituciones existe un descontento en algunas áreas como distribución de la riqueza y desempleo. Estos temas y la inseguridad - física y moral - fueron explotados por CA en la campaña electoral. Pese a que este partido basó su discurso en amenazas del comunismo internacional, estas no parecen afectar a la opinión pública *a priori*, al menos no por lo que pudo observarse aquí.

Lo mismo no se puede decir de Perú donde el descontento y desconfianza es extendido a todos los niveles. Así parece crearse una especie de “que se vayan todos” que dio y aún da lugar al surgimiento de candidaturas anti-*establishment*. El caso peruano deberá ser investigado en profundidad, especialmente porque en este país está uno de los partidos más antiguos, creado con vínculos internacionales, el APRA; una de las Universidades más antiguas del continente y es uno de los países con mayor desigualdad social.

También en ambos países se ve la importancia del control de los medios de comunicación, sea en los períodos electorales o para controlar las narrativas. Tanto los Fujimori como los Manini Ríos utilizaron este recurso a su favor. En Uruguay la familia de las derechas, existe no solo por la cosmovisión como también por lazos de consanguinidad: Los Herrera, los Bordaberry aquí no abordados en profundidad y especialmente los Manini Ríos, son algunos de los ejemplos. En Perú, el claro ejemplo de los Fujimori.

Finalmente cabe reflexionar sobre la relación del surgimiento de estos líderes y la democracia. Pese a que para algunos el populismo se relaciona con bajos indicadores de democracia, por lo menos en este trabajo no lo verifica, Por otro lado, ambos casos parecen mostrar que estos líderes muestran de cierta una respuesta a los problemas de cada país, contemporáneos y los históricos, consiguiendo unificar diferentes sectores de la sociedad al tiempo que se alejan de otros, al menos, discursivamente.

Referencias

AYÇAGUER, Ana María. *Un pequeño lugar bajo el sol: Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya*. 1935-1938. Montevideo: Banda Oriental, 2009.

BARRAN, José. *Los Conservadores Uruguayos (1870-1933)*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 2004.

BBC News Mundo. "Renuncia PPK: cómo la disputa entre los hermanos Keiko y Kenji Fujimori le dio la estocada final al mandato del Presidente de Perú", 22 marzo 2018, <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43495286>

BROQUETAS, Magdalena. "Los frentes del anticomunismo. Las derechas en el Uruguay de los tempranos sesenta", *Contemporánea: historia y problemas del siglo XX* 3 (3), 2012, pp. 11-29.

BRUNO, Mauricio. *La caza del fantasma. Benito Nardone y el anticomunismo en Uruguay (1960-1962)*. Montevideo: FHCE-Udelar, 2007.

BUCHELI, Gabriel. *O se está con la patria o se está contra ella: una historia de Juventud Uruguaya de Pie*. 2ª. ed. Montevideo: Fin de Siglo, 2020.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; Broquetas, Magdalena. "Las derechas en América Latina tras la salida de las últimas dictaduras", *Contemporánea: historia y problemas del siglo XX* 11 (2), 2019.

CONAGHAN, Caroline. "The Irrelevant Right: Alberto Fujimori and the New Politics of Pragmatic Peru". In: MIDDLEBROOK, Kevin J. (Ed.). *Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America*. Baltimor, London: Johns Hopkins University Press, 2000, pp. 255-284.

COTLER, Julio. Political Parties and the Problems of Democratic Consolidation in Peru. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy (Eds.). *Building Democratic Institutions. Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1980, pp. 323-353.

DE LA TORRE, Carlos. "Populismo radical y democracia en los Andes". *Journal of Democracy en Español* 1, 2009, pp. 24-37.

DEGREGORI, C. I.; GROMPONE, R. *Elecciones 1990: demonios y redentores en el nuevo Perú, una tragedia en dos vueltas*. Lima, Mínima I. E. P., 1991.

DI TELLA, Torcuato. *Desarrollo económico y populismo en la Argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1965.

RICORDI, M. J. Dourojeanni. "La Revista Forestal del Perú". *Revista forestal del Perú*, 32 (1), 2017, pp. 1-3.

DOVAL, Gisela; SOUROUJON, Gastón. *Global Resurgence of the Right. Conceptual and Regional Perspectives*, Routledge Studies in Fascism and the Far- Right, London / New York, 2021.

FORTI, Steven. *Extrema derecha 2.0. Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2021.

GERMANI, Gino. *Política y Sociedad en una época en transición, de la sociedad tradicional a la sociedad de masa*. Buenos Aires: Paidós, 1964.

GIL, Rodrigo. "Viva la vida, la familia, la libertad y la patria": anotaciones sobre la derecha política y el movimiento conservador en el Perú en clave comparada. *Documento de Trabajo n° 287, Instituto de Estudios Peruanos*, 2022.

IANNI, Octavio. *Populismo y contradicciones de clases en América Latina*. México: Ediciones Siglo XXI, 1975.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Chistian. *Modernization, Cultural Change and Democracy: The human Development sequence*. New York, Cambridge University Press, 2005.

JACOB, Raúl. *Benito Nardone, el ruralismo hacia el poder (1945-1958)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1981.

_____. *El Uruguay de Terra, 1931-1938. Una crónica del terrismo*. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 1983.

_____. *Brevísima historia del Partido Ruralista*. Montevideo: Arpoador, 2006.

JUNG, Ma Eugenia. "La educación superior entre el reclamo localista y la ofensiva derechista.: el movimiento pro universidad del norte de salto (1968-1973)". *Dissertação (Mestrado) - Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UdelaR*, 2014.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LANZARO, Jorge. "Continuidad y cambios en una vieja democracia de partidos: 1910-2010". *Cuadernos del claeH*, Montevideo 2 (100), 2012.

LEVITSKY, Steven.; LOXTON, James. "Populism and competitive authoritarianism in the Andes", *Democratization*, 20 (1), 2013, pp. 107-136.

MARCHESI, Aldo. *El Uruguay inventado: la política audiovisual de la dictadura, reflexiones sobre su imaginario*. Montevideo: Trilce, 2001.

MUDDE, Cas. "The Populist Zeitgeist". *Government and Opposition*, 39(4), 2004, pp. 541-563.

_____. *Populism: An Ideational Approach*, In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 27–47.

_____. *La ultraderecha hoy*. España, Paidós, 2021.

MUDEDE, Cas; KALTWASSER, Rovira, Cristóbal: *Populismo: Una breve introducción*. Madrid: Alianza editorial, 2017.

MOLS, Frank; JETTEN, Jolanda. “Understanding support for populist radical right parties: Toward a model that captures both demand-and supply-side factors”. *Frontiers in communication*, 5.5, 2020, pp. 1-13.

NORRIS, Pippa; INGELHART, Ronald. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. New York: Cambridge University Press, 2019.

PANIZZA, Francisco. *Uruguay, batllismo y después: Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

_____. *Populism and the mirror of democracy*. London / New York: Verso, 2005.

RICUPERO, Bernardo. “O conservadorismo difícil”. In: Ferreira, G.; BOTELHO, André. (orgs.) *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010, pp. 76-94.

RUBIO, Julia. “El Sistema de Perú (1980-2015)”. In FREIDENBERG, F. (Ed). *Los Sistemas de Partidos en América Latina 1978-2015*. Instituto Nacional Electoral, 2016.

ROODUIJN, Matthijs. “The Nucleus of Populism: In Search of the Lowest Common Denominator.” *Government and Opposition* 49 (4), 2014, pp. 572–598.)

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, 27(3), 2021, pp. 705–729.

SPRONG, Stefanie et al. “Our Country Needs a Strong Leader Right Now’: Economic Inequality Enhances the Wish for a Strong Leader.” *Psychological Science* 30 (11), 2019, pp. 1625–37.

STEFANONI, Pablo. *¿La rebeldía se volvió de derecha?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2021.

TANAKA, Martin; VERA, Sofia. “El “neodualismo” de la política peruana”. *Revista De Ciencia Política*, 28(1), 2020, pp. 347–365.

WEYLAND, Kurt. “Populism: A Political-Strategic Approach”. In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 48-72.

CAPÍTULO 9

OBRADORISMO, EROSIÓN DEMOCRÁTICA Y AUTOCRATIZACIÓN EN MÉXICO (2018-2024)

Oscar Flores Jáuregui - Gabriel Pérez Pérez

Introducción

¿Qué tan amplia y profunda es la ola de autocratización actual? No es una pregunta fácil de responder. Algunos sostienen que, entrado el siglo XXI, el mundo es más democrático, desarrollado y emancipado que nunca. Otros trazan paralelismos con la crisis de las democracias en la década de 1930 y el surgimiento de demagogos antidemocráticos. Descritos como “retrocesos democráticos” (Bermeo, 2016), los líderes populistas han llevado a una erosión gradual de las instituciones democráticas, a ampliar el poder ejecutivo y debilitar los controles y equilibrios de la democracia. El auge mundial del populismo está estrechamente relacionado con el estudio de la llamada “tercera ola de autocratización” que está expandiendo actualmente y que afecta a una multitud de regiones en todo el planeta⁶⁶. Un creciente cuerpo de literatura distingue entre diferentes olas de autocratización, similar a la lógica de Huntington (1994) y existe un consenso en la literatura en torno a las características de los episodios de autocratización. En el primero (aproximadamente de 1920 a 1940) y segundo (aproximadamente de 1960 a 1970) las olas fueron a menudo procesos rápidos dominados por golpes de estado, la

⁶⁶ La democracia está amenazada a nivel mundial. Según datos de V-Dem (2023, p.15), el 72% de la población mundial –5.7 billones de personas– vive actualmente en autocracias electorales o cerradas. Autocracias electorales con muchas personas: India, Nigeria, Pakistán, Rusia, Filipinas y Turquía que representan 44% de la población mundial. Autocracias cerradas con mucha población: China, Irán, Myanmar y Vietnam que representan 28% de la población del mundo.

instalación de regímenes de partido único o la comisión de fraude electoral. La actual tercera ola de autocratización (comenzando alrededor de 1994) se caracteriza por procesos graduales en los que los titulares (a menudo elegidos) socavan las instituciones democráticas paso a paso y bajo un disfraz legal, lo que hace cada vez más difícil calcular la ruta y el desenlace de estos procesos.

A pesar del crecimiento de la literatura que examina la relación entre populismo y democracia, la relación entre populismo y los diferentes espectros e instituciones específicas de la democracia merece un mayor escrutinio para identificar puntualmente la temporalidad y la profundidad de los procesos de erosión democrática, ya que es importante saber cómo y cuándo estas amenazas ponen en riesgo la democracia. Aquí, los estudios de caso cobran relevancia dado que la nueva ola actual de autocratización que experimenta América Latina no es homogénea. Ya que, si bien, se pueden identificar ciertos patrones, también es posible adentrarse a las particularidades del cada país para determinar si es posible evitar una posible ruptura democrática, o si ciertos países ya han sobrepasado una línea de no retorno con pasos más graduales, pero sistemáticos y profundos hacia nuevas formas de autoritarismo, como ocurre indudablemente en Venezuela o Nicaragua.⁶⁷

El caso de estudio que nos ocupa en el presente trabajo es el análisis de la izquierda populista contemporánea en México, liderada por el actual presidente Andrés Manuel López Obrador (en adelante AMLO), quien después de haber sido dos veces candidato a la presidencia, finalmente resultó electo por una mayoría abrumadora de poco más del 53% de los votos para el periodo 2018-2024, situación que obedeció a un voto de castigo a la clase política que le precedió en el poder por casi dos décadas, heredera de la pretendida transición y a sus magros resultados. MORENA, el partido que lo llevó al poder y que él mismo encabeza, se traduce una opción de partido personalista basada en un programa ideológico limitado, sostenido en una

⁶⁷ Desde la clásica era del populismo latinoamericano que surgió de la Gran Depresión de la década de 1930, los candidatos populistas se han convertido en una importante alternativa política donde quiera que se les permite postularse para un cargo, representando fuerzas políticas tanto de derecha como de izquierda. Y que, si bien, desafían el gobierno democrático con retórica anti pluralista, hoy día mantienen una oferta política transnacional atractiva a la cual responden miles de seguidores gracias al auge mediático de las redes sociales. Sin duda, el resurgimiento del populismo en la región, es una manifestación del nuevo panorama asociado a la crisis de representación de las élites políticas latinoamericanas encargadas de comandar la transición a la democracia (Latinobarómetro, 2021). En estos términos, tenemos que la ambivalencia democrática del populismo radica en que, si bien, puede constituir una amenaza al orden constitucional y a las libertades políticas, de la misma manera puede representar una suerte de correctivo al descontento y la exclusión de algunos sectores (Monsiváis-Carrillo, 2018).

concepción del antagonismo entre el pueblo y las élites. La supremacía moral que le confiere a la voluntad del pueblo supone una permanente tensión con la legalidad, se trata de un modelo político plebiscitario de relación con la ciudadanía, con escaso margen para la intermediación y la especialización política.

Con este planteamiento, el objetivo del presente trabajo es contestar a las siguientes preguntas, ¿Qué relación tiene la izquierda populista en México, a la cual no referiremos de aquí en adelante como el “obradorismo”, con los diferentes espectros e instituciones específicas de la democracia mexicana? ¿Qué tipo de consecuencias tiene la erosión de las instituciones democráticas desde la llegada de AMLO al poder, particularmente durante la segunda mitad de su mandato? Si la erosión de la democracia mexicana se puede hacer evidente de alguna forma ¿Podemos trazar una ruta hacia algún punto de quiebre o retroceso de la democracia mexicana contemporánea?

Para contestar a estas interrogantes y tras la introducción que acabamos de presentar, el documento se estructura de la siguiente manera: en la primera parte del texto se lleva a cabo la revisión de la literatura y se discute sobre las implicaciones de una nueva generación de estudios sobre la autocratización y el auge de los llamados nuevos populismos en América Latina y otras regiones del mundo. El objetivo del segundo apartado consiste en exponer la importancia del arribo y las características del obradorismo en la escena de la transición democrática en México, para ello se aborda en términos descriptivos un breve recorrido de la izquierda en México a partir de la era pos-revolucionaria hasta la actualidad y un esbozo de la trayectoria política hasta la llegada al poder del Presidente Andrés Manuel López Obrador. En la tercera parte del texto se justifica el encuadre teórico-metodológico de corte cualitativo del trabajo. El cual busca trazar la afinidad del obradorismo con diferentes modelos de democracia; distinguiendo entre el modelo electoral, liberal, participativo, deliberativo e igualitario. Esta estrategia se lleva a cabo siguiendo el enfoque de Variations of Democracy (V-Dem Institute) (2023a), el cual nos permite señalar combinaciones específicas de las instituciones democráticas en México con el obradorismo. Dichas combinaciones, expresan, a su vez, un conjunto de normas, ideales, políticas y programas específicos con los cuáles se puede operacionalizar y expresar en su dimensión empírica la ambigüedad inherente al populismo expresada en la literatura; es decir, como una amenaza, o más bien como correctivo para la democracia. En el cuarto apartado se lleva a cabo justamente la síntesis y la comparación sistemática de la relación ambivalente entre el obradorismo y los diferentes modelos de la democracia propuestos anteriormente, a partir de sus fundamentos ideacionales e instituciones específicas; y se discute sobre el avance del populismo de izquierda en México, su efecto corrosivo sobre las instituciones democráticas y sus consecuencias para la salud democrática del país. Al final del texto se concluye, entre otras cosas, que la democracia mexicana está siendo arrastrada por una nueva ola de autocratización que afecta a todo el mundo, pero cuyos efectos son reversibles debido a que esta ola es más gradual que sus predecesoras; y aunque esto dificulta la evidencia, permite a los actores democráticos permanecer fuertes para movilizar la resistencia. Con este planteamiento, se busca contribuir al estudio del populismo,

así como sus implicaciones para la democracia en México y América Latina del siglo XXI. Esto último a partir de una perspectiva comparada, buscando explicar sus características y los procesos graduales de erosión institucional de manera más sistemática.

El Resurgimiento del populismo y su impacto sobre la democracia contemporánea

En este trabajo, definimos el populismo siguiendo el enfoque ideacional, que se presenta como un conjunto de nociones que divide la política y la sociedad como la lucha entre “el pueblo” y “el bloque de poder”. Para elaborar esta imagen e ilustrar la naturaleza antagónica e irreconciliable entre la elite gobernante y los votantes, la retórica populista a menudo se dirige contra la democracia liberal.⁶⁸ El populismo, sea de derecha como de izquierda, excluye a otras partes de la sociedad que no encajan en la imagen. Al retratar a “la gente” como un grupo homogéneo, las ideas populistas de izquierda rechazan la diversidad social inherente a los principios liberales de la democracia, incluidas las organizaciones de base autónomas, en tanto que las fuerzas populistas de derecha reniegan de los derechos de las minorías, como los migrantes, frente a la reivindicación de la supuesta supremacía moral de la población nativa (Roberts, 2018). Por su parte, Haggard y Kaufman (2021) sugieren que los crecientes niveles de polarización política fortalecen a los partidos antisistema que proceden a instigar reformas antidemocráticas. Esta tensión inherente entre el populismo y el liberalismo es la razón por la que se percibe a los populistas como una amenaza para la democracia, y estas amenazas son más agudas en países con instituciones democráticas débiles (Weyland, 2020).

En el debate académico se ha destacado además que las ideas populistas chocan con otro importante principio de la democracia liberal: rendición de cuentas horizontal o controles ejecutivo-legislativo, pesos y contrapesos, así como supervisión del ejecutivo y capacidad del legislativo para investigar (Ruth, 2018). En algunos países, los líderes populistas se ven tentados a dismantelar las instituciones democráticas liberales establecidas, especialmente

⁶⁸ La democracia liberal suele entenderse en términos del gobierno de la mayoría, tal como se expresa a través de elecciones libres, justas y competitivas siguiendo el “procedimiento mínimo” o “poliarquía” de Dahl (1989). Sin embargo, para que un régimen sea considerado democrático hoy en día, también debe garantizar los derechos de las personas y de las minorías mediante una constitución escrita. De este modo, la democracia a menudo se llama democracia constitucional o liberal. Esta última tradición implica la institucionalización de funciones estatales separadas que se restringen mutuamente y rinden cuentas a los electores.

si estas instituciones entorpecen su agenda política para “refundar la nación” (De la Torre, et al., 2017). Otros investigadores atribuyen al populismo el potencial para fortalecer las instituciones de participación política y mejorar el vínculo representativo entre políticos y ciudadanos debido a su énfasis en los mecanismos verticales de rendición de cuentas democrática como las elecciones y los mecanismos de democracia directa (Laclau, 2005). No obstante, cuando las intenciones de estas personalidades es perpetuarse en el poder para garantizar la continuidad de su proyecto de nación, son capaces de atentar de manera sistemática contra los mecanismos de rendición de cuentas verticales. Esto se puede llevar a cabo mediante la manipulación estratégica de las elecciones y/o a través de la implementación de mayores controles gubernamentales de los medios de comunicación, erosionando también la rendición de cuentas diagonal. (Bermeo, 2016; Mudde and Rovira Kaltwasser, 2012).

A partir de una perspectiva aglutinadora, trabajos recientes han examinado los factores que han contribuido al surgimiento de los líderes populistas, así como las consecuencias políticas del populismo. Argumentos del lado de la demanda acerca del auge del populismo enfatizan el descontento social y la manera en que éste repercute sobre las preferencias y actitudes entre los votantes. Los costos sociales y económicos de las políticas de mercado constituyen una amenaza para las necesidades cotidianas, lo que hace que los votantes sean más susceptibles a simpatizar con políticas populistas que prometen justicia social (De la Torre, 2010). Lo anterior se encuentra asociado a una disminución de la confianza en las instituciones gubernamentales, misma que conduce a una reducción en el porcentaje de votos de los partidos establecidos, lo que abre una ventana de oportunidad en el mercado electoral para los partidos externos (a menudo antipluralistas) (Petrarca et al., 2022).

Los argumentos del lado de la oferta dirigen la atención a la transformación de los actores, principalmente los líderes y partidos políticos. El auge del populismo en América Latina se encuentra asociado al viraje de los principales partidos hacia el modelo de mercado. Este golpe de timón generó un déficit (o crisis) de representación política, que fue ocupado por outsiders políticos que desplegaron discursos políticos radicales (Lupu, 2016). Otros estudios encuentran que una vez que los partidos antipluralistas están en el poder, debilitan los compromisos con las instituciones, los procedimientos y las normas democráticas hasta hacer perecer a las democracias (Levitsky; Ziblatt, 2018).

1. Nueva generación de estudios sobre la autocratización y los retrocesos democráticos

El declive de los atributos del régimen democrático -la autocratización- ha surgido como un reto global. Reveses democráticos en países tan diversos como Estados Unidos, Venezuela, Nicaragua, Brasil, Hungría, Rusia y Turquía han estimulado una nueva generación de estudios sobre la autocratización. Luhrmann y Lindberg (2019) definen una ola de autocratización como el período de tiempo durante el cual el número de países en proceso

de democratización disminuye mientras que al mismo tiempo la autocratización afecta cada vez más países. Waldner y Lust (2018) concluyen que el estudio del retroceso democrático es una importante nueva frontera de investigación. Esta serie de nuevos estudios sobre la autocratización parece haber generado un consenso emergente sobre una idea importante: el proceso de autocratización parece haber cambiado. Bermeo (2016) por ejemplo, sugiere un declive de las formas flagrantes de apuñalamiento a la institucionalidad democrática, como golpes militares y fraude electoral el día de las elecciones; y que, al contrario, formas más clandestinas de autocratización: acoso a la oposición, erosión de la rendición de cuentas horizontal, autogolpes de Estado, están en aumento.

Esto conduce a la siguiente pregunta: si la autocratización ocurre más gradualmente, ¿esto también tiende a reducir la magnitud del cambio? Todo parece indicar que sí; sin embargo, la literatura reciente no ofrece comparaciones empíricas sistemáticas para estimar variaciones importantes: autocratización en las democracias que todavía no han llevado a un colapso total (por ejemplo, Hungría) y regresiones en las autocracias electorales hacia regímenes dictatoriales considerados ya en un punto de no retorno como Nicaragua o Venezuela por ejemplo (Latinobarómetro, 2021).

Finalmente, otra vertiente de estudios se concentra en el desempeño de las tácticas de los líderes autócratas–populistas para asegurar su ventaja competitiva a través de medios más sutiles, como censurar y hostigar a los medios de comunicación, a los partidos políticos, ignorar o dejar de apoyar las demandas de ciertos organismos de la sociedad civil o socavar la autonomía de la gestión de los cuerpos electorales. Los autócratas aprenden unos de otros y aparentemente están llevando a cabo tácticas percibidas como menos arriesgadas que la eliminación de las elecciones multipartidistas (Hall; Ambrosio, 2017). Finalmente, frente a este consenso emergente, es pertinente señalar que carecemos del marco conceptual apropiado y herramientas empíricas para analizar sistemáticamente procesos tan oscuros.

1. La trayectoria de la izquierda en México: de la posrevolución a la era AMLO a través de los partidos políticos

En este apartado nos damos a la tarea de ilustrar la importancia del arribo y las características del obradorismo en la escena de la transición democrática en México. Primero daremos un recorrido por la trayectoria de la izquierda en México para finalizar con la trayectoria política hasta la llegada al poder de AMLO en el contexto de alternancia electoral.

2.1. La izquierda partidista en México

La izquierda revolucionaria en México, encontró su expresión en el Partido Comunista, desde fines de los años veinte echó profundas raíces en el movimiento obrero, sobre todo en la crisis de 1929-1933. Vicente Lombardo Toledano se convirtió en el líder indiscutible del movimiento obrero unificado, quien enarboló una plataforma de principios inspirado en el marxismo. La

izquierda lombardista y comunista ejerció su poder en los sindicatos hasta 1948, cuando se comenzó a imponer la dirigencia sindical oficialista en todo el movimiento obrero.

El segundo momento importante de la izquierda se vivió con la nacionalización de la banca en 1982 pues se renovó y se recreó la mitología de que el Estado representaba a todos los mexicanos. Todos los partidos de izquierda en México se pronunciaron a favor de la nacionalización de la banca ya que casi todos estos partidos partían del hecho de tener una gran influencia desde fuera del gobierno. De esa manera, la nacionalización de la banca representó una respuesta a sus demandas.

Durante la década de 1980, la tendencia de las grandes y pequeñas organizaciones de izquierda en México fue la de su aglutinamiento en dos polos. La izquierda reformista se agrupó en el Partido Mexicano Socialista (PMS), que fusionó al PSUM (Partido Socialista Unificado de México), al PCM (Partido Comunista Mexicano), al PMT (Partido Mexicano de los Trabajadores), al PPR (Partido Patriótico Revolucionario), a la UIC (Unión de Izquierda Comunista) y al MRP (Movimiento Revolucionario del Pueblo). La izquierda revolucionaria y de línea trotskista giró en torno al Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), que buscaba el cambio revolucionario de las estructuras sociales.

Por otro lado, desde 1986 se creó al interior del Partido Revolucionario Institucional (PRI), el partido oficial y hegemónico de México, la Corriente Democrática (CD) que apoyaba la candidatura presidencial de Cuauhtémoc Cárdenas, proponía la democracia interna del PRI y cambiar el rumbo económico del país. Al no lograr sus propósitos, Cuauhtémoc Cárdenas, AMLO y otros, rompieron con el PRI y crearon el Frente Democrático Nacional (FDN). La gran alianza partidista quedó conformada por el Partido Auténtico de la Revolución Mexicana (PARM), el Partido Popular Socialista (PPS) y el Partido del Frente Cardenista de Reconstrucción Nacional (PFCRN), el Partido Socialista de los Trabajadores (PST) y el PMS, además de organizaciones sociales de izquierda.

El Partido de la Revolución Democrática (PRD) fue un partido que nació con la democratización en 1989, un año después de la elección presidencial más difícil en la historia del partido hegemónico. La multiplicidad de fuerzas que lo integraron: ex priistas, ex partidos “paraestatales” y ex militantes de diversas corrientes ideológicas socialistas o comunistas, mostraron una endeble identidad ideológica. Asumieron como bandera la democratización del régimen político, principalmente “sacar al PRI de ‘Los Pinos’”, a través de la alternancia y el liderazgo de Cuauhtémoc Cárdenas.

El PRD, “de hecho”, es una izquierda electoral, moderada, clientelar, débilmente institucionalizada y pragmática. El ascenso del PRD a la Jefatura de Gobierno del Distrito Federal en 1997 consolidó a su máximo líder, e incentivó la cohesión y fortalecimiento de su coalición dirigente y para sus corrientes, y moderó a los grupos y liderazgos más extremistas, pero también, debilitó aún más el debate ideológico. En el ámbito local, principalmente en

la Ciudad de México, los gobiernos perredistas reivindicaron la función social del Estado, pero sin poner en duda las políticas macroeconómicas y apoyaron las demandas de respeto y ampliación de derechos civiles y de mayor participación ciudadana. El PRD enfrentó críticas de sus adversarios; y retos en su interior: el peso de los líderes más fuertes —Cuauhtémoc Cárdenas y AMLO— y la fuerza de las corrientes políticas con su característico divisionismo. Las críticas se hicieron más profundas con la escisión, en 2012, por parte de su máximo líder, AMLO, quien abandonó sus filas y formó su propio partido sobre la base del Movimiento de Regeneración Nacional (de ahora en adelante MORENA), el cual había comenzado a estructurarse en 2011. El PRD fue perdiendo votos, líderes y militantes en el periodo 2012-2018. En 2018, los líderes perredistas se aliaron con el PAN para participar en las elecciones, las cuales, dejaron en evidencia, la falta de competitividad del perredismo, que no pudo retener la mayoría de sus espacios políticos, ni siquiera de la Ciudad de México.

Para impulsar su Nuevo Proyecto Alternativo de Nación e impulsar su candidatura a la presidencia de la república en 2012, AMLO reconstituyó su movimiento social, superando las etapas y las estrategias de lucha posteriores al proceso electoral de 2006. Después de la elección presidencial de 2012, en la que el Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación declaró ganador a Enrique Peña Nieto, MORENA se formalizó como agrupación política nacional y comenzó la tramitación de su registro legal como partido, fundado como tal en julio de 2014. La nueva organización se perfiló como un partido personalista proveniente del liderazgo de AMLO, quien descalificó a su expartido el PRD. De esa manera, MORENA surgió fuera de la estructura de los tres partidos políticos de izquierda ya existentes (PRD, PT y Movimiento Ciudadano).

Al convertirse en el sostén de su tercera campaña presidencial, y luego del triunfo arrollador de AMLO y del frente político de MORENA en las elecciones federales y locales del 1 de julio de 2018, resultó ser un acontecimiento asombroso sin precedentes en la historia nacional. MORENA se define como un partido-movimiento de izquierda y antineoliberal. En 2015, 19 entidades eran dirigidas por PRI o alguna de sus coaliciones. Para 2023, el escenario político cambió a favor de la dirigencia de izquierda, liderada por MORENA, a partir del 4 de junio, el partido del presidente tiene en su poder 22 de las 32 gubernaturas de las entidades federativas.

2.2. La trayectoria política y ascenso al poder de Andrés Manuel López Obrador

La carrera de AMLO comenzó en las filas del PRI hacia finales de los 70, como funcionario en el Instituto Nacional Indigenista, puesto que ocupó hasta 1982, y después como director del Centro de Estudios Políticos Económicos y Sociales (CEPES) del PRI en Tabasco. Al unirse a las filas del FDN, en 1988, se convirtió en cofundador del PRD, donde logró notoria proyección y popularidad al erigirse como paladín de los pobres y excluidos, hasta ser jefe de gobierno del Distrito Federal en el año 2000.

AMLO ha sido 3 veces candidato a la Presidencia de la República. Antes de iniciar la carrera presidencial en 2006, enfrentó el “videoescándalo” y el “desafuero” en el 2005, que cuestionaron por un lado su honestidad, pero por el otro, le valieron mayor proyección colocándolo en una especie de mártir. En la elección de 2006, la más competida en la historia de México, AMLO fue candidato presidencial con la Coalición “Por el bien de todos” formada por el Partido de la Revolución Democrática (PRD), Partido del Trabajo (PT) y Convergencia. Dicha elección se vio marcada por la polarización ideológica entre los votantes en torno de los punteros, AMLO, el “candidato de la izquierda”, y Felipe Calderón Hinojosa, el “candidato de la derecha”. Éste último superó a su contrincante por un reducido margen de 0.56% de los votos, lo que llevó a AMLO a no aceptar su derrota y mandar “al diablo a las instituciones”. Se hizo nombrar “presidente legítimo” y montó una protesta en el Paseo de la Reforma por más de un mes” (Monsiváis-Carrillo, 2018, p. 15). En su segundo intento de acceder a la presidencia en 2012 encabezó el “Movimiento Progresista” como candidato de la coalición entre el PRD, PT y Movimiento Ciudadano, y en donde el resultado favoreció a Enrique Peña Nieto por casi siete puntos porcentuales; la derrota fue impugnada al acusar la compra masiva de votos por el PRI. Después de las elecciones de 2012 se efectuó el divorcio de AMLO con el PRD, para lanzar el partido MORENA, el partido que encabeza y que él mismo fundó. Y en la tercera candidatura presidencial mediante la coalición “Juntos haremos Historia” (con PT y Partido Encuentro Social); comprometido con el “cambio verdadero” y la “cuarta transformación de México”, en esta ocasión AMLO se convirtió en el presidente más votado de la historia del país con 53.02% de los sufragios, logrando una histórica victoria en el año 2018.⁶⁹

3. Encuadre teórico - metodológico: los diversos ángulos de la democracia y el populismo

En este apartado se justifica el encuadre teórico metodológico del documento. En primer lugar, abordamos la importancia que tienen los mecanismos de rendición de cuentas democráticos para controlar y modular las acciones populistas y se plantea la necesidad de operacionalizar la eficacia de estos controles democráticos. En otras palabras, esto se traduce en la de-

⁶⁹ De acuerdo con el presidente Andrés Manuel López Obrador, la primera transformación del país fue la Independencia de México de la Corona española; la segunda fue la Reforma liberal de Benito Juárez, que separó los asuntos públicos de la Iglesia y decomisó los privilegios eclesiásticos; la tercera transformación del país corresponde a la Revolución mexicana que dio fin a la dictadura de Porfirio Díaz.

cisión de operacionalizar también la imagen irreductible de la política que plantea el obradorismo y que se resumen como una lucha entre el “pueblo vs la élite corrupta”, prescindiendo de cualquier tipo de intermediación entre dos bandos irreconciliables. Para conseguirlo, echamos mano de una estrategia que desagrega los diferentes ángulos de la democracia con el fin de despejar que tipo de afinidades y tensiones hay entre el obradorismo y las diversas expresiones específicas de las instituciones democráticas en México.

3.1. Mecanismos de rendición de cuentas y erosión democrática

Algunas de las reflexiones que nos planteamos en la introducción están asociadas con la necesidad de determinar la amplitud y la profundidad de la reciente ola de autocratización y la posibilidad de calcular sus efectos sobre la democracia mexicana del siglo XXI. Autores como Laebens y Lührmann (2021) y O’Donnell (2007), sugieren que los mecanismos de rendición de cuentas juegan un papel fundamental en la defensa de las instituciones democráticas contra las políticas antipluralistas y los intentos de los líderes populistas por erosionarlas. Dichos mecanismos de rendición de cuentas incluyen la participación parlamentaria y judicial en la supervisión de las acciones del ejecutivo (*rendición de cuentas horizontal*), presiones de la sociedad civil y los medios de comunicación (*rendición de cuentas diagonal*), y competencia electoral entre partidos y dentro de los partidos (*rendición de cuentas vertical*).

3.2. Los diversos modelos de democracia y las tensiones con el populismo

Para poder llevar a cabo una comparación ordenada y sistemática sobre los impactos del obradorismo sobre el desempeño de la democracia en México, es preciso superar la imagen reduccionista de la política entre dos bandos irreconciliables, entre la “voluntad del pueblo” y la “representación del gobierno”. La estrategia que aquí adoptamos es una forma de operacionalizar las tensiones entre las ideas centrales del populismo y los diferentes espectros de la democracia a partir de sus fundamentos ideacionales e instituciones específicas. Este planteamiento es de gran relevancia ya que es posible trazar la afinidad del populismo con diferentes modelos de democracia y señalar combinaciones específicas de instituciones que expresan, a su vez, un conjunto de normas, ideales, políticas y programas específicos de gobierno. De la misma manera que es posible identificar cuáles de estos modelos favorecen o erosionan los diversos tipos de mecanismos de rendición de cuentas mencionados anteriormente.

Para poder expresar en su justa dimensión los diferentes modelos de democracia, seguimos el enfoque V-Dem, distinguiendo entre el modelo *electoral*, el modelo *liberal*, el *participativo*, *deliberativo* e *igualitario* de democracia

(Coppedge et al., 2016).⁷⁰ Esta decisión nos deja en condiciones de discutir la compatibilidad de cada uno de dichos modelos democráticos con el obradorismo. En el siguiente cuarto apartado nos damos a la tarea de hacer evidente las tensiones entre el populismo de izquierda en México en cada una de las diferentes expresiones de la democracia e ir discutiendo sobre los procesos de erosión de rendición de cuentas en el marco de la llamada tercera ola de autocratización que afecta a México, América Latina y el mundo.

4. Tensiones entre la democracia liberal y el obradorismo: erosión de la rendición de cuentas horizontal

Mientras que el mayor temor del liberalismo es la tiranía de la mayoría, que la amenaza en su núcleo pluralista, el populismo favorece el mayoritarismo como medio para identificar la voluntad del pueblo (Grofman; Feld, 2013). Por otro lado, la ficción de las ideas populistas de soberanía popular y la homogeneidad de las personas (pueblo-centrismo) no coinciden con las ideas de pluralismo social y su protección a través del estado de derecho, tensiones que se gestan en el corazón de la democracia liberal.

El modelo más destacado en democracia es justamente el modelo de democracia liberal. Además de la importancia de las elecciones, las democracias liberales se caracterizan por el estado de derecho, entendido como la maquinaria del derecho constitucional, la protección de las libertades civiles, un poder judicial independiente, la facultad del poder legislativo para revisar, así como la separación de poderes a través de controles institucionales de pesos y contrapesos (O'Donnell, 2007). El modelo liberal adopta una visión crítica de la regla de la mayoría y destaca la necesidad de salvaguardar el pluralismo social y organizativo, así como las libertades y derechos individuales de la infracción por parte de las élites gobernantes, es decir, la protección contra una potencial tiranía de la mayoría (Hamilton et al., 2015, Tocqueville, 2002).

Con base en la literatura, se puede argumentar una relación negativa entre el populismo y el modelo liberal de democracia. Teóricamente, por su enfoque en la soberanía del pueblo (centrismo en las personas), los populistas valoran la responsabilidad vertical en general y, al mismo tiempo, acorde con su anti-elitismo, promueven la desconfianza de las élites políticas, que son los actores centrales dentro de la horizontalidad de los mecanismos de

⁷⁰ Varieties of Democracy (V-Dem) produce el conjunto de datos global más grande sobre democracia para 202 países desde 1789 hasta 2021. Con más de 3 700 académicos y expertos de otros países, V-Dem mide cientos diferentes atributos de la democracia para estudiar su naturaleza, sus causas y consecuencias, abarcando sus múltiples significados. <https://www.v-dem.net/>.

rendición de cuentas. Varios estudios mostraron que una táctica recurrente de los gobiernos populistas se concentra en acciones que buscan erosionar los mecanismos republicanos horizontales de pesos y contrapesos (Ruth, 2018; Vittori, 2021). Coincidentemente con estos trabajos, aquí ilustramos las fricciones más importantes entre el Poder Ejecutivo respaldado por su partido MORENA y la oposición partidista en el poder legislativo; y entre el Presidente y el Poder Judicial; particularmente durante la segunda mitad de su mandato; y se discute sobre las implicaciones de estas acciones para el desgaste de la institucionalidad democrática.

4.1.1. El proyecto de la 4t y el desempeño de las mayorías legislativas

Una de las estrategias predilectas del presidente López Obrador para llevar a cabo su proyecto de transformación del país han sido las reformas legislativas competencia del Congreso de la Unión. Lo cual se vino realizando sin ningún contrapeso de la oposición durante los 3 primeros años de su gobierno al contar con la mayoría absoluta en ambas cámaras. MORENA y coalición a su llegada al Congreso de la Unión para el periodo 2018-2021, contaba con 313 escaños en la cámara baja y 70 curules en el Senado lo que le dejó en una posición política privilegiada para reformar el marco jurídico secundario. Le faltaron tan solo 20 diputados y 16 senadores para alcanzar la mayoría de dos tercios para reformar la Constitución (333 diputados y 86 senadores) y que estas iniciativas pudieran turnarse a las 32 legislaturas estatales para su aprobación por la mayoría absoluta (17 o más). La primera acción contundente y decisiva que emprendió el gobierno de la 4T en contra de los privilegios de Estado fue la Ley Federal de Remuneraciones de los Servidores Públicos, Reglamentaria de los artículos 75 y 127 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, mejor conocida como la “Ley de austeridad republicana”, promulgada el 5 de noviembre de 2018, misma que estipuló que: “Ningún servidor público recibe una remuneración o retribución mayor a la establecida para el Presidente, señalado en el Presupuesto de Egresos de la Federación”; razón por la cual, despertó el descontento de los servidores públicos de alto nivel, como en el Instituto Nacional Electoral, y de jueces y ministros del propio poder judicial federal.

Para la segunda mitad de su mandato en 2021 se realizaron elecciones federales intermedias en el país que implicaron la renovación de la totalidad de los integrantes de la Cámara de Diputados, y fue ahí donde la balanza de fuerzas políticas en el Congreso se modificó. MORENA y sus aliados redujeron el número de diputados a 280, mientras que la oposición los aumentó en 220, lo que abrió la puerta a que el presidente y MORENA dialogaran con la oposición.

4.1.2 Las reformas constitucionales y el papel de la oposición

La llamada “Reforma Energética” era una de las mayores apuestas del presidente López Obrador, ya que consistía en limitar la participación del capital privado y extranjero en la industria eléctrica del país y fortalecer a la Comisión Federal de Electricidad. Su rechazo por parte de la oposición, que

se hizo llamar coalición “Va Por México”, fue su primera derrota legislativa importante en los tres años y medio que va de su sexenio. El partido MORENA y sus aliados quedaron casi 60 votos por debajo de la mayoría de dos tercios necesaria en la Cámara de Diputados de 500 escaños, reuniendo solo 275 votos. Su intención era revertir la reforma de 2013 que fue aprobada en el sexenio de su predecesor Peña Nieto y cancelar los contratos de inversión privada que se dieron en el sector. Quienes se oponían a la reforma argumentaban que esta iniciativa entorpecería la inversión privada y la competitividad, al tiempo que no aseguraría necesariamente electricidad más limpia ni más barata, sin mencionar la ola de litigios internacionales que se desprenderían de la cancelación de dichos contratos (CNN, 2022).

El segundo descalabro legislativo que sufrió el obradorismo se llevó a cabo en diciembre del año 2022 al ser desechado en la Cámara de Diputados el proyecto de decreto de reformas constitucionales en materia electoral por no reunir la mayoría calificada de 2/3 requeridos para modificar la constitución. En dicha reforma de hondo calado, se planteaba la conformación del Instituto Nacional de Elecciones y Consultas en sustitución del Instituto Nacional Electoral, la reducción del número de legisladores federales, voto electrónico, así como la reducción de integrantes de congresos locales, ayuntamientos y alcaldías. El proyecto de reforma también contemplaba financiamiento público de partidos políticos, acceso de los partidos a radio y televisión con fines electorales; unificación de las autoridades electorales administrativa y jurisdiccional; extinción de los organismos públicos locales y los tribunales electorales de las entidades federativas (Cámara de Diputados, 2023).

A raíz de la imposibilidad de llevar a cabo las reformas constitucionales sugeridas por el presidente López Obrador, y al encontrarse con una oposición más determinada a no dejar pasar dichas reformas, AMLO planteó una segunda ruta o “plan B”. Su estrategia consistía en materializar las reformas electorales propuestas por el ejecutivo a nivel de legislación secundaria donde existe la posibilidad de reunir la mayoría absoluta en ambas cámaras para pasar las reformas, prescindiendo del voto de la oposición. En consecuencia, el primer paquete de proyecto de reformas electorales a nivel de leyes secundarias o “plan B”, fue aprobado en ambas cámaras en febrero de 2023 por MORENA y sus aliados. Consiste en una serie de iniciativas que afectan el presupuesto del INE como en sus tareas para la organización de las elecciones. MORENA, el partido en el poder, ha planteado que dichas iniciativas tienen por objetivo un ahorro de 3,500 millones de pesos; pero ello implica desmantelar alrededor del 84 % de las plazas del Servicio Electoral Nacional en los 32 estados de la república; lo que implica también hacer frente a múltiples demandas laborales y posibles indemnizaciones a los servidores públicos afectados (Zerega, 2023). La reforma, a su vez, relaja las reglas para regular la propaganda de los partidos políticos desde el gobierno y que reciben recursos públicos, al tiempo que limita la capacidad de INE para sancionar a funcionarios que públicamente se expresen a favor de un candidato (Corona, 2023).

4.1.3. Contrapesos e independencia del poder judicial

Para recurrir en el ámbito judicial la reforma legislativa en material electoral o “Plan B” promovida por el Ejecutivo Federal, cuatro días después de que el senado de la república aprobara el paquete de reformas promovido por el presidente, la oposición partidista llegó a las puertas de la Suprema Corte de Justicia de la Nación acuerpada por diversas organizaciones de la sociedad civil para impedir el avance del “plan B” de la reforma electoral, bajo la consigna “el INE no se toca”; y pedir a los ministros que se pronunciaran por definir los cambios aprobados a las leyes secundarias como inconstitucionales. Cabe mencionar que, en respuesta a dichas protestas, López Obrador aseguró en una de sus conferencias matutinas que la movilización no estuvo convocada por ciudadanos y que se trató de miembros de los partidos políticos de oposición que calificó como “corruptos” y que la marcha era “para la defensa de los privilegios”, “vienen a protestar porque no quieren que se apoye a los pobres”, refirió (Corona, 2023). De esa manera, en el mes de mayo de 2023, la Suprema Corte de Justicia de la Nación, con nueve votos a favor y dos en contra de los ministros, decidieron anular, en su totalidad, la primera parte del “plan B” en materia electoral que buscaba legalizar hacer campaña desde el gobierno con recursos públicos (Gárate, 2023). Esto se debió a qué, de acuerdo con el criterio de la corte, se presentaron violaciones graves durante el proceso legislativo al no haberse discutido el paquete de reformas a profundidad y al haber sido aprobada por la aplanadora de MORENA sin si quiera haber cambiado una coma al texto. En consecuencia, en el mes de junio del año pasado, el máximo tribunal, por la misma mayoría, se volvió a pronunciar en el mismo sentido para anular las 450 reformas electorales restantes impulsadas por el presidente, sepultando así el llamado “Plan B” (Espino, 2023).

La segunda decisión que determinó la corte para medir el temperamento de AMLO y que también vale la pena exponer aquí, tiene que ver ahora con el ámbito de la seguridad pública, tan importante en el contexto de nuestro país. Esta resolución se presenta en abril de 2023, cuando los magistrados de la Suprema Corte, con ocho votos a favor y tres en contra, frenaron el decreto aprobado por ambas Cámaras del Congreso de la Unión en septiembre de 2022 cuya finalidad era que la policía fuera operada por el ejército. Esto implica un freno a la iniciativa presidencial de que la Secretaría de la Defensa Nacional (SEDENA) tomara el control operativo y administrativo de la Guardia Nacional. Pero que, a consideración de la suprema corte, resultó un proceso inconstitucional, dado que la Guardia Nacional es un cuerpo de seguridad de carácter civil, y dejarlo en manos del ejército implica la militarización de facto del país. A juicio de algunos especialistas, de haberse consumado dicha iniciativa, “los grados de impunidad en las acciones extrajudiciales, al meterse al ejército, estarían mucho más blindadas”, y segundo, se entregaría a las fuerzas armadas un presupuesto desproporcionado más del que ya se tiene, en tanto ahora administran sectores estratégicos como el portuario o aéreos, lo cual también implica un riesgo que constitucionalmente es incoherente” (Gamiño, 2023).

Lo cierto es que las resoluciones controvertidas de la Suprema Corte de Justicia, particularmente durante la segunda mitad del sexenio, han venido exacerbando la fricción entre el Ejecutivo Federal y el Poder Judicial. Tan es así que este choque se encuentra entrampado al día de hoy. Y es que AMLO y su partido MORENA regresarían con una nueva embestida certera a las entrañas del poder judicial. En esta ocasión se trató de una reforma aprobada por el poder legislativo en octubre de 2023 a la Ley Orgánica del Poder Judicial de la Federación por la cual se extinguieron 13 de los 14 fideicomisos con los que cuenta. Esta decisión impacta en sus finanzas, y por ende, en su misión y en sus labores cotidianas para garantizar el derecho humano de acceso a la justicia. “La extinción de los fideicomisos repercute también en el cumplimiento de diversas obligaciones patronales respecto a derechos laborales adquiridos” de al menos el 60 % de los trabajadores del poder judicial, incluyendo jueces y magistrados (Suprema Corte de Justicia de la Nación y Consejo de la Judicatura Federal, 2023). Esto ha desencadenado una serie de amparos y acciones colectivas por parte de los trabajadores del poder judicial que cuestionan la constitucionalidad de tal acto legislativo. Algunos periodistas críticos de AMLO, advierten que en el fondo de esta disputa legal, se puede advertir una intensión de venganza del presidente hacia el poder judicial por haber frenado en la segunda parte de su sexenio las reformas constitucionales necesarias para materializar el “cambio verdadero”.

4.1.4. Rendición de cuentas cruzada y equilibrio de poder

Recapitulando, aquí hemos advertido que una oposición firme y responsable es fundamental para frenar la expansión de la esfera del ejecutivo hacia la jurisdicción de otros órganos y funciones del estado y evitar la colonización del pluralismo social y organizativo. Por otro lado, tenemos que los mecanismos de rendición de cuentas horizontales, resultan más efectivos cuando se ponen en práctica de manera cruzada. En estos términos, es que la oposición se ha refugiado en la Suprema Corte de la Nación para que revise la constitucionalidad de las diversas normas impugnadas una vez aprobadas por el Congreso de la Unión. La intervención de la Suprema Corte de Justicia ha sido crucial para detener los intentos del presidente López Obrador y su partido en el poder MORENA por modificar la estructura del INE, que por cierto es considerado un baluarte por un gran segmento de la sociedad, por ejemplo. De manera que, el estudio de la rendición de cuentas horizontal y el papel de la oposición y los órganos jurisdiccionales en países como México para hacer valer los mecanismos de equilibrio de pesos y contrapesos, adquiere mucha importancia para los estudios actuales acerca de la autocratización en la región latinoamericana y acerca de las formas de hacerle frente.

4.2. Tensiones entre la democracia electoral y el obradorismo: erosión de la rendición de cuentas vertical

La asociación entre el obradorismo y la democracia electoral es algo ambigua: la idea del pueblo-centrismo del atractivo populista (con su enfoque en la soberanía popular), pone énfasis sobre los mecanismos verticales de rendición de cuentas, sobre todo, en las elecciones. Por lo tanto, se espera que

los populistas en el poder valoren las elecciones como una herramienta viable para hacer conocer la voluntad del pueblo y legitimar a sus líderes. Sin embargo, el centrismo en las personas también se construye en la idea de la homogeneidad de las personas, que choca con varias de las condiciones previas de la poliarquía, como la libertad de expresión, la libertad de asociación o el pluralismo mediático (Dahl, 1989; Vittori, 2021).

La autodenominada “cuarta transformación de México” (en adelante 4T), encabezada por el presidente de la República de México, Andrés Manuel López Obrador, se presenta como un proyecto de renovación nacional que descansa en las consignas de llevar a cabo una reforma de hondo calado en las instituciones del país con el fin de erradicar un lastre ancestral como lo es la corrupción, en poner fin al legado de los llamados “gobiernos neoliberales” y que de ahora en adelante el bienestar sea el eje del proyecto nacional. Estas consignas se han traducido en diversos decretos de ley aprobados por el Congreso general y en políticas y programas implementadas desde el gobierno federal, acciones orientadas hacia la llamada “austeridad republicana” son el uso racional de los recursos públicos y su absoluta probidad, así como la exigencia de más transparencia y eficiencia en el gasto público. Por otro lado, se ha llevado a cabo una reconversión del sector de asistencia social y de salud con el fin de centralizar la administración de los recursos y asegurar que lleguen a sus destinatarios, al tiempo que se han robustecido los programas sociales con el propósito de diversificar los perfiles de beneficiarios al tiempo que se ha incrementado tanto la cobertura como los montos de las transferencias incondicionadas. Así lo prometió López Obrador durante su campaña electoral, en la que su principal eslogan era “por el bien de todos, primero los pobres”.

En esa tesitura, la agenda de la 4T privilegia la intervención directa del gobierno nacional sobre la vida pública del país como artífice de las reformas que devolverán la soberanía al pueblo, secuestrada por los “gobiernos neoliberales” anteriores, y tras la ineficacia mostrada por éstos para cumplir las promesas que arrojó la pretendida transición política. Esta imagen de lo que el presidente llama “el pueblo”, le permite a López Obrador filtrar de alguna manera las demandas heterogéneas de los votantes que lo respaldaron en las urnas, desde el sector académico y estudiantes; integrantes de gremio empresarial y emprendedores; organizaciones de base; movimientos sociales; para poder reaccionar, ahora desde el gobierno, a esas demandas en términos más globales sobre los problemas económicos y sociales de su interés. Este sustancialismo expresado entre “el pueblo bueno” y la “elite corrupta”, son los extremos que definen las relaciones entre la cabeza del Estado mexicano, su proyecto de gobierno y la sociedad, sin posibilidad de intermediación o especialización alguna.

Es pertinente destacar que el triunfo indiscutible de AMLO en las urnas en 2018 obedeció a una crisis de representación política de la clase gobernante que inauguró el siglo XXI, y que su proyecto de “regeneración nacional” busca el involucramiento de votantes previamente subrepresentados y que potencialmente estarían en condiciones de revitalizar la democracia (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2017). Pero, por otro lado, también es cierto que las ideas

populistas del obradorismo indican una fricción considerable con los fundamentos sobre las que se construye la poliarquía y, por lo tanto, plantean una relación negativa entre los dos conceptos.

El hecho de que AMLO se retrátate a sí mismo como el único intérprete legítimo de la voluntad del pueblo, le ha permitido encontrar una justificación para desplegar sus cartas en el terreno electoral. Estas estrategias rayan muchas veces en la frontera de la legalidad, pudiendo sesgar el campo de juego y amenazar de esa manera una de las ideas centrales de la democracia electoral, a saber, la equidad de las elecciones federales a celebrarse en el mes de junio 2024 (Levitsky; Loxton, 2010). López Obrador no solo se adelantó a las campañas presidenciales, sino que usó los espacios de sus conferencias matutinas denominadas “mañaneras” para atacar a la oposición y fortalecer a sus candidatos. El artículo 41 de la Constitución Federal limita a 90 días las campañas presidenciales y a 60 las precampañas; el 134 establece “la obligación de aplicar con imparcialidad los recursos públicos, sin influir en la equidad de la competencia entre los partidos políticos”. Por su parte, el artículo 226 de la Ley General de Instituciones y Procedimientos Electorales señala que las precampañas “darán inicio en la tercera semana de noviembre del año previo al de la elección”. Ninguno de estos ordenamientos le impidió a AMLO lanzar las precampañas en junio “simplemente convirtiendo a los candidatos en “aspirantes” a la coordinación de las redes de defensa de la Cuarta Transformación y las precampañas en “recorridos”. Estrategia que ha sido acompañada por un conjunto de descalificaciones a la aspirante presidencial de la oposición por el Frente Amplio por México, a quien acusó de ser “candidata de la mafia del poder” (Sarmiento, 2023).

4.3. Tensiones entre la democracia deliberativa y el obradorismo: erosión de la rendición de cuentas diagonal

Mientras que los modelos electoral y liberal enfatizan la legitimidad de las instituciones formales que fundan los sistemas democráticos, el modelo deliberativo de la democracia hace énfasis en el rendimiento de las estructuras y los procedimientos democráticos horizontales. La democracia deliberativa se centra en la búsqueda del bien público a través del diálogo respetuoso y el razonamiento público (Fishkin, 2011; Habermas, 2012). Los ciudadanos y la clase gobernante deben tener la mente abierta y tomar decisiones informadas después de intercambiar argumentos y discutir diferentes puntos de vista sobre el tema en cuestión. Este planteamiento se encuentra claramente disociado de las llamadas ideas democráticas radicales asociadas con el populismo (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2012). Aquí argumentamos que la visión homogénea y antipluralista del “pueblo bueno y sabio” que antagoniza con la “la élite corrupta”, en la que se fundamenta la retórica del obradorismo, se contrapone claramente a la lógica de la deliberación, que se basa en el desacuerdo razonado entre las personas y está orientada hacia el compromiso.

Al momento de plantear las relaciones sociedad-Estado, el gobierno de la 4T que encabeza López Obrador no se presenta como una opción política más, sino como la gran opción transformadora que el pueblo de México es-

taba esperando después del fracaso de los modelos de gobierno anteriores y del neoliberalismo. En este sentido, los planteamientos de la 4T no admiten rivales ni críticas, ya que, además de sustentarse en los más altos valores humanos, la 4T está marcada en la “frente del pueblo de México”; así lo manejó el presidente López Obrador en campaña. En esta nueva relación Estado-sociedad, se encuentra precisamente en el centro el pueblo de México, guardián y custodio del gobierno de la mayoría. Las formas de democracia directa y plebiscitaria basadas en los sustancialismos del “pueblo bueno” y el “pueblo sabio” son las que moldean la soberanía nacional y legitiman el proyecto de país promovido por López Obrador. “El pueblo quita y el pueblo pone”, aseguró el presidente cuando se sometió al tribunal del pueblo o revocación del mandato en abril del 2021.

Es decir, la voluntad el pueblo además de tener una estructura homogénea, no admite intermediación alguna. Implica la noción de una colectividad asumida como una unidad soberana conformada por la agregación de almas individuales, un pretendido, “demos”, y sobre el cual la razón moral obliga a atenerse al “pueblo bueno y sabio”, descartando los intereses específicos de la pluralidad de las sociedades modernas. Dicha concepción resulta peligrosa para el funcionamiento del modelo de democracia deliberativa al impedir el dialogo y el intercambio respetuoso entre los agentes de gobierno y los principales o mandantes. Es decir, el obradorismo muestra un efecto corrosivo sobre lo que la literatura conoce como rendición de cuentas diagonal al desdibujar la relación entre agente-principal.

4.3.1. La diversidad de matices del pretendido demos y la especialización política

La rendición de cuentas diagonal refleja la contribución de los actores no estatales a la rendición de cuentas. Organizaciones de la sociedad civil, medios independientes y ciudadanos comprometidos pueden utilizar una amplia gama de acciones para proporcionar y ampliar la información sobre el gobierno, haciéndolo responsable (Morlino, 2007). Por ejemplo, los informes de los medios de comunicación pueden activar a las legislaturas u otras agencias de control horizontal para que emprendan alguna investigación sobre el desempeño del ejecutivo o sus funcionarios (O'Donnell, 2007), mientras que las organizaciones de la sociedad civil pueden presionar al gobierno para que cambie una política específica.

Además de la importancia que tienen las organizaciones de la Sociedad Civil en la tarea de vigilancia del del ejecutivo y sus funcionarios, también tienen la ventaja de poder dar un tratamiento diversificado a problemas públicos específicos derivados de la complejidad de las sociedades modernas y del desgaste de la política universalista del Estado benefactor. Mismas que no ha sabido dar respuesta a problemas sociales de carácter regional y comunitario, ni a sectores y colectividades específicas mediante el empleo de sus instrumentos tradicionales.

Algunos atributos de dichas organizaciones son su capacidad para identificar la especificidad de ciertos problemas, operar recursos no sólo monetarios, sino también intangibles, de carácter cultural, comunitarios e incluso

simbólicos, y traducirlos en estrategias concretas de acción a diferentes escalas: global, nacional, local o comunitaria. Las llamadas asociaciones intermedias son fundamentales para el mantenimiento de la gobernanza y la viabilidad de las políticas públicas por su capacidad de agencificación, es decir, por su habilidad de identificar problemáticas que no están siendo atendidas, dar voz y visibilidad macrosocial a quienes resienten un problema y definirlos en términos de un formato de tratabilidad (Alzugaray et al., 2012). Cuestiones como los feminicidios, las personas desaparecidas, los migrantes, el extractivismo en varias zonas del país, entre muchos otros problemas, son cuestiones que no se hubieran colocado en la agenda pública durante el sexenio de AMLO de no haber sido por las Organizaciones de la Sociedad Civil.

Aquí sostenemos que la democracia es un régimen de matices y sería absurdo subsumir la compleja lógica de las interrelaciones entre el Estado y las fuerzas sociales a la razón moral que detenta el pueblo “bueno y sabio” sin mediación alguna. Estos argumentos nos llevan a esperar una relación negativa entre populismo y democracia deliberativa, dado que la lógica de la 4T opera bajo un código binario que divide a la sociedad en dos bandos irreconciliables, entre los “conservadores y el pueblo bueno” lo que implícitamente da lugar a un régimen de exclusión en donde quedan fuera todos aquellos que no pintan en el retrato.

4.3. Tensiones entre la democracia participativa y el obradorismo

El modelo participativo de democracia reitera la necesidad de que la legitimidad del gobierno de la mayoría debe descansar en su capacidad de identificar la voluntad del pueblo, siempre y cuando los ciudadanos participen activamente en el proceso de formación de voluntad política (Grofman; Feld, 2013). El modelo participativo enfatiza el valor del autogobierno y participación ciudadana más allá de las elecciones y generalmente echa mano también de los instrumentos de democracia directa, tanto de carácter local y regional, como los plebiscitos, las consultas públicas o la figura del referéndum. El populismo se ha asociado a menudo con un modelo democrático radical basado en un estilo plebiscitario de participación (Laclau; Mouffe, 1985), por esa razón, las ideas populistas resuenan bien con el divisionismo y supuesta simpleza de la lógica mayoritaria de los mecanismos democráticos directos, que permiten dividir las decisiones políticas en preguntas (binarias) de sí o no.

4.3.1. Radicalismo democrático y el estilo plebiscitario de participación

El gobierno de la 4T ha hecho descansar buena parte de su legitimidad en el régimen de democracia directa de reciente configuración en nuestro país para asegurar que la voz del “pueblo sabio” de México sea escuchada en la formulación de temas de la agenda nacional. Aquí figuran dos instituciones: la consulta popular y la revocación del mandato. De acuerdo con las disposiciones del artículo 35 de la constitución política de México, las consultas populares serán convocadas por el Congreso de la Unión a petición de: a) el Presidente de la República, b) el equivalente a 33% de los integrantes de cual-

quiera de las cámaras del Congreso de la Unión, o c) los ciudadanos, en un número equivalente, al menos, a 2% de los inscritos en la lista nominal de electores. Asimismo, el numeral 3 del inciso VIII del ordenamiento en comento, estipula que cuando la participación de las personas inscritas en la lista nominal de electores corresponda al menos al 40% de la lista nominal de electores, las decisiones serán vinculantes para los poderes públicos y las autoridades competentes. Asimismo, dicho ordenamiento estipula que los temas concernientes a la materia electoral, el sistema financiero; ingresos; gastos y el Presupuesto de Egresos de la Federación; las obras de infraestructura en ejecución; y la seguridad nacional; no pueden ser objeto de la consulta popular.⁷¹

Por otro lado, la revocación del mandato es una figura de democracia directa contemplada en el inciso IX del mismo artículo 35 constitucional, que permite a los ciudadanos mediante una elección decidir si el presidente de la República continúa o no su periodo de mandato. Sólo el INE estará facultado para convocar a revocación del mandato tras la solicitud de los ciudadanos en un número equivalente de al menos 3% de los inscritos en la lista nominal de electores, siempre y cuando en la solicitud correspondan a por lo menos 17 entidades federativas. Se podrá solicitar en una sola ocasión y durante los tres meses posteriores a la conclusión del tercer año del periodo constitucional. Asimismo, “para que el proceso de revocación de mandato sea válido deberá haber una participación de, por lo menos, el cuarenta por ciento de las personas inscritas en la lista nominal de electores. La revocación de mandato sólo procederá por mayoría absoluta”. Cabe mencionar que el resultado de la Revocación de mandato a la que se sometió el presidente de la República en abril del año pasado fue de escasamente 17.8 % de la participación de la lista nominal de electores, de la cual 91.86% optaron por que siguiera y 6.5 % optaron por que se le revocara (INE, 2022).

4.4. Democracia igualitaria y populismo

Finalmente, el modelo de democracia igualitaria combina las ideas de igualdad, tanto política, como social, y que todos los ciudadanos deben tener las mismas oportunidades de participar en el proceso democrático para hacerse oír (Dahl, 1989). Por lo tanto, el modelo enfatiza las condiciones previas de la

⁷¹ El pasado 1º de agosto de 2021 tuvo lugar la primera consulta popular, Los resultados arrojaron una participación de 7.11% de la lista nominal de electores, el total de opiniones que se manifestaron por el “Sí” al enjuiciamiento de políticos por actividades realizadas en el pasado representó el 97.72%, por el “No” se pronunció el 1.54%.

participación política, así como la capacidad de todos los ciudadanos para participar de manera significativa en la decisión política. El igualitarismo también considera un papel activo del Estado en la economía, combatiendo la distribución desigual de los recursos que pueden conducir a un poder político desigual (Shefner, 2013). El populismo hace resonancia con estas ideas. Por un lado, los populistas pintan una visión “positiva de las personas” y su capacidad de participar en la toma de decisiones políticas y enfatiza también en el papel del Estado para asegurar un piso mínimo de condiciones económicas y de bienestar para que las personas lleven a cabo dicha participación en las mejores condiciones posibles. Dado que los actores populistas a menudo destacan las desigualdades económicas que se traducen en desigualdades políticas, enfatizando la distribución desigual del poder entre la “gente común” y élites poderosas (Foweraker, 2018), estos argumentos nos llevan a esperar una relación positiva entre populismo y democracia igualitaria.

Estos preceptos son importantes para entender el ángulo atractivo del populismo de izquierda en México. El eje central que plantea la agenda de la 4T, es la instauración de un modelo económico y de gobierno denominado “República del Bienestar”, que se basa en determinados ejes de política, como la austeridad republicana, el combate frontal a la corrupción rampante, la racionalidad y transparencia de los recursos públicos con absoluta probidad y la eficiencia en el gasto público. El proyecto del bienestar de la 4T también plantea una reconversión en ciertos sectores de la administración pública, como la asistencia social y los servicios de salud. Todo esto con el propósito de centralizar la toma de decisiones en las secretarías que dependen del ejecutivo federal, eliminar intermediarios y actos de corrupción, y hacer que los recursos y los servicios lleguen a donde tienen que llegar.

Aunque todas las fuerzas populistas retratan al “pueblo” como un grupo homogéneo, algunos populistas en el lado derecho del espectro ideológico excluyen a gran parte de la población no nativa, mientras que los populistas inclusivos de izquierda tienden a permear sobre segmentos más grandes de la población. Por lo tanto, a menudo se ha argumentado que la tendencia a la izquierda de los populistas está asociada con políticas de bienestar inclusivas y redistributivas, mientras que los de tendencia derechista de los populistas se han asociado con políticas de bienestar excluyentes y redistributivas (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2013).

Aquí sostenemos que el obradorismo encaja bien en la clasificación del populismo inclusivo de izquierda, dada su intención política de abarcar a un sector amplio de la sociedad bajo una lógica homogeneizadora. En el ramo de la asistencia social, el proyecto globalizador de la 4T contempla un esquema de gestión que privilegia la centralización de las funciones y los recursos. La Secretaría de Desarrollo Social se transforma en la Secretaría de Bienestar. Esta última funge como salvaguarda del bienestar en México y de los derechos sociales de las personas y las familias en situación de vulnerabilidad, focalizando la atención en los niños y adolescentes, personas con discapacidad y adultos mayores y con perspectiva de género (Secretaría de Bienestar, 2019). La atención integral a estos grupos se traduce en transferencias monetarias directas, o bien en la inclusión en algún programa de bie-

nestar, los cuales muestran una amplia gama de perfiles de atención que van desde los apoyos focalizados a familias y grupos vulnerables, los esquemas de subsidios y estímulos a emprendedores sociales y productivos, esquemas de subsidio orientados a garantizar la soberanía alimentaria, hasta apoyos puntuales al campo.

En materia de salud, el gobierno de la 4T sigue la misma orientación centralizadora y universalista. A partir de diciembre de 2020, desaparece el Seguro Popular que fue creado durante el gobierno de Vicente Fox y tuvo seguimiento en los sexenios de Felipe Calderón y Enrique Peña Nieto, el cual fue sustituido por el Instituto de Salud para el Bienestar (INSABI), organismo descentralizado de la Secretaría de Salud que buscaba garantizar la atención médica de calidad para toda la población sin seguridad social. En abril de 2023 se eliminó el INSABI y sus funciones fueron transferidas al Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS), a través del programa IMSS-Bienestar. Este programa está pensado para dar atención médica, medicamentos, consultas y cirugías de forma gratuita para aquellas personas que no cuentan con seguridad social (Gobierno de México, 2024).

Conclusiones

Aunque resulta evidente que los Estados golpeados por la tercera ola de autocratización siguen siendo mucho más democráticos que sus primos históricos, debemos prestar atención a la llamada de alarma temprana que presenta el arribo del obradorismo al poder en México. Esta ola se desarrolla lentamente, lo que dificulta su evidencia. Los líderes populistas evitan los cambios repentinos y drásticos, y en su lugar imitan las instituciones democráticas mientras gradualmente van erosionando sus funciones.

En el período contemporáneo, los populismos tienden a posicionarse no como antidemocráticos o utilizando tácticas violentas al comienzo de su movimiento. De hecho, arriban al poder arrojados por vía de las urnas. Por ejemplo, diversos líderes políticos emularon las estrategias de Hugo Chávez, como Evo Morales en Bolivia y Rafael Correa en Ecuador, quienes entraron en poder defendiendo activamente un modelo superior de democracia. Los populismos contemporáneos no son siempre vistos como una amenaza grave para el régimen democrático, son tolerados, más bien dicho, cobijados por las propias condiciones institucionales que los llevan al poder, mismas que más tarde, buscarán ser desmanteladas de manera autoritaria si son un obstáculo para su proyecto de refundación.

¿Es posible identificar la secuencia y ritmo de la autocratización? La literatura sugiere que las democracias sometidas a una erosión de sus instituciones tienden a seguir un patrón común en la secuencia de las acciones antidemocráticas. Primero, los populistas introducen reformas tendientes a erosionar la rendición de cuentas horizontal y diagonal y, solo más tarde, la rendición de cuentas vertical. Esta tendencia está presente en el caso mexicano donde se evidencia que los efectos corrosivos del obradorismo sobre las instituciones democráticas se intensifican durante el segundo periodo de su mandato. Aquí pudimos constatar el potencial erosivo del gobierno populista en México, en particular en el campo electoral, liberal y en el ángulo deliberativo de la democracia, coincidentemente con la puesta en marcha de figuras plebiscitarias como la revocación del mandato y las figuras de democracia plebiscitaria.

Otro tema de agenda del proceso de autocratización actual consiste en que, si los líderes populistas suelen llegar al poder a través de voto popular, no por medio de golpes militares, es justamente esa condición la que le da a los ciudadanos un papel vital en los procesos de autocratización para permanecer lo suficientemente fuertes y movilizar la resistencia. Esto sucedió, por ejemplo, en Corea del Sur en 2017, cuando las protestas masivas obligaron al parlamento a acusar a la presidenta, lo que revirtió la tendencia autocratizadora previa. Por el contrario, pequeños tropiezos iniciales hacia la autocracia llevaron a otros países, como Turquía, Nicaragua, Venezuela y Rusia, a una situación resbaladiza y acabaron en adentrarse profundamente en el espectro del régimen autoritario. La agenda de investigación futura necesita investigar qué distingue a este tipo de escenarios y cómo se puede detener la autocratización

A partir de las experiencias de erosión democrática en México aquí documentadas, podemos sugerir, coincidentemente con la literatura, que las instituciones y normas democráticas bien desarrolladas restringen la capacidad de los gobiernos para erosionarlas, y que, de momento, no es posible identificar un guión bien definido de “cómo mueren las democracias”, ya que éstas pueden mostrar cierto grado de resiliencia, incluso en tiempos de emergencia política. Un hallazgo importante de esta investigación consiste en identificar que la activación en forma cruzada de los mecanismos de rendición de cuentas horizontal, por ejemplo, instituciones judiciales bien desarrolladas, al lado de acciones efectivas de rendición de cuentas diagonal, como una oposición responsable y/o las movilizaciones de la sociedad civil organizada, pueden ayudar a salvaguardar las democracias del siglo XXI contra el colapso.

Referencias

ALZUGARAY, S. et al. "Building Bridges, Social Inclusion Problems as Research and Innovation Issues". *Review of Policy Research*. 29(6), 2012, pp. 776-797

BERMEO, N. "On Democratic Backsliding". *Journal of Democracy*. 27(1), 2016, pp. 5-19.

Cámara de Diputados del Honorable Congreso de la Unión. Desecha la Cámara de Diputados dictamen de reformas constitucionales en materia electoral, *Boletín 3310*, 2022.

CANSINO, C.; COVARRUBIAS, I. (Eds.) *Por una democracia de calidad: México después de la transición*. Centro de Estudios de Política Comparada y Ediciones de Educación y Cultura, 2007.

CNN. "El ABC de la reforma eléctrica de AMLO: qué pasó, qué proponía y cómo fue el proceso antes de su rechazo", 2022. <https://cnnespanol.cnn.com/2022/04/18/abc-reforma-electrica-amlo-orix/>.

CORONA, S., La oposición llega a las puertas de la Suprema Corte para impedir el avance del "plan B" de la reforma electoral, 2023. <https://elpais.com/mexico/2023-02-26/la-oposicion-llega-a-las-puertas-de-la-suprema-corte-para-impedir-el-avance-del-plan-b-de-la-reforma-electoral.html>

COPPEDGE, M., LINDBERG, S., SKAANING, S.-E.; TEORELL, J. "Measuring high level democratic principles using the V-Dem data". *International Political Science Review*, 37(5), 2016, pp. 580-593.

DAHL, R. A. *La poliarquía: Participación y Oposición*. Madrid: Tecnos, 1989.

DE LA TORRE, C. *Populist Seduction in Latin America*. . Ohio: University Press, 2010.

DE LA TORRE, C., TAGGART, P.; OSTIGUY, P. "Populism in Latin America", In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 195-213.

ESPINO, Manuel. "Corte invalida segunda parte del plan B electoral de AMLO". *El Universal*, 2023. <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/corte-invalida-segunda-parte-del-plan-b-electoral-de-amlo/>

FOWERAKER, J. *Polity. Demystifying democracy in Latin America and beyond*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2018.

- FISHKIN, J. S. *When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation*. Oxford University Press, 2011.
- GAMIÑO, R. "Guardia Nacional a Sedena: ¿Cómo nos afecta que la policía sea operada por el Ejército?", *Ibero*, 2023. <https://ibero.mx/prensa/guardia-nacional-sedena>.
- GÁRATE, P. "SCJN mata un nuevo intento de Dictadura.", *Debate*, 2023. <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA749291542&sid=sitemap&v=2.1&it=r&p=IFME&sw=w&userGroupName=anon%7E9448713&aty=open-web-entry>
- Gobierno de México. IMSS Bienestar, 2024. <https://www.imss.gob.mx/imss-bienestar>.
- GROFMAN, B. & Feld, S. L. "Rousseau's general will: A Condorcetian perspective". *American Political Science Review*, 82(2), 2013, pp. 567–576.
- HABERMAS, J. "Tres modelos de democracia. Sobre el concepto de una política deliberativa", *Polis*, 2012, pp. 1-10. <http://journals.openedition.org/polis/7473>
- HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. *Backsliding: Democratic Regress in the Contemporary World*. Cambridge. Cambridge: University Press, 2021.
- HALL, S. G. F., and AMBROSIO, T. Authoritarian Learning: A Conceptual Overview. *East European Politics* 33(2), 2017, pp. 143–161.
- HAMILTON A. et al. *El federalista*. Madrid: Akal, 2015.
- HUNTINGTON, S. *La tercera ola. La democratización a finales del siglo xx*. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- INE Cómputos de la Revocación de Mandato 2022. <https://computosrm2022.ine.mx>.
- LACLAU, E. *On populist reason*. London / New York: Verso, 2005.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London / New York: Verso, 1985.
- LAEBENS, M. G.; LÜHRMANN, A. "What halts democratic erosion? The changing role of accountability". *Democratization* 5(28), 2021, pp. 908-928.
- Latinobarómetro. Informe 2021. Adiós a Macondo, Santiago de Chile. www.latinobarometro.org
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *How Democracies Die*. New York: Broadway Books, 2018.

LEVITSKY, S.; LOXTON, J. "Democracy's past and future: Why democracy needs a level playing field". *Journal of Democracy*, 21(1), 2010, pp. 57-68.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG S. I. "A third wave of autocratization is here: what is new about it?" *Democratization*. 26(7), 2019, pp. 1095-1113.

LUPU, N., *Party Brands in Crisis: Partisanship, Brand Dilution, and the Breakdown of Political Parties in Latin America*. Cambridge. Cambridge University Press, 2016.

MONSIVÁIS-CARRILLO, A. "La izquierda populista en México: ¿amenaza o correctivo para la democracia?" In: CADENA-Roa, J.; LEYVA, Miguel Armando López (Eds.) *Las izquierdas mexicanas, hoy. Las vertientes de la izquierda*. Mexico: IIS-UNAM, CEIICH-UNAM, Ficticia, pp. 39-78

MORLINO, L. "Calidad de la democracia, notas para su discusión". In: CANSINO C. et al.; COVARRUBIAS, I. *Por una democracia de calidad. México después de la alternancia*. México, CEPCOM, Educación y Cultura, 2007.

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. "Populism and (liberal) democracy: A framework for analysis". In MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. (Eds.). *Populism in Europe and the Americas. Threat or corrective for democracy?*. Cambridge. Cambridge University Press, 2012, pp. 1-26.

_____. "Exclusionary vs. inclusionary populism: Comparing contemporary Europe and Latin America". *Government and Opposition*, 48(2), 147-174.

O'DONNELL, G. "Accountability horizontal: la institucionalización legal de la desconfianza política", *Revista Española de Ciencia Política* 11, 2013, pp. 11-31.

PETRARCA, C. S., GIEBLER, H.; BERNHARD W. "Support for insider parties: The role of political trust in a longitudinal-comparative perspective". *Party Politics*. 28(2), 2022, pp. 329-341.

ROBERTS, K. M. "Populism, Democracy, and Resistance." In: MEYER, D. S.; Sidney, T. (Ed.). *The Resistance: The Dawn of the Anti-Trump Opposition Movement*. Oxford. Oxford University Press, 2018, pp. 54-72.

RUTH, S. P. "Populism and the Erosion of Horizontal Accountability in Latin America". *Political Studies*. 66(2), 2018, pp. 356-375.

SARMIENTO, Sergio. "Cállate chachalaca" *Opinión*. <https://www.am.com.mx/opinion/2023/7/5/callate-chachalaca-667236.html>.

Secretaría de Bienestar. "Acuerdo por el que se emiten los Lineamientos del Programa para el Bienestar de las Personas en Emergencia Social o Natural de la Secretaría de Bienestar para el ejercicio fiscal 2019". Diario Oficial de la Federación. 12 marzo 2019. <https://catalogonacional.gob.mx/FichaRegulacionId?regulacionId=112288>

SHEFNER, J. "What is politics for? Inequality, representation, and needs satisfaction under clientelism and democracy". In: HILGERS, T. (ed.). *Clientelism in everyday Latin American politics*. Palgrave- MacMillan, 2013, pp. 41–59.

Suprema Corte de Justicia de la Nación y Consejo de la Judicatura Federal. "Tarjeta Informativa. Lo que no hay que olvidar sobre los fideicomisos". 18 oct. 2023. <https://www.cjf.gob.mx/documentos/Comunicados%20Prensa/docsComunicadosPrensa/2023/comunicado79.pdf>

TOCQUEVILLE, A. *La democracia en América*. México: FCE, 2002.

Varieties of Democracy (V-Dem). "Resistencia Frente a la Autocratización". Reporte de la Democracia 2023. Santiago de Chile : Pontificia Universidad Católica de Chile, 2023. https://v-dem.net/documents/35/V-dem_democracy-report2023_espanol_med.pdf

VITTORI, D. "Threat or corrective? Assessing the impact of populist parties in government on the qualities of democracy: A 19-country comparison". *Government and Opposition*, 57(4), 2021, pp. 589–609.

WALDNER, D.; Lust, E. "Unwelcome Change: Coming to Terms with Democratic Backsliding". *Annual Review of Political Science*. 21(1), 2018, pp. 93–113.

WEYLAND, K. "Populism's Threat to Democracy: Comparative lessons for the United States". *Perspectives on Politics*. 18(2), 2020, pp. 389–406.

ZEREGA, G. "Menos poder para el INE y más libertad para las campañas: las claves del "plan B" de la reforma electoral". *El País*. 23 Feb 2023. <https://elpais.com/mexico/2023-02-23/menos-poder-para-el-ine-y-mas-libertad-para-las-campanas-las-claves-del-plan-b-de-la-reforma-electoral.html#?rel=mas>.

CAPÍTULO 10

O FRACASSO DA POLÍTICA EXTERNA POPULISTA: UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)

Miriam Gomes Saraiva - Beatriz Bandeira de Mello

Introdução

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil introduziu mudanças significativas na Política Externa Brasileira (PEB). Padrões estabelecidos de comportamento internacional foram questionados e substituídos por novas orientações, que causaram atritos com parceiros internacionais e nacionais. Mais do que em outras campanhas presidenciais, em 2018, tanto o programa de governo quanto a candidatura de Bolsonaro deram grande destaque à política externa apresentando uma nova visão em sintonia com a ideologia do populismo de extrema-direita que recentemente se expandiu em vários continentes.

Nos primeiros anos do mandato, a nova política externa foi uma plataforma de propaganda do governo. Mas, após a metade da gestão, sofreu modificações, voltando a se aproximar parcialmente do padrão tradicional da política externa brasileira. Na campanha de 2022, as propostas inovadoras de 2018 foram abandonadas e, sem ênfase, a proposta de política externa do novo programa de governo aproximou-se das tradições do Itamaraty. O que deu errado com a política externa populista? Por que a política externa adotada por Bolsonaro fracassou nos primeiros anos de seu mandato?

O objetivo do capítulo é identificar tanto as mudanças produzidas na política externa como, sobretudo, os fatores que levaram a essa mudança. A hipótese inicial é a de que houve oposição interna aos traços ideológicos que nortearam a política externa, impondo obstáculos a uma vitória das ideias do presidente e seus apoiadores nas esferas domésticas de tomada de decisão. Também argumentamos que houve resistência dos *policymakers* em reação

aos primeiros resultados dessa política, identificados como negativos, o que causou a saída de Ernesto Araújo e a modificação da orientação de política externa adotada inicialmente.

O quadro conceitual do capítulo baseia-se na literatura sobre o papel dos atores políticos na elaboração da política externa no âmbito de uma política externa populista. Seu campo metodológico, por sua vez, questiona como identificar as razões do fracasso da política externa populista, e a opção proposta é fazê-lo examinando as ideias que orientaram a política externa populista e suas críticas, bem como a participação dos atores que a implementaram. Esse exame será baseado no método comparativo e na análise de conteúdo e narrativas, extraídas de discursos dos presidentes e dos dois chanceleres, acessíveis em fontes documentais e de imprensa.⁷²

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Primeiramente, são explicitados os instrumentos teóricos e metodológicos que sustentam as reflexões apresentadas, focalizando as contribuições para o estudo das políticas externas populistas e os detalhes da análise de conteúdo. A segunda seção analisa a política externa de Jair Bolsonaro implementada durante o Itamaraty de Ernesto Araújo, destacando as ideias que a sustentam, suas narrativas e os termos mais utilizados. Nesta seção, será considerado o programa de campanha do seu governo para 2018 e os discursos de Bolsonaro e Araújo em eventos nacionais, tais como as cerimônias de formatura do Instituto Rio Branco, e internacionais, como a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) entre 2019 e 2020. A terceira seção examina a política externa de Bolsonaro durante a chancelaria de Carlos França, destacando as mudanças vividas na terminologia então mais próxima do jargão do Ministério das Relações Exteriores, bem como sua falta de ativismo. As considerações finais apresentam reflexões sobre a ascensão e queda de uma política externa de perfil populista.

Populismo, ideias e política externa

Ao chegar ao governo, após vencer as eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro produziu transformações na política externa do país, afastando-a dos padrões tradicionais do Ministério de Relações Exteriores. Diversas obras apontaram a hipótese de tratar-se de uma política externa populista

⁷² Segundo Wehner (2023), a análise de narrativas coloca o foco nas imagens que dão origens aos papéis atuados pelos líderes populistas.

(Guimarães; Silva, 2020; Casarões; Saraiva, 2021; Belfi; Bandeira de Mello, 2023) articulada à base ideológica de comportamentos que se repetem em governantes da nova extrema-direita (Verbeek; Zaslove, 2017).

O debate sobre o populismo na política latino-americana e mundial cresceu nos últimos anos em função da ascensão da extrema-direita populista em diversos países (sobretudo nos Estados Unidos) e o desenvolvimento de um populismo reacionário. Com Donald Trump, o populismo representado pela extrema-direita republicana ganhou contornos internacionais, exercendo forte influência sobre o modo de se fazer política no Brasil nos últimos anos (Casarões, 2022). Essa influência cresceu no vácuo deixado pela perda da confiança de parte da população brasileira nas instituições democráticas, fomentada pelo enraizamento da crise econômica e pela desarticulação política de partidos tradicionais de centro-direita, que tiveram seu protagonismo e capacidade de mobilização esvaziados após as manifestações de Junho de 2013 no Brasil e seus desdobramentos que levaram ao *impeachment* da Dilma Rousseff e ao governo interino de Michel Temer (Casarões, 2022; Belfi; Bandeira de Mello, 2023; Tanscheit, 2023).

A crise política e econômica é parte da explicação sobre a expansão e a consolidação de um ideário de extrema-direita no Brasil que conta ainda com dois elementos particulares: o antipartidarismo e o antipetismo, este último caracterizado como o ressentimento de parte da população direcionado ao Partido dos Trabalhadores (PT) (Belfi; Bandeira de Mello, 2023; Tanscheit, 2023).

Existem variadas abordagens – não necessariamente excludentes – sobre o populismo. A abordagem ideacional do populismo o identifica com uma construção discursiva de uma suposta polarização entre povo e elite (Mudde; Kaltwasser, 2014). A abordagem discursiva de Laclau (2005) identifica o populismo como um quadro discursivo de comunicação do líder com o povo. No populismo como estratégia política, o líder exerce o poder apoiado por seguidores desorganizados, estabelecendo com eles um tipo de relação direta (Wehner, 2023). Nesse caso, o populismo é um instrumento e não um fim em si mesmo. Por fim, como estilo político o populismo corresponde a um estilo, performance e fenômeno sociocultural, permeado por maneiras mal-educadas de se manifestar (Moffitt, 2016). As três últimas abordagens são mais próximas entre si.

Aqui consideramos o populismo principalmente como uma estratégia política e, mais diretamente, como uma estratégia discursiva de articulação política (Wajner, 2021; 2022). Isso significa dizer que o discurso é parte fundamental desta lógica. Assim, como estratégia, a consolidação discursiva do populismo necessita de um oponente, somado à situação irreconciliável entre polos opostos (uma elite conspiradora) trazida pela abordagem ideacional. Essa interpretação é respaldada pela Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) que aponta a “negatividade antagônica” como parte fundamental da construção da lógica populista. Assim, não apenas a existência de um oponente constitui o discurso populista, mas a sua classificação eminente-

temente negativa e sua percepção como “inimigo”, seja ele interno ou externo, que hipoteticamente atua contra os interesses do “verdadeiro povo” (Belfi; Bandeira de Mello, 2023).

Sobre a relação entre política externa e populismo, iniciamos com a pergunta: quando se pode afirmar que uma política externa é populista? Em termos amplos de compreensão do populismo, existe mais de um tipo de política externa populista. Wajner (2022) defende que líderes e partidos populistas projetam para o exterior uma dimensão anti-elite com vistas a legitimar seu projeto político para dentro e para fora do país. Essa elite é identificada, de diferentes maneiras, com aquelas envolvidas com a manutenção da governança global. Mesmo reconhecendo as diferenças, Plagemann e Destradi (2019) apontam a presença de um estilo e características próprias de políticas externas populistas:

- (a) Populistas seriam menos propensos a fazer concessões em temas da governança global que produzam custos relevantes;
- (b) Populistas tenderiam a priorizar estratégias bilaterais às multilaterais;
- (c) O processo de formulação das políticas públicas tende a ser mais centralizado e personalista e marcado por atritos burocráticos;
- (d) Os líderes populistas priorizariam instrumentos alternativos de interação com seus liderados sobre temas de política exterior, com destaque para as redes sociais⁷³.
- (e) Os autores também destacam a utilização da política externa como uma plataforma populista e instrumento de mobilização na dimensão doméstica.

Com base nessas características de uma política pública populista, Wehner (2022) aponta que líderes populistas podem se desviar de burocracias de política externa causando instabilidade em sua implementação. Por outro lado, Lopes, Carvalho e Santos (2023), apontam que, apesar da tendência, ao chegar ao poder os líderes populistas têm que enfrentar lutas internas à dinâmica do processo de formulação das políticas externas para terem êxito em transformá-las. Nesse caso, para mudar radicalmente uma política pública o líder precisa contar com muitos recursos burocráticos e políticos (Lopes; Carvalho; Santos, 2022, p.2).

⁷³ Sobre as características apontadas por Plagemann e Destradi, ver também Casarões e Saraiva, 2021.

A política externa populista é delimitada então por uma dimensão pragmática, oriunda da necessidade de atender as demandas de setores internos apoiadores do projeto populista ao mesmo tempo que, como plataforma política, deve proporcionar apoio ao líder populista. Com frequência, a coligação de apoio do governo é composta não apenas pelos apoiadores do projeto populista como um todo, mas também por setores que se somam em função de interesses setoriais, por isso pode haver atritos durante a implementação da política externa populista.

Para identificar rupturas dentro dessa estratégia é necessário reconhecer que os discursos são uma parte imprescindível no processo de construção da lógica populista. Por essa razão, as ideias que os constituem assumem um papel central nesta discussão. Bronze; Ribeiro (2020) escrevem que uma das principais bases do discurso populista é a criação de uma sociedade imaginária projetada de acordo com os preconceitos do próprio líder. Usando este artifício, o líder busca criar uma falsa ideia de homogeneidade que minimiza diferenças e estabelece uma superioridade moral do “verdadeiro povo” frente aos demais setores da sociedade.

A existência do binômio “Ego” e “Alter” permeada pela lógica do “amigo” *versus* “inimigo”, como já mencionamos, se torna central para identificar grupos antagônicos dentro do discurso populista e as ideias e valores que os definem (Bronze; Ribeiro, 2020). Assim, a visão do “Alter” a partir do que se entende por identidade externa de um estado identificado no exterior, é trazida para dentro do estado. O “Alter”, apontado como responsável tanto pela delimitação do “ego” quanto por diversos dentre os seus fracassos, passa a ser também uma parte da própria sociedade, a ser sumariamente combatida.

Bronze; Ribeiro (2020) prosseguem dizendo que pouco importa que os discursos sejam simbólicos e falaciosos, pois o mais importante é que o “povo” para o qual o discurso se direciona reconheça as referências presentes e as identifique com os planos sinalizados pelo governante. Nesse cenário, é o líder populista que fornece as chaves interpretativas que justificam e legitimam suas práticas de política externa. No entanto, embora o líder seja a figura predominante, em nossa análise consideramos que o alcance e a influência de Jair Bolsonaro, apesar de fortemente personalistas, não se justificam única e exclusivamente por sua trajetória política individual, mas pelo apoio que ele recebeu de diferentes grupos políticos. Casarões (2022) faz uma distinção entre esses grupos, classificando-os em três eixos: empresários grandes e pequenos (eixo econômico); pastores e fiéis evangélicos (eixo cultural) e membros das polícias e das Forças Armadas (eixo social). Essas facções contribuíram para a definição do mosaico ideacional do bolsonarismo e sua projeção sobre o desenho de política externa (Casarões, 2022).

Para identificar as ideias que constituem a política externa de Jair Bolsonaro e, posteriormente, explicar os fatores que determinaram seu fracasso, a metodologia utilizada neste capítulo tem como base o método comparado e a análise de conteúdo dos discursos e programas de governo. O método comparado, tomando como unidades de análise as palavras, os temas e as ideias

defendidas nos discursos do presidente Jair Bolsonaro e seus Ministros de Relações Exteriores, Ernesto Araújo e Carlos França, encontra as diferenças que se apresentam entre os períodos de um e de outro chanceler. Nesse caso, como defende Sartori (1994), a comparação favorece o entendimento de um Na partir do paralelo com outros casos.

O destaque conferido aos discursos do líder e seus chanceleres se baseia na compreensão de que, em sistemas presidencialistas de governo, os líderes exercem um papel fundamental na solução de conflitos domésticos, no processo de formulação da política externa e nas decisões sobre o papel que um estado deve exercer na dimensão internacional (Thies; Wehner, 2021). Por isso, a análise de conteúdo dos discursos e programas de governo nos permite conhecer os elementos que são incluídos ou deixados de lado no processo de formulação de política externa (Hernández; Silva, 2020). E, ainda, torna possível “sistematizar o conteúdo de materiais discursivos de atores encarregados da prática de política externa e de documentos políticos que registram planos e/ou ações políticas de múltiplos agentes atuantes na esfera internacional” (idem, p. 10). Logo, a análise de conteúdo será usada para “revelar as intenções e diretrizes políticas, suas possíveis relações com os contextos históricos e conjunturais do recorte analítico pesquisado” (Idem, p. 11).

Considerando que a análise de conteúdo é composta pelas etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação dos dados (Bardin, 2011), estruturamos nossa proposta da seguinte maneira: selecionamos entre os discursos realizados por Jair Bolsonaro e seus ministros, aqueles que atendem aos propósitos deste capítulo, ou seja, identificar as mudanças e as principais ideias que guiaram a política externa populista de Jair Bolsonaro. Essa seleção foi feita com base em critérios de representatividade e relevância doméstica e internacional⁷⁴ de cada material. Neste levantamento, foram selecionados dois (2) programas de governo; sete (7) discursos de Jair Bolsonaro; seis (6) discursos de Ernesto Araújo e; (3) discursos de Carlos França⁷⁵.

⁷⁴ A escolha desses discursos justifica-se pelo impacto que eles causam na opinião pública, pela centralidade que eles possuem na agenda do governo, principalmente em questões de política externa, a e pela amplitude de seu conteúdo, visto que não tratam de temas específicos, mas de diretrizes gerais de política externa, seus valores, referências institucionais e históricas.

⁷⁵ Programa de Governo de Jair Bolsonaro – O Caminho da Prosperidade (2018) e Programa de Governo de Jair Bolsonaro – Pelo Bem do Brasil (2022). Discursos de Jair Bolsonaro: Discurso de Posse de Jair Bolsonaro (Congresso Nacional) (2019), Discurso de Posse de Jair Bolsonaro (Cerimônia de Transmissão de Faixa Presidencial) (2019); Discurso de Jair Bolsonaro na formatura do Instituto Rio Branco (2019); Discursos nas Assembleias Gerais das Nações Unidas (2019, 2020, 2021, 2022). Discursos de Ernesto Araújo: Discurso de Posse no Ministério de Relações Exteriores (2019), Aula Magna no Instituto Rio Branco (2019); Discurso na Cerimônia de Formatura do Instituto Rio Branco (2019); Aula Magna no Instituto Rio Branco (2020), Discurso de Formatura do Instituto Rio Branco (2020), Discurso na 31ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (2020). Discursos de Carlos França: Discurso de Posse no Ministério de Relações Exteriores (2020), Discurso na Formatura do Instituto Rio Branco (2021) e Discurso de Transmissão de Cargo (2023).

Posteriormente dividimos esse *corpus* entre os discursos internos (Discursos de Posse e os de formatura do Instituto Rio Branco, por exemplo) e aqueles internacionais (proferidos na Organização das Nações Unidas). Ao fazer isso, tal como Granja Hernández e Silva (2020, p.19), buscamos não só identificar as ideias principais de cada discurso, mas também apontar o nível de inter-relação contextual e a forma como possíveis conflitos domésticos se expressam no nível externo e vice-versa. Com isso, valemo-nos do argumento das autoras de que quanto maior a interação entre os dois níveis, maior a convergência entre as agendas doméstica e internacional.

O eixo central de nossa análise, portanto, está na identificação dos elementos antagônicos que constituem a lógica populista e sua incorporação às práticas de política externa. Para realizar este mapeamento identificaremos as características centrais dos dois principais grupos que constituem essa lógica: o *endogrupo* (EGO/AMIGO) e o *exogrupo* (ALTER/INIMIGO) tanto a nível doméstico quanto a nível internacional. Isso nos permitirá explicar como os grupos são representados, os principais valores, os tipos de representação e, em caso de ruptura, quais as mudanças discursivas observadas. A nuvem de palavras será usada como recurso complementar na visualização das palavras mais utilizadas em determinados materiais e na comparação entre eles. Adicionamos a esta análise reportagens e casos divulgados pela imprensa brasileira.

A política externa populista de Jair Bolsonaro e a chancelaria de Ernesto Araújo

Dentre os fatores que levaram à mudança na política externa implementada por Bolsonaro, tanto as ideias que deram base à formulação da política externa quanto a reformulação do processo decisório tiveram um papel fundamental. Desde os anos 1990, a diplomacia brasileira se agrupa majoritariamente em torno de duas correntes de pensamento e visões de mundo sobre a inserção externa do país: institucionalistas e autonomistas⁷⁶. Apesar das diferenças entre as correntes, porém, a atuação internacional brasileira apresentou uma relativa continuidade em seus objetivos e, muitas vezes, também em estratégias. Entre ambas as correntes, havia uma percepção comum sobre a preferência pela busca de soluções multilaterais; a relevância das organizações internacionais; a defesa da solução pacífica de controvérsias e da não-intervenção; e a forte valorização da eficiência e da tradição da diplomacia brasileira.

⁷⁶ Sobre as correntes institucionalistas e autonomistas, ver Saraiva (2010).

A política externa de Bolsonaro não seguiu nenhuma destas duas correntes e indícios dessa mudança surgiram tão logo o candidato iniciou sua campanha. O programa governo do PSL⁷⁷, intitulado “O Caminho da Prosperidade”, foi sucinto em relação às propostas de política externa, mas suas linhas já apresentavam críticas em relação ao que havia sido implementado por administrações anteriores. Na seção “Novo Itamaraty”, a atuação do Ministério das Relações Exteriores aparece subordinada aos “valores da população brasileira” – reunidos no núcleo liberdade, pátria, Deus e família (Bolsonaro, 2018). A seção indica que serão modificados os eixos de parcerias, já estabelecendo antagonismos entre “democracias importantes” como Estados Unidos, Israel e Itália⁷⁸ e “ditaduras assassinas” (Bolsonaro, 2018).

Esse reajuste de parcerias é claramente em favor de países do Norte em detrimento de países do Sul. Isso fica evidente quando o então candidato sugere emular ações implementadas por países como Áustria, Alemanha, Suécia, Noruega, Finlândia, Israel, Suíça e Canadá ao referir-se à política de armamentos, por exemplo⁷⁹, ou Japão, Taiwan e Coreia do Sul na área educacional (Bolsonaro, 2018) a própria referência a Taiwan é sugestiva. A aproximação com esse conjunto de países, ao menos no discurso, foi instrumentalizada por meio da tentativa brasileira de participar da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o apoio dos Estados Unidos nos anos subsequentes, embora o país do Norte tenha se mostrado reticente com a real incorporação do Brasil à organização.

O programa também destaca a prioridade pelo estabelecimento de relações bilaterais renunciando as ideias que compunham a estratégia de Donald Trump de combate à ideologia do globalismo. Por fim, ele tece críticas aos limites impostos pela Tarifa Externa Comum do MERCOSUL⁸⁰ ao mesmo tempo em que sinaliza a preferência por uma “dinamização do comércio internacional” e a “redução de alíquotas de importação e de barreiras não-tarifárias” (Bolsonaro, 2018). A integração regional aparece como um horizonte possível desde que firmada com os “irmãos latino-americanos que estejam livres de ditaduras” (Bolsonaro, 2018), ou seja, prevalece a ideia de inserção regional pela via comercial e econômica, sendo a Argentina, de Mauricio Macri, e o Chile, de Sebastián Piñera, suas principais referências.

⁷⁷ Sigla para Partido Social Liberal o qual Jair Bolsonaro era filiado à época.

⁷⁸ Cabe lembrar que esses países tinham, em 2018, governos de extrema-direita.

⁷⁹ “EUA, Áustria, Alemanha, Suécia, Noruega, Finlândia, Israel, Suíça, Canadá etc. são países onde existe uma arma de fogo na maioria dos lares. Coincidentemente, o índice de homicídios por armas de fogo é muito menos que no Brasil. No Canadá, são 600 homicídios por ano. Em Israel, 110 e Suíça 40” (Bolsonaro, 2018).

⁸⁰ Sobre o programa e as posições do PFL na eleição de 2018, ver Tavares (2021).

Desde a campanha, a equipe de Bolsonaro buscou atrelar problemas sistêmicos do Brasil (como a fome), não só a gestões anteriores do PT, como a outros países e fóruns internacionais. Honduras, Cuba, México, Venezuela, El Salvador e Nicarágua entram na lista de países responsáveis pela exportação de mazelas sociais, bem como o Foro de São Paulo⁸¹, classificado como um “laboratório esquerdista” de “viés totalitário” apoiado por “ditaduras”⁸² na América Latina⁸³ (Bolsonaro, 2018). Para Bolsonaro, por exemplo, “a epidemia de crack” foi introduzida no território brasileiro por intermédio das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

Esse é, então, o primeiro inimigo da retórica populista criada por Bolsonaro construído a partir de conexões entre as agendas doméstica e internacional. Ao criar pontes entre os “inimigos” das duas realidades – inferindo, inclusive, que eles operam de forma coordenada - todas as ações e políticas relacionadas ao PT (econômicas, de cooperação, de integração etc.) foram usadas como “espantalhos” no discurso de Bolsonaro. Do outro lado, é a “família”, núcleo primitivo da “nação brasileira” apoiado em valores cristãos-conservadores, a democracia e a economia liberal, que são atacadas.

Uma vez eleito, Bolsonaro indicou para o cargo de chanceler Ernesto Araújo, diplomata sem experiência de comandar uma embaixada e próximo ao terceiro filho do clã Bolsonaro e deputado federal, Eduardo⁸⁴. Ambos eram seguidores do então autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho, escritor com fortes vínculos com a ultradireita dos Estados Unidos, falecido em 2022, e aliados do estrategista de campanha de Trump, Steve Bannon, responsável por articular a atuação do *trumpismo* nas redes sociais⁸⁵. Durante os dois primeiros anos de mandato (2019-2020), podemos dizer que os discursos de Bolsonaro e Ernesto Araújo apresentaram quatro características: anticomu-

⁸¹ Organização, criada na década de 1990 por iniciativa dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fidel Castro, que reúne diferentes movimentos políticos e partidos de esquerda da América Latina e do Caribe.

⁸² Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, Jair Bolsonaro afirma que “O Foro de São Paulo, organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido” (Vieira, 2019).

⁸³ O programa cita, por exemplo, “que o número de homicídios no Brasil passou a crescer de forma consistente a partir do 1º Foro de São Paulo, no início dos anos 1990”.

⁸⁴ “Eduardo é o grande - e um dos únicos - apoiadores do Ernesto”, disse uma embaixadora à reportagem, sob condição de anonimato” (Senra, 2019).

⁸⁵ Em 2018, Eduardo Bolsonaro encontrou Steve Bannon em Nova York nas vésperas da campanha eleitoral e, em novembro do mesmo ano, foi convidado para a festa de aniversário do estrategista em Washington.

nismo, conservadorismo, antiglobalismo e negacionismo. Do conservadorismo advém o nacionalismo religioso (Casarões, 2020) e do negacionismo, o anticlimatismo e o negacionismo científico, este último intensificado durante a pandemia de COVID-19. Tanscheit (2023) acrescenta outro elemento que diferencia a prática bolsonarista de outros populismos de extrema-direita: o programa econômico neoliberal e as posições políticas anti-Estado⁸⁶.

Desde a construção do programa de governo, o anticomunismo assumiu um papel importante na narrativa de Bolsonaro como um recurso para manter a militância mobilizada e atender aos interesses de grupos domésticos específicos. A cruzada contra um suposto “marxismo cultural” global e os “governos de esquerda” não só funcionou como instrumento ideológico internacional, como procurou conectar a militância com uma ideologia conservadora, religiosa e autoritária. Na interpretação do governo, o anticomunismo serviria de base para a escolha de parceiros e de “inimigos”, como “o bolivarianismo das Américas”, sendo a Venezuela o símbolo máximo desse “mal” (Bilenky 2018; Belfi; Bandeira de Mello, 2023). Essa lógica foi levada às Nações Unidas quando o ex-presidente citou que o Brasil estava “à beira do socialismo” e criticou a “ditadura cubana” apontando a existência de um suposto “trabalho escravo” ao referir-se ao Programa Mais Médicos (Bolsonaro, 2019d). Bolsonaro também foi crítico aos “regimes totalitários” da América Latina sendo enfático ao afirmar: “O socialismo está dando certo na Venezuela! Todos estão pobres e sem liberdade!” (Bolsonaro, 2019d). Em caráter pessoal, Bolsonaro relembrou o episódio do esfaqueamento atribuindo culpa a um “militante de esquerda” (Bolsonaro, 2019d).

Na esteira da lógica populista apropriada por Bolsonaro e seus apoiadores, a opção por valores conservadores foi outro componente fundamenta⁸⁷. A narrativa do conservadorismo apoiou-se na defesa de valores como a família e a vida desde a sua gestação, atendendo, com isso, a lideranças conservadoras cristãs que deram apoio a sua candidatura (Lopes; Carvalho 2020). O nacionalismo religioso, segundo Casarões (2020), é um traço que vem se des-

⁸⁶ De acordo com a autora, os três atributos do Populismo de Extrema-Direita (Populist Radical Right's) são: o nativismo, o autoritarismo e o populismo. O nativismo é comumente sinônimo de um nacionalismo xenofóbico, no qual o Estado deve ser representado apenas pelo grupo nativo (A Nação); o autoritarismo diz respeito à preferência por uma conformidade social por cima da liberdade individual e se refere a uma sociedade estritamente organizada e o populismo é a percepção dicotômica da realidade que opõe o “povo puro” e a “elite corrupta” (Tanscheit, 2023).

⁸⁷ O sentido de apropriação reforça o argumento de Casarões (2020) que pontua que o bolsonarismo emula parte do *modus operandi da alt-right* dos Estados Unidos.

tacando entre as forças conservadoras atuais. Ele caracteriza-se por condicionar o pleno pertencimento do indivíduo à determinada sociedade à opção por uma determinada religião ou crença. Na política externa, esse discurso aprisiona a agenda a partir de preceitos morais, condenando visões de mundo contrárias e baseando-se em uma lógica de confronto. No governo Bolsonaro, o nacionalismo religioso foi usado como parâmetro para o estabelecimento de relações com a direita conservadora dos Estados Unidos e, de modo particular, com Israel.

A influência do conservadorismo e do nacionalismo religioso está presente nos dois discursos de posse de Bolsonaro, o primeiro no Congresso Nacional e o segundo na cerimônia de recebimento da faixa presidencial, e no discurso de posse de Ernesto Araújo. No Congresso, Bolsonaro discorreu sobre sua missão de “restaurar e reerguer a Pátria” com base em “valores de uma tradição judaico-cristã” (Bolsonaro, 2019a). Ao receber a faixa, diante de parte dos seus eleitores, Bolsonaro repetiu o discurso sendo mais específico quanto à sua missão de “salvar o Brasil” e representar o “verdadeiro povo brasileiro” (Bolsonaro, 2019b). Já Ernesto Araújo, falou sobre a existência de uma “teofobia horrenda, gritante” e do “ódio contra Deus” que, segundo ele, seriam motivo de “destruição da humanidade” (Araújo, 2020). Esse discurso foi replicado nas Nações Unidas, em 2019, quando Bolsonaro afirmou que “a perseguição religiosa é um flagelo que devemos combater incansavelmente”, defendeu a “liberdade religiosa”, apoiou a criação de um “Dia Internacional em Memória das Vítimas de Atos de Violência baseados em Religião ou Crença” e disse que o “Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base” (Bolsonaro, 2019d). No ano seguinte, o ex-presidente denunciou a “cristofobia” e a “perseguição religiosa” e vinculou liberdade e religião à agenda de direitos humanos do governo (Bolsonaro, 2020).

Esse amálgama de ideias contribuiu para que o Brasil também defendesse, nas Nações Unidas, posturas contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, usando como pretexto o combate à “ideologia de gênero” (Bolsonaro, 2020), aproximando-se de países como o Bahrein e a Arábia Saudita, e a favor da “liberdade religiosa cristã no Oriente Médio, principalmente na Síria, no Iraque e no Líbano com apoio da Hungria” (Bandeira de Mello, 2022, pp.73-74). Também em âmbito internacional, Ernesto Araújo e Eduardo Bolsonaro buscaram conformar uma Aliança Liberal Conservadora, chegando a promover uma versão brasileira da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC, na sigla em inglês). O conservadorismo também repercutiu a visão bolsonarista do Ocidente, que aponta para um Ocidente tradicional do passado que na atualidade não é mais predominante.

O antiglobalismo também integrou o bojo das ideias que compuseram o mosaico ideacional do bolsonarismo. Ele deriva da oposição ao *globalismo*, que Araújo (2017) descreve como os projeto de poder do aparato burocrático das instituições multilaterais. Essa burocracia corresponderia a uma elite internacional contrária aos valores nacionais que controlaria os ritmos da globalização e comprometeria o exercício da soberania estatal. Com base no “marxismo cultural”, essa elite buscaria supostamente destruir os conceitos de nação e fé cristã (Oliveira, 2019). Segundo palavras do chanceler em dis-

cursos e em seu blog (Araújo, 2019), haveria uma luta entre a fé e a ausência dela, cabendo ao Brasil adotar uma política externa com vista a recuperar seu destino ocidental. Ele defendeu a necessidade de o Brasil fazer parte do combate ao “globalismo” para defender os “valores ocidentais” tradicionais (Araújo, 2020). Para Araújo, “o globalismo constitui-se no ódio, através de suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana e contrários ao próprio nascimento humano” (Araújo, 2021)

Essa ideia aparece em grande parte dos discursos de Bolsonaro e Ernesto Araújo, tanto em espaços domésticos, como o Instituto Rio Branco, quanto em espaços internacionais, como as Nações Unidas. Na posse, Ernesto Araújo fez um longo pronunciamento destacando algumas das premissas básicas de seu pensamento. O ex-Ministro partiu do princípio de que “O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global” e que “[o Brasil] era um país que falava para agradar os “administradores da ordem global” por querer ser um “bom aluno na escola do globalismo” (Araújo, 2020). Dentro da crítica ao “globalismo”, Ernesto Araújo inclui o multilateralismo e o universalismo. Para ele, o multilateralismo “não é conteúdo de nada” sendo apenas “a doutrina que de que tudo tem que ser resolvido por instâncias superiores aos países” incluindo, por tabela, instituições multilaterais como as Nações Unidas, que, nas palavras de Bolsonaro, não poderia se transformar na “Organização do Interesse Global” (Bolsonaro, 2019a; Araújo, 2020). Com isso, tanto Bolsonaro quanto Ernesto Araújo rompem com a prevalência do pragmatismo e com a preocupação com a manutenção de uma imagem cooperativa do Brasil característica à tradição diplomática do Itamaraty⁸⁸.

O anticlimatismo também constituiu a narrativa criada por Bolsonaro. Essa ideia denuncia a crença de que alguns países e líderes estrangeiros fariam ameaças com a mudança do clima para atingir objetivos políticos e minar a soberania de estados como o Brasil (De Orte, 2019). Em 2019, o Brasil viu crescer o número de incêndios na Amazônia e, em 2020, os incêndios também afetaram o Pantanal. Nas Nações Unidas, Bolsonaro sugeriu que as queimadas eram “praticadas por índios [sic] e populações locais”, ao mesmo

⁸⁸ A descaracterização do MRE e parte das tentativas de incorporação do anticomunismo e do anti-globalismo à burocracia do Ministério ocorreram por meio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Através do YouTube, Ernesto Araújo e sua equipe divulgaram uma série de palestras, seminários e conferências, cujos temas variaram entre “Castro-chavismo: crime organizado nas Américas”, “A virtude do Nacionalismo” e “Como destruir um país: uma aventura socialista na Venezuela”.

tempo em que afirmou que o governo tinha um “compromisso solene com a preservação do meio ambiente” (Bolsonaro, 2019d, 2020a). Ele criticou os “ataques sensacionalistas da mídia internacional” e denunciou o “espírito colonialista” de países europeus atribuindo as críticas que seu governo vinha sendo vítima de uma “campanha difamatória” com vistas a ferir a soberania brasileira (Bolsonaro, 2019d). Bolsonaro disse que não aumentaria a demarcação de terras indígenas, “como alguns chefes de Estado gostariam que acontecesse”, associando o “índio” [sic] ao latifúndio⁸⁹ (Bolsonaro, 2019d). Nesse tema, Bolsonaro citou Donald Trump como um aliado na causa ambiental, embora o republicano tenha retirado os Estados Unidos do Acordo de Paris em 2017.

A construção de inimigos externos e internos foi intensa, mas não suficiente e, na prática, a ideologia bolsonarista começou a enfrentar questionamentos. O primeiro deles surgiu com a tentativa de transferência da Embaixada de Israel para Jerusalém, uma das promessas de campanha de Bolsonaro, que provocou atritos com o agronegócio. Outro ruído entre Bolsonaro e Araújo foi provocado pela insistência, por parte do ex-presidente, para que seu filho Eduardo Bolsonaro desempenhasse um papel proeminente nas relações exteriores. Em termos práticos, o presidente confirmou boatos de que pretendia indicar seu filho para a Embaixada do Brasil em Washington em julho de 2019. Eduardo já atuava como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e chegou a participar de eventos do Executivo brasileiro sem a presença de Ernesto Araújo. Desde então, parte da mídia brasileira questionou uma possível ingerência de Eduardo Bolsonaro sobre assuntos internacionais em meio a comparações entre o Brasil, a Arábia Saudita, “ditaduras africanas” e “governos autoritários”. Além disso, foram encontradas divergências sobre a legalidade do ato em meio a acusações de nepotismo e o “risco de obscurantismo no Itamaraty. (Gagliardi; Jr. Feres, 2019).

Os atritos entre o governo e a oposição foram impulsionados durante a pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Entre o início de 2020 e meados de 2021, Bolsonaro e seus Ministros elevaram o tom do discurso assumindo e incorporando ao negacionismo climático, o negacionismo científico e o sentimento anti-China. Nesse período, os antagonismos, a distribuição de

⁸⁹ “Quero deixar claro: o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena, como alguns chefes de Estados gostariam que acontecesse. O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses. O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas” (Bolsonaro, 2019d).

fake news e a retração da atuação internacional do Brasil se fortaleceram. A China foi enquadrada no discurso anticomunista do governo quando Ernesto Araújo usou os termos “comunavírus”⁹⁰ e “covidismo” para referir-se à pandemia (Araújo, 2020). Um dos discursos mais acalorados de Ernesto Araújo aconteceu no Instituto Rio Branco, em 2020, quando o ex-Ministro foi incisivo contra o “marxismo”, a “esquerda” e o “comunismo brasileiro”, demarcando clara oposição do então chanceler não só ao “marxismo cultural”, mas ao patrono da turma em questão: o poeta João Cabral de Melo Neto (Farias, 2020).

A agenda ambiental foi outro grande ponto de tensão do governo Bolsonaro, na qual as diferenças entre o grupo interno e externo ficam mais evidentes. O enfraquecimento da legislação ambiental brasileira, o desmonte das agências de fiscalização, como o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), o desprezo de Bolsonaro e Ernesto Araújo pela agenda ambiental, a falta de articulação do Brasil em instâncias multilaterais e as críticas públicas feitas ao Acordo de Paris, que causaram desconforto com países como França e Alemanha, são alguns pontos desse discurso (Pinto da Silva, 2023). Essa tensão entre as políticas doméstica e internacional, e grupos associados, transbordou para o posicionamento de Bolsonaro nas Nações Unidas, visto que termos associados ao meio ambiente dividiram espaço com outros termos centrais do discurso bolsonarista, como a defesa da “liberdade”. Em 2019, a Amazônia foi citada 6 vezes e em 2020, os termos ambiental/ambiente apareceram 9 vezes, ao lado de floresta (4) e Amazônia (2).

⁹⁰ “Chegou o Comunavírus”, artigo do Ministro Ernesto Araújo publicado no livro “Política Externa: soberania, democracia e liberdade”. <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/chegou-o-comunavirus-artigo-do-ministro-ernesto-araujo-publicado-no-livro-politica-externa-soberania-democracia-e-liberdade>.

Tanto a primeira quanto a segunda imagem mostram que Bolsonaro fez uso de tom belicoso nas Nações Unidas bem próximo àquele usado para se comunicar com seus apoiadores no nível doméstico. A presença de palavras como “ditadura”, “crimes”, “ataques”; “ameaça”, “violência”, “socialismo”, “ideologia”, “criminalidade” e “combate” indica a predominância de termos negativos associados majoritariamente aos grupos aos quais Bolsonaro se opõe, como a mídia e as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Nos dois anos, o ex-presidente citou a Venezuela. Em 2020, estes termos passam a dividir espaço com outros, tais como “pandemia”, “covid” e “crise”. Em ambos os casos, Bolsonaro não foi tão propositivo, preferindo usar o discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas como espaço de propaganda doméstica pautada, principalmente, por ataques políticos.

Nos dois últimos anos de governo -como será visto no próximo apartado-, os discursos de Bolsonaro na ONU foram predominantemente defensivos, frente à pressão exercida pela mídia nacional e internacional, ONGs e países da Europa (especialmente, França, Noruega e Alemanha) em relação às queimadas e crescimento das taxas de desmatamento da Amazônia. A trágica gestão da pandemia, o aumento da pressão da oposição, principalmente do Legislativo, e o choque entre membros do governo e parceiros econômicos importantes para o Brasil, como Argentina e China, foram alguns dos fatores que contribuíram para a saída de Ernesto Araújo do Ministério de Relações Exteriores e sua substituição por Carlos França, que, como veremos, adotou um tom mais moderado.

A virada na política externa? A chancelaria de Carlos França

Lopes, Carvalho e Santos (2022) afirmam que Bolsonaro não trouxe mudanças significativas na política externa brasileira. Segundo os autores, as mudanças em PE foram mais tópicas que estruturais; mais retóricas que factuais; e não provocaram nenhuma mobilização (idem, p.12). Preferimos defender que houve uma tentativa de mudança, embora essa mudança também tenha encontrado limites em meados do mandato de Bolsonaro. Os ruídos e as contradições na condução da política externa com um policymaking fragmentado, afetaram a imagem internacional do país. O núcleo familiar, especialmente o papel exercido pelo deputado Eduardo Bolsonaro, também influenciou a condução da política externa.

O Legislativo, por seu turno, buscou exercer papel de equilíbrio através, sobretudo, do primeiro presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que, contrariou a retórica belicosa de Jair e Eduardo Bolsonaro em relação a questões externas. E veio a ter um papel importante na demissão de Ernesto Araújo do cargo, principalmente se considerarmos que o ex-Ministro enfrentou uma sabatina do Senado Federal sobre a atuação brasileira durante a COVID-19 e as críticas feitas à China. A má gestão da pandemia tornou-se motivo de crítica de setores opositores ao mesmo tempo em que abriu um novo canal de participação para novos atores em política externa. Para além do Congresso, exacerbou a atuação externa de governos subnacionais e de organizações da sociedade civil.

Em abril de 2021, houve uma mudança de chanceler. Ernesto Araújo deu lugar a Carlos França. Também embaixador de carreira, França trouxe o discurso diplomático para mais perto da tradição do Itamaraty, reduzindo pautas de atrito com parceiros tradicionais, buscando recuperar a centralidade do MRE, assim como tornar o comportamento externo do Brasil mais previsível. Em seu discurso de posse, Carlos França mostrou estar diante de um “momento de urgências” e pontuou os três eixos prioritários de sua gestão: a saúde, a economia e o desenvolvimento sustentável.

A definição de política externa como política pública chama a atenção, bem como a escolha dos temas e dos termos a eles associados. Essas escolhas indicam uma mudança de conteúdo principalmente em duas áreas: saúde e meio ambiente. Na saúde, o combate à pandemia assumiu um protagonismo tardio e instituições como o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OMS), alinhadas ao exercício de uma “diplomacia da saúde” (França, 2021), se integraram ao discurso do Itamaraty sem estarem associados ao “globalismo”.

Quadro 1. Comparação entre as 10 palavras mais frequentes os discursos de posse de Ernesto Araújo e Carlos França

Ernesto Araújo (2019)		Carlos França (2021)	
<i>Palavras</i>	<i>Frequência</i>	<i>Palavras</i>	<i>Frequência</i>
brasil	37	brasil	8
verdade	28	urgência	8
itamaraty	27	presidente	8
pátria	17	mundo	6
liberdade	16	itamaraty	5
amor	15	saúde	5
presidente	15	diálogo	4
povo	14	modernização	4
bolsonaro	13	desenvolvimento	4
medo	11	bolsonaro	4

Fonte: elaboração das autoras a partir de Nvivo11 (2023)

No meio ambiente, a gramática usada por França é oposta à de Araújo. Isso fica evidente na importância atribuída ao desenvolvimento sustentável. França cita que o Brasil está na “vanguarda do desenvolvimento sustentável e limpo”, que possui “uma matriz energética predominantemente renovável” e “uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo” [Código Florestal], sem discriminar o Acordo de Paris, a participação do país na COP26 e o “diálogo multilateral” dentro dos marcos de uma “diplomacia ambiental” (França, 2021a; 2021b). Entretanto, França questiona “qualquer tentativa de consenso que venha emergir nas Nações Unidas ou em outras instâncias” apresentando uma versão moderada de antiglobalismo que estabelece uma linha tênue de continuidade com seu antecessor e faz jus à sua atuação como membro do governo Bolsonaro (França, 2021). Mesmo quando faz uso do termo “agropecuária” e não “agronegócio”, França menciona a preocupação com a sustentabilidade. É notável, portanto, que o descaso com a agenda ambiental e sanitária, as críticas subsequentes e a instrumentalização do anticlimatismo e do negacionismo durante a gestão Bolsonaro-Araújo afetaram a projeção internacional do país a ponto de termos não só uma mudança discursiva, mas a troca de um Ministro em curto período.

Ao contrário de seu antecessor, França não vinculou as relações exteriores brasileiras a nenhuma cruzada moral contra inimigos externos, como o “globalismo”, ou internos, como os Poderes Executivo e Legislativo ou, especificamente, o Partido dos Trabalhadores (PT), pontuando inclusive que a atuação diplomática não seria pautada por “preferências desta ou daquela natureza” (França, 2021). O uso de termos como “articulação”, “trabalho”, “engajar” e “cooperação” mostra a inclinação do novo chanceler ao diálogo e sua tentativa de imprimir movimento à política externa fazendo um contraponto à imagem do Brasil como “pária internacional”, posição da qual Ernesto Araújo parecia se orgulhar⁹¹. Na mesma dimensão do diálogo, retoma a importância da relação Brasil-Argentina (“cooperação sobre a rivalidade”) e o MERCOSUL como uma “etapa construtiva da integração com nossos vizinhos” (França, 2021).

Outros temas da agenda bolsonarista sofreram apenas pequenos ajustes em seu conteúdo. A relação com a OCDE, por exemplo, não mais foi enquadrada como um processo de adesão, como buscava a gestão anterior, mas sob a perspectiva de um “estrito relacionamento” (França, 2021). A agenda comercial e econômica também permaneceu sob as mesmas diretrizes de

⁹¹ Durante discurso de formatura da turma do Instituto Rio Branco, Ernesto afirmou: “Se isso faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária”. “É bom ser pária” (Araújo, 2020).

“modernização” e “abertura ao mundo” estabelecidas por Araújo, estando associada, no âmbito doméstico, às reformas promovidas por Bolsonaro, nas áreas sanitária e previdenciária (França, 2021), e no âmbito externo à integração do Brasil às cadeias globais de valor. As menções à Venezuela e às “ditaduras totalitárias” desapareceram. Por fim, França recobrou o uso dos termos “universalismo” e “multilateralismo” dentro das tradições do Ministério. Se em 2021 o discurso de Bolsonaro nas Nações Unidas mesclou esta “não-tão-nova agenda” com traços característicos de sua matriz ideacional, tais como a defesa do conservadorismo, em 2022, a influência e moderação de Carlos França modificaram o conteúdo dos discursos.

Imagem 3. Discurso de Jair Bolsonaro nas Nações Unidas (2021)



Imagem 4. Discurso de Jair Bolsonaro nas Nações Unidas (2022)



Fonte: elaboração das autoras a partir do Nvivo11.
A primeira nuvem de palavras mostra as palavras mais frequentes de Bolsonaro nas Nações Unidas em 2021 e a segunda em 2022.

O que permanece entre os dois discursos, embora com menor intensidade, é a defesa da liberdade enquanto liberdade de expressão, liberdade política, liberdade religiosa e liberdade econômica. A projeção de um presidente que “acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade ao seu povo” (Bolsonaro, 2021) mantém o vínculo de Bolsonaro com o conservadorismo – uma constante nos quatro anos de mandato. A ojeriza à mídia, seja ela de caráter nacional ou internacional, também permanece. Por outro lado, o enfrentamento à pandemia, a irrupção do conflito entre Rússia e Ucrânia e a demanda pela retomada de uma agenda ambiental baseada no desenvolvimento sustentável adquiriam relevância. Essa mudança do discurso foi incorporada ao programa de governo que Bolsonaro apresentou ao concorrer à reeleição em 2022. O Quadro 2 mostra uma comparação entre os termos mais frequentes de cada material:

Quadro 2. Palavras mais frequentes dos programas de governo “O Caminho da Prosperidade” (2018) e “Para o Bem do Brasil” (2022)

Programa de Governo “O Caminho da Prosperidade” (2018)			Programa de Governo “Para o Bem do Brasil” (2022)		
<i>Palavra</i>	<i>Freq.</i>	<i>Palavras similares</i>	<i>Palavra</i>	<i>Freq.</i>	<i>Palavras similares</i>
brasil	144	brasil	governo	309	governo, governos
Deus	82	deus	brasil	130	brasil
bolsonaro2018	81	bolsonaro2018	plano	126	plano, planos
economia	29	economia, economias	políticas	105	política, políticas
governo	25	governo, governos	nacional	104	nacional
brasileiros	24	brasileiro, brasileiros	públicas	98	pública, públicas
educação	20	educação	segurança	98	segurança
nacional	20	nacional	desenvolvimento	97	desenvolvimento
países	20	países	programa	89	programa, programas
estado	19	estado, estados	saúde	85	saúde
família	14	família	ações	83	ação, ações

Fontes: Programas de Governo de Jair Bolsonaro – “O Caminho da Prosperidade” (2018) e “Para o Bem do Brasil” (2022). Não foram considerados conectivos, preposições, conjunções e artigos. A extensão mínima adotada foi quatro (4). Foram consideradas apenas as 200 palavras mais frequentes. O recorte inclui palavras derivadas. Elaborado pelas autoras com uso da ferramenta Nvivo11.

É no apagar das luzes do governo Bolsonaro, depois de divulgados os resultados das eleições que consagraram Luiz Inácio Lula da Silva novamente como presidente do Brasil, que Carlos França promove as mudanças mais significativas em termos de discurso. Ao prestar contas dos 20 meses que passou à frente do Ministério, França começa pontuando os feitos da “diplomacia da saúde”, que contou com ações do Ministério para fortalecimento do Sistema Único da Saúde (SUS), doações para programas da OMS e articulação com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (França, 2023).

Na economia, o Ministro citou o “anelo de construir um Brasil mais próspero e menos desigual” onde o “Estado seja mais eficiente para quem mais precisa dele” (França, 2023). Ao falar sobre o comércio enfatizou os vizinhos sul-americanos, mesmo que a participação da OCDE não tenha deixado de figurar como a prioridade do governo. França também trouxe a pauta ambiental dizendo que o Brasil “encarnou o protagonismo nas tratativas internacionais sobre o clima”, citando a COP 26 e a Cúpula do G20 em Bali (França, 2023). Por fim, enumerou os cargos que ocupados por representantes brasileiros em organizações internacionais – no Conselho de Segurança da ONU, na UNESCO, no BID e na Corte Interamericana de Direitos Humanos – talvez como um indicativo de que o Brasil havia se libertado do “antiglobalismo”.

Conclusões

Diferentemente das correntes institucionalista e autonomista, a política externa de Bolsonaro vê a ordem internacional como um fenômeno contrário à autonomia brasileira. Nos dois primeiros anos de mandato, Bolsonaro incutiu uma mudança no padrão de inserção internacional do Brasil com uma reorientação da política externa e ruptura com a tradição diplomática. Embebido nos antagonismos inerentes à lógica política do populismo, o bolsonarismo adotou estratégia retórica agressiva e reativa, contestando a essência do multilateralismo e os padrões que norteavam a inserção internacional do Brasil, propondo novas formas de ver o mundo.

Como argumentamos neste capítulo, a lógica populista é construída a partir do antagonismo entre o “verdadeiro povo” e a “elite”. Com Bolsonaro e Araújo, o “verdadeiro povo” foi representado por meio de valores cristão-conservadores, em torno de elementos como “Deus”, “família” e “liberdade”. Alternando entre “povo”, “Nação” e “pátria”, ex-presidente e ex-Ministro usaram de retórica agressiva para atacar seus “inimigos” – os comunistas, os globalistas, as organizações internacionais, as ONGs, a mídia,

os governadores, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, a Venezuela, a China, “o marxismo cultural” e os “países bolivarianos”.

As mudanças, portanto, ocorreram mais em termos de valores do que em termos comerciais e econômicos. Embora não tenha sido uma novidade, dada a trajetória política de Bolsonaro, o tom agressivo usado por ele, e em parte por seu Ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, transpôs o limite do aceitável quando parceiros importantes, sobretudo na área comercial, mas também de investimentos, começaram a se posicionar contrariamente às falas e ações de membros do governo.

Ainda assim, frente aos grupos e valores representados nos discursos de Bolsonaro e Araújo, não é possível dizer que a política externa fracassou totalmente, afinal a inação do governo também teve consequências. Dentro da lógica articulada por Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro, o isolamento regional do Brasil, que deixou de participar da UNASUL e não foi capaz de articular uma posição alternativa dentro do PROSUL junto a aliados, a pressão sobre o regime da Venezuela junto aos Estados Unidos e mediada pela participação no Grupo de Lima, a adoção de posições conservadoras em organismos internacionais, contra o direito das mulheres, a trágica gestão da crise sanitária provocada pela COVID-19, que vitimou mais de 700 mil brasileiros, e o esvaziamento da agenda ambiental, com grave prejuízo aos direitos das populações originárias, ao aparato institucional de fiscalização brasileiro, aliada à permissividade frente à exploração ilegal de recursos naturais e o esvaziamento da projeção internacional do país são provas de que, quando articuladas, as ideias não só influenciam como constituem ações de política externa.

No mais, a proposta de Bolsonaro deu continuidade a uma agenda de abertura comercial, com prioridade conferida ao Acordo MERCOSUL-União Europeia, PROSUL e EFTA, que já vinha sendo desenhada por governos anteriores como os canais para a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. A novidade foi a preferência pelo alinhamento irrestrito aos Estados Unidos que gerou ruídos com outro parceiro comercial importante para o Brasil, a China. Nada foi dito sobre a participação brasileira na Nova Rota da Seda no conjunto de discursos analisados neste capítulo. Israel no mundo, Estados Unidos, no hemisfério, e Chile na América do Sul, aparecem como os parceiros preferenciais do Brasil. Os Estados Unidos com destaque à coordenação política, econômica e militar; o Chile associado ao PROSUL e, Israel em matéria de cooperação nas áreas de tecnologia, agricultura e segurança. Não por acaso as três primeiras visitas de Bolsonaro foram aos Estados Unidos, ao Chile e a Israel. Na vizinhança, Bolsonaro aproximou-se do então presidente Mauricio Macri na Argentina e, junto ao Uruguai e Paraguai vangloriou-se por terem “afastado o MERCOSUL da ideologia” (Bolsonaro, 2019d). No entanto, nada ou pouco foi feito no sentido contrário, restando ao governo Bolsonaro afiançar-se a ideias que foram perdendo apoio ao longo do governo.

O quanto estas ideias permanecem enquanto diretrizes de política externa, no entanto, depende da capacidade do governo em institucionalizá-las. O

ideário da política externa bolsonarista veio junto a mudanças implementadas para esvaziar o papel da corporação diplomática, identificada pelo então novo governo como a propagadora do globalismo na arena política doméstica. Foram abertos espaços à atuação de não diplomatas no Ministério e foram realizadas promoções e remoções de diplomatas, em um padrão inesperado. O desmonte do Itamaraty e de sua burocracia foi uma condição necessária para o governo avançar com mudanças tanto na política externa quanto em seu processo decisório, contribuindo para sua fragmentação e para a quebra das capacidades estatais do Ministério. No entanto, a capacidade de reorganização interna do Ministério, por meio de canais não-oficiais, contribuiu para aumentar a resistência interna ao ideário proposto por Ernesto Araújo.

A tendência à centralização do processo de formulação das políticas, própria de governos populistas (Destradi; Plagemann, 2019), combinou com a descentralização setorial que marcou a política externa de Bolsonaro e, em alguns casos, levou a sua paralisia. Com a chancelaria sofrendo desestruturação, o processo de formulação e de implementação de política externa ficou mais sujeito à competição entre burocracias, personalidades e grupos autônomos com influência sobre o governo. O Itamaraty deixou de exercer sua função central de canalizador de interesses segmentados no campo da política externa, o que abriu espaços para que grupos apoiadores do presidente buscassem influir na agenda diplomática e instrumentar temas internacionais na arena doméstica. Com isso, as fronteiras entre o interno e o externo tornaram-se ainda mais porosas, com a política externa fazendo parte de uma estratégia de mobilização da militância bolsonarista através do discurso antiglobalista e da guerra cultural.

A mudança de chanceler trouxe a política externa mais para os eixos, mas não conseguiu superar a influência de algumas ideias; embora então mediadas por uma cota de pragmatismo. As mudanças nos discursos significaram também uma mudança nas ações. O “Alter”, inimigo, saiu do foco e, se não foi de todo superada, a política externa reduziu seu papel de ativo da plataforma política presidencial. Perdeu assim sua definição como política externa populista.

Referências

ARAÚJO, E. “Trump e o Ocidente”, *Cadernos de Política Exterior* 3 (6), 2017, pp. 323-357. <https://funag.gov.br/loja/download/Cadernos-Do-Ipri-N-6.pdf>,

_____. “Now we do. On politics and religion in Brazil after the recent presidential election”, *The New Criterion* 37 (7), 2019.

_____. “Pela aliança liberal-conservadora”, *Metapolítica* 17. Contra o globalismo. 30 março 2019. <https://static.poder360.com.br/2019/03/ernesto-araujo-nazismo-esquerda.pdf>

_____. *Nova Política Externa: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores - 2019*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2020.

_____. *Política Externa: Soberania, Democracia e Liberdade. Coletânea de Discursos, Artigos e Entrevistas do Ministro de Relações Exteriores*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021.

BANDEIRA DE MELLO, B. “A política externa de Maurício Macri: estudo de caso sobre o papel argentino na crise da Venezuela”. *Revista NEIBA-Cadernos Argentina-Brasil* 7, 2018, pp. 1-18.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições, 2011.

BELFI, L. G. P. M; BANDEIRA DE MELLO; B. “Populismo, discurso e política externa: uma análise do caso brasileiro durante a gestão Bolsonaro-Araújo”. In: SARAIVA, M.; HERNÁNDEZ, L.G. (Orgs), *Estudos de política externa: o Brasil e a América do Sul*. Belo Horizonte, MG: Lemos Mídia, 2023.

BOLSONARO, J. O. “Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo”, *Tribunal Superior Eleitoral*, 2018.

_____. “Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional”. *Ministério das Relações Exteriores*, Brasília, 1º de janeiro, 2019a.

_____. “Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de recebimento da Faixa Presidencial”. *Ministério das Relações Exteriores*, Brasília, 1º de janeiro, 2019b.

_____. “Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Formatura da Turma do Instituto Rio Branco”. *Ministério das Relações Exteriores*, Brasília, 3 de maio, 2019c.

_____. “Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas”. Nova York, 24 de setembro, 2019d. <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>.

_____. “Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas”. Nova York, 22 de setembro, 2020. <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>.

_____. “Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas”. Nova York, 22 de setembro, 2021. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-onu>.

_____. “Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas”. Nova York, 20 de setembro, 2022, <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-do-debate-geral-da-77a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-agnu>.

_____. “Pelo Bem do Brasil”. *Plano de governo (2023-2026)*. Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

CASARÕES, G.; SARAIVA, M.G. “El populismo y la política exterior de Jair Bolsonaro”, en Betti, A.; GRATIUS, S.; RIVERO, A. (Eds.), *La política exterior del populismo*, Madrid: Tecnos, 2021, pp.257-279.

DA SILVA, Costa; D.; HERNÁNDEZ, L. Granja. “Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 33, 2020, pp. 1-47.

DE ORTE, Paula. “Araújo critica Foucault, Lacan e Rosa Luxemburgo e ataca 'climatismo' em palestra nos EUA”. *O Globo*, 11 de setembro, 2019. <https://oglobo.globo.com/mundo/araujo-critica-foucault-lacan-rosa-luxemburgo-ataca-climatismo-em-palestra-nos-eua-23942149>.

FARIAS, Victor. “Chanceler de Bolsonaro critica João Cabral de Melo Neto, patrono da turma, em formatura no Itamaraty”. *O Globo*. 22 out. 2020. <https://oglobo.globo.com/mundo/chanceler-de-bolsonaro-critica-joao-cabral-de-melo-neto-patrono-da-turma-em-formatura-no-itamaraty-24706541>

FRANÇA, C. “Discurso de Posse do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França”. *Ministério de Relações Exteriores*, Brasília, 6 de abril, 2021a.

_____. “Discurso do Ministro Carlos França na formatura do Instituto Rio Branco”. *Ministério de Relações Exteriores*, Brasília, 1º de setembro, 2021b.

_____. “Discurso do Embaixador Carlos França na transmissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores ao Embaixador Mauro Vieira”. *Ministério de Relações Exteriores*, Brasília, 2 de janeiro, 2023.

GAGLIARDI, Juliana; Jr. FERES, João. “A indicação de Eduardo embaixador na grande imprensa brasileira.” *Manchetômetro*, 12 agosto 2019, <https://manchetometro.com.br/2019/08/12/a-indicacao-de-eduardo-embaixador-na-grande-imprensa-brasileira/>

GARDINI, G. L. “Latin American Foreign Policies Between Ideology and Pragmatism: A Framework for Analysis” *Latin American Foreign Policies, Between Ideology and Pragmatism*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, pp. 13-34.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. “Ideas and Foreign Policy: an analytical framework”, In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. (Eds.). *Ideas & foreign policy: beliefs, institutions, and political changes*. Ithaca-London: Cornell University Press, 1993, pp. 3-30.

GUIMARÃES, F. S.; SILVA, I. “Far-Right Populism and Foreign Policy Identity: Jair Bolsonaro’s ultra-conservatism and the new politics of alignment”. *International Affairs*, 97 (2) 2020, pp.345–363

LACLAU, E. *On populist reason*. London: Verso, 2005.

LOPES, D. B., CARVALHO, T.; SANTOS, V. “Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro’s “More-Bark-Than-Bite” Brazil”. *Global Studies Quarterly*, 2, 2022, pp.1–14.

MOFFITT, B. *The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. *Populism: a very short introduction*, Oxford: Oxford University Press, 2017.

PINHEIRO, L., SANTOS, Leandro W. “O Itamaraty na política externa do governo Bolsonaro”. *Le Monde Diplomatique Brasil* 14 (175), 2022, pp. 6-7.

PINTO DA SILVA, N. M. “Os mercadores da dúvida e a diplomacia brasileira: o negacionismo climático na política externa do governo Bolsonaro”, In: SARAIVA, M; HERNÁNDEZ, L. G. (Eds), *Estudos de política externa: o Brasil e a América do Sul*. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2023.

PLAGEMANN, J.; DESTRADEI, S. “Populism and Foreign Policy: The Case of India”. *Foreign Policy Analysis*, 15 (2), 2019, pp. 283–301.

SARAIVA, Miriam G.; ALBUQUERQUE, Felipe L. “Como mudar uma política externa?”, *CEBRI Revista*, 1 (1), 2022, pp.148-166. <https://cebri.org/revista/br/edicao/1/jan-mar-2022>

SARTORI, G. “Comparación y método comparativo”, In: SARTORI, G.; MORLINO, L.(Eds.) *Los problemas de la comparación en Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Universidad, 1994, pp. 29-49.

SENRA, R. “Da luta contra o Foro de SP ao voto com islâmicos sobre mulheres, o novo Brasil de Ernesto Araújo”. *BBC News Brasil*, 17 julho 2019. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48805562.amp>

TANSCHKEIT, T. “Jair Bolsonaro and the defining attributes of the populist radical right in Brazil”. *Journal of Language and Politics*, 22 (2), 2023, pp. 324 – 341.

TAVARES, Bianca C. “Política Externa e Eleição: a campanha presidencial brasileira de 2018 pelo Facebook”. *Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais*, Programa de Pós Graduação, Mestrado em Relações Internacionais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

THIES. C.; WEHNER, L. “Identity management and rola branding in security affairs: alliance building in Argentine foreign policy”. *Journal of Global Security Studies*, 6 (4), 2021.

VIEIRA, Bianka. “Veja na íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU com checagens e contextualizações.” *Folha de São Paulo*, 25 set. 2019.

VERBEEK, B. y ZASLOVE, A. “Populism and Foreign Policy”, In: KALT-WASSER, Cristóbal Rovira; et al. *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 384-405.

WAJNER, D. “Exploring the foreign policy of populist governments: (Latin) America first”. *Journal of International Relations and Development*, 24, 2021, pp. 651-680.

_____. “The populist way out: Why contemporary populist leaders seek transnational legitimation”. *The British Journal of Politics and International Relations*, 24 (3), 2022, pp. 416-436.

WEHNER, L. “Stereotyped images and roles dissonance in foreign policy of right-wing populist leaders: Jair Bolsonaro and Donald Trump”. *Cooperation and Conflict*, 58 (3) 2023, pp. 275-292.

ZANINI, Fábio; MELLO, Patrícia C. “Em congresso conservador, Araújo afirma que Brasil é vítima do climatismo”. *Folha de São Paulo*, 12 de outubro de 2019. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/em-congresso-conservador-araujo-afirma-que-brasil-e-vitima-do-climatismo.shtml>

CAPÍTULO 11

É TUDO POPULISMO? UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE OS GOVERNOS LULA E BOLSONARO NO BRASIL

Mayra Goulart - Theófilo Rodrigues

Introdução

O populismo se tornou um conceito explicativo chave para a compreensão de muitos fenômenos políticos no século XXI, e é atravessado por uma polisssemia que motiva um debate entre diversas perspectivas. Donald Trump nos Estados Unidos, López Obrador no México, Hugo Chávez na Venezuela, Podemos na Espanha e Marine Le Pen na França são apenas alguns exemplos de como projetos políticos tão díspares foram analisados a partir desse conceito, e é esse alargamento em seu uso que muitas vezes causa confusões teóricas e analíticas na literatura e na esfera pública, internacionalmente e no Brasil. O presente capítulo compara a natureza populista de dois diferentes líderes brasileiros e os seus governos: Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Jair Bolsonaro (2019-2022). O principal objetivo é responder se ambos os presidentes podem ser devidamente caracterizados como populistas a partir de uma análise comparativa entre as características de ambos. Nossa abordagem, em consonância com a perspectiva pós-estruturalista de Ernesto Laclau (2005) e Chantal Mouffe (2019; 2022), entende o populismo como uma forma política, bem como um tipo de representação, que pode ser incorporada por uma série de ideologias e em uma diversidade de circunstâncias históricas e culturais.

Neste capítulo, esperamos trazer luz às transformações sociais e institucionais do Brasil no século XXI ao contrastar o que pode ser entendido como duas ondas populistas. A primeira foi liderada por Luiz Inácio Lula da Silva, um líder de esquerda, cujo governo foi internacionalmente reconhecido por implementar políticas de distribuição e inclusão econômica — voltadas às maiorias/pessoas pobres — e políticas de inclusão social — voltadas às minorias raciais e sexuais. A segunda é uma onda de direita liderada por Jair Bolsonaro, também internacionalmente reconhecida, mas por adotar um discurso contrário as práticas inclusivas adotadas por seu antecessor. Logo, a

questão que queremos responder é: como pode o mesmo conceito abarcar fenômenos tão diferentes? Nossa hipótese é de que estamos diante de dois padrões de relações de representação. Um, inclusivo, que objetiva expandir o número de grupos que podem ser propriamente representados no interior de uma coletividade política, aumentando o seu pluralismo. O outro, excludente, que visa restringir, diminuindo a pluralidade de grupos e identidades que compõem o “povo”. Em ambos os padrões, o tema de minorias raciais e sexuais se tornam prioritárias. Por meio dessa discussão, buscaremos enfatizar a qualidade substantiva e ontologicamente diferente desses dois padrões representativos que são por vezes negligenciados ou reduzidos por aqueles que utilizam o conceito de populismo para atribuir alguma forma de simetria ou convergência ideológica entre eles.

A partir desta hipótese, esperamos demonstrar que, depois de estabelecida a comparação, o conceito perde sua utilidade se aplicado simetricamente para Lula e Bolsonaro, pois, embora ambos tenham recorrido a discursos que se enquadram na forma populista, essa mobilização foi guiada por conteúdos ideológicos distintos, um com viés inclusivo, outro com viés de exclusão. Essa é a razão pela qual o populismo deve ser adjetivado. Ademais, quando passamos dos discursos para o governo, vemos que o Partido dos Trabalhadores (PT) não manteve políticas públicas que reforçassem a estrutura de antagonismo que caracterizam o que aqui chamamos de *forma populista*, de modo que sua atuação governativa não pode ser devidamente caracterizada pela categoria.

Como explicado por Nadia Urbinati (2014), a democracia representativa se baseia em uma estrutura diárquica que separa a vontade — os procedimentos e as instituições — da opinião — o domínio extra-institucional das opiniões políticas. Para a autora, o populismo se caracterizaria pelo estabelecimento de um vínculo direto entre o líder e o povo e pela captura da estrutura representativa da democracia liberal — isto é, os órgãos intermediários, como partidos e sindicatos entre outros, que se tornariam dispensáveis nessa relação. É este ímpeto de destruição das instituições liberal-democráticas que não encontramos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que, ao contrário, fortaleceu tais estruturas representativas.

O capítulo está estruturado em três seções. A primeira apresenta as definições de populismo que nos orientam a partir da obra de Ernesto Laclau (1980; 2005), Chantal Mouffe (2015; 2019) e Nancy Fraser (Fraser; Arruzza; Bhattacharya, 2019; Fraser; Jaeggi, 2020). As duas seções seguintes avaliam os discursos e as políticas implementadas por Lula e Bolsonaro. Conclui-se que Bolsonaro e Lula utilizaram do que é chamado de *forma populista* durante suas campanhas eleitorais e até mesmo em discursos públicos durante seus mandatos. Entretanto, em suas relações com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, e com demais agências da Administração Pública, bem como na formulação e execução de políticas públicas, apenas Bolsonaro continuou apostando no antagonismo e nos demais elementos que compõem o populismo como forma política.

1- É tudo populismo? Apresentando o debate conceitual sob uma perspectiva laclauniana.

A ideia de representação e a forma como se estabelece a relação entre representantes e representados é a questão central deste capítulo. O conceito de populismo, sob esta perspectiva, desafia e tensiona essa relação influenciando direta e indiretamente no entendimento e na práxis do que entendemos como democracia representativa. Por este motivo, nosso objetivo será definir e compreender o populismo, enquanto dinâmica de construção de vínculos representativos, com especial atenção sobre seus impactos em termos institucionais.

Para este propósito, examinaremos o caso brasileiro utilizando o conceito de populismo como um instrumento heurístico que nos permite analisar duas dimensões que parecem úteis para comparar dois líderes distintos comumente denominados de populistas. A primeira dimensão visa descrever a gênese dos sujeitos políticos que vão ser representados pelo líder, explicando como se formaram as conexões entre eles. A segunda dimensão almeja descrever os efeitos de cada fenômeno no sistema político. Para isso, a junção de diferentes definições do populismo, considerando suas nuances e afinidades dentro de cada dimensão.

Há modos distintos de se interpretar o populismo na literatura especializada. Uma perspectiva liberal do populismo, ou seja, preocupada com a manutenção das tradicionais instituições da democracia liberal, tem ocupado um espaço cada vez maior nas abordagens da ciência política contemporânea (Mudde; Kaltwasser, 2017). Essa perspectiva liberal tem gerado bestsellers que têm ocupado estantes e mais estantes nos últimos anos com a denúncia de que as democracias contemporâneas estariam em risco com a ascensão do populismo (Runciman, 2018; Levitsky; Ziblatt, 2018; Mounk, 2019; Snyder, 2019). Outra parcela da literatura, mais crítica da perspectiva liberal tradicional, sugere que o populismo não seja exatamente um adversário da democracia, mas apenas de um tipo particular, qual seja, a democracia liberal (Mouffe, 2015; 2019; 2022; Santos, 2016; Santos, 2018; Castells, 2018; Fraser; Arruzza; Bhattacharya, 2019; Fraser; Jaeggi, 2020; Brown, 2019).

No presente capítulo, adotamos a perspectiva de Ernesto Laclau sobre o populismo, como em sua formulação em *A Razão Populista* (2005), observando os elementos de sua composição, sendo eles:

(a) o líder; (b) o povo, (c) a plebe, (d) o seu *outro* – as elites, ou, na terminologia utilizada pelo autor em “Política e Ideologia na Teoria Marxista” (1980), o bloco no poder –; (e) um discurso de *antagonismo* que articula estes quatro elementos de modo mais ou menos conflitivo (Silva, 2018a, p. 50).

Um discurso populista é definido em termos laclaunianos como a capacidade de formar uma cadeia de equivalências, reunindo diferentes sujeitos sociais, cujas identidades, em maior ou menor grau, se dissolvem na formação de um novo sujeito político (Laclau, 2005). Essa cadeia de equiva-

lências articula um “povo”, um “nós”, que está delimitado em uma fronteira antagonística contra um “eles”.

De acordo com esta abordagem, a ideia de “equivalência” corresponde a uma simplificação do espaço político — entendido aqui de maneira significacional — em dois campos antagonísticos, cujas diferenças internas são figurativamente subsumidas perante à centralidade do que é idêntico. “[Esta] equivalência”, defendem (Laclau; Mouffe, 2001, p. 110, tradução nossa), “supõe a operação de um princípio de analogia entre conteúdos literalmente diversos — e o que é isso senão uma transposição metafórica?”. Já a ideia de diferença, ao contrário, tenderia a complexificar esse mesmo espaço, abrindo caminho para a diversificação de sentidos e para o pluralismo das identidades (Laclau; Mouffe, 2001, p. 96).

As lógicas da equivalência e da diferença, na abordagem de Laclau e Mouffe que ficou sendo chamada de “teoria do discurso” — entendendo o próprio terreno sociopolítico como um terreno significacional —, estão ligadas ao entendimento do *antagonismo* como o que impossibilita a realização plena da objetividade — entendida como “discurso” (Laclau, 2005, p. 68). O estabelecimento dessa objetividade é feito a partir da *hegemonia* e dos *significantes vazios*, que estabilizam as diferenças do sistema significacional a partir de equivalências em referência a um fundamento ausente, mas cuja ausência, quando *nomeada*, produz um efeito estabilizador da diferenciação (Laclau, 2015, p. 102). Os pressupostos ontológicos dessa abordagem são apresentados por Laclau ao longo de sua obra, já que sua sistematização planejada (Laclau, 2014, p. 6) nunca se concretizou, mas são centrais à sua análise da forma política populista desenvolvida em *A Razão Populista* (Laclau, 2005, pp. 67-72).

No ensaio “Glimpsing the future”, Laclau (2004, p. 315 *et seq.*) explica a linhagem da formulação ontológica da “Razão Populista” que construiria no ano seguinte na obra homônima. Ele diz que três dimensões centrais informam tal ontologia: a psicanalítica, a significacional e a política. Quanto à psicanálise, Laclau (2004, pp. 315-6, tradução nossa) defende que a psicanálise não é “uma disciplina simplesmente regional, lidando com a mente individual”, mas “a forma principal de apreensão da realidade humana”. Mais especificamente, Laclau se vale das categorias da teoria lacaniana e das interpretações da teórica psicanalítica Joan Copjec (1994), no que se refere à relação em que uma *universalidade* é constituída a partir do investimento radical em um objeto *particular* que assume o lugar de uma *totalidade* (Laclau, 2005, pp. 226-227; p. 133; Copjec, 1994, pp. 122-123). Isso é o que Laclau relaciona tanto ao *objet petit* a da teoria lacaniana (2005, p. 226) quanto à figura de linguagem da sinédoque (Laclau, 2005, p. 72).

Quanto à significação, Laclau (2005, p. 68) parte da radicalização do formalismo linguístico de Ferdinand de Saussure que deu origem ao estruturalismo. Construindo o sistema linguístico unicamente por diferenças (isto é, relações negativas), o campo de objetividade mais amplo entendido de maneira relacional também deve ser puramente diferencial e, para além do campo regional da fala e da escrita, compreender a totalidade do terreno so-

ciopolítico. Essa totalidade deve existir *enquanto totalidade* para ser constitutiva das unidades significativas, já que estas são compreendidas como puramente diferenciais, e para o sentido emergir de maneira relacional é necessário que o todo aja em cada uma das partes. Laclau (2005, p. 69) explica que a configuração de uma totalidade não seria necessária se estivéssemos lidando com identidades positivas, relacionadas apenas de forma externa e contingente.

Tal totalidade só pode se configurar, porém, *enquanto totalidade* se diferenciada daquilo que não se encontra dentro dos seus *limites* (Laclau, 2007, p. 37), mas como estamos lidando com os limites da própria significação — isto é, com os limites das condições de possibilidades de uma diferença em si —, eles não podem ser significados também como uma simples diferença, já que seriam subsumidos ao interior do próprio sistema diferencial. Portanto, conclui Laclau (2005, p. 70), o limite da significação deve ser constituído por um elemento que não é diferenciado mas *excluído* dela e demonstrado apenas como a *interrupção* do próprio processo (Laclau, 2007, p. 37), do mesmo modo que Copjec (1994, p. 122) diz ocorrer com o “real” da teoria lacaniana, e Laclau (2007, p. 39; Howarth, 2015, p. 271) descreve essa exclusão como o momento do *antagonismo* (Laclau; Mouffe, 2001, p. 126).

Aqui, a teoria de Laclau sobre o populismo complementa a leitura proposta por Laclau e Mouffe (2001, pp. 127-128) da teoria gramsciana em *Hegemonia e estratégia socialista*, no que diz respeito à dimensão política de sua ontologia. Mais precisamente, eles explicam que esse processo de subversão da totalização do terreno da significação que é associado ao terreno sociopolítico como um todo deve se dar no *interior* do próprio sistema, e como uma identidade negativa não pode ser representada de forma direta, “ela só pode ser representada [como] uma equivalência entre seus momentos diferenciais (...) [ou seja] para que dois termos sejam equivalentes, eles devem ser diferentes” (Laclau; Mouffe, 2001, p. 128). É justamente a partir da exclusão desse elemento que não pode ser subsumido ao interior do sistema que *todas as diferenças se tornam equivalências* na rejeição do elemento excluído (Laclau; Mouffe, 2001, p. 134; Laclau, 2005, p. 70).

A categoria gramsciana de “hegemonia” é ressignificada a partir desse movimento em que uma diferença, sem deixar de ser uma diferença *particular*, assume a representação de uma totalidade incomensurável consigo mesma, e seu corpo se divide entre (i) a particularidade que ela ainda é; e (ii) a significação universal que ela carrega (Laclau, 2005, p. 70). Nesse momento, a identidade diferencial de um significante hegemonizado deve ser *esvaziada* para ser capaz de representar a *falta primordial* que é própria da impossibilidade da totalização plena do sistema significacional ou sociopolítico (Laclau, 2007, p. 42), que Laclau e Mouffe (2001, p. 99) chamam de “impossibilidade do objeto ‘sociedade’” entendida como uma totalidade auto-determinada. É esse significante hegemonizado que Laclau (2007, p. 42; Laclau, 2005, p. 60) batiza de *significante vazio*.

A totalização do terreno sociopolítico a partir da produção social de significantes vazios, que no caso de sua teoria do populismo é o próprio signifi-

cante “povo” (Laclau, 2005, p. 127; 2014, p. 138), opera na particularidade de todas as identidades contidas nele a partir da dinâmica equivalencial, mas o fracasso desse movimento de totalização de forma plena bloqueia a possibilidade de realização total de cada um dos sujeitos sociais (Laclau, 2005, p. 67) e produz uma sobredeterminação de demandas que não podem ser completamente atendidas por limitações na própria forma do sistema sociopolítico entendido como uma *totalidade fracassada* (Laclau, 2005, p. 127). Um sujeito político é, portanto, formado a partir de uma relação de antagonismo entre atores coletivos, e não entre indivíduos, e esse é o ponto fundamental da teoria de Laclau sobre o populismo — entendida como uma teoria da representação — para a compreensão dos processos de luta hegemônica nos quais surgem identificações com novos sujeitos políticos.

A construção de “povo” como significante vazio que se torna esvaziado para simultaneamente exceder e representar o fracasso da totalização do terreno sociopolítico está ligada à *nomeação* desse povo a partir de um processo de “batismo primordial” (Laclau, 2015, p. 102). Se valendo de uma leitura do misticismo cristão, Laclau (2014, pp. 43-44, tradução nossa) explica a simultânea necessidade e impossibilidade de nomeação de um significante esvaziado, que se dá a partir da “auto-destruição dos conteúdos particularizados em uma cadeia equivalencial”, como na concepção de Mestre Eckhart de “unidade na diferença” no processo da nomeação indeterminada de “Deus, o inefável” (Laclau, 2014, p. 45). Laclau (2014, p. 173, tradução nossa) também chama esse processo de nomeação de “nomear o vazio”, que está “constitutivamente ligado ao processo do seu preenchimento (...) Preencher o vazio não é simplesmente atribuí-lo um conteúdo particular, mas tornar seu conteúdo um ponto nodal de uma universalidade equivalente que o transcende”.

Essa discussão sobre nomeação está associada, na obra de Laclau, à crítica realizada por Slavoj Žižek (1989) a respeito das formulações do *Hegemonia e estratégia socialista*, que mobiliza o anti-descritivismo de Saul Kripke em articulação com uma dimensão libidinal derivada da teoria psicanalítica laciana. O embaraço teórico de Laclau e Mouffe que Žižek (1989, p. 97, tradução nossa) se propôs a resolver com sua intervenção kripkeana foi “como formular o papel determinante de um domínio particular sem ceder à armadilha do essencialismo?”. No livro *Nomeação e necessidade*, Kripke (1980) critica a noção, chamada de “descritivista”, de que toda palavra é portadora de um sentido e se refere a objetos na “realidade” de acordo com certas propriedades designadas por um conjunto de características descritivas (i.e. uma mesa é uma “mesa” porque tem as propriedades correspondentes ao sentido da palavra “mesa”), com a defesa de que uma palavra está conectada a um objeto a partir de um ato de “batismo primordial” que mantém esse liame mesmo que as características descritivas que constituíram o sentido original da palavra mudem.

Um dos exemplos utilizados por Kripke (1980, pp. 118-119) que ajuda a elucidar essa crítica é o uso da palavra “ouro”, que em algum momento passou a designar um certo material com certas propriedades (e.g., amarelo brilhante, pesado, utilizado para construir adornos, etc.), mas que, ao longo da

história, outras descrições se tornaram mais relevantes (e.g., ouro é um elemento químico de número atômico 79). Supondo que fosse descoberto que as propriedades inicialmente atribuídas ao ouro fossem fruto de uma ilusão (e.g., seu amarelo brilhante era uma ilusão de ótica), teríamos motivo para dizer que “o ouro não existe”? Kripke sugere que poderíamos dizer, em vez disso, simplesmente que “o ouro não possui as exatas propriedades que atribuímos a ele”.

Žižek (1989, p. 100, tradução nossa) pergunta: “Como poderíamos fazer vista grossa a respeito do conteúdo libidinal dessas sugestões de Kripke? O que está em jogo aqui é justamente o problema da ‘realização do desejo’ (...) Não é um acidente que Kripke seleciona como exemplo objetos de conotação extremamente libidinal”. Laclau (2015, p. 102) cita o anti-descritivismo de Kripke na sua formulação ontológica a respeito da nomeação através de um ato de batismo primordial que ele associa à figura de linguagem da *catacrese*. Toda nomeação, para Laclau (2005, p. 71; 2014, pp. 62-64), é um movimento catacrético, mas é especificamente a operação de catexia em que um objeto particular é elevado a uma *condição* de totalidade que, como na “unidade na diferença” eckhartiana, torna a parte uma condição do todo, e nomeia sua própria ausência (um movimento *necessariamente* catacrético, por não haver maneira literal de realizá-lo), levando a uma “contaminação” entre particularidade e totalidade que possibilita a transformação de equivalências em diferenças.

O populismo funciona, pois, como discurso que torna equivalentes as inúmeras diferenças no social na contradição entre o “povo” (entendido como significante vazio que possibilita a equivalência de todas as formas de opressão), e “as elites” (aqueles que de algum modo se beneficiam ou partilham do *status quo* e desta relação de opressão) a partir de uma relação de nomeação que produz um antagonismo. Este “achatamento” atua como uma força de *homogeneização* que opera, simultaneamente, incluindo e agregando diferentes grupos em uma só cadeia de equivalências (Silva, 2018a, p. 61). Com isso, reduz-se o espectro de identidades (minoritárias) passíveis de atuarem como sujeitos distintos no processo de formação de consensos, em especial, no Legislativo. Daí a conexão entre as performances discursivas populistas e as dinâmicas políticas majoritárias, reforçando sua falta de afinidade conquanto a um princípio elementar do liberalismo político: o pluralismo (Silva, 2018b).

Note-se que a articulação da lógica populista não pressupõe um conteúdo específico para o “povo”, exatamente porque se trata de um significante sem significado. A nomeação do “povo” pode abarcar minorias sociais cujas demandas estão represadas como mulheres, pessoas desempregadas, indígenas, negras, LGBTQIA+ etc. desde que estas se articulem em uma cadeia de equivalências que aponte como adversário comum a ser batido um grupo apresentado como elite de uma determinada formação social, como ocorreu em muitos casos na América Latina do início do século XXI. Ou, seguindo por outra via, o “povo” poderia ser o conjunto de trabalhadores brancos desempregados de países como a França e os Estados Unidos que se articularam em uma cadeia de equivalências liderados por Marine Le Pen e Donald

Trump contra adversários em comum: sejam os mexicanos no caso estadunidense, ou os muçulmanos no caso francês.

Nessa perspectiva, não haveria ideologia populista que nos permitisse pensar como o populismo se comportaria — em abstrato ou a priori — sobre a justiça social, os direitos, a igualdade e a liberdade, ou diante de uma pandemia global. Para abordar essas questões, cada manifestação empírica particular compõe articulações mais ou menos coerentes entre distintos componentes ideológicos. É isso que nos permite pensar em subtipos de populismo, ou particularmente no nosso caso, populismos de direita e de esquerda.

Desenvolvendo o conceito de Laclau (2005), Chantal Mouffe (2019), em *Por um populismo de esquerda*, apresenta algumas características que definem essas diferenças entre os populismos de esquerda e de direita. Para Mouffe (2019, p. 26), o populismo de direita caracteriza-se por políticas xenófobas e autoritárias que enfraquecem as instituições democráticas liberais, enquanto o populismo de esquerda promove a igualdade, a justiça social e a ampliação dos valores democráticos. Esse populismo de esquerda aproxima-se daquilo que Laclau e Mouffe (2001) convencionaram chamar de uma política de “democracia radical”. Seguindo caminho semelhante, Nancy Fraser substituiu os adjetivos “esquerda” e “direita” por *progressista* e *reacionário*. Enquanto o populismo reacionário promove “o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 239), o populismo progressista define-se pela combinação de “um programa distributivo igualitário e pró-classe trabalhadora com uma visão não hierárquica e inclusiva de uma ordem de reconhecimento justa — ou, de novo, emancipação mais proteção social” (Fraser; Jaeggi, 2020, p. 232).

Como veremos nas próximas páginas, por meio da análise dos componentes ideológicos que compõem os discursos de Jair Bolsonaro, foi possível observar como sua estrutura segue um padrão típico do discurso populista de direita. A caracterização do populismo de direita no Brasil pode ser feita pela associação entre componentes ideológicos conservadores, nacionalistas e neoliberais, como já afirmaram outras pesquisas sobre o tema (Alonso, 2019; Solano, 2018; Power; Rodrigues-Silveira, 2018). Há ainda quem demonstre como o próprio negacionismo científico contra a pandemia de Covid-19 pode ser entendida como uma marca do populismo de direita de Bolsonaro (Rennó, Avritzer; Carvalho, 2021). Por outro lado, quando fazemos uma comparação com os discursos de Lula, vemos que os mesmos elementos ideológicos não estão presentes. O populismo no discurso de Lula é orientado por uma pulsão redistributiva e inclusiva, que é o núcleo central do projeto contra-hegemônico, radical, democrático e de esquerda apresentado por Mouffe e Laclau (2001). Tais componentes são organizados a partir da lógica populista, na forma de um discurso que demanda a defesa das pessoas entendidas — ou nomeadas pelos discursos do líder — como marginalizadas por sua condição econômica, sexual ou racial. Essa é a marca de um típico populismo de esquerda.

2- O populismo de esquerda de Lula

Atraída originalmente por discursos voltados para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a ascensão eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, membro e líder histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), se insere em um contexto marcado por uma crise econômica e social, instaurada após a onda neoliberal que atingiu Brasil e América Latina nas últimas décadas do século XX.

Compartilhada pelas camadas médias e populares particularmente afetadas pelas consequências nefastas dos ataques neoliberais, a rejeição dos discursos de austeridade manifestou-se em diferentes graus. No entanto, essa onda populista, ou Onda Rosa, como foi tipificada, assumiu diferentes tons. Em alguns países como Venezuela, Bolívia e Equador, essa onda assumiu um espectro de radicalidade singular (La Torre, 2013), em outros, tal insatisfação foi mais moderada, sendo mitigada pelos compromissos com as elites tradicionais, especialmente aquelas identificadas com o capital financeiro (Pereira da Silva, 2015; Moreira; Raus; Leyton, 2008). Nesses casos, notadamente no Brasil e no Chile, a reversão de algumas políticas de austeridade e a adoção de programas de transferência de renda foram resultado de negociações estabelecidas no nível da sociedade civil e suas instituições representativas (Lanzaro, 2007).

No Brasil, esse sujeito político, portanto, é produto de uma articulação entre elementos heterogêneos formados por uma dinâmica de equivalentes engendrada pelo antagonismo em relação às elites políticas caracterizadas como tradicionais, conservadoras e/ou associadas ao projeto neoliberal. Em outras palavras, o sujeito político que precipitou a ascensão eleitoral de Lula foi formado por uma articulação de um conjunto heterogêneo de sujeitos sociais — classes médias, classes populares, segmentos rurais, segmentos urbanos, movimentos sociais, comércio, sindicatos, igrejas, etc. Essa agregação se deu por meio da percepção compartilhada de exclusão pela elite hegemônica. Essas classes altas, a partir das atuações discursivas de Lula, foram apontadas como o “inimigo”, responsável pela situação de opressão e por não atender às demandas dirigidas por esses sujeitos sociais ao Estado (Laclau, 1994, pp. 1-40).

Portanto, segundo nossa percepção, com base na literatura produzida sobre o período, o antagonismo entre opressores e oprimidos produzido pela atuação do líder, foi o mecanismo original de formação dessa base social que permite caracterizar este fenômeno como populista (Laclau, 2005). Esse antagonismo foi resolvido, neste caso particular como a oposição entre rico e pobre, trabalhadores e empregadores, mas também por uma infinidade de minorias demográficas e não demográficas que se sentiram historicamente subjugadas — mulheres, LGBTQIA+, nordestinos, indígenas, etc. Mas, ao lado desses elementos, Lula incluiu uma feição também conciliadora, expressa pela chamada Carta ao Povo Brasileiro, o que caracteriza como moderado o seu populismo de esquerda quando comparado com o de outros líderes latino-americanos.

Com o início do governo, esse discurso populista foi transitando aos poucos para um típico modelo liberal. Nossa hipótese é a de que as mudanças registradas na base de apoio ao Partido dos Trabalhadores podem estar associadas às escolhas tomadas pelo partido, que diz respeito a uma mudança na estratégia original — o antagonismo em relação às elites — em favor de performances governamentais direcionadas a segmentos na base da pirâmide econômica, que, no entanto, não ameaçavam os interesses da elite. Assim, nosso objetivo é argumentar que a opção escolhida pelas lideranças partidárias de concentrar esforços em um desempenho administrativo — em todas as políticas públicas abrangentes — foi realizada às custas de atuações populistas, que se caracterizariam por construir discursivamente um inimigo por meio dos discursos do líder. Ou seja, os governos Lula foram centrados em amplas políticas públicas não pautadas na lógica populista do antagonismo. Tais políticas têm uma orientação ideológica moderada de esquerda e incluíram: transferências diretas para os mais pobres — Bolsa Família —, uma importante expansão do sistema educacional superior — Reuni, Prouni e Fies —, subsídios às empresas nacionais e políticas de ação afirmativa em benefício de minorias sexuais, raciais e demográficas. Bom lembrar, por repetidas vezes Lula assegurou que “nunca na história do Brasil os empresários ganharam tanto dinheiro, os terratenentes ganharam tanto dinheiro, os banqueiros ganharam dinheiro. Mas os trabalhadores também ganharam dinheiro” (Barbosa, 2021). Ora, nada mais oposto ao discurso populista do que isso.

Claro, essa transição não foi imediata, e elementos populistas apareceram em determinados momentos dos dois primeiros governos Lula. A ideia de uma “herança maldita” a ser combatida foi muito forte em seu primeiro governo, por exemplo. E mesmo ao fim do seu segundo governo, em 2010, ainda podíamos encontrar recaídas nessa direção como o famoso discurso do presidente em Santa Catarina quando disse ser necessário “extirpar o DEM da política brasileira” (Castro, 2010). Mas frases como essa foram pontos fora da curva em seu governo, muito mais preocupado com uma típica conciliação liberal de classes.

Apesar da abrangência desses investimentos, essas políticas não foram bem recebidas pelas classes altas e outros segmentos que não se sentiam contemplados pelas políticas públicas realizadas pelo governo. Em *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*, André Singer (2009) apresenta a interpretação mais consolidada sobre o período. Nessa caracterização, ele descreve uma descontinuidade entre a base social original do Partido dos Trabalhadores, marcada pela heterogeneidade dos grupos sociais que o constituíam — classes médias, comunidades eclesiais, movimentos sociais e trabalhadores organizados —, e o segmento que passou a apoiar o governo a partir de 2006: o chamado subproletariado — trabalhadores informais e/ou que ganham até dois salários mínimos. As políticas públicas de distribuição de renda e estímulo ao pleno emprego têm possibilitado a manutenção da popularidade entre os trabalhadores com renda familiar mensal entre 0 a 5 salários mínimos.

No entanto, o crescimento de sua rejeição entre a parcela mais rica da população era inegável. Essa antipatia é ainda mais perceptível a partir das eleições presidenciais de 2010, quando o Partido dos Trabalhadores conseguiu mobilizar apenas 48% do eleitorado da classe média contra 68% nas eleições de 2002. Tal dinâmica atingiu seu ápice no processo eleitoral que tomou forma em 2018, quando o partido teve 21% de apoio entre esse setor do eleitorado. Um dos fatores a serem observados sobre o abandono das classes médias da base eleitoral do Partido dos Trabalhadores pode ser encontrado na narrativa da corrupção construída pela Operação Lava Jato (Souza, 2017; Santos, 2017; Avritzer, 2019).

Diante da hipótese aqui levantada — que aponta para a modificação do componente populista que originalmente constituía o discurso dos dirigentes petistas — aspiramos argumentar que a conversão para uma lógica administrativa diferente pode ser considerada como um fator explicativo para o sucesso eleitoral de Jair Bolsonaro. Ao deixar de lado a retórica populista em favor da capacidade administrativa, o PT abriu espaço para uma radicalização populista. Nessa radicalização, as políticas públicas de orientação à esquerda foram responsabilizadas pela crise que o país enfrentou, levando à disseminação de um discurso antagonístico cujo forte conteúdo ideológico de direita era inédito no país. Essa hipótese é corroborada pela tese de Mouffe (2015; 2019; 2022). Para a autora, a conciliação exacerbada de classes e o esfriamento artificial do antagonismo inerente à democracia tendem a produzir populismos, seja de direita ou de esquerda. Os que se sentem *excluídos* da grande conciliação buscam vias por fora do sistema político tradicional para acessar ao poder.

No livro *Towards a green democratic revolution*, Mouffe (2022, p. 34, tradução nossa) explica que a esquerda, durante o “momento populista”, passou muito tempo formulando programas políticos e fazendo campanha a partir de políticas públicas, sem considerar a dimensão do desejo, “como se políticas públicas fossem boas o bastante para automaticamente gerar adesão [eleitoral] sem necessidade de ativar a dimensão afetiva que produz identificação e engajamento político”. Foi exatamente essa ativação afetiva que foi ativada discursivamente na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O antipetismo promovido pela narrativa da corrupção criada pela Operação Lava Jato serviu de ponto nodal para a articulação de uma nova cadeia de equivalências e para a produção e nomeação de um “povo”, liderado por Bolsonaro. Assim emergiu o populismo de direita no Brasil.

3-0 populismo de direita de Jair Bolsonaro

Jair Bolsonaro não é exatamente um ator novo na política brasileira. Sua carreira política começou no fim da década de 1980 como vereador no Rio de Janeiro. No início dos anos 90 assumiu uma vaga na Câmara dos Deputados e lá permaneceu até 2018, quando foi eleito presidente da República. Foram, portanto, quase três décadas na política antes de se apresentar como o “novo” ou como um outsider na eleição presidencial de 2018. Ao longo

desse período, o parlamentar esteve filiado em quase uma dezena de partidos, todos à direita do espectro ideológico.

Não obstante essa longa trajetória na política tradicional, Bolsonaro estabeleceu em 2018 uma narrativa claramente contrária ao sistema político. Navegando na onda de criminalização da política construída pela Operação Lava Jato, o ex-militar encarnou em sua candidatura o antipetismo como um ponto nodal capaz de articular uma cadeia de equivalências entre pautas autoritárias, religiosas, conservadoras, moralistas e neoliberais. Um discurso que se apresenta em um enquadramento populista com uma orientação aberta e orgulhosa de “extrema direita”, a favor de uma suposta maioria, composta por indivíduos brancos, heterossexuais de classe alta e média ou por aqueles que se identificam com eles. Motivados pela retórica de Bolsonaro, esses grupos culpam o empoderamento de mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas e pobres por tudo de ruim que acontece em suas vidas (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018).

É interessante ressaltar aqui o caráter afetivo dessa orientação, que destoa dos parâmetros de racionalidade por meio dos quais se constituem os pilares da institucionalidade liberal. O populismo de direita é uma ideologia, mas é também uma forma de entender a relação entre os corpos que se constitui de maneira passional (Casullo, 2020; Mouffe, 2022). Esse entendimento, como argumenta Appadurai (2006), se apresenta como uma manifestação extrema das formas hegemônicas/majoritárias de definir as instituições sociais e seus componentes: trabalho, escola, casamento, etc (Korstenbroek, 2022). O reacionarismo presente nestas formulações que enfatizam concepções patriarcais de família e sociedade não é alheio ao senso comum, ao contrário, ele é uma versão extrema das concepções mais arraigadas no tecido social. Recorrendo à magistral formulação de Mudde (2010) o populismo de direita estaria entre uma patologia normal (uma anormalidade comumente recorrente), e mais uma normalidade patológica (Mudde, 2010).

Ao apontar como a forma populista mobiliza afetos latentes no social de maneira radicalizada, essas abordagens encontram assonância com as contribuições de Laclau (2005) e especialmente Mouffe (2022), que mobiliza a obra de Yannis Stavrakakis (1999) para demonstrar como que a *identificação* é uma dinâmica chave da produção afetiva e, mais especificamente, *libidinal*, seguindo a orientação psicanalítica dos três autores. Aqui, a dimensão lacaniana da obra de Laclau e Mouffe se faz mais evidente: para Mouffe (2022, p. 32), a identificação nunca produz uma identidade subjetiva plenamente estável, porque o sujeito dividido encontra, no terreno sociopolítico, uma *falta* em que ele busca sua completude. Essa busca produz identificações contínuas e parciais com objetos essencialmente incompletos, e essa operação da representação de uma totalidade faltosa a partir de uma identificação com um elemento parcial é o que Laclau e Mouffe (2001; Laclau, 2005, p. 70) chamam de hegemonia. O sujeito em questão aqui é o sujeito tal qual construído pela teoria lacaniana que, conforme explica Bruce Fink (1998, p. 56) não é o “indivíduo” da filosofia anglo-americana, mas, em vez disso, o *sujeito dividido* (\$) que nunca se realiza no “eu” do enunciado, essa “cristalização

ou sedimentação de imagens [investidas, catexizadas e internalizadas], equivalente a um objeto fixo e reificado”.

Stavrakakis (1999, p. 30) defende que esse processo de identificação do sujeito com certas imagens que ofuscam a falta inerente no terreno sociopolítico a partir da produção de objetos “liminais” que Laclau (2005, p. 69) chama de significantes vazios revela que a catexia e o *investimento radical* são, portanto, constitutivos das relações políticas *enquanto tais*. Laclau (2005, p. 71) explica que uma totalização hegemônica produzida a partir dessa relação sinedótica (Laclau, 2005, p. 72) entre o significante vazio e a totalidade fracassada do terreno sociopolítico requer um investimento radical que coloca a dimensão afetiva num papel central. A partir de Stavrakakis (2007), Mouffe (2022, p. 33) explica que o fracasso da União Europeia em produzir uma “identidade europeia” a partir de arranjos institucionais e ideais racionais fracassou por negligenciar o papel da dimensão afetiva e libidinal da identificação. De modo análogo, foi a insatisfação com o “modelo do consenso” dominante na Europa ocidental que levou os partidos de esquerda a se movimentarem ao centro entre os anos 1990 e 2000, analisou Mouffe (2015, p. 67-8) ainda em 2005, no livro *Sobre o político*, que levou à emergência dos populismos de direita. A situação no Brasil, pouco mais de uma década depois, não foi dissimilar.

Na articulação da cadeia de equivalências do bolsonarismo, a questão religiosa não é trivial. Como uma parcela relevante da literatura tem demonstrado, o apoio de lideranças evangélicas foi determinante para a vitória de Bolsonaro em 2018 (Burity, 2020; Burity, 2018; Nicolau, 2020). Também não pode ser desconsiderada a agenda da segurança pública: com forte viés punitivista, essa agenda agregou militares, policiais e demais agentes de segurança no núcleo duro do seu eleitorado. Em síntese, Bolsonaro produziu o “povo” como um significante vazio (Laclau, 2005, p. 137) a partir da articulação de uma cadeia de equivalências entre evangélicos, agentes de segurança pública, conservadores e empresários, e contra um inimigo em comum: o sistema político tradicional em geral, e o petismo em particular, a partir da estabilização do ponto nodal “antipetismo”. E assim emergiu eleitoralmente o populismo de direita com sucesso eleitoral no Brasil.

É importante ressaltar que o uso das redes sociais é também uma característica de atores populistas. Em interessante pesquisa sobre o uso que Jair Bolsonaro fez do Twitter em sua campanha, Aggio e Castro (2020) observaram que 41,3% dos *tweets* originais publicados na conta de Bolsonaro podem ser classificados em ao menos uma categoria de populismo. Rodrigues e Ferreira (2020) também identificam o populismo no uso das redes sociais de Bolsonaro. De acordo com os autores, “o populismo de direita brasileiro opera uma mobilização social vertical, baseada em mensagens em redes sociais como *Facebook*, *WhatsApp* e *Twitter* que informam as agendas a serem seguidas por seu eleitorado” (Rodrigues; Ferreira, 2020, p. 1070). Além disso, dizem os autores, “a prática das *Fake News* é crucial na tática de construção das narrativas empregada por Bolsonaro” (Rodrigues; Ferreira, 2020, p. 1070).

Contudo, diferentemente de Lula que buscou se afastar da lógica populista ao longo de seu governo, Bolsonaro a manteve, embora tenha modificado algumas de suas bases. Se na campanha eleitoral o inimigo era claramente o sistema político tradicional, durante seu mandato Bolsonaro percebeu as amarras impostas pelo presidencialismo de coalizão no país. Para sobreviver minimamente no Congresso Nacional e garantir alguma governabilidade, o presidente precisou flexibilizar seu discurso contra a política tradicional e atrair o chamado centrão para o governo a partir da distribuição de cargos ministeriais. Mas como a lógica populista exige o estabelecimento de inimigos claros, Bolsonaro transformou o Poder Judiciário em seu contraponto agonístico. Com o apoio do presidente, manifestações políticas pediram o fechamento do Supremo Tribunal Federal, num claro desrespeito às instituições democráticas no país. Foi nesse contexto que o deputado federal bolsonarista, Daniel Silveira, do PSL, foi preso por ordem do ministro do STF, Alexandre de Moraes, em fevereiro de 2021.

Conclusões

Em importante artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, Ricci, Izumi e Moreira (2021) realizaram uma das mais interessantes análises comparadas dos presidentes da República no Brasil, tendo como objeto o “discurso populista”. Os autores concluíram, e concordamos com eles quanto a isso, que “o populismo no Brasil não constitui uma ameaça real à democracia” (Ricci; Izumi; Moreira, 2021, p. 2). No entanto, discordamos em parte dos autores quando dizem que “os achados mostram que Collor, Lula e Bolsonaro são presidentes populistas quando comparados a seus pares” (Ricci; Izumi; Moreira, 2021, p. 2). Pois, como argumentamos no presente capítulo, Lula se distanciou da lógica populista ao longo de seu governo, algo que não ocorreu com Bolsonaro.

Em 2006, quando a América Latina vivia a Onda Rosa, Jorge Castañeda publicou um artigo na *Foreign Affairs*, no qual lamentou a ascensão dos líderes de esquerda e os dividiu em dois grupos. Ele chamou de social-democratas — ou “responsáveis a influências modernizadoras” — aqueles que governaram “dentro de um enquadramento de mercado mais ou menos ortodoxo”, como a presidente chilena Michelle Bachelet, e “em menor grau”, o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (Castañeda, 2006, p. 35), enquanto aqueles que adotaram um discurso mais radical de confronto com as elites nacionais e internacionais, especialmente no que diz respeito aos Estados Unidos, foram tipificados como populistas. Nomeadamente, Castañeda refere-se a Hugo Chávez, “com a sua formação militar, Kirchner com as suas

raízes peronistas e Morales com a sua militância e *agitprop* dos cocaleiros” (Castañeda, 2006, p. 39).

Rejeitamos a definição puramente pejorativa de populismo apresentada por Castañeda para criticar a esquerda radical. Na verdade, não adotamos o conceito para designar um conteúdo ideológico específico, pois nosso objetivo é comparar dois líderes com ideologias diferentes que poderiam ser enquadradas no conceito de populismo. Encontramos, nas atuações discursivas de Luiz Inácio Lula da Silva, um conteúdo ideológico de esquerda e nas de Jair Bolsonaro, um de direita. As ideias de inclusão e exclusão completam essa oposição, reforçando sua relação com as demandas de reconhecimento material e simbólico por parte de minorias demográficas e não demográficas.

Contudo, além do plano ideológico-discursivo, prosseguimos com uma análise de suas atuações governamentais, ou seja, sua relação com as demais elites políticas, com os Poderes Constitucionais e com a Administração Pública. Nesse eixo, o resultado também indica obstáculos na aplicação simétrica do conceito de populismo para ambos os casos, uma vez que as políticas públicas e as alianças políticas desenvolvidas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva não foram pautadas por uma retórica de antagonismo nem por uma lógica simplificadora do tecido social, que são características do que defino aqui como forma populista. Pelo contrário, Lula reforçou o pluralismo e a importância das instituições democráticas liberais. O governo Bolsonaro, ao contrário, aposta permanentemente em uma retórica de agonismo contra adversários institucionais como o TSE e o STF, mantendo a lógica populista que o levou ao poder.

Em síntese, o presente capítulo buscou demonstrar como os governos petistas foram erroneamente tipificados como populistas. Embora em algum momento inicial seus líderes tenham usado uma retórica de antagonismo, seus governos se caracterizaram por uma lógica administrativa que se difere da populista, pois implica o respeito à independência das instituições liberais e o fortalecimento do pluralismo, reforçado por políticas de inclusão dirigidas a diferentes grupos sociais e atores coletivos como mulheres, LGBTQIA+, indígenas e outras minorias demográficas ou não demográficas oprimidas. Já Bolsonaro manteve a lógica populista de sua campanha eleitoral no dia a dia de seu governo, ainda que tenha alterado um pouco de seu conteúdo.

Referências

AGGIO, C.; CASTRO, F. “ ‘Meu Partido é o povo’: Uma proposta teórico metodológica para o estudo do populismo como fórmula de comunicação política seguida de estudo de caso do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter”. *Comunicação & Sociedade* 42 (2), 2020, pp. 429-465.

ALONSO, A. “A comunidade moral bolsonarista” In: ABRANCHES, S. et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019, pp. 41-56.

APPADURAI, A. *Fear of small numbers: An essay on the geography of anger*. Durham: Duke University Press, 2006.

AVRITZER, L. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BARBOSA, R. “Lula: do banqueiro ao trabalhador, todos ganharam dinheiro em meu governo”. *Poder 360*. 29 Jul 2021. <https://www.poder360.com.br/brasil/lula-do-banqueiro-ao-trabalhador-todos-ganharam-dinheiro-em-meu-governo/>.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

BURITY, J. “Onda conservadora e surgimento da nova direita cristã brasileira? a conjuntura pós-impeachment no Brasil”. *Ciencias Sociales y Religión*, 22, 2020, pp. 1-24.

_____. “A onda conservadora na política Brasileira traz o fundamentalismo ao poder?” In: TONIOL, R.; ALMEIDA, R. *Conservadorismo, Fascismo e Fundamentalismo: análises conjunturais*. Campinas: Editora Unicamp, 2018, pp. 15-66.

CASTAÑEDA, J. “Latin America’s left turn”. *Foreign Affairs*, 85, 2006, pp. 28-46.

CASTELLS, M. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, J. “Nós precisamos extirpar o DEM da política brasileira”, diz Lula. *Estado de S. Paulo*, 13 set. 2010. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nos-precisamos-extirpar-o-dem-da-politica-brasileira-diz-lula,609406>.

CASULLO, M. “The Body Speaks Before It Even Talks: Deliberation, Populism and Bodily Representation”, *Journal of Deliberative Democracy* 16 (1) 2020, pp. 27-36.

- COPJEC, J. *Read my desire: Lacan against the historicists*. Cambridge: The MIT Press, 1994.
- FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FRASER, N. "Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado". *Lua Nova* 77, 2009, pp. 11-39.
- FRASER, N.; ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- KORSTENBROEK, T. "Rethinking the public sphere in an age of radical-right populism: A case for building an empathetic public sphere". *Communication Theory* 32(1), 2022, pp. 68-87.
- KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Dordrecht: Basil Blackwell, 1980.
- LA TORRE, C. "In the Name of the People: Democratization, Popular Organizations, and Populism in Venezuela, Bolivia, and Ecuador". *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 95, october, 2013, pp. 27-48.
- LACLAU, E. *The rhetorical foundations of society*. London: Verso, 2014.
- _____. "Ideology and post-Marxism". In: HOWARTH, David (Ed.). *Ernesto Laclau: post-Marxism, populism and critique*. London: Routledge, 2015.
- _____. "Minding the gap: the subject of politics". In: LACLAU, E. (Ed.). *The making of the political identities*, London: Verso, 1994, pp. 1-40.
- _____. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.
- _____. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.
- _____. *Emancipation(s)*. London: Verso, 2007, pp. 36-46.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. 2ª ed., London: Verso, 2001.
- LANZARO, J. "Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y lasocial democracia – Una tipología para avanzar en el análisis comparado". *Análise de Conjuntura Observatório Político Sul-Americano OPSA-IUPERJ/UCAM* 12, 2007, pp. 1-20.
- LEVITSKY, S.; Ziblatt, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

- MOREIRA, C.; RAUS, D.; LEYTON, J. C. G. *La nueva política en América Latina: rupturas y continuidades*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.
- MOUFFE, C. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- _____. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- _____. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- _____. *Towards a green democratic revolution*. Londres: Verso, 2022.
- MOUNK, Y. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUDDE, C. "The populist radical right: A pathological normalcy". *West European Politics* 33, (6), 2010, pp. 1167–1186.
- MUDDE, C; KALTWASSER, C. *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- NICOLAU, J. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PEREIRA DA SILVA, F. "Da onda rosa à era progressista: A hora do balanço". *Sures* 1, 2015, pp. 67-69.
- PINHEIRO-MACHADO, R; SCALCO, L. M. "Da esperança ao ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo". *Cadernos IHU ideias* 16 (278), 2018, pp. 3-15.
- POWER, T. J.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. "The political right and party politics. Routledge Handbook of Brazilian Politics" In: AMES, B. *Routledge Handbook of Brazilian Politics*, Londres: Routledge, 2018, pp. 251-268.
- RENNÓ, L; AVRITZER, L; CARVALHO, P. "Entrenching right-wing populism under covid-19: denialism, social mobility, and government evaluation in Brazil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 36, 2021, pp. 1-29.
- RICCI, P.; IZUMI, M.; MOREIRA, D. "O Populismo No Brasil (1985-2019). Um velho conceito a partir de uma nova abordagem". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 36(107), 2021, pp. 1-22.
- RODRIGUES, T.; FERREIRA, D. "Estratégias digitais dos populismos de esquerda e de direita: Brasil e Espanha em perspectiva comparada". *Trabalhos em Linguística Aplicada* 5 (2), 2020, pp. 1070-1086.
- RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.
- SANTOS, B. S. *A difícil democracia*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Esquerdas do mundo, uni-vos!* São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, W. G. *A democracia impedida. O Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SILVA, M. G. “O Populismo para além de Laclau: entre a expansão do demos e a desfiguração do liberalismo”. *Revista Estudos Políticos* 9 (17), 2018a, pp. 49-69.

_____. “Luta Hegemônica e Populismo: Soluções Agonísticas para o Desafio Identitário”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política* 4 (1), 2018b, pp. 1-8.

SINGER, A. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. *Novos estudos CEBRAP* 95, 2009, pp. 83-102.

<https://www.scielo.br/j/nec/a/gLqzRSkjs3C8gFgwCQDNWjK/?format=pdf&lang=pt>.

SNYDER, T. *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias liberais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOLANO, E. “Crise da democracia e extremismos de direita”. *Análise Friedrich Ebert Stiftung* 42 (1), 2018, pp. 1-27.

SOUZA, J. *A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STAVRAKAKIS, Y. *Lacan and the political*. London: Routledge, 1999.

_____. *The Lacanian left*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

URBINATI, N. *Democracy disfigured*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

ŽIŽEK, S. *The sublime object of ideology*. London: Verso, 1989.

Hugo Rogelio Suppo - Ana Paula Tostes

POPULISMOS EM DEBATE

